Silvio José Benelli

Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município

Impasses institucionais e possibilidades

Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município

SILVIO JOSÉ BENELLI

ENTIDADES ASSISTENCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO

IMPASSES INSTITUCIONAIS E POSSIBILIDADES

*"[A instituição] se define, então, como o movimento pelo qual as forças sociais se materializam em formas sociais. A dinâmica e a dialética do instituído (universalidade), do instituinte (particularidade), da institucionalização (singularidade), fazem dela um objeto flutuante no limite real, envolto sem cessar nas ondas do imaginário [...] nesse sentido, a instituição não é somente funcional; ela é, ainda mais, simbólica, e deriva, enquanto tal, do poiético (*poiesis*), assim como do político."* (Ardoino; Lourau, 2003, p.25-6)

A análise institucional permite "articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções..." (Lourau, 2014, p.15).

"Quem paga a banda escolhe a música." (ditado popular)

Sumário

Introdução

[...] aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas [...]" (Marx, 2008a, p.1080).

No ano de 2020, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990)[1] completou 30 anos, e o Sistema Único de Assistência Social – Suas (Brasil, 2005) já possui 15 anos de criação e de processo de implantação no país. Ambos representam importantes conquistas legais e institucionais para a construção de uma cultura democrática e cidadã, pautada nos direitos civis, políticos e sociais, colocando em movimento todo um conjunto de grandes transformações na realidade brasileira.

No contexto brasileiro, em geral, há numerosas iniciativas tanto públicas quanto privadas sem fins lucrativos, incluindo o chamado terceiro setor (Montaño, 2001, 2007, 2014; Barbosa, 2003), cuja

1 Embora citemos a data da promulgação da versão original do ECA (Brasil, 1990), sabemos que ele recebeu significativas alterações ao longo dos anos, incluindo um conjunto de legislação correlata e complementar, e, entre elas, destacamos a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (Lei Nacional de Adoção) e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (que institucionalizou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase).

finalidade consiste em implantar e operar a Política Nacional para Crianças e Adolescentes (PNCA) e a Política Nacional de Assistência Social (Pnas), e esta última é responsável, em boa medida, pela concretização das ofertas de atenção para crianças e adolescentes, além das áreas da saúde e da educação. Já há também certo número de trabalhos que procuram avaliar como estão sendo desenvolvidas essas políticas em diversos lugares do país (Oliveira; Medeiros; Moreira, 2014; Brasil, 2010c, 2013a; Sousa, 2013; Ribas Junior et al., 2011; Fischer, 2010; Assis, 2009; Almeida et al., 2008).

Depois de passados 30 anos de promulgação do ECA (Brasil, 1990), a pretensão deste trabalho consiste em aferir como está a implantação das políticas para crianças e adolescentes na atual realidade brasileira, focalizando a situação de um município do interior do estado de São Paulo. O levantamento de dados de campo, tanto quantitativos quanto qualitativos, constituiu em rico material de base para a produção de relatórios, análises, artigos científicos, comunicações em eventos científicos, bem como para nossa atuação implicada no campo, por meio de assessoria institucional, de formação de educadores sociais etc.

No plano acadêmico, esta investigação oferece valiosas informações para aprimorar nossos trabalhos de docência, supervisão de estágios profissionalizantes, supervisão de projetos de extensão e de orientação de pesquisas. Do ponto de vista social, buscamos gerar e fornecer informações detalhadas para os trabalhadores, dirigentes e gestores municipais quanto ao diagnóstico da implantação das políticas para crianças e adolescentes, nos aspectos qualitativo e quantitativo, permitindo-lhes obter uma melhor compreensão sobre quais seriam os principais desafios a serem enfrentados, bem como sugestões de encaminhamento dos diversos problemas.

De posse desse diagnóstico, o próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) poderia assumir uma atitude proativa na área da política pública para crianças e adolescentes, passando a construir caminhos coletivos para um possível equacionamento das questões problemáticas eventualmente detectadas.

Isso poderia incluir, por exemplo, a produção de material impresso, tais como fôlderes, cartilhas e material instrucional, cursos de formação para gestores e trabalhadores, assim como eventos relativos à temática, o que produziria um importante impacto positivo no processo de implantação das políticas para crianças e adolescentes no município, visando à sua consolidação.

Esta investigação também é relevante do ponto de vista científico, pois envolveu um pesquisador com larga experiência que atua na Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Assis, como docente do curso de graduação em Psicologia, orientador de pesquisas de iniciação científica (IC), supervisor de projetos de extensão, docente do Programa de Pós-Graduacão (PG) em Psicologia da FCL/Unesp, e ainda organizador, palestrante e apresentador de trabalhos em diversos eventos locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Nossa expectativa é a de que esta pesquisa ajude a elucidar a diversidade de discursos e práticas que envolvem os modos de funcionamento das entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes do município estudado. Estamos colaborando com a produção de uma reflexão crítica acerca do que temos feito e do que queremos fazer no campo do atendimento institucional para crianças e adolescentes, bem como para a construção de novas tecnologias sociais.

Os resultados deste estudo foram apresentados em eventos científicos e enviados para publicação em periódicos acadêmicos de prestígio nacional ou internacional – de acordo com os critérios de classificação do Qualis, fato que, além de permitir a disseminação da pesquisa, referenda seus resultados, uma vez que tais eventos e periódicos contam com comitês científicos que avaliam os trabalhos recebidos.

Disponibilizamos cópias do relatório e dos textos resultantes desta pesquisa a todas(os) aquelas(es) que dela participaram. Realizamos uma apresentação dos resultados para os membros integrantes do CMDCA do município pesquisado e também depositamos uma cópia do relatório final em seus arquivos, dando ciência disso aos conselheiros. Com isso, foi possível oferecer novos elementos para a

reflexão acerca das práticas profissionais dos conselheiros/trabalhadores sociais, a fim de iniciar uma problematização e/ou revisão do entendimento e da avaliação inicial das práticas institucionais.

Objetivos da pesquisa de campo

Além de fazer uma coleção e análise sistemática da literatura, nosso problema consistiu ainda em estudar concretamente o processo de implantação das políticas para crianças e adolescentes, nos aspectos quantitativo e qualitativo, num município localizado na região oeste do interior do estado de São Paulo. O município abrange uma área de 460,609 km^2 que, em 2017, possuía população estimada de 102.924 pessoas; o último censo de 2010 indicou 95.144 habitantes.[2] De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE),[3] em 2010 a população de "menores de 15 anos" era de 18.189 e a "população de 15 a 64 anos" era de 67.484 pessoas, principalmente pertencentes às classes trabalhadoras populares. As entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes existentes na cidade estariam seguindo novos caminhos a partir do ECA e do Suas ou ainda trilhavam antigas veredas?

Para responder a essa pergunta, realizamos um levantamento de informações relativas a essas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos nos arquivos do CMDCA, com um recorte dos anos de 2017 e 2018. Tratamos de produzir uma pesquisa documental nos arquivos do CMDCA, empregando a análise institucional (AI de papel). Por meio da revisão da bibliografia, contextualizamos o caso desse município no cenário nacional da construção de políticas públicas para crianças e adolescentes.

---

2 Informações disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil. Acesso em: 5 fev. 2018.

3 Informações disponíveis em: http://www.atlasbrasil.org.br. Acesso em: 5 fev. 2018.

Não há nenhum estudo anterior, dessa natureza e abrangência, realizado nesse município e nem dados e informações sistematizados que permitam aos conselheiros do CMDCA e do Conselho Tutelar (CT), aos trabalhadores e dirigentes desses estabelecimentos, bem como aos gestores da prefeitura, planejar, de modo sistemático, o enfrentamento dos problemas referentes à situação das crianças e dos adolescentes que habitam o município, de modo a garantir que eles tenham seus direitos constitucionais devidamente assegurados.

Com a experiência adquirida ao longo de nossos anos de atuação como docente, supervisor de estágios profissionalizantes, supervisor de projetos de extensão e pesquisador, notamos que a ausência de informações sistematizadas sobre a situação das entidades assistenciais que atende crianças e adolescentes representa um grande obstáculo para o avanço e a consolidação dessa política no município pesquisado.

Encontramos apenas um livro que apresentava certa caracterização da situação das entidades de atendimento à criança e ao adolescente: Xavier et al. (2012) apresentaram a Rede Ciranda, um projeto que visava ao enredamento dessas entidades assistenciais no município. O projeto Rede Ciranda da Criança e do Adolescente, que vigorou entre 2010 e 2012, buscou uma articulação das entidades assistenciais locais por meio de uma parceria entre uma entidade assistencial privada – mantida por um grupo religioso espírita – e a Fundação Telefônica, tendo como objetivo principal promover a organização das entidades assistenciais existentes na cidade a partir da lógica do trabalho em rede, com as áreas das políticas públicas de assistência social (AS), educação, saúde e segurança pública, e também com as denominadas "organizações do terceiro setor".

Sob a denominação geral de "projetos sociais", o livro apresentou uma compilação com algumas informações sumárias sobre 15 entidades assistenciais integrantes da Rede Ciranda. Depois, num item denominado "Poder Público", apresentou informações gerais sobre as áreas da AS, educação pública estadual, educação pública municipal e saúde. Não há uma linha sequer sobre o financiamento e o orçamento público para a realização dessas políticas, tampouco sobre definição, planejamento, execução, monitoramento e avaliação.

Aparentemente, poderíamos supor que tais políticas públicas seriam realizadas sem custos ou investimentos por parte do Poder Executivo nos seus vários níveis. Finalmente, sob a rubrica "Sistema de Garantia de Direitos", inclui textos que versam sobre a Polícia Militar, o CT, o CMDCA, o diagnóstico municipal realizado pela Rede Ciranda e o *software* Redeca. Conclui com um breve texto sobre aspectos judiciários implicados na temática infantojuvenil do município.

Uma leitura global do conteúdo do livro revelou algumas lacunas surpreendentes, tais como: ausência de dados quantitativos sobre a clientela atendida, silêncio completo sobre os custos financeiros, bem como quanto às fontes de financiamento do trabalho institucional com crianças e adolescentes, além de completa ausência de notícia sobre as perspectivas pedagógicas, psicológicas, sociológicas, socioeducativas, éticas e políticas que embasariam os ditos "projetos sociais". Poderíamos dizer que se trata de uma publicação que pretende dar visibilidade aos trabalhos da Rede Ciranda, bem como aos vários projetos sociais que a compõem, numa perspectiva publicitária e com caráter de divulgação para a sociedade. Os textos que compõem o livro são simples e foram escritos pelos dirigentes responsáveis por cada um dos "projetos sociais", seguindo um formato padrão composto pelos seguintes itens: "histórico", "ações e gestão", "relação com a comunidade e com a família", "sistema de avaliação e resultados", "experiência de sucesso". O tom geral que permeia o livro é muito positivo e laudatório, buscando enaltecer as origens históricas e os nobres objetivos visados pelos diversos "projetos sociais", ao longo do tempo de sua existência. Para quem sabe ler, porque está prevenido, precavido e avisado, as lacunas do discurso são tão eloquentes quanto os assuntos que ele enuncia francamente.

Análise institucional como metodologia de investigação

A AI representa uma importante estratégia de pesquisa e intervenção no contexto acadêmico brasileiro, conforme a literatura

disponível (Altoé, 2004; Benelli, 2006, 2013, 2014a, 2015, 2016b, 2020a, 2020b; Baremblitt, 2012; L'Abbate, 2002; L'Abbate; Mourão; Pezzato, 2014; Passos; Rossi, 2014). Trata-se de um referencial teórico, técnico, ético e político importante que compõe nossa formação como psicólogo psicossocial que atua e pesquisa nas áreas das políticas públicas para crianças e adolescentes e da AS.

A AI de papel é uma possibilidade de investigação na qual se propõe a aplicação dos conceitos-ferramentas da AI, a fim de produzir um conhecimento sobre uma dada *instituição*. Isso é realizado a partir de materiais diversos, podendo incluir, por exemplo, os textos a respeito de uma *instituição* e dos seus estabelecimentos, regimento interno, regras e cronogramas. Alguns exemplos de trabalhos realizados a partir dessa perspectiva seriam os de Benelli (2006, 2013, 2014a, 2015, 2016b), Benelli e Silva (2016, 2017), Proença (2020), Proença e Benelli (2016) e Silva e Benelli (2013).

Segundo Solange L'Abbate (2012, p.198), na AI de papel "há um profissional que assume o papel de perito que fornece um diagnóstico, elucidando problemas da organização. No caso de trabalho acadêmico, um estudioso que realiza uma análise de cunho teórico sobre uma determinada organização". Foi possível realizarmos, por meio da AI de papel e da literatura, incluindo documentos e bibliografia, o estudo analítico e crítico do processo institucional que envolve crianças e adolescentes no âmbito da política pública de AS nesse município.

Tínhamos as seguintes interrogações como balizas no trabalho de investigação:

- Quantas e quais eram as entidades assistenciais dedicadas ao atendimento de crianças e adolescentes considerados em "situação de risco" existentes no município?
- Como, quando e por que elas surgiram?
- Como elas se apresentavam no período de 2017-2018 quanto aos aspectos físicos, aos funcionários e à clientela?
- Poderíamos classificá-las como sendo predominantemente de caráter filantrópico e assistencialista ou seriam mais orientadas para a promoção humana e atentas às possibilidades de transformação social?

- Seu modo de funcionar, do ponto de vida assistencial, seria focado numa pedagogia tradicional, renovada ou dialética?
- Que tipos de profissional compunham seus quadros?
- Havia processos de formação e preparação dos funcionários para lidar com a clientela?
- Como esses estabelecimentos assistenciais sobreviviam do ponto de vista financeiro?
- De onde vinham seus recursos?
- Como eram utilizados?
- Quais eram as principais dificuldades desses estabelecimentos assistenciais?
- Quais eram seus aspectos positivos?
- Que tipos de efeito eles estavam produzindo em sua clientela e no contexto social do município?

Foi na direção dessas questões, entre outras, que avançamos na produção da pesquisa.

Técnicas de investigação: análise da literatura e dos arquivos do CMDCA

Para a realização desta pesquisa por meio da AI de papel, foram utilizados dois tipos de *literatura* (documental e bibliografia acadêmica) como material de análise e confronto de informações, a fim de realizarmos uma leitura problematizadora a respeito do tema proposto: a situação das entidades de atendimento a crianças e adolescentes de um município do interior do estado de São Paulo.

Procuramos fazer uma pesquisa documental e entendemos que a AI permite que formulemos um *campo de análise* temático determinado, o qual foi recortado como *políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente* no Brasil e no município pesquisado. Essa abordagem teórico-técnica permite a problematização de saberes, de poderes e de sujeitos, de discursos e de práticas, e assim possibilita a captação de um determinado problema na sua complexidade e no

seu movimento. Desse modo, explicitamos que aplicamos o aparelho conceitual da AI a um campo de análise específico, intencionalmente recortado. Trata-se de um exercício denominado "análise institucional de papel", distinto da socioanálise (Baremblitt, 2012; Lourau, 2014).

Para esclarecermos a diferença entre uma socioanálise tradicional, proposta por Baremblitt (2012, p.91), e nossa pesquisa denominada AI de papel, pode ser útil uma descrição sumária da socioanálise *standard* (padrão) que corresponde a

> [...] um serviço oferecido desde posições mais ou menos clássicas, convencionais, habituais, dentro do panorama social. É o que se dá como serviço oferecido na condição de profissional liberal ou autônomo, na condição de sociedade científica – uma sociedade científica de AI que oferece trabalhos, por exemplo; é o exercício oferecido por um estabelecimento de prestação de serviços privados, um instituto de AI que pode ser uma sociedade anônima de responsabilidade limitada ou uma microempresa; é o que pode ser oferecido por um departamento especial de uma faculdade, um departamento de AI numa universidade.

Na socioanálise, é importante realizar uma análise da produção da demanda, refletir sobre a encomenda/o pedido e analisar aspectos da gestão *antes da intervenção propriamente dita*, pois esses são elementos centrais para a análise. Na AI de papel, por sua vez, não há uma *encomenda* por parte da *organização* – embora possa haver interesse numa proposta de pesquisa, quando apresentada –; a *demanda* é do pesquisador. Este se dedica a colecionar documentos e bibliografia, e, em alguns casos, vai a campo para observar a realidade institucional. Mas é a partir da universidade, por meio da pesquisa acadêmica, que objetiva compreender e desvelar um conjunto de fenômenos daquela instituição e dos seus estabelecimentos que não são conhecidos e, eventualmente, nem são problematizados.

Entendemos que a AI, na amplitude e complexidade com que a empregamos, constitui uma ferramenta de análise potente, que

pode ser aplicada de modo frutífero a um determinado conjunto de documentos. Tanto Lourau (2014) e Baremblitt (2012) quanto Benelli (2014a, 2016b, 2020a) trabalharam intensamente com análises da literatura, o que é perfeitamente adequado, a partir de suas perspectivas teóricas e metodológicas. É na sua vereda que nos localizamos nesta pesquisa, considerando o referencial da AI e incluindo tais autores.

Uma socioanálise possui analisadores institucionais, enquanto uma AI de papel ou *in vitro* tem apenas "analisadores potenciais". Estes últimos são parecidos com os analisadores de uma socioanálise padrão. Entretanto, numa socioanálise padrão, os eventos analisadores operam efetivamente e analisam, sendo de fato promotores de transformações na realidade institucional, quando o coletivo institucional se deixa interpelar por eles. Na AI de papel, há algumas nuances, já que o pesquisador pode tomar muitas coisas do campo observado como "analisadores" para realizar uma reflexão e uma análise crítica no plano da pesquisa acadêmica e da produção de um conhecimento científico, e tais eventos poderiam se aproximar da noção de categorias de análise. Mesmo nesse caso, o pesquisador não cria categorias aleatoriamente: elas emergem do material de pesquisa.

Contudo, é importante considerar que aquilo que para o pesquisador seriam os "analisadores" pode não ser para o coletivo de trabalhadores do estabelecimento institucional investigado, pois esses analisadores podem não ser analíticos para eles, não operando mudanças em sua realidade. Normalmente, seriam vivenciados sem consciência, de modo inadvertido, sem questionamentos e, muitas vezes, podem ser experimentados apenas de modo reativo, a partir de uma implicação alienada com a manutenção do *status quo*. Isso exige que consideremos que os analisadores identificados numa análise de papel sejam tomados apenas como "analisadores potenciais", quando comparados com o conceito de analisadores que operam numa socioanálise propriamente dita. São "potenciais" no sentido de que, caso fossem considerados pelos sujeitos envolvidos, poderiam operar efeitos transformadores na sua realidade.

Pode ser pertinente considerar que uma pesquisa realizada por meio de uma AI de papel não possua efeitos analisadores diretos como poderia ter uma socioanálise, contudo tem a capacidade de desvelar a lógica hegemônica de uma dada formação institucional e de contribuir, ainda que indiretamente, para sua transformação, caso haja interessados em tomá-la em consideração.

A *literatura* é composta por *documentos*, ou seja, materiais que não receberam tratamento acadêmico. Já a literatura propriamente *acadêmica* pode ser denominada de *bibliografia*, incluindo trabalhos produzidos no âmbito da organização acadêmica universitária, conforme propõem Calado e Ferreira (2006), Corsetti (2006), Lima e Mioto (2007) e Palharini (2010).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) apresentam uma conceituação da pesquisa com documentos e discutem as divergências teóricas no campo das ciências humanas, posto que alguns autores apontam seus aspectos negativos e outros seus aspectos positivos, bem como alguns a denominam de método, outros de técnica e outros ainda, simplesmente, a nomeiam como sendo análise. Ao discorrerem sobre essas diferenças, os autores concluem de forma plural: "a pesquisa documental é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos" (ibidem, p.5).

Sobre a importância desse tipo de pesquisa, eles afirmam que o documento permite ao pesquisador ter acesso a elementos importantes para a contextualização histórica e cultural sobre o tema investigado, bem como "permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros" (Cellard, 2008 apud Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p.2).

No mesmo artigo, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.5) afirmam que toda pesquisa que utiliza documentos, tais como livros, revistas de divulgação, folhetos, fôlderes, cartazes, atas, relatórios, impressos em geral etc., pode ser denominada "estratégia

documental". Dessa forma, tanto numa pesquisa documental como na bibliográfica, pode ser utilizada a estratégia documental. Entretanto, de acordo com tais autores, há diferenças entre esses dois tipos de pesquisa, justamente porque o conceito de documento é amplo.

A pesquisa denominada bibliográfica é aquela que trata diretamente de fontes científicas, incluindo livros, teses, artigos científicos e revistas acadêmicas, ou seja, documentos elaborados com finalidade científica e acadêmica. Em contrapartida, a pesquisa denominada documental consiste na procura da análise de documentos que não receberam tratamento ou análise científica, como relatórios e apostilas não publicados sobre a formação de participantes de alguma instituição, gravações de áudios, filmes, cartas, planilhas de eventos, leis, decretos, cartilhas, textos oficiais publicados por órgão do governo etc., ou seja, uma consiste na busca por fontes secundárias que já foram elaboradas por outros autores, e, a outra, na busca por fontes primárias, que exigem um trabalho sobre materiais que ainda não foram tratados por meio de uma análise científica (ibidem, 2009). Em nossa investigação, portanto, estamos trabalhando a partir dessa distinção técnica.

Como procedimento metodológico, procuramos material digital por meio da internet, para formar um arquivo com documentos e bibliografia. Há diversas bases de dados relevantes na área da psicologia, tais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), PePSIC, LILACS e SciELO, utilizadas para fazermos a busca por material bibliográfico. Também pesquisamos em bancos digitais e repositórios de dissertações e teses de universidades, tais como Unesp, Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Todo o material colecionado foi organizado, e realizamos uma seleção dos documentos e da bibliografia, considerados pertinentes para nossos objetivos.

Nos arquivos do CMDCA do município pesquisado, procedemos a um levantamento de informações relativas às entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos que ofereceram atendimento assistencial à criança e ao adolescente no

período de 2017-2018. O material arquivado no CMDCA também foi considerado como um conjunto de documentos, que foi lido e sistematizado, empregando a AI de papel. Por meio da revisão da bibliografia, contextualizamos também o caso desse município no cenário nacional quanto à construção de políticas públicas para crianças e adolescentes.

Forma de análise dos resultados

Para a realização da análise dos resultados obtidos a partir da literatura documental e da bibliografia acadêmica, relativas ao nosso tema de estudo, empregamos a teoria e os conceitos que compõem a AI e também nos pautamos pelos trabalhos realizados por Benelli (2014a, 2015, 2016b, 2020b) para discutir as questões da pesquisa. A partir desses referenciais teórico-analíticos, elaboramos categorias que nos permitiram organizar o conteúdo dos documentos encontrados, bem como realizar sua análise. Procuramos detectar quais eram seus referenciais teórico-metodológicos, os aspectos administrativos e funcionais da equipe gestora, bem como qual a concepção política do projeto socioeducativo.

Além do "campo de análise", empregamos, na medida em que se mostrou pertinente, alguns dos operadores da AI na leitura analítica da literatura colecionada, que fomos apresentando, discutindo e problematizando, na busca de apreender a política para crianças e adolescentes.

Podemos considerar o discurso como a dimensão naturalizada e implícita de cada formação histórica, de cada prática e também de cada disciplina. A AI (Lourau, 2014; Baremblitt, 2012; Costa-Rosa, 2000; Altoé, 2004; Barus-Michel, 2004) nos permite compreender o lugar e a potência do discurso como enunciado ideológico universalizante. O discurso, nessa perspectiva, é lacunar e aspira à verdade imutável. Suas lacunas remetem à estrutura contraditória e de dominação e, nesse sentido, escondem/revelam o "não dito" em que se sustenta a forma social institucional a que se refere tal

discurso. Essa característica dos discursos institucionais como enunciados é decorrente da própria função da ideologia nas sociedades constituídas estruturalmente a partir de interesses de classes antagônicas. Ela visa impor, como sendo hegemônica, a visão de mundo e dos interesses de uma parcela da sociedade, como se fossem de todo o bloco social.

Discursos-verdades são produtores de realidade social. O discurso pode ser entendido como o que universaliza o particular dos objetos históricos, porque ele, como enunciado, aspira ao estatuto de um dito absolutamente separado do dizer que o produz; atravessando diferentes *performances* verbais, práticas não discursivas e discursivas, caracterizando determinada época histórica. É possível considerar o discurso em sua materialidade histórica e tomá-lo como uma positividade passível de análise. Uma importante estratégia contra-hegemônica consiste em compreender, explicar e desnaturalizar as formas de dominação, demonstrando como seus discursos são produzidos de modo histórico e contextualizado, evidenciando que as coisas estão como são justamente porque foram construídas assim, mas poderiam ser de muitos outros modos.

Algumas teses como ponto de chegada/partida

Ao longo de nossa formação como pesquisador, apropriamo-nos das perspectivas teóricas e metodológicas da AI utilizadas em investigações próprias e também temos incentivado alunos da graduação e da pós-graduação a conhecer e empregar essa visada em suas pesquisas. Nossas experiências de pesquisa com a AI nos permitiram formular algumas teses que também nortearam essa investigação:

1) Contrariando os especialismos disciplinares e os recortes artificiais e simplificadores da realidade, consideramos que os diversos fenômenos com os quais se ocupam os psicólogos são de alta complexidade e exigem, portanto, uma compreensão complexa e uma abordagem transdisciplinar. Podemos encontrar numa perspectiva institucional importante

ferramenta transdisciplinar tanto para a reflexão quanto para a atuação prática.

2) Todo psicólogo, embora nem sempre problematize esse aspecto, normalmente atua num contexto institucional determinado: quando está na escola, localiza-se na instituição da educação; caso esteja numa unidade básica de saúde (UBS) ou numa equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF), situa-se na instituição da saúde ou da doença. Caso trabalhe no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ou numa entidade assistencial, está inserido no campo institucional da AS. Caso trabalhe numa organização da sociedade civil, pode se localizar na área do terceiro setor. Se atua no consultório particular, está situado numa das figuras da instituição da clínica. A infância pode ser pensada como uma instituição e a adolescência também, compondo campos institucionais de saberes, poderes e sujeitos.
3) É preciso considerar que as instituições constituem lógicas – com dimensões teóricas, técnicas, políticas e éticas específicas – e têm dinâmicas próprias, constituindo possibilidades lógicas e paradigmáticas diversas. Desconhecer isso pode trazer um conjunto de dificuldades importantes para o trabalhador: sua ingenuidade onipotente pode levá-lo à impotência, e aí está criada a condição para que ele atue com violência, a partir da sua frustração e seu ressentimento.
4) Costa-Rosa (2000, 2013) tem produzido uma interessante grade de análise lógico-histórica de inspiração marxista dialética, mapeando paradigmas contraditórios no campo da saúde mental pública e articulando os temas da instituição e da produção de subjetividade. Ele propõe quatro parâmetros mínimos como definidores de determinado paradigma de produção na saúde mental: 1. concepções de "objeto" e dos "meios" de ação; 2. concepções das formas de organização do dispositivo institucional; 3. modos da inter-relação instituição, clientela, população e território e população-instituição;

4. concepções dos efeitos terapêuticos e seus desdobramentos éticos. Esse instrumental tem se mostrado útil também para análises institucionais em outros campos, como os que realizamos na psicologia, na educação e na religião católica (Benelli, 2006, 2013, 2018).

5) Pensar nas diversas áreas como campos institucionais nos permite utilizar um conjunto de conceitos, considerados ferramentas, bastante operatório tanto para o pensamento como para a ação. Na caixa de ferramentas da AI, encontramos os conceitos de instituição (nos planos universal, particular e singular), autoanálise e autogestão, processo de institucionalização, a dinâmica do instituído e do instituinte, da função e do funcionamento, do atravessamento e da transversalidade, o fenômeno dos analisadores e o tema da implicação, entre outros.
6) Muitos problemas pedagógicos (Benelli, 2006, 2013, 2015), psicológicos (Benelli, 2003, 2015), psiquiátricos (Basaglia, 1985; Goffman, 1987), hospitalares (Luz, 1979), da saúde coletiva (Costa-Rosa, 2000, 2013; L'Abbate; Mourão; Pezzato, 2014), prisionais (Foucault, 2013), assistenciais (Benelli, 2014a, 2016b, 2020a) etc., apenas para nomear alguns, podem se tornar mais inteligíveis quando enquadrados num marco institucional global (Bacca; Pey; Sá, 2004). Entendemos que os problemas institucionais são também problemas sociais. Soluções técnicas muitas vezes não são suficientes para resolvê-los. Eles exigem soluções políticas para sua metabolização. A política não é uma questão técnica ou de eficácia administrativa, nem apenas científica, pautada em conhecimentos especializados sobre gerenciamento ou administração, mas consiste, fundamentalmente, em ação e decisão coletivas quanto aos interesses e direitos do próprio grupo social (Benelli, 2004).
7) A análise de instituições permite pensá-las como elementos de um dispositivo articulador das relações entre produção de saberes e modos de exercício do poder. Por isso, retomar a

descrição e a análise de determinadas instituições que, num dado momento histórico, constituem peças na engrenagem de um tipo específico de sociedade – nomeadas por Foucault (2013) como "instituições disciplinares" –pode ser muito interessante (Benelli, 2003). Nesse sentido, o que a genealogia de Foucault proporciona é uma análise pragmática da nossa situação atual, haja vista que vivemos numa sociedade que ainda é bastante atravessada pelos aspectos disciplinares (Benelli, 2006), embora já rumando para a sociedade de controle (Deleuze, 2008). As instituições são efeitos, são cristalizações de práticas de saberes que se articulam com poderes, organizando-se para produzirem subjetividade.

8) Se pudermos compreender quais são as coordenadas da conjuntura mais ampla, poderemos entender que tipo de instituição concreta se produz na atualidade, num dado campo. Além disso, escutar os discursos que circulam no estabelecimento institucional e procurar detectar quais são as práticas predominantes do seu processo produtivo são aspectos importantes para estudar a produção de subjetividade nas instituições e nos seus estabelecimentos. Se pudermos ouvir esses discursos, captar as práticas desenvolvidas no contexto institucional de um dado estabelecimento e considerar também o contexto global no qual ele se insere, então talvez seja possível entender o que é essa instituição e o que ela pode produzir eventualmente nas atuais circunstâncias. A partir de um diagnóstico institucional, se houver demanda, será possível pensar em intervenções que visem à transformação dessa realidade. Na definição dos rumos de tais transformações, o coletivo institucional ocupa o lugar de sujeito e de protagonista insubstituível.

O lugar da crítica quanto aos limites das políticas públicas para crianças e adolescentes e do Sistema Único de Assistência Social

Quando discutimos os limites problemáticos do ECA e do Suas, notamos que isso costuma causar um certo incômodo, pois há uma grande possibilidade de sermos vistos como um detrator, como um inimigo que coloca obstáculos para a efetivação dessas políticas. É como se pensassem que "quem critica é contra e não ajuda a causa!". Parece mesmo que quem é a favor dessas políticas deveria silenciar as críticas, pois, sejam elas quais forem, considera-se que não ajudariam no processo de implantação de tais políticas. No campo das políticas públicas,[4] costuma ocorrer um fenômeno curioso que poderia ser denominado de "falar é fazer". Bastaria "escrever" e promulgar uma lei, publicar uma cartilha e pronto: a política já seria uma realidade! As leis e os documentos têm seu valor discursivo e podem mesmo possuir certa tonalidade revolucionária e uma eficácia simbólica, mas o problema fundamental é a execução, a realização efetiva e concreta do que foi estabelecido nos documentos e, se possível, fazendo a crítica quantos aos seus impasses, buscando superar seus limites.

---

4 De acordo com Benelli (2020a, p.47): "seria possível distinguir os termos *políticas de Governo*, *políticas de Estado* e *políticas públicas*. *Políticas de Governo* corresponderiam à criação de projetos, programas, benefícios ou serviços por um grupo que está na administração pública municipal, estadual ou federal, num dado momento, que teriam validade durante o período em que durasse o mandato eleitoral desses gestores. Essas políticas poderiam ser consideradas como concessões tácitas, por meio das quais os governantes se adiantam às necessidades da população e criam projetos, programas, benefícios ou serviços, certamente já de forma assepsiada. Mas essas políticas não possuem o *status* jurídico de lei federal, o que as tornaria obrigatórias em todo o território nacional, sistemáticas e contínuas, podendo ser abolidas pelos próximos gestores eleitos. É o que costuma acontecer: a nova administração tende a abolir todo o trabalho realizado pelo governo anterior, sobretudo, aquilo que funcionou bem. Cada novo governante quer criar novidades e produzir fatos e notícias que lhe rendam dividendos eleitorais. *Políticas de Estado* seriam aquelas que alcançam o estatuto de lei federal, sendo válidas e obrigatórias em todo o território nacional.

Nossa experiência, no geral, nos revelou que as pessoas costumam se incomodar e levar a discussão crítica das ideias para o lado pessoal, ficando ofendidas e fechadas ao diálogo. As críticas às ideias são recebidas como críticas à pessoa delas e ao trabalho que realizam. Quanto mais alienadas elas estiverem nessas ideias – que geralmente não representam realmente seus interesses de classe – que tomaram para si, defendendo-as apaixonadamente como se fossem verdadeiras e próprias, mais elas se melindram e se irritam com a discussão! Elas se sentem pessoalmente criticadas e agredidas com o debate! As pessoas inteligentes debatem ideias, não pessoas![5] De acordo com Platão, "pessoas normais falam sobre coisas, pessoas inteligentes falam sobre ideias, pessoas mesquinhas falam sobre pessoas"! No entanto, nem todo mundo engaja sua vida em suas ideias! Os ingênuos e os alienados são aqueles que não sabem bem o que fazem. Os cínicos são aqueles inconsequentes que sabem e mesmo assim o fazem, pouco se importando com os possíveis resultados das suas ações. Os que possuem alguma clareza ética procuram ser coerentes, pois a práxis consiste na articulação do pensamento e da ação: pensar fazendo e fazer pensando é o que caracteriza os seres humanos!

Entendemos que "muito ajuda quem não atrapalha". Quem não sabe onde está, nem pode explicar o que está fazendo, por que o faz, como o faz e para que o faz, certamente está perdido. Pode não

---

Elas seriam concessões táticas do Estado – sendo acompanhadas de um processo de recuperação do que se concedeu –, para responder às pressões produzidas pelos movimentos sociais, por intelectuais e trabalhadores, configurando uma proposta estratégica construída no nível nacional. Elas se caracterizam por sua perenidade e não se encerram quando um determinado grupo é substituído por outro no poder. Também seria possível pensar que haveria políticas de Estado formais que permaneceriam num nível mais burocrático, caracterizando mais uma concessão tática e que haveria outras que avançariam para o estatuto de *políticas públicas*, quando as reivindicações, os interesses e a participação efetiva das classes sociais subordinadas se fizessem presentes e atuantes, por meio de manifestações públicas, por meio da participação ativa em conselhos de controle social com poder deliberativo, por meio de audiências públicas e de conferências municipais, estaduais e nacionais".

5 Cf. https://frases.tube/68716_pessoas-normais-falam-sobre-coisas-pessoas--inteligentes. Acesso em: 30 jan. 2017.

saber, mas está desorientado. Pode inclusive estar "correndo muito bem, mas é uma pena que esteja na direção errada". Por isso, cremos que é tão importante ter uma compreensão paradigmática sobre os problemas complexos que estão presentes no campo de atuação profissional no qual se está inserido!

Também temos clareza quanto ao que devemos defender na área da PNCA: que as crianças e os adolescentes são cidadãos sujeitos de direitos. Mas constatamos que tais direitos são intensa e permanentemente violados pelo Estado capitalista, sob a direção da elite dominante. Crianças e adolescentes, sobretudo os negros, são empobrecidos, expulsos da escola, patologizados, aliciados pelo tráfico, criminalizados, aprisionados e, em muitos casos, cruelmente assassinados. Entendemos que as famílias que estão vivendo há gerações na pobreza são, primeiramente, vítimas! Elas e seus filhos não têm passado, presente nem futuro em nosso país! Eles não são, de modo algum, o "inimigo perigoso", e, por isso, não podemos dar sequer um mínimo de caução moral, técnica nem acadêmica que sustente essa perspectiva!

Afirmamos resolutamente que não há prática sem teoria, nem teoria sem prática. Os seres humanos são atores da práxis, pois todos são seres pensantes e agentes. Pensam e atuam, atuam pensando. Em toda prática, há teorias embutidas, ainda que não formalmente explicitadas. Toda ação supõe perspectivas teóricas, mesmo que implícitas. E essas orientações teóricas subjacentes podem ser detectadas e esclarecidas. Para que se possa obter uma certa clareza sobre onde se está, sobre o que se está fazendo, por que se faz as coisas de um modo determinado, é necessário ter uma localização conceitual e ética decididas. Saber para onde se quer ir e como se poderia chegar lá são instrumentos que ajudam a orientar melhor o próprio trabalho. Isso tudo não é nada óbvio.

Sem estudar a literatura, composta por documentos e bibliografia, é muito difícil localizar-se na conjuntura e estrutura institucional na qual se opera na práxis cotidiana! Ninguém dá o que não tem! No mais comum dos casos, os trabalhadores não costumam pesquisar, buscar por literatura que os ajudem a situar-se no seu campo de

atuação profissional. Os estabelecimentos institucionais não costumam incluir a pesquisa, a leitura, o estudo, a produção de textos e a realização de debates como parte de suas rotinas normais de funcionamento. Estudar não faz parte do trabalho dos profissionais nos estabelecimentos nos quais atuam. É muito comum nem haver reuniões periódicas das equipes e, quando há algumas, costumam ser formais e burocráticas, tangenciando as questões mais essenciais que estão envolvidas no trabalho.

Pode não haver oferta de "formação permanente", de "formação em serviço", de "cursos de capacitação", de "cursos de aprimoramento profissional", de "supervisão institucional" ou de "apoio matricial". Mas essas práticas todas, caso existam, ficam muito limitadas sem incluir o tempo de estudo como algo imprescindível e parte integrante das horas semanais de trabalho profissional que precisaria ser realizado no estabelecimento assistencial.

Queremos justificar por que citamos uma considerável bibliografia ao comentarmos os temas que tomamos como analisadores potenciais. Talvez o leitor também estranhe isso. Mas nossa intenção consiste em fornecer possibilidades para que ele possa aprofundar seus conhecimentos sobre tais problemas, refletindo sobre suas próprias práticas, com base na literatura, problematizando ambas, com a finalidade de aprimorar e formalizar sua práxis.

Uma parte importante da pesquisa-intercessão na universidade consiste em colecionar, organizar, sistematizar, resenhar e analisar criticamente a bibliografia pertinente sobre diversos aspectos da práxis. Esse trabalho com a literatura, incluindo documentos e bibliografia, pode ser muito útil e intercessor para outros trabalhadores que se interessem em problematizar sua própria práxis, cotejando-a com a teoria disponível na literatura.

Às vezes esse material é variado, disperso e de difícil localização para quem não está familiarizado com pesquisas em bancos de dados digitais. Isso também pode ser tático, pois investigações e análises críticas sobre o trabalho profissional desenvolvido em dispositivos institucionais costumam tornar públicas diversas ações empreendidas pelos trabalhadores.

Não se trata de produzir denúncias panfletárias e irresponsáveis, supondo ingenuamente que isso poderia, por si só, modificar a realidade criticada. Ao incluir na sua análise um conjunto de autores que discutem questões semelhantes e graves, o trabalhador-intercessor-pesquisador se cerca de aliados e não fica solitário diante das reações que seus relatos possam provocar. Essa foi nossa tática.

A universidade e a academia científica não podem dar lastro e subsídios para sustentar a manutenção dessa (des)ordem social e institucional! O trabalho acadêmico não pode se prestar a fundamentar ideológica, técnica, teórica, ética e politicamente perspectivas que naturalizam as desigualdades e as injustiças sociais gritantes que estão presentes de modo crescente na realidade brasileira! Esse é o sentido dessa nossa contribuição crítica, institucionalista e problematizadora.

Sobre a organização dos capítulos do livro

A discussão sobre políticas sociais, proteção social, seguridade social e AS exige um marco teórico abrangente e crítico sobre tais conceitos importantes, de modo que possamos problematizar o papel das políticas sociais, particularmente a PNCA e a AS, nos marcos do capitalismo, tal como ele se manifesta na realidade brasileira. Ao abordarmos as políticas sociais, buscamos reconstruir essa categoria a partir da sua inscrição na realidade sócio-histórica, pois a AI, dado seu viés metodológico dialético, possibilita evitar abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas. Trata-se, portanto, de situar as políticas sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva da totalidade – como recurso heurístico – e inserido na totalidade concreta, a sociedade burguesa brasileira.

Nessa perspectiva, o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla casualidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. É necessário considerar a natureza do capitalismo, o seu grau de desenvolvimento e as estratégias

de acumulação prevalecentes. Isso incluir compreender o papel do Estado e das classes sociais na regulamentação e implementação das políticas sociais, bem como sua articulação com a política econômica e a luta de classes. As dimensões da história, da economia, da política e da cultura são referenciais que ajudam a situar e compreender o sentido e o significado das políticas sociais, e permitem identificar tanto as determinações econômicas quanto as relações de poder, de coerção e de ameaça que determinam os limites e o grau de "bem-estar social" que a política social pode produzir no âmbito do capitalismo.

Consideramos que as políticas sociais consistem em uma conquista civilizatória e que a luta em sua defesa permanece fundamental, mas entendemos que elas não são a via de solução da desigualdade, que é intrínseca ao mundo baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância (Behring; Boschetti, 2006).

Assim, a política social pode constituir-se como uma das estratégias de luta política dos trabalhadores para que possam se apropriar, por meio do fundo público, de uma parcela da riqueza que foi socialmente produzida. E nesse caso essa disputa é muito desigual. Enquanto trilhões de reais são disponibilizados para pagar a "dívida pública" – e para isso não há teto de gastos –, grandes cortes foram feitos quanto aos investimentos estatais em políticas públicas de saúde, educação, AS etc. Os grandes impasses das políticas públicas sociais encontram equacionamento no contexto amplo do capitalismo, permitindo a compreensão do seu caráter contraditório e de suas diversas tensões, tais como: incompatibilidade entre trabalho e AS; dever moral *versus* dever legal; público *versus* privado etc.

Partindo da perspectiva da AI, incluindo contribuições analíticas genealógicas, colecionamos e analisamos uma ampla literatura sobre a política pública de atenção aos direitos e de atendimento para a criança e o adolescente na atualidade brasileira. Por meio de uma análise crítica, tanto da documentação quanto da bibliografia, buscamos aprofundar nossa compreensão sobre a estrutura, o modo de funcionamento, a efetividade, os principais problemas e os desafios que enfrentam tais entidades assistenciais. Realizamos uma

análise documental nos arquivos do CMDCA relativa às entidades assistenciais cadastradas nos períodos de 2017 e 2018. Buscamos identificar quais são e como funcionam as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que atendem crianças e adolescentes considerados em "situação de risco pessoal e social", no município pesquisado.

Os três primeiros capítulos podem parecer abstratos e talvez sejam considerados como idealistas e a-históricos, pois aparentemente descontextualizam a entidade assistencial, a PNCA e a Pnas do plano histórico que dá densidade a essas formações sociais singulares. Mas, se eles são apresentados logo de início, não foi de modo inadvertido, mas por razões lógicas do pensamento crítico. Nossos longos anos de imersão nessas formações sociais, trabalhando e pesquisando, empregando a AI (Benelli, 2014a, 2016b, 2020a), incluindo o tempo de duração da realização da investigação que origina este livro, de 2018 a 2020, levaram-nos a construir tais formulações analíticas.

Nesse aspecto, seguimos a distinção de Marx entre *o processo de investigação e o modo de exposição* (Netto, 2011). No *processo de investigação*, o objetivo consiste em recolher, colecionar os fenômenos em suas múltiplas formas de manifestações, os seus mais diversos exemplares, buscando compreender sua especificidade e singularidade, as relações entre a parte e o conjunto total no qual ela se inclui, com seus movimentos, suas lacunas e contradições, visando apreender suas determinações e leis estruturais. Só depois de concluída essa etapa, viria a parte da *exposição*, que consiste numa apresentação sistemática, ordenada, lógica e coerente da apreensão que se construiu durante a investigação.

Nos capítulos 1, 2 e 3, procuramos apresentar, de modo lógico, uma perspectiva singular e institucionalista quanto à entidade assistencial, à PNCA e à Pnas, utilizando para tanto os operadores conceituais e analíticos da AI para problematizar as entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos que atendem crianças e adolescentes no campo da AS. Ainda é pouco comum considerar propriamente a dimensão institucional tanto da entidade

assistencial, da PNCA quanto da Pnas, tomadas como fenômenos históricos ou formações sociais. Nossa pretensão foi pensá-las dialeticamente como objetos formais abstratos. Entendemos que tal esforço é útil para compreender os impasse que lhes são constitutivos, manejá-los e interceder.

No Capítulo 4, discorremos sobre as formas de financiamento das entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos em geral. Apresentamos ao leitor o Plano Municipal de Assistência Social; informações sobre o cofinanciamento dos governos federal e estadual para a AS no município; discutimos algumas ambiguidades e contradições entre o Suas e o terceiro setor; caracterizamos o Fundo do CMDCA (Fumcad) e incluímos a promoção de eventos beneficentes utilizada pelas entidades assistenciais para angariar fundos. Discutimos as ambiguidades e contradições que detectamos entre o Suas e o terceiro setor, manifestas por alguns termos analisadores que indicam o discurso do empresariamento das políticas públicas, tais como "gestão", "gerencialismo" e "serviço". Constatamos o viés do gerenciamento empresarial da política no Estado neoliberal transformando direitos em serviços, como expressão das contradições entre o público e o privado na atualidade brasileira que estão incidindo no campo das políticas públicas.

Os capítulos 1, 2, 3 e 4 constituem um cenário teórico-conceitual complexo a partir do qual, no Capítulo 5, situamos e caracterizamos as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos e as públicas desse município, bem como apresentamos suas fontes de financiamento relativas ao ano de 2017. Resenhamos o projeto de cada entidade assistencial cadastrada no CMDCA, procurando descrevê-las com suas próprias palavras, recolhendo o que podemos chamar de seu discurso oficial. Embora as informações financeiras apresentadas sejam relativas apenas ao ano de 2017, elas permitem considerar seriamente o tema do financiamento e sua relação quanto aos impasses e às possiblidades concretas do trabalho assistencial realizado por estabelecimentos privados e públicos no Brasil. A intenção consiste em acrescentar esse item na pauta das discussões sobre as políticas públicas sociais do país. O desenvolvimento de políticas públicas

cidadãs exige grandes investimentos igualmente públicos, perenes e contínuos para produzir, efetivamente, os direitos dos brasileiros, particularmente dos pobres.

As entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos cujos documentos encontramos nos arquivos do CMDCA totalizam 19 e foram fundadas por grupos de pessoas que pertencem às religiões católica (seis), espírita (três) e evangélica (três), aos clubes de serviços (Rotary, Lions, Maçonaria) (duas), ao empresariado filantrópico (duas), à área da educação (uma) e à área cultural (duas). As entidades assistenciais públicas são seis – Cras (quatro), Creas (uma) e Casa de Acolhimento Institucional (uma) – e foram criadas após a institucionalização do Suas, no momento da formalização dos vínculos do município pesquisado com o governo federal, com o "Plano de Ação para o Cofinanciamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social", para operar no nível da gestão básica da política nacional de AS.

No Capítulo 6, sem a pretensão de sermos exaustivos, discutimos vários analisadores potenciais que encontramos nos documentos das entidades assistenciais, como os planos de trabalhos: o preventivismo, o enfoque sobre o indivíduo e em seu comportamento, a importância da moral pessoal, da educação em valores, os temas do envolvimento com a violência, a inclusão, frequência e permanência na escola, a evasão/expulsão escolar, o protagonismo social dos adolescentes, a autoestima, a preparação para e da inserção no trabalho. Há também lacunas nesses documentos: a medicalização e medicamentação de crianças e adolescentes com deficiência, os marcadores de classe social, raça e gênero.

A forma do financiamento das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, baseada muito mais em práticas diversas de doação de pessoas físicas e jurídicas do que no custeio público pelo Estado, está diretamente relacionada aos limites filantrópicos e às poucas possibilidades cidadãs do trabalho social desenvolvido por elas no atendimento ao seu público. O financiamento público (federal, estadual e municipal) é pequeno, focalizado e insuficiente, e a legislação atribui às entidades a responsabilidade por sua própria manutenção.

No Capítulo 7, discutimos sobre as formas de atenção assistencial, que podem ser denominadas de atenção filantrópica e atenção socioeducativa (Benelli, 2014a), oferecida para crianças e adolescentes, desdobrada sob a forma de atendimentos diversos, sempre pautada em perspectivas teóricas e técnicas, políticas, culturais e éticas. Não há prática sem saber que a sustente, já que os seres humanos são sujeitos da práxis. As formas de atenção assistencial também possuem posicionamento paradigmático que pode ser devidamente localizado a partir de parâmetros analíticos (ibidem). Encontramos, na vida cotidiana e por meio de uma imersão numa ampla literatura pertinente, um conjunto de analisadores potenciais problemáticos que exigiram reflexão e problematização sobre o tema da atenção socioeducativa. Tais analisadores constituem impasses para a práxis, o que exige reflexão teórica e epistemológica e também produção de conhecimentos que possam permitir reposicionamentos e reorientação da práxis quanto às modalidades de atenção assistencial disponibilizada para crianças e adolescentes. Encontramos diversos exemplos de intervenções morais, socializadoras, educacionais e terapêuticas como modalidades de atendimentos assistenciais. Esses exemplos de atenção filantrópica podem ser localizados num plano disciplinar, pois visam governar, educar/ensinar, tratar (psiquiatria, psicanálise, psicologia), cuidar, moralizar e socializar por meio das diversas ciências humanas tais como a sociologia, a pedagogia, a psicologia, o serviço social, o direito etc. Consideramos que a superação e a subversão de tais perspectivas disciplinares poderiam ser produzidas por meio do que denominamos de intercessões, que buscam operar no plano simbólico, representando uma possibilidade de atenção socioeducativa.

Concluindo o livro, pensamos que a literatura mais ampla permite considerar que o campo da política pública para crianças e adolescentes no Brasil está permeado por disputas e tensões entre perspectivas diversas que poderiam ser nomeadas como paradigma filantrópico e paradigma do sujeito cidadão de direitos. Notamos que as entidades assistenciais do município pesquisado possuem grandes dificuldades de pautar seus discursos e suas práticas pelo

paradigma do sujeito cidadão de direitos. A lógica institucional empresarial e mercadológica do terceiro setor revela-se bem alinhada com a perspectiva paradigmática filantrópica, opondo-se ao paradigma do sujeito cidadão de direitos e à atenção socioeducativa. A base material de produção da vida social consiste num dos importantes determinantes das condições predominantemente filantrópicas das entidades assistenciais.

Os resultados desta pesquisa oferecem dados que poderiam orientar os trabalhadores, os gestores municipais e demais autoridades na implementação de políticas mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e adolescência, caso aspirem a empreender novas práticas pautadas em uma perspectiva realmente democrática e cidadã, eticamente alinhada com os interesses populares.

Agradecemos ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ao financiamento da pesquisa (Processo n.2017/22541-4), a partir da qual produzimos este livro.

1
Operadores conceituais da análise institucional para a problematização das entidades assistenciais e do campo da assistência social

"Uma instituição é formada pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades, por um lado, e as normas sociais já existentes, por outro" (Lourau, 2004, p.71).

"[...] se o homem sofre as instituições, também as cria e as mantém por meio de um consenso que não é somente passividade diante do instituído, mas igualmente atividade instituinte, a qual, além disso, pode servir para pôr em questão as instituições" (ibidem, p.73).

Sobre a instituição como conceito em Lourau e suas aplicações

Segundo a descrição de Lourau (2014), uma instituição pode ser entendida como norma universal abstrata que inclui modelos, regras e valores de comportamentos sociais, tais como o casamento, o trabalho assalariado, a família etc. As instituições, como conceitos, são lógicas abstratas, mas também se constituem como formas sociais visíveis dotadas de uma organização jurídica e/ou material de função normativa.

As instituições, como normas universais, afetam os indivíduos de maneira particular. De uma forma ou de outra, não há escapatória, pois o sujeito está sempre sob a égide de regras e normas próprias de uma forma social organizada em instituições. Por exemplo, tanto aquele que é incluído quanto o que é excluído do sistema trabalho-salário é afetado por normas das chamadas instituições, como podemos verificar por meio de várias figuras: estudante, estagiário, desempregado, trabalhador empregado, trabalhador informal, terceirizado, aposentado etc.

As instituições são criadas, instituídas e produzidas socialmente por atores institucionais, adquirem formas sociais visíveis, particulares, e podem incluir planos jurídicos e/ou materiais de organização, de modo a compor uma estrutura burocrática visível. Assim se configuram as organizações e seus estabelecimentos, que formam dispositivos específicos de intervenção sobre um dado objeto.

É possível analisar dialeticamente as instituições, decompondo-as em três momentos: da universalidade, da particularidade e da singularidade. Trata-se de um interessante plano de análise para distinguirmos conceitualmente os diferentes aspectos da realidade. Lourau (2014) se inspirou no filósofo Friedrich Hegel para decompor o conceito de instituição em três momentos dinâmicos. Com isso, torna-se possível lidar com o problema filosófico hegeliano: tudo está em movimento. E como pensar, estudar, investigar uma realidade que está em movimento? Para tanto, são úteis as categorias da universalidade (abstrato), particularidade (fenômeno) e da singularidade (essência, síntese de múltiplas determinações), de forma a apreender uma instituição como um processo em movimento dinâmico.

Uma análise dialética precisa considerar a diferença entre os fenômenos aparentes e seus determinantes constitutivos essenciais. Para alcançar o sentido de uma dada forma social, deve-se relacioná-la com uma estrutura e não apenas com condutas particulares dos atores sociais. A estrutura corresponde ao plano da universalidade, da formalidade conceitual discursiva; já a particularidade consiste na sua negação pelo caso a caso das práticas concretas; e a singularidade consiste no coeficiente em alto grau da suprassunção do

universal na realidade social e histórica. São práticas singulares e não simplesmente contrárias, no sentido mais comum do termo, pois representam uma apropriação e tradução original, propriamente singular, do universal.

É preciso superar o pensamento mecanicista do senso comum que opera segundo uma lógica causal linear simples: A leva a B que leva a C. Hegel estabeleceu três momentos/categorias dialéticas simultâneas: *tese* (universalidade), *antítese* (particularidade) e *síntese* (singularidade, unidade de contrários em tensionamento). Da contradição (movimento) entre a tese e a antítese, produz-se a síntese. A subsunção dialética é o processo de transformação e permite que parte da tese seja suprimida. Algo dela é conservado e elevado a outro nível, qualitativamente diverso.

A *tese*, como o primeiro momento, aquele da universalidade, apresenta-se como valor abstrato, porém como conceito verdadeiro que pode ser identificado, por exemplo, nas normas universais socialmente estabelecidas. Como exemplo de teses enquanto afirmações positivas e universais, podemos considerar, entre outros, os discursos da "proteção social" do Suas (Brasil, 2005) e o da "proteção integral" presente no ECA (Brasil, 1990). Tais discursos, em sua universalidade, seriam opostos aos modelos históricos anteriores e informais de assistência, tais como ajuda, doação, favor, benesse e ao paradigma menorista, tutelador e repressivo na política da criança e do adolescente.

A *antítese*, como particularidade, remete ao conceito de negativa da universalidade, momento em que a verdade geral deixa de ter função e aplica-se a condições determinadas e particulares das diferenças. É no âmbito das práticas que se revelam as lacunas e a polissemia do discurso abstrato da instituição. Trata-se, de forma concreta, dos estabelecimentos assistenciais: como são as práticas produzidas em determinado Cras, em determinada entidade assistencial, em determinado CT etc. com uma dada equipe técnica e condições singulares.

A *síntese*, como singularidade, aponta o momento resultante da unidade negativa sobre a positiva, já que normas concebidas

como universais implicam a mediação de formas singulares de modos de organização. É resultante da articulação do universal com o particular, do discurso institucional com a práxis dos agentes (trabalhadores e usuários). Um exemplo: o modo como um estabelecimento assistencial articula o discurso universal da "proteção social" ou da "proteção integral" com as mediações disponíveis, no nível da práxis, para além da mera aplicação prática de protocolos de procedimentos.

É comum confundir o universal com o particular, pois trata-se de uma oposição muito abstrata, existente somente na ideologia e na filosofia idealista, nunca na prática. Alguns exemplos desse tipo de raciocínio poderiam ser: "Esse estabelecimento não realiza a 'proteção social' e a 'proteção integral' como estariam previstas no plano do discurso; logo, tais tipos de proteção não são reais, nem possíveis" ou "As experiências particulares do 'comunismo' no mundo sempre falharam, provando que é uma proposta inviável". Entretanto, a dinâmica social e histórica construída pelos seres humanos não é assim tão simplista!

Toda forma social, ao possuir uma organização administrativa, define-se negativamente em relação a outras formas sociais e ao conjunto do sistema social. Ela é o que as outras não são e vice-versa: educação/saúde/assistência. Toda forma social possui também um caráter específico, produzido por sua finalidade (ou função), como seja: a produção (fábrica), a gestão (empresa administradora), o ensino (escola), a proteção social (AS), a proteção integral (política nacional para crianças e adolescentes), a segurança (polícia), a saúde (estabelecimentos de saúde) etc.

A função oficial da organização está ligada a outras finalidades criadas pela existência de relações contínuas entre tal organização e as outras, com funções diferentes, e, ainda, por suas relações com o conjunto do sistema social. A isso chamamos atravessamento: um estabelecimento é "atravessado" pelas funções de outros, no sentido da reprodução das relações sociais hegemônicas. Exemplos: a prisão tem algo de escola; a empresa, algo de clínica; os manicômios, algo de prisão; e os conventos e seminários possuem estruturas e dinâmicas

institucionais semelhantes (Goffman, 1987; Foucault, 2013; Benelli, 2006, 2013).

A principal função da instituição/organização está ligada, necessariamente, a outras funções do sistema social. Definir uma organização pela atividade específica ou pelo serviço que ela se propõe a desenvolver ou prestar não é suficiente. Há variadas funções específicas que se dispõem ao redor de uma função oficialmente privilegiada, no entanto elas não se evidenciam de imediato. Por isso, além de ouvir/escutar, é preciso olhar para o que se faz efetivamente no estabelecimento. A contradição entre discursos e práticas é parte integrante do funcionamento cotidiano das instituições.

A criação de uma instituição e seu processo de institucionalização

Uma instituição é produzida pela ação efetiva do coletivo social para responder aos agenciamentos das pulsações da demanda social – conjunto das pulsações produzidas pelo antagonismo das forças em jogo nos espaços socioeconômico e cultural (mal-estar sem nome, sofrimento nomeado etc.), cuja contraface é a encomenda (o modo como a demanda aparece empiricamente nos pedidos: tratamento de saúde, tratamento mental, tratamento psicológico, atendimento socioeducativo, psicopedagógico, apoio social, proteção social etc.) mediada pelo imaginário e pela ideologia, numa conjuntura sociopolítica determinada (Costa-Rosa, 2013).

De acordo com Costa-Rosa (2013), essa conjuntura sociopolítica pode ser analisada e compreendida por meio do conceito de Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH), do filósofo Antonio Gramsci.

Tal conceito permite analisar, em termos molares, certas linhas de composição das formações sociais, organizadas e atualizadas pelas pulsações, de modo a possibilitar a construção de modelos paradigmáticos pelo trabalho do pensamento: paradigma do modo de produção cooperado *versus* paradigma do modo capitalista de produção (MCP); paradigma médico-psiquiátrico-hospitalocêntrico-

-medicamentalizador (PPHM) *versus* paradigma psicossocial (PPS) e paradigma flexneriano da saúde *versus* paradigma social da saúde.

A saúde mental estaria para a saúde pública, que seria uma política de Estado, mas orientada de modo predominante pela lógica médica, focada na doença e no seu "tratamento". A saúde coletiva seria uma política pública – ainda a ser construída, em boa medida – pautada em uma perspectiva social como produção social de saúde. Benelli (2020c, p.138) considera que

> [...] no campo da Medicina podemos encontrar algumas possibilidades paradigmáticas distintas, conforme o que a bibliografia indica: 1) o Paradigma Assistencialista Privatista Medicocentrado (paradigma flexineriano), que implementa uma Saúde Pública alinhada com os interesses do Estado capitalista e da indústria farmacêutica centrada no médico, na medicação em geral e nos psicofármacos, na direção de uma crescente medicalização do social (Mendes, 1999; Costa-Rosa, 2000; Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003); e 2) o Paradigma da Produção Social da Saúde, que propõe uma medicina social na direção de uma Saúde Coletiva (Mendes, 1999; Campos; Minayo; Akerman, 2006; Paim, 2006; Costa-Rosa, 2013).

Na área da AS e da PNCA, podemos nomear as figuras antagônicas do paradigma filantrópico *versus* o paradigma do sujeito cidadão (Benelli, 2014a).

Sempre resta na instituição, como resultado desse processo de constituição, um "não sabido" estrutural em relação à demanda social do qual ela é efeito. Isso quer dizer que a instituição "distorce" e, de muitos modos, "simplifica" as pulsações da demanda social, interpretando-as. As queixas, os pedidos de ajuda, os sintomas, os conflitos, o sofrimento mudo etc., ao serem mediados e produzidos socialmente, são recortados por meio da ideologia e do imaginário, desconhecendo o "não sabido" do qual emergem. Invariavelmente, a resposta institucional produzida não coincide com as pulsações instituintes, coincidindo com o que também aprendemos com a psicanálise: "Isso que você está me oferecendo não é aquilo de que preciso".

Uma parte importante das pulsações da demanda social pode encarnar-se em indivíduos concretos, sob a forma do sofrimento e das queixas (drogaditos, moradores de rua, crianças de rua, pobres em geral etc.). Nesse caso, tendem a se redobrar os efeitos de alienação (que é simultaneamente social e subjetiva), exigindo, na mesma medida, uma qualificação esmerada da práxis, da acuidade dos referenciais de escuta e de compreensão, utilizados por parte daqueles a quem tais queixas são dirigidas. Trata-se da emergência de casos analisadores, de casos exemplares e paroxísticos, de agentes coletivos de enunciação, nos quais se pode verificar a pertinência do sintoma social dominante – SSD (Benelli, 2020c).

A consistência da instituição: universal (discurso), particular (prática) e singular (práxis)

Uma instituição consiste na articulação de *saberes* e *práticas* por um *discurso lacunar*, como costumam ser todos os enunciados discursivos. Tomando uma sugestão de Hegel sobre os três momentos do conceito – *universal*, *particular* e *singular* –, é possível pensar a instituição como uma conjunção de esferas ou momentos articulados (Lourau, 2014; Oliveira, 2005; Costa-Rosa, 2013; Pasqualini; Martins, 2015).

A esfera dos *discursos* constitui a instituição como *universalidade* ou como prática discursiva. Há instituições que se mantêm por longo tempo apenas com a consistência de práticas discursivas. Trata-se de práticas que não produzem o que se chama, propriamente, um dispositivo com a proposta de intervir sobre um dado "objeto" designado por esse discurso. Esse seria o plano das instituições como lógicas, como figuras abstratas do plano do pensamento.

Mas, em certas circunstâncias, as lógicas podem funcionar como uma espécie de dispositivo capaz de operar sobre o objeto, como nos casos da "instituição" da criança pobre como "menor delinquente" ou dos pobres como "classes perigosas". Nesses casos, podemos dizer que elas estão a caminho de fazer equipamento, isto é, o

estabelecimento institucional. Estamos interessados em especificar os efeitos da instituição sobre um "objeto" quando ela atinge a consistência que designamos aqui como "instituição-dispositivo": o laço social da psiquiatria como ciência (discurso médico-psiquiátrico) para os manicômios, as instituições da atenção psicossocial, da AS, da saúde, da política para crianças e adolescentes etc.

A instituição se constitui como *particularidade* na esfera das práticas concretas ou não discursivas. Ela faz mais ou menos daquilo que enuncia, inclusive faz coisas que não enuncia explicitamente. É justamente nesse âmbito que ela se mostra claramente como dispositivo: conjunto de saberes e práticas articulados, operando concretamente no cotidiano do estabelecimento. Trata-se do estabelecimento que se manifesta de imediato ao observador como um aparelho capaz de determinadas funções, por exemplo: tratar os doentes mentais, educar as crianças e produzir objetos de uso, por meio do manicômio, da escola e da fábrica, respectivamente.

A esfera da prática é considerada o âmbito da negatividade produtiva, por sua capacidade de fazer revelar no discurso institucional, pretensamente universal, a sua polissemia e suas lacunas de sentido. A prática e os saberes, por terem consistência multifacetada, expressam a riqueza do agir humano, para muito além de qualquer discurso que pretenda circunscrevê-lo como unívoco. Práticas e saberes podem estar aquém ou abaixo do nível do discurso institucional oficial, podem superá-lo dialeticamente descartando uma parte dele, conservando alguns de seus aspectos e, ainda, elevando-o a outros patamares discursivos.

Podemos ver esse processo de superação expresso na passagem do discurso "menorista" (disciplinar-correcional) do Código de Menores ao discurso do ECA, como proposta de proteção integral (disciplinar-pedagógico e psicológico), e do discurso deste ao paradigma do sujeito cidadão (transdisciplinar). No plano da AS, o discurso da "periculosidade dos pobres" (disciplinar-preventivista) pode passar para o discurso do "risco e vulnerabilidade social" (disciplinar-promocional e inclusivo) e também ao do "sujeito cidadão" (transdisciplinar).

Finalmente, é preciso pensar uma esfera da instituição como *singularidade*. Esse momento corresponde justamente à articulação do universal e do particular: a práxis. Em sentido geral, tanto o universal quanto o particular são sempre abstratos por sua aspiração à completude.

Algumas vezes, uma dimensão explicita a intenção de excluir a outra, ou seja, as contradições institucionais podem chegar a ser vivenciadas de forma distorcida como conflitos entre discurso e prática, ou entre saber e prática: o discurso ou as práticas. Isso se expressa por meio do enunciado "Na prática, a teoria é outra".

Trata-se de momentos confusos para o conjunto dos atores institucionais em que discurso e saber viram sinônimos, como se fosse possível haver qualquer prática sem saber associado, ou qualquer saber sem prática que o sustente. Entendemos que essas são manifestações claras da cisão, presente na forma social mais ampla, entre trabalho braçal e intelectual, ou entre trabalho decisório e executor.

Rigorosamente, talvez nem toda *prática* possua o estatuto de *práxis*. Há práticas que reproduzem o instituído, aplicam mecanicamente conhecimentos e protocolos ou técnicas de procedimentos formais, nas quais não se pensa nem se problematiza o que se faz. Há práticas alienadas e preconceituosas, improvisadas e baseadas no senso comum. Para que uma prática esteja à altura da designação de práxis, ela precisa ser uma ação na qual se expressa a produção de um *saber* novo e criativo que é consumido no mesmo ato de sua produção pelos sujeitos que o produzem, visando responder a uma dada problemática.

> Chamamos de práxis este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos [...]. Existe na práxis um por fazer, mas este por fazer é específico: é precisamente o desenvolvimento da autonomia [...] a práxis é, por certo, uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar (não podendo justificar-se pela invocação de um tal saber – o que não significa que ela não possa justificar-se). (Castoriadis, 2000, p.94-5)

Na dimensão do dispositivo como *singular*, podemos ver que o significante "instituição" é polissêmico. Nele é possível recortar ao menos três sentidos fundamentais:

1. A instituição como lógica, substantivo precipitado dos costumes desde tempos imemoriais – que pode ser vivenciada como criação mítica, desde sempre e para sempre instituída.
2. A instituição como ato de instituir, ação imediata, verbo, aquilo que é sempre vivo, o aspecto que mais perceptivelmente se encarna na ação dos homens. Por exemplo, ao diagnosticar o "problema social" – a pobreza – como marginalidade, delinquência, criminalidade, como outro radical da sociedade, está, na realidade, instituindo a pobreza como algo do qual ela tem que se proteger e se defender. Contudo, é na dimensão da instituição como verbo que se pode tanto reproduzi-la como lógica estabelecida quanto introduzir transformações nessa lógica.
3. Finalmente, temos que considerar o sentido da *instituição como formação social* encarnada em um dispositivo de produção social, em que o substantivo e o verbo aparecem como amálgama.

Desse modo, pode-se dizer que o sentido do termo *instituição* que a AI elevou à categoria de conceito designa um dispositivo de "instituir" o instituído (reprodução) e o instituinte (criação). É esse conjunto composto por arquitetônico, mobiliário, equipamentos, maquinário, saberes e práticas, articulados por um discurso, realizado por agentes, que estamos definindo como dispositivo institucional; dispositivo que opera sobre objetos configurados e em função de objetivos determinados no contexto de uma realidade social complexa capaz de expressar processos produtivos e modos de produção. São os agentes que atuam nos estabelecimentos e nos dispositivos institucionais que (re)produzem a instituição e também os que podem subvertê-la e reinventá-la.

As funções produtivas das instituições

Dada a natureza de um discurso ideológico (formação discursiva de aspiração totalizante) e a função que ele ocupa na instituição como forma social particular, é possível deduzir que o discurso institucional tende a explicitar, sobretudo, as funções positivas do dispositivo. Portanto, é necessário analisar esse discurso e suas relações com os saberes e as práticas, pois isso nos permite o acesso a outras funções institucionais que, utilizando as referências da dialética, podemos chamar de "suas funções negativas" (Costa-Rosa, 2013), as transformações advêm do trabalho do negativo, que na versão marxiana, como sabemos, é o que há de mais positivo.

Tomemos o caso da instituição típica da AS, que neste momento histórico assume várias fisionomias, tais como os estabelecimentos do Cras, do Creas, das entidades assistenciais diversas (de atendimento a crianças e adolescentes, casas de acolhida institucional, abrigos, estabelecimentos de longa permanência para idosos, Centro Pop, estabelecimentos de acolhida para moradores de rua etc.). Depois da análise, encontramos as seguintes funções, bem delimitadas: uma *função positiva*, que se expressa no discurso institucional como função oficial: oferecer apoio social para os pobres, amparar e proteger o indivíduo e a sociedade dos riscos e das vulnerabilidades sociais, recuperar, ressocializar, reintegrar, incluir socialmente os indivíduos, entre outros termos; e uma *função negativa*, que, na realidade, se subdivide em três.

A *primeira subfunção negativa* consiste justamente na produção de mais-valia, a exemplo das instituições da produção comum. Especificamente devemos considerar que os estabelecimentos de AS atuam na realização da mais-valia, por meio da utilização dos produtos de outras instituições. Seguem exemplos: transferência de renda (Bolsa Família) que incrementa a economia como um todo, por meio do consumo; a filantropia dos clubes de serviço e da responsabilidade social empresarial que injeta dinheiro nos estabelecimentos assistenciais por meio de editais diversos; o terceiro setor (Andrade, 2014; Barbosa, 2003; Barbosa, L. P., 2006; Brettas, 2016; Calegare;

Silva Junior, 2009; Garcia, 2004; Montaño, 2007, 2014; Passone, 2007; Yamamoto, 2007), que representa todo um "mercado" de empregos e de investimentos financeiros, conseguindo extrair mais-valia da pobreza, já criada pelo processo de concentração de riqueza pelo MCP.

Não devemos desconsiderar ingenuamente a importância dessa subfunção como fator determinante das características da ação do dispositivo institucional sobre seu "objeto". Nela parece expressar-se uma característica importante das instituições no MCP, de acordo com Marx (1975): a tendência à sintonia entre ideologia dominante e tecnologia dominante (converter direitos em "serviços" que podem ser vendidos e comprados no mercado). Talvez não seja casual que termos tais como "serviços" e "usuários" tenham entrado no jargão do discurso oficial do Suas, como se pode verificar na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais –TNSS (Brasil, 2009b).

Essa sintonia fica absolutamente evidente quando consideramos as concepções dos modos de lidar com os pobres na atualidade e as diversas possibilidades das ciências humanas (psicologia, pedagogia, psicopedagogia, serviço social, direito, ciências sociais, educação física, educação artística etc.), os supostos "avanços" tecnológicos da indústria químico-farmacêutica (antipsicóticos, ansiolíticos, antidrepressivos, ritalina, concerta) e os "avanços" da medicina (psiquiatria, neuropsiquiatria, neurologia, pediatra etc.). Entretanto, notamos também que, contraditoriamente, no campo da AS, ainda se mantêm as práticas comuns, grosseiramente repressivas, tuteladoras e punitivas, mas também já se incluem outras propriamente disciplinares (vigilância, sanção normalizadora, exame). Essa sintonia é correlativa de outra sintonia, bastante onerosa para a cidadania dos sujeitos, pois fazer o "bem" aos pobres pode implicar, sobretudo, desconsiderar sua condição essencial de sujeitos.[1]

1 São sujeitos, são pessoas, seres humanos dotados de direitos inalienáveis, são cidadão na ordem da política e do Estado de direito, mas são também sujeitos de desejo, sujeitos do inconsciente. Trata-se de seres humanos entre os seres

A *segunda subfunção negativa* é uma que merece o maior destaque pela natureza dos efeitos que produz. Trata-se da reprodução das relações sociais e intersubjetivas dominantes, ou seja, as mesmas *relações sociais* da produção de mais-valia: basicamente relações verticais de domínio e subordinação. Podemos considerar, sem dúvida, que, por meio dessa subfunção institucional, opera-se uma das formas da produção mais letal aos interesses dos "sujeitos" nas práticas da AS, e sustentamos, ainda, a hipótese de que a dominância dessa subfunção produtiva é um dos aspectos mais sutis que definem a consistência do paradigma filantrópico neste momento histórico.

Trata-se da modalidade de produção de subjetividade serializada ou subjetividade capitalística. Pode-se demonstrar que no paradigma filantrópico (que está muito longe de ser patrimônio exclusivo dos clubes de serviços e das empresas em geral) há a produção de um excedente do ato produtivo que tem as características da mais-valia, sob uma forma peculiar, cuja "apropriação" também é feita pelos "interesses dominantes". Ou seja, ao produzir o "produto" nomeado positivamente no discurso da instituição (amparar, assistir, proteger, apoiar, prevenir, socializar, incluir...), temos aí uma forma de subjetividade que é a própria reprodução das relações sociais dominantes (sapientes-ignorantes, supridos-carentes, dominantes-subordinados, mandantes-obedientes, ricos-pobres, sujeitos trabalhadores-usuários sujeitados etc.).

Essa reprodução é definidora dos modos da forma social no MCP que se origina em grande parte dos impasses recorrentes na instituição de AS e nos seus estabelecimentos, bem como na PNCA.

A *terceira subfunção negativa* é a mais preciosa aos interesses subordinados na instituição de AS devido à natureza de seus efeitos. Trata-se da capacidade de as instituições (decorrente da segmentaridade das pulsações que as constituem) se contraporem, por meio de suas práticas, às relações sociais estabelecidas, exercitando

---

humanos na ordem social e do sujeito entre significantes, no plano do inconsciente. A ressalva é que não podemos confundir o sujeito social e o sujeito do inconsciente, pois não se trata da mesma realidade (Benelli, 2020c).

a possibilidade de outras formas de relação, especialmente novas formas que têm a ver com a dimensão instituinte presente, muitas vezes, no "problema" que se "quer atender e resolver".

Essas novas formas de relação podem ou não chegar a ser referidas no discurso, porém seu primeiro âmbito de ocorrência é o das práticas. Às vezes, sua manifestação é totalmente indireta, por exemplo, quando se verifica a persistência do "problema" para além de todas as ações e intervenções oficiais empreendidas. Digamos que se trata propriamente de demandas de produção da diferença, a partir daquilo que, da demanda social, se expressa como novidade.

Outras vezes, essas novas formas de relações sociais acontecem já a partir de exigências de outras contribuições, que se contrapõem explicitamente ao paradigma filantrópico.

É o caso, num dado momento histórico, das contribuições baseadas nas técnicas e éticas do materialismo histórico (pedagogia dialética, educação popular etc.), da psicanálise (escuta do sujeito na transferência e atenção ao plano da realidade psíquica, ao mesmo tempo subjetiva/social, numa postura clínica que não se confunde com o consultório e com tratamento psicológico), da genealogia (emergência da sociedade disciplinar e produção concomitante das ciências humanas disciplinadoras e normalizadoras, administração do social, biopolítica, sociedade de controle dos riscos no meio aberto – que permitem situar a AS e seus efeitos típicos) etc.

Nesse exercício de novas formas de relação social e intersubjetiva, encontra-se uma forma da produção extremamente valiosa, consistindo numa espécie de capital-ouro da práxis, que se contrapõe ao paradigma filantrópico dominante. Podemos designá-la como produção de subjetividade singularizada, por partir do sujeito como agente produtivo por excelência.

Da terceira subfunção negativa depende a possibilidade de a instituição se transformar na direção dos interesses mais genuínos de que ela é um efeito do PEH. Interesses, para nós, coincidentes com os dos sujeitos que procuram ajuda nessas instituições/estabelecimentos, na medida em que congregam as pulsações instituintes que estão presentes nas manifestações da pobreza; entendidas como efeito dos

processos de subjetivação dos conflitos e contradições em relação aos quais e pelos quais esses sujeitos são atravessadores-atravessados.

Pode-se demonstrar que aqui há igualmente a produção de um excedente do ato produtivo na AS, do qual só podem apropriar-se os indivíduos diretamente interessados: os sujeitos identificados como "usuários", os agentes institucionais e a população do território; pois é, no próprio ato de produzir um laço social (que é o oposto do discurso de mestria assistencial-pedagógica-psicológica), que pode ser realizada a apropriação do saber novo como próprio e pôr em ação relações sociais e intersubjetivas horizontais, ou seja, as bases para a protagonização necessária da produção-apropriação desse saber.

Na realidade, redefine-se, nessa terceira subfunção institucional, o processo de produção, que já não aceita qualquer cisão entre quem produz e os meios e fins da produção, e entre os atos produtores e os atos de apropriação daquilo que é produzido.

Essa função institucional também demonstra cabalmente que, quando se trata da busca do equacionamento do "problema social" que constitui a pobreza, não é possível fazer disjunção entre produção de atenção assistencial e "produção de cidadania", "produção de direitos" e "produção de subjetividade".

Tais considerações podem ser úteis para que um trabalhador possa se localizar no âmbito das instituições – que são abstratas – a partir do estabelecimento no qual estiver inserido. Elas lhe permitiriam operar de um modo menos ingênuo e, inclusive, menos onipotente. Também representam algumas pistas operatórias para orientar eticamente as práticas de atenção que talvez deseje realizar na sua práxis, no contexto institucional.

Sobre a emergência social das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos e as entidades públicas

As entidades assistenciais são constituídas no país como associações privadas que se caracterizam por não remunerarem seus

dirigentes, e suas amplas finalidades oficiais consistem em servir, amparar, atender, assistir, cuidar, ajudar, apoiar, proteger, desinteressadamente, a coletividade social. Também são denominadas, de modo genérico, como organizações sem fins lucrativos, são juridicamente constituídas por pessoas ou grupos religiosos/confessionais (católicos, espíritas e evangélicos), pessoas ou grupos empresariais (clubes de serviço tais como o Rotary, o Lions e a Maçonaria).

As entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos podem ser denominadas de organização não governamental (ONG),[2] organização social (OS), organização da sociedade civil (OSC), organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), organizações do terceiro setor ou ainda instituto, e tais nomenclaturas não correspondem a figuras jurídicas, de acordo com a legislação brasileira, mas são usadas como "marca de fantasia" e estão muito presentes no discurso comum. Existem algumas figuras para caracterizar diferentes personalidades jurídicas possíveis para o estatuto de uma nova entidade assistencial: 1. sociedade civil; 2. associação; 3. fundação.

Uma associação está para o conceito de instituição, sendo instituída por um grupo de pessoas para realizar uma dada missão e atender a certa demanda tomada como encomenda e tarefa por esse grupo fundador. Ela se plasma por meio da elaboração de documentos escritos – estatutos, ata de fundação, ata de eleição da diretoria e regimento interno –, ganha um estatuto jurídico ao ser registrada em cartório e adquire um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio, de acordo com a legislação pertinente.

A nova entidade pode ser uma associação de direito privado, que normalmente é instituída por um grupo de pessoas reunidas numa assembleia constituída por sócios participantes, visando cumprir objetivos estabelecidos em determinado segmento social, com a intenção de produzir certos efeitos. Pode escolher atuar, por exemplo, com crianças e adolescentes considerados em "situação pessoal e social de risco e vulnerabilidade", eufemismo contemporâneo para se

2 Sobre a história da emergência das ONG no Brasil, ver os trabalhos de Arantes (2004) e Landim (1993, 1998a, 1998b).

referir a indivíduos pobres. Uma diretoria costuma ser eleita com a nomeação e posse do presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes. Uma ata de fundação é lavrada e precisa ser registrada em cartório para ter efeitos legais. São escritos os estatutos da associação, um regimento interno e também seus planos de ação.

A associação costuma se instalar em uma sede própria ou alugada, onde pode funcionar e desenvolver suas atividades assistenciais. Tais instalações precisam ser adequadas, de modo que permitam que o trabalho seja realizado de acordo com os objetivos e as metodologias definidos. Podem incluir salas diversas, escritório, cozinha, refeitório, banheiros e equipamentos de lazer, tais como quadras esportivas, piscina, campo de futebol etc. Alimentos também são necessários. Serão necessários trabalhadores, funcionários contratados ou voluntários para atender os usuários diariamente. Tudo isso é caro, e precisa-se de dinheiro para custear o seu funcionamento.

Uma entidade assistencial, portanto, é um estabelecimento que suporta uma instituição, da qual deriva. O estabelecimento assistencial foi criado para que, por meio dele, a instituição possa desenvolver seus objetivos. O "serviço" ou a atividade essencial exercida está para o dispositivo institucional, para o estabelecimento propriamente dito, como equipamento em ação, no qual atuam diferentes atores sociais, produzindo efeitos diversos na realidade social.

No cotidiano, quando as pessoas se referem a um projeto assistencial, estão incluindo a instituição e o estabelecimento/serviço, que são permanentes, pois, uma vez instituídos, possuem certa estabilidade e duração continuada no tempo. O que se denomina de "projeto assistencial" se refere aos objetivos específicos da associação, que podem ser modificados conforme as circunstâncias e conjunturas históricas, possuindo duração determinada. É possível, por exemplo, atender crianças e adolescentes no contraturno escolar durante vários anos e, depois, passar a atender apenas idoso; o atendimento aos mendigos e andarilhos pode ser substituído pelo atendimento às crianças e aos adolescentes com deficiências mentais

severas. Para tais mudanças, é necessário reformular o estatuto e alterar os objetivos da associação.

Os poderes públicos federal, estadual e municipal também podem criar organizações e estabelecimentos institucionais para atender a população em suas diversas demandas, denominados de organizações governamentais (OG). Por meio delas, é possível implementar as políticas públicas de saúde, educação, AS, cultura, esportes etc., que correspondem a campos institucionais diversos. Entre as políticas públicas e as OSC, pode haver muitos tipos de relação: parceria inclusiva, concorrência, duplicação e substituição, quando uma OSC ocupa lacunas criadas pela omissão do poder público em atender aos direitos da população.

Caracterizando as figuras da associação e do estabelecimento, e suas diversas denominações e títulos

Os integrantes da sociedade civil também podem se organizar e criar tanto associações quanto fundações privadas sem fins lucrativos e de interesse público, visando a diferentes finalidades. Um dado conjunto de pessoas pode se reunir com uma finalidade comum, como promover a defesa de determinados interesses, ou, ainda, finalidades sociais, tais como proteger pessoas que enfrentam diversos problemas, ampará-las, cuidar delas ou assisti-las, sem ter o lucro como objetivo, podendo constituir uma *associação privada*. Quando houver algum patrimônio – incluindo bens imóveis e recursos financeiros – destinado a servir, também sem intuito de lucro, a uma causa específica considerada como de interesse público, é possível criar uma *fundação privada*, por meio da manifestação daqueles que a instituem, o que pode ocorrer, inclusive, após a morte desses indivíduos, por meio de testamento.

Portanto, as associações são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se formam pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem a intenção de dividir resultado

financeiro entre elas, devendo toda a renda, proveniente de suas atividades, ser revertida para alcançar os seus objetivos estatutários. As fundações constituem-se a partir de uma universalidade de bens ou direitos, dotados de personalidade jurídica, que são destinados a uma determinada finalidade social, estabelecida pelo seu instituidor.

Na definição da razão social dessa nova entidade (nome institucional), há a possibilidade de inserir a palavra instituto, bastante utilizada pelas organizações do terceiro setor. No entanto, nada impede que empresas privadas ou mesmo entidades públicas (principalmente as fundações públicas e autarquias) também a utilizem, a exemplo do IBGE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Desse modo, apesar de usualmente aplicado no terceiro setor, o termo instituto não é específico nem exclusivo desse grupo. Trata-se apenas de uma denominação utilizada na razão social ou nome fantasia de diversas entidades.

Após o estabelecimento da pessoa jurídica (associação ou fundação), com aquisição de registro no CNPJ, a entidade inicia formalmente a sua missão. E, por normalmente desempenharem atividades complementares às do poder público, buscando atender às necessidades sociais mais diversas, essas organizações passaram a ser denominadas de não governamentais, sendo esta a origem da sigla ONG. É importante esclarecer que a sigla ONG não designa uma natureza jurídica e, sim, corresponde apenas a uma denominação que destaca a principal característica das entidades do assim denominado terceiro setor: realizar atividades de fins públicos, sem serem integrantes do governo.

Em 2016, com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Mrosc (Brasil, 2014b), ficou em evidência uma nova denominação para as entidades privadas sem fins lucrativos que celebram parcerias com o poder público, as OSC. A expressão tende a substituir a denominação ONG – termo que apenas informa que tais organizações têm fins sociais, mas não fazem parte do governo –, pois OSC caracterizaria melhor a missão das entidades sem fins lucrativos, que se formam a partir da organização da sociedade civil

em busca do atendimento às necessidades da sociedade nas mais diversas áreas:

> Art. 84C. Os benefícios previstos no art. 84-B serão conferidos às organizações da sociedade civil que apresentem entre seus objetivos sociais pelo menos uma das seguintes finalidades: I – promoção da assistência social; II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – promoção da educação; IV – promoção da saúde; V – promoção da segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – promoção do voluntariado; VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XII – organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; XIII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. (Brasil, 2014b)[3]

Dessa forma, OSC também é uma denominação, não configurando uma natureza jurídica, como as associações e as fundações. Um ponto interessante é que o Mrosc amplia o conceito de OSC, para fins de celebração de parcerias com o poder público, termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, incluindo

3 A variedade dos possíveis objetivos sociais das OSC impressiona tanto por sua amplitude quanto pelo ecletismo. Como entidades privadas sem fins lucrativos poderiam promover direitos, auxiliar a construir novos direitos, promover ética, paz, cidadania, direitos humanos, democracia e outros valores universais? Qual seria o lugar e a função da Pnas e do Suas com relação às polivalentes OSC?

nesse grupo as organizações religiosas que realizam também atividades sociais e alguns tipos de cooperativas, como as sociais previstas na Lei nº 9.867/99, e ainda aquelas que tenham cunho social.

A Oscip diz respeito a uma qualificação outorgada pelo Ministério da Justiça (MJ) às entidades que atendam aos requisitos previstos na Lei Federal nº 9.790/99 e no Decreto Federal nº 3.100/99. Dessa forma, para obter esse título, a entidade necessita primeiro ser constituída sob a forma de associação ou fundação e, depois, se achar conveniente, realizar o requerimento a ser avaliado pelo MJ. O que diferencia uma Oscip de outras associações ou fundações é que ela pode escolher remunerar seus dirigentes, algo que a associação ou fundação são proibidas de fazer (Estado de São Paulo, 2007).

A qualificação de OS também é concedida a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas às seguintes áreas: pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, conforme previsto na Lei Federal nº 9.637/98. Os estados e municípios podem criar suas leis visando regulamentar as OS e ampliar o rol de finalidades sociais passíveis de permissão para qualificação de entidades como organizações sociais estaduais e municipais. Portanto, uma entidade consegue exercer normalmente suas atividades sem possuir a qualificação como Oscip ou OS.

De modo geral, toda e qualquer entidade privada que exerça atividades intermediárias entre a sociedade e o Estado, sem objetivo de lucro, poderá ser considerada uma ONG e, mais recentemente, uma OSC, a qual pode ter, ou não, o termo "instituto" em seu nome. A qualificação e reconhecimento como Oscip ou OS pode ser solicitada ao MJ ou ao poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal, respectivamente, contanto que atenda às exigências e previsões legais para a obtenção das referidas qualificações.

Portanto, um grupo não funda propriamente uma ONG, uma OSC, um instituto, uma Oscip ou uma OS, mas constitui e institui uma associação ou fundação, a qual poderá ter o termo "instituto" em sua razão social ou nome fantasia. Tal entidade será denominada ONG ou OSC por suas características e atividades, e, se for

considerado oportuno, é possível pleitear a qualificação como Oscip ou OS no âmbito das autoridades competentes.

Outro aspecto ainda é o adjetivo filantrópico, muito utilizado para caracterizar as entidades assistenciais. Existe uma acepção geral para o termo "filantropia" e também alguns títulos oficiais que as associações/entidades podem requerer nos órgãos públicos:

> Qual o conceito de entidade filantrópica? Trata-se, também, de uma sociedade sem fins lucrativos (associação ou fundação), criada com o propósito de produzir o bem, tais como: assistir à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, promovendo ainda a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e integração ao mercado do trabalho. Para ser reconhecida como filantrópica pelos órgãos públicos, a entidade precisa comprovar ter desenvolvido, no mínimo pelo período de três anos, atividades em prol aos mais desprovidos, sem distribuir lucros e sem remunerar seus dirigentes. Os títulos que terá de conquistar para ser reconhecida como filantrópica pelo Estado são: Declaração de Utilidade Pública (federal, estadual ou municipal) e o de Entidade Beneficente de Assistência Social, adquirido no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).[4]

A obtenção do título de utilidade pública (federal, estadual ou municipal) possibilita à entidade firmar convênios com o poder público para obtenção de benefícios, apresentando a certidão emitida. O título de entidade beneficente de AS permite que a entidade sem fins lucrativos usufrua de isenções e contribuições sociais, tais como a parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), entre outras.

---

4 Disponível em: https://www.filantropia.ong/conteudo.php?id=2427. Acesso em: 18 abr. 2018.

Impasses institucionais entre o terceiro setor e as políticas públicas sociais

As pessoas se reúnem e criam autonomamente associações ou fundações privadas sem fins lucrativos e desenvolvem numerosos trabalhos sociais relevantes, normalmente buscando promover diferentes tipos de auxílio para determinados segmentos sociais. Mas precisamos entender que isso se dá no contexto de uma sociedade na qual impera o MCP, o que representa um enquadramento institucional prenhe de determinações. Mesmo com um discurso oficial que propale os direitos, é preciso considerar que uma sociedade capitalista não é uma sociedade de direitos, dado que ela se estrutura com base na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho, o que acirra a produção da desigualdade social, para além das diferenças individuais.

O Estado brasileiro, na perspectiva neoliberal, particularmente a partir de 1990, ocupado em privilegiar os interesses do mercado, aproveita-se desse movimento para se desincumbir de suas responsabilidades na produção de direitos para os contribuintes que taxa por meio de diversos impostos diretos e indiretos. O contribuinte é um cidadão de direitos que paga impostos ao Estado para ter direito a saúde, educação, lazer, segurança, AS etc., que deveriam ser ofertados com qualidade, proporcionando-lhe uma vida digna (Fleury; Ouverney, 2008).

Ao se desentender de suas responsabilidades na execução e implementação pública de direitos, que se concretizariam por meio de diversas políticas que materializariam tais direitos, o Estado promove uma terceirização de suas obrigações constitucionais: incita e estimula a expansão do terceiro setor, transfere para as associações, as fundações, as OSC e as Oscip a execução de parcelas importantes das políticas de saúde, educação, cultura, AS e várias outras, por meio de parcerias que incluem acordos de convênios, fomento e cooperação, normalmente subfinanciados.

No entanto, de acordo com Benelli e Costa-Rosa (2012), numa determinada conjuntura favorável, um governo de esquerda passou

a promover a institucionalização de uma AS que avançasse no sentido de uma política pública de responsabilidade do Estado. A Pnas (Brasil, 2004) criou o Suas para reorganizar o campo da AS, elevando-a ao estatuto de política pública. As entidades sociais históricas, tanto associações quanto fundações, foram incluídas na AS na qualidade de parceiras, por meio de um vínculo institucional, sendo inscritas e certificadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (Cmas) desde que se adequassem às normas institucionais da AS.

Por sua vez, um conjunto grande de processos políticos paralelos ao movimento de institucionalização do Suas prosseguiu em seu próprio desenvolvimento e, de modo concomitante – e também concorrente com o ideário da Pnas –, promoveu a ideologia, as propostas e a conceituação do terceiro setor.[5] Consideramos que não há apenas confusão, semelhanças e superposição entre a Pnas e o Suas, de um lado, e o terceiro setor e a filantropia empresarial, de outro, mas contradição entre dois campos diversos.

O Suas tem sua origem na produção de uma resposta institucional de responsabilidade do Estado quanto à pobreza e tem como seu horizonte os direitos, a cidadania política e a democracia popular, enquanto o terceiro setor representa uma recuperação, uma neocolonização, uma atualização dos interesses capitalistas, organizados sob a figura do mercado, que pretendem, mais uma vez, extrair ainda mais lucro da pobreza – que já gerou lucro por meio de processos de exclusão social – com seu modo intrínseco de funcionamento.

---

5 "Em 2010, um grupo de organizações, movimentos e redes se articulou em uma plataforma para um novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil e apontou a necessidade de aprimoramentos nas leis referentes às parcerias com o governo. Em 2011, o Governo Federal criou um Grupo de Trabalho Interministerial para, em conjunto com a sociedade civil, elaborar propostas e análises sobre o tema. O grupo foi coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e contou com a participação da Casa Civil; Controladoria-Geral da União; Advocacia-Geral da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de 14 organizações da sociedade civil de representatividade nacional" (Brasil, 2014a, p.9).

O Suas seria uma invenção institucional de uma sociedade em conflito, mas parte dela tinha como horizonte um projeto democrático, cidadão, baseado na noção de direitos de cidadania, conforme a Constituição Federal – CF (Brasil, 1988). Essa perspectiva garantista de direitos de cidadania conseguiu inserir-se no discurso oficial do Suas, ainda que de modo recuperado e bastante assepsiado.

O terceiro setor configuraria a alternativa institucional implementada pela política neoliberal, reduzindo o Estado ao mínimo, promovendo sua desresponsabilização pelo investimento em políticas públicas sociais, o que as fragiliza e impede que sejam viabilizadas efetivamente. Construímos um quadro para organizar de modo sintético as diferentes características que nossas investigações nos levaram a compilar quanto às possibilidades paradigmáticas representadas pelo terceiro setor, pelo Suas e pela perspectiva do que denominamos de cidadania popular. Esse quadro analítico orienta nossos estudos sobre a implementação da PNCA e da Pnas, quanto ao atendimento à criança e ao adolescente no município.

Quadro 1 – Paradigmas no campo das políticas públicas sociais

Paradigmas	**Terceiro setor (1990...)**	**Sistema Único de Assistência Social (2004)**	**Cidadania popular (horizonte histórico)**
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Plano sociológico	MCP, neoliberalismo, o mercado privado, a empresa, Estado mínimo (apenas para as políticas sociais), máximo para o mercado.	O Estado social democrata instituiu o Sistema Brasileiro de Seguridade Social: Saúde, Previdência, Assistência Social.	Radicalização crítica e revolucionária na luta popular pela efetiva democratização do Estado de direito e cidadão.
Tipo de Estado	Estado social liberal (supostamente protege os direitos sociais), Estado mínimo, corte de "gastos" com as políticas sociais de saúde, educação, previdência e AS.	Estado social-democrata que enuncia as responsabilidades sociais que possui para com o cidadão e institui mecanismos institucionais para promovê-las.	Estado democrático social popular que possui e cumpre suas responsabilidades sociais para com o cidadão.
Concepção de sociedade	Sistêmica tripartite: primeiro setor (Estado e políticos, público-estatal); segundo setor (mercado privado, empresas, capitalistas); terceiro setor (sociedade civil, classe trabalhadora, que não governa nem possui os meios de produção/capital).	A sociedade é una e homogênea, constitui a nação, busca-se promover o sentimento de pertença e a inclusão social na ordem social vigente, espaço formalmente cidadão. Ignora a luta de classes, os interesses do Mercado e as práticas estatais que privilegiam o capital.	A sociedade é constituída por classes antagônicas em conflito, e há luta para organizar um Estado democrático de direito constitucional e popular para produzir condições de vida cidadã para todos, superando o Estado como garantidor do mercado.
Concepção de políticas públicas	São iniciativas privadas autofinanciadas, com ou sem parcerias públicas, verbas mínimas, não estatal e autogovernadas, vivem na contradição entre a dependência e a subordinação aos financiadores.	Políticas públicas, discursos de efeito simbólico, realizadas de modo focalizado e subfinanciado; inclui-se a rede privada de entidades assistenciais não financiadas pelo Estado.	Políticas públicas são realizadas por meio do financiamento com dinheiro público, recolhido pelo Estado por meio de impostos diretos e indiretos pagos por todos cidadãos, que são contribuintes.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Papel do Estado	Omissão do Estado. A responsabilidade estatal é substituída pela responsabilidade dos trabalhadores/usuários particulares, o que esvazia a dimensão de luta coletiva pela conquista dos direitos quanto às políticas sociais que, nessas circunstâncias, são trocadas pelos valores limitados da iniciativa moral, de ajuda, da compaixão e da caridade, que não podem ser judicialmente reclamáveis, quando inviabilizadas em seu acesso. Predomina o solidarismo voluntarista.	A responsabilidade estatal é primária e se baseia nas características de regulamentação, desconcentração, financiamento insuficiente, focalização e condicionalidades. As respostas produzidas são individuais, particulares, não complexas. Necessidades, demandas e carências são entendidas como problemas individuais e familiares, visam à integração dos excluídos no espaço social do mercado como trabalhador/consumidor.	A responsabilidade estatal é primária e se baseia nas características de universalização, distributividade, incondicionalidade e perenidade das políticas sociais, podendo ser judicialmente reclamáveis, quando seu acesso for inviabilizado. A solidariedade se baseia na consciência de classe e no destino comum de classe, integra-se à totalidade da luta de classes, procurando produzir respostas integrais, complexas para necessidades, demandas e carências tomadas como direitos fundamentais, no contexto de lutas que visam à emancipação do trabalhador.
Ação estatal quanto às políticas públicas	Descentraliza, privatiza, transfere para o setor público não estatal a execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas que devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.	O Suas convive com as entidades assistenciais privadas históricas, integrando-as por meio de um vínculo institucional. O Estado subsidia parcial e de modo insuficiente a rede privada de entidades assistenciais.	Atividades de educação, saúde, cultura, AS, previdência e pesquisa científica são consideradas áreas de interesse público exclusivas do Estado, que as financia e organiza integralmente por meio do erário público.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Conjuntura	A crise econômica seria o motivo que justificaria a reforma do aparelho de Estado que transfere a responsabilidade de intervenção sobre as questões sociais para o âmbito privado da sociedade civil.	Resposta institucional do Estado à amplitude da situação de pobreza miserável, cronicamente construída, incluindo um imenso contingente de trabalhadores excluídos dos processos de produção e consumo, como um efeito estrutural do aumento das desigualdades sociais predatórias promovidas pelo neoliberalismo globalizado.	Luta revolucionária, padrão político pautado na cidadania e nos direitos que determina a intervenção e a responsabilidade primeira e fundamental do Estado no trato das questões sociais, visando à sua superação por meio de políticas públicas efetivas.
Direitos sociais	Não se alude a "direitos sociais", que são convertidos em "serviços" que visam garantir minimamente a manutenção da força de trabalho.	Enunciam os direitos do cidadão e os deveres do Estado, permanecendo no plano retórico. Contêm enunciados de teor revolucionário.	Postulam-se direitos sociais integrais, à altura do estatuto de cidadão de um Estado democrático de direito constitucional justo e popular.
Perfil do sujeito	Indivíduo trabalhador, consumidor de serviços pagos, contribuinte pagador de impostos. Colaborador, consumidor, cliente, usuário, público-alvo.	Ambiguidade: 1. cidadão possuidor de direitos civis, políticos e sociais que são de dever do Estado; 2. assistido, carente, necessitado, desamparado público-alvo, consumidor, cliente, usuário	Cidadão possuidor de direitos civis, políticos e sociais que consistem em deveres do Estado; sujeito de direitos, cidadão na ordem da política.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Formas de participação social	Estimula a solidariedade despolitizada e acrítica, o voluntarismo individual, a prática do voluntariado, a doação de parte do tempo/trabalho em benefício do bem comum, apela para a boa vontade, os sentimentos, a empatia, a reciprocidade, a compaixão, o amparo e a ajuda, tudo a partir do plano da moral pessoal privada.	Promove a participação formal e burocrática consentida e tolerada num sistema descentralizado, mas inviabilizada na prática efetiva pela lógica autoritária que predomina no poder público. Criou os conselhos nacional, estadual e municipal, audiências públicas, fóruns, lei da transparência, promovendo o acesso à informação.	Fomenta a consciência e a solidariedade de classe, e promove o engajamento politizado e militante na luta pela transformação social da realidade brasileira, de acordo com os interesses dos segmentos populares, exige que socorro obrigatório seja prestado a quem requer solidariedade.
Política estatal de financiamento	O Estado desenvolve modalidades para cooperar e disponibilizar algum financiamento para as entidades: auxílios e contribuições; subvenções sociais (custeio de despesa das entidades); convênios, acordos ou ajustes (termo jurídico para firmar cooperação); contratos de gestão (destinação de recursos sem processo licitatório); termos de parceria (transferência de recursos públicos de forma a substituir a responsabilidade do Estado); isenção de impostos (renúncia do recolhimento de impostos).	O Estado se responsabiliza pela regulação e promove um discurso oficial de efeitos simbólicos, subfinanciando os investimentos necessários para a promoção das políticas públicas que produzem os direitos de cidadania. Criou estratégias de financiamento refilantropizadas (doação de parte do imposto de renda).	O Estado se responsabiliza pelo financiamento integral dos investimentos necessários, de modo efetivo e concreto, para a promoção das políticas públicas que produzem os direitos de cidadania.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Ideologia política	A interpretação liberal e hegemônica de sociedade é funcionalista, considerando que ela se articularia por meio de esferas/setores autônomos que se completam em harmonia. O Estado faria uma política "deseconomizada" e o mercado uma economia "despolitizada". A autonomia da "sociedade civil" teria um *status* de novidade: nova questão social, nova solidariedade, novo associativismo etc.	A interpretação sistêmica oculta que a sociedade é composta por classes antagônicas que possuem demandas, interesses e necessidades diversos. Despolitizado, psicologizado, pedagógico terapêutico, o discurso oficial promove o fortalecimento de vínculos para superar riscos e vulnerabilidades sociais.	A interpretação dialética postula que a sociedade é composta por classes antagônicas que possuem demandas, interesses e necessidades diversos. Há luta pela hegemonia quanto ao poder político e pelo controle e uso do dinheiro público recolhido pelo Estado por meio dos impostos.
Visão sobre o capitalismo	O capitalismo consiste no horizonte histórico real, não precisa ser alterado/superado porque pode incorporar as demandas e os interesses de todos os setores sociais; além disso, seria a última forma possível de desenvolvimento social.	Não tematiza o capitalismo, o mercado, a exploração econômica estrutural. Procura incidir de modo focalizado para minimizar os problemas sociais mais agudos. Visa à integração de todos no sistema social, que precisa ser aperfeiçoado por meio da correção de eventuais deficiências colaterais.	O capitalismo pode e deve ser superado, pois não pode incorporar efetivamente as demandas das classes populares. Não há uma última forma definitiva de desenvolvimento social, e o futuro histórico abre-se para o porvir e o para o devir, devendo ser inventado e construído.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Luta de classes	Considera uma sociedade supraclassista, harmônica, resignada, naturalizada. A "sociedade civil", recortada da totalidade social, deixa de ser uma esfera, um espaço, um âmbito do social, e é transformada num sujeito unitário. Ela seria autônoma com relação ao mercado e à ordem do capital, contrapondo-se ao Estado, que seria corrupto, ineficiente e caro.	Não há luta de classes, pois o Estado disponibiliza assistência de modo organizado, descentralizado e participativo para todos os que dela precisarem. A sociedade civil é chamada a colaborar no atendimento de tais demandas, por meio de incentivo à solidariedade.	A luta de classes é considerada como o motor que engendra a história, e a categoria "trabalho" é o eixo central dos diversos aspectos da sociedade de classes. A sociedade civil é entendida como "um corpo articulado, organizado, relativamente homogêneo e auto-identificado" (Montaño, 2007, p.274), composta por um conjunto de instituições que não são só diversas, mas também antagônicas. A sociedade é concebida como arena de lutas a partir das contradições entre classes. Essa compreensão possibilita entender que os reais sujeitos da história são os seres humanos e que as lutas são travadas em diversos espaços: da sociedade civil; do Estado, na esfera produtiva e em tantos outros.
Modelos administrativos municipais	Modelo gerencial/empresarial de administração: lógica da eficiência, eficácia, produtividade e competitividade de mercado, empresariamento da política, menor custo e melhor qualidade.	Política de gestão democrática atravessada pela cultura patrimonialista, coronelista, clientelista e assistencialista; promove ajuda, pautada em critérios personalistas e familialistas, corrompendo o serviço público.	Política de gestão baseada numa cultura democrática cidadã, politizada, criadora e promotora de direitos, pautada nos critérios de parcimônia, eficácia e resolutividade do serviço público.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Características dos estabelecimentos assistenciais	Estabelecimentos assistenciais de direito civil privado, de interesse público e sem fins lucrativos, mantidos por grupos religiosos, clubes de serviço, fundações empresariais; associações beneficentes, organizações de voluntários, cooperativas populares, ONGs, OS, Oscip e organizações filantrópicas.	Estabelecimentos públicos sem fins lucrativos: Cras, Creas, Casa de Acolhimento, entidades assistenciais privadas e públicas, mantidas com financiamento privado e público estatal, visando à proteção social contra riscos e vulnerabilidades.	Estabelecimentos públicos sem fins lucrativos: Cras, Creas, Casa de Acolhimento, entidades assistenciais públicas municipais, mantidas com financiamento público estatal, visando à concretização de direitos dos sujeitos cidadãos. A política de AS, ao atingir seus objetivos, tenderá a desaparecer por ser desnecessária.
Concepção de trabalho	Empreendedorismo: liberdade, criação, imaginação e dinamismo individuais, pois cada um deve, pessoalmente, tornar-se um empresário de si mesmo, responsabilizando-se por seu próprio sustento e pelo de sua família, automotivação, autoajuda, *coaching*.	Inclusão dos pobres no mundo do trabalho, incentivo à profissionalização técnica, o trabalho (emprego) é entendido como fator de proteção social e superação de riscos e de vulnerabilidade social. Ignora o desemprego estrutural como aspecto intrínseco do capitalismo.	O trabalho, atividade útil, realizadora, prazerosa, humanizante, é considerado um direito do cidadão e deve ser garantido e fundamentado por leis justas e equitativas.
Situação formal do trabalhador, profissional, técnico	Trabalhador sem vínculo empregatício formal, Microempreendedor Individual (MEI), precarizado, terceirizado, "uberizado", baixos salários, pluriemprego.	Trabalhador concursado; funcionário público municipal; ausência de plano de carreira; baixa remuneração; equipes mínimas; terceirização e grande rotatividade.	Trabalhadores concursados, funcionários públicos municipais, plano de carreira, segurança, estabilidade, boa remuneração.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Atores institucionais responsáveis	São as OSC que, assumindo o lugar de responsabilidade que seria efetivamente função do Estado, desenvolvem ações focalizadas, respondendo às demandas sociais, a partir de valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua, desconhecendo os valores democráticos e os direitos de cidadania e as obrigações do Estado.	O Estado não assume concreta e integralmente sua função como o principal responsável pelo atendimento das demandas sociais, embora isso apareça no plano do discurso oficial. O financiamento é insuficiente e focalizado. A responsabilidade é transferida para as entidades assistenciais privadas.	O Estado é o principal responsável pela função de atender às demandas sociais. A partir da solidariedade de classe, da universalidade dos direitos, implementa as políticas públicas que medeiam a produção da vida cidadã.
Formas de intervenção social	A perspectiva de um sistema imutável leva os trabalhadores a agir de forma imediata e acrítica visando a transformações imediatas e pontuais, com objetivo de amenizar e reduzir os problemas mais agudos. Causas simples produzem efeitos individuais passíveis de soluções técnicas particulares. A ação é predominantemente desarticulada, incide no imediato, visa diretamente aos "problemas" singulares, numa realidade destotalizada, deseconomizada, despolitizada, a-histórica e considerada imutável.	As intervenções são despolitizadas, acríticas, desconectadas da totalidade social. Os trabalhadores buscam promover alterações individuais, grupais e familiares, visando à adequação social por meio de informações, orientações, grupos, dinâmicas, oficinas e atividades recreativas. Estratégias pedagógicas visam mais a efeitos adaptativos do que políticos e críticos transformadores.	A compreensão crítica da irremediável necessidade de transformação da sociedade, a luta pela superação do modo capitalista, predatório e mortífero de organizar a vida social exige que os trabalhadores busquem promover alterações conjunturais e estruturais que visem a um equacionamento sistemático dos problemas coletivos. Os sujeitos se situam na realidade social a partir das categorias de historicidade, totalidade, contradição e mediação. Pedagogia dialética, educação popular.

Paradigmas	Terceiro setor (1990...)	Sistema Único de Assistência Social (2004)	Cidadania popular (horizonte histórico)
Modelo científico	Funcionalista-sistêmico	Sistêmico	Dialético-transdisciplinar
Responsabilidade política	A sociedade civil deveria responder às suas próprias necessidades e demandas, a questão político-econômico-ideológica que fundamenta tal ação é reduzida a uma questão técnico-operativa pragmática sobre a capacidade de determinado "setor" isolado em responder a tais carências, consideradas simples e individuais.	A construção de soluções para as carências, a necessidade e as demandas da população é de responsabilidade dos estabelecimentos assistenciais territoriais, o que inclui intervenções pedagógicas terapêuticas: convivência, fortalecimento de vínculos, manejo técnico despolitizado e acrítico por níveis de complexidade proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE).	A construção de soluções para as carências, a necessidade e as demandas da população inclui, necessariamente, o plano dos direitos, que são da ordem da política e de responsabilidade do Estado democrático popular. Meras soluções técnicas não são suficientes para o equacionamento de questões complexas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2
A Política Nacional para Crianças e Adolescentes: uma perspectiva institucionalista

> *"Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração que depende dele. Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela"*. (Marx, 2010b, p.23)

A instituição Política Nacional para Crianças e Adolescentes

A PNCA[1] pode ser pensada e problematizada a partir da AI, apresentando-a numa perspectiva lógica e histórica, se considerarmos

---

1 A PNCA e seu princípio da proteção integral destinam-se a todas as crianças e a todos os adolescentes brasileiros, sem qualquer distinção, considerados como cidadãos (Brasil, 1988, 1990). É na sua interface com a Pnas que ela aparece reduzida ao atendimento assistencial destinado às crianças e aos adolescentes empobrecidos e às suas famílias. Isso caracterizaria uma redução assistencializante

a hipótese de que a PNCA constitui uma instituição social complexa e em movimento, dados seus impasses, contradições e possibilidades.

A AI, como uma perspectiva original de investigação, permite desvelar e desdobrar aspectos da locução rica e polissêmica da PNCA: como forma social, ela aparece como uma política pública; como conceito, pode ser pensada como uma instituição complexa (Lourau, 2014), possuindo uma longa história no Brasil. Além disso, também pode ser considerada como uma "área de conhecimento", pois inclui um conjunto de documentos, leis, textos e normativas consistentes e específicas, e se expressa por meio deles, configurando uma área discursiva e prática dotada de singularidade. Há uma exuberante produção de saberes sobre a infância, a criança e o adolescente, bem como sobre os modos de lidar com eles em diferentes espaços institucionais e nos diversos períodos históricos.

Existem as políticas *públicas setoriais*, com âmbito institucional definido, delimitando toda uma estruturação e organização própria, por meio de normativas, princípios e diretrizes específicos, como: a saúde, a educação, a habitação, a AS, entre outros. Também existem as *políticas públicas integrais e/ou intersetoriais*, aquelas cujo âmbito institucional não se encontra limitado a apenas uma política setorial. As *políticas intersetoriais* perpassam as demais políticas públicas setoriais, traçando as conexões por objetivos e categorias comuns a determinado segmento populacional. Nesse caso, podemos incluir a PNCA e outras políticas, como aquelas voltadas para a juventude, os idosos, as pessoas com deficiência etc. Podemos considerar que a PNCA consiste numa área ampla que integraria, principalmente, as políticas públicas de educação, saúde e AS, justiça e segurança, cultura e esportes, configurando um campo complexo que é, necessariamente, intersetorial, visando à população infantojuvenil brasileira.

---

da PNCA, que passaria a ser compreendida como uma política destinada particularmente ao atendimento assistencial de crianças e adolescentes pobres.

Concepção lógica da emergência de uma instituição no campo social

Diferentemente das tradições positivista e funcionalista, que consideram as instituições naturais, eternas e a-históricas, a AI (Lourau, 2014; Lapassade, 1989; Baremblitt, 2012; Costa-Rosa, 2013) permite pensar criticamente o processo histórico e lógico de criação de uma nova instituição, possibilitando acompanhar seu complexo processo de institucionalização, que é realizado por um conjunto diverso de atores sociais nos planos teórico-técnico, jurídico-político, sociocultural e ético.

Uma instituição nova, que não se confunde com o estabelecimento institucional, consiste em uma resposta social e histórica a um dado conjunto de pulsações instituintes da demanda social, recortadas pelo imaginário e pela ideologia, e às quais se responde sob a forma de determinadas encomendas específicas. A demanda é convertida em encomenda, à qual se busca responder. Uma instituição é criada com a intenção de responder a um dado conjunto de situações traduzidas como problemas, que podem ser resolvidos de certa forma.

> O estabelecimento é o que é instaurado pelo Estado, é algo que "estabelece" um contrato com o Estado, e que é, portanto, delegado pelo Estado para realizar um determinado trabalho. Logo, a primeira démarche da psicoterapia institucional é colocar em questão essa problemática. Será que é possível que o Estado possa delegar com eficácia [...] um estabelecimento, para organizar um campo de trabalho psicoterápico? (Oury, 2009, p.208)

Muito provavelmente, boa parte das pulsações instituintes da demanda social não são tomadas como problemas com tal gravidade a ponto de serem incluídos na agenda política e, portanto, não se criam instituições para responder a eles. Porém, eles permanecem sendo vivenciados como um incômodo e talvez mesmo até inominados. Aquelas pulsações que ingressam na agenda política e são

debatidas podem gerar políticas públicas, ou seja, modalidades que o Estado cria para dar respostas institucionais ao problema que foi recortado e identificado, geralmente com base no princípio pragmático "problema simples/solução técnica eficaz".

A instituição designa muitas coisas ao mesmo tempo: verbo (ação), substantivo (formação social), conceito (objeto do pensamento).

Institucionalizar é o *verbo* que alude ao gesto fundador e ao processo inaugural de construção de uma nova instituição que, ao ser criada, passa por um processo de institucionalização e de consolidação, desdobrando-se em várias possibilidades, produzindo dispositivos concretos tais como são a organização, os estabelecimentos com seus equipamentos, discursos, práticas, atores sociais novos e efeitos éticos diversos na realidade social. Isso leva a instituição a se encarnar na história, passando ao plano do instituído, do estável, do permanente, do fixo, mas perdendo assim parte de sua dimensão instituinte original.

A ação instituinte, como verbo, passa ao momento do *substantivo*: a instituição existe como *formação social* concreta, possui substância e consistência, bem como um objeto e funções próprias. Ela funciona gozando de uma autonomia relativa dentro do conjunto das demais instituições sociais, com as quais se articula. A impressão é a de que a instituição existiu desde sempre. Uma vez que ela existe, parece indispensável, eterna, imutável. O plano jurídico representa um momento importante de formalização legal, administrativa e técnica da nova instituição, que passa a ser legalmente reconhecida e exigível, gozando de plausibilidade e de amparo legal. Isso lhe dá certa garantia de perenidade, diante das muitas vicissitudes comuns no âmbito maior da dinâmica política de um país.

Enquanto vai sendo institucionalizada a nova instituição, os planos teóricos e técnicos também são formulados. Os atores institucionais, como fundadores, legisladores e criadores da instituição, vão produzindo textos escritos, projetos, planos, documentos, leis, resoluções, portarias, regimentos, manuais de procedimentos, cartilhas e fôlderes, nos quais descrevem, caracterizam, desenham e organizam a instituição em sua especificidade. Uma instituição

possui um objeto próprio que a distingue das demais, indicando sua singularidade, da qual deriva sua importância e necessidade social. Esse objeto singular é apreendido como tal no contexto de uma dada teoria que permite que ele tenha visibilidade em sua particularidade e também inclui, por dedução, os meios e modos técnicos, operatórios e práticos de se lidar com tal objeto.

A teoria sobre o objeto inclui a metodologia de operação sobre ele, visando à sua modificação em certa direção. Isso corresponde ao plano da instituição como *conceito*, como objeto do pensamento. O processo de formalização da instituição consiste na sua dimensão conceitual. Todo um jargão teórico e conceitual próprio pode ser construído, permitindo expressar e entender o que uma dada instituição é, quais seriam suas funções, modos de operar, qual é seu objeto, quais são seus efeitos pretendidos. Essa massa documental pode adquirir tal volume, consistência e complexidade que uma instituição pode ser considerada como um campo de conhecimentos dotado de singularidade.

A análise institucional como perspectiva teórica e metodológica

Quando nos referimos à AI, consideramos um campo específico que inclui Ardoino e Lourau (2003), Lapassade (1989), Lapassade e Lourau (1972), Lourau (2014), Baremblitt (2012), Rodrigues e Altoé (2004), mas aí também acrescentamos Goffman (1987), Foucault (2013) e Costa-Rosa (2000, 2013). Todos esses autores são importantes para uma perspectiva teórico-técnica e política de investigação e de intervenção institucional. Com eles, é possível desenvolver um olhar acurado e uma escuta atenta, focalizando práticas, discursos, saberes, poderes, sujeitos, arquitetura, lutas e embates, conflitos e contradições no cotidiano do campo de pesquisa – que às vezes também inclui o estabelecimento no qual se trabalha –, no encontro informal e também formal (quando se fazem entrevistas semidirigidas, por exemplo) com os diversos atores institucionais. E também

na solidão do esforço de leitura, estudo e produção escrita, que são parte do trabalho de problematizar a própria práxis, o que pode incluir, ainda, a pesquisa acadêmica propriamente dita. É possível conviver intensamente com esses companheiros de investigação. Assim, ao longo de um percurso de formação, fomos nos apropriando da diversidade e da riqueza que tais autores podem oferecer e buscamos incorporar sua estratégia de investigação. Trata-se de uma caixa com ferramentas diferentes, muitas vezes suplementares, caso superemos uma visão estanque que tende ao gueto teórico. Quando utilizadas com rigor e coerência, revelam-se instrumentos potentes e eficazes para a compreensão de diversas formações sociais, bem como orientam quanto às possibilidades de atuação implicada.

Numa investigação institucionalista, procuramos estabelecer planos de análises que distinguem aspectos da realidade e buscam sua interpretação coerente, considerando sua complexidade própria. Existimos para compreender e interpretar, com a consciência de que essa interpretação não pode esgotar a realidade múltipla que pretende compreender. Planos e recortes nos permitem uma compreensão sempre parcial de uma realidade que é complexa e múltipla em si mesma. Contudo, também é importante frisar que um estudo institucional de um dado problema numa instituição específica não precisa aspirar a uma interpretação completa e exaustiva, como se fosse possível formular uma verdade-toda. Pelo contrário, ele pretende ser apenas mais uma contribuição para o estudo do tema, sem esgotar as possibilidades de compreensão do fenômeno, inclusive quando apresenta informações e análises inéditas. O importante consiste em captar os determinantes constitutivos essenciais do fenômeno estudado, considerados no seu movimento e nos processos de transformação.

O Movimento Institucionalista emergiu na França, na revolucionária década de 1960, visando promover movimentos de autoanálise e de autogestão em grupos, instituições e comunidades, partindo de uma crítica sobre os efeitos de alienação institucional ocasionados pela heterogestão e também de uma proposta de desmistificação do saber denominado científico. O institucionalismo surgiu para fazer

frente ao cientificismo tradicional, de matiz predominantemente classificatório, arbitrário e repressivo, no qual o cientista era concebido como o detentor universal do saber e, consequentemente, do poder. Nessa situação, era praticamente inaceitável para o *status quo* qualquer tentativa de questionamento por parte dos atores de um estabelecimento, incluindo também a população (Baremblitt, 2012).

O institucionalismo propõe uma estrutura organizacional horizontal e promove uma reflexão crítica acerca das reais necessidades da população para, a partir daí, buscar instrumentalizar práticas de auto-organização e autogestão. Nessas circunstâncias, o cientista não seria mais concebido como um ser onipotente detentor da verdade, mas sim como um "intelectual orgânico", buscando valorizar o saber produzido de um modo coletivo e democrático. Trata-se da retomada do saber próprio, do qual outrora o povo fora destituído (ibidem). Sendo a AI uma corrente originária do movimento institucionalista, ao estabelecer um campo de análise, no qual situa um determinado objeto de investigação, nunca deixa de levar em consideração as dimensões micro e macropolíticas, considerando sempre o atravessamento do Estado e do sistema econômico vigente, bem como a transversalidade dos momentos revolucionários (Lourau, 2014; Baremblitt, 2012).

"Em termos de um plano formal, uma sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens" (Baremblitt, 2012, p.29). Uma sociedade pode ser considerada como um entrelaçamento de instituições, as quais se baseiam em normas tais como costumes, religião, linguagem, entre outros.

As instituições, segundo o grau de formalização que adotem, podem ser *leis, normas* ou *regularidades de comportamentos*. Exemplos: a linguagem, as relações de parentesco, a educação, a religião etc. As instituições se materializam em dispositivos concretos, as *organizações*, que por sua vez se compõem de unidades menores, nomeadas de *estabelecimentos*. Os estabelecimentos costumam incluir dispositivos técnicos: as instalações materiais, a maquinaria, os

arquivos, os aparelhos. Esse conjunto de elementos recebe o nome de *equipamentos*. Todos esses elementos – instituição, organização, estabelecimento e equipamento – adquirem dinamismo por intermédio dos agentes (atores institucionais), os sujeitos que são os suportes e protagonistas da atividade coletiva microfísica responsável pela substância da instituição (inclui os "usuários" e os "técnicos"). Os atores institucionais protagonizam *práticas sociais* que podem ser verbais, não verbais, discursivas, teóricas ou técnicas.

É possível distinguir duas dimensões fundamentais das instituições: o plano instituinte (processo dinâmico, dialético, inovador) e o plano instituído (produto) (ibidem, 2012, p.31-4). *Instituinte* remete ao conjunto de forças que tendem a fundar instituições, momento fundacional original, e atualiza-se constantemente como processo ou movimento criador e dinâmico, que mantém a instituição viva e sempre renovada, atualizada, transformada e em transformação. *Instituído* seria o resultado material dessa força instituinte.

Para entender uma instituição, é preciso ter em mente que os instituídos, os organizantes-organizados que constituem a rede social, e a dimensão instituinte não atuam separadamente, mas se interpenetram em vários níveis. Convencionou-se chamar de *atravessamento* a interpenetração do nível reprodutivo, conservador. *Transversalidade*, por sua vez, designa o movimento de interpenetração do instituinte, do criativo, do novo (ibidem, p.35-8). Para a AI, o instituinte vai muito além daquilo que se contrapõe de modo articulado ao instituído, no campo das chamadas contradições dialéticas. O instituinte compreende todo um campo de pulsações que ainda não passaram pela mediação ideológica e imaginária e que podem escapar a tais mediações, funcionando como linhas de transformação dinâmica do campo institucional com seus diversos componentes. Uma análise complexa deve então articular esses dois planos das relações entre instituído e instituinte que plasmam as instituições e os seus estabelecimentos.

Dispositivos institucionais da PNCA a partir da AI

No caso da atenção assistencial aos direitos da criança e do adolescente, utilizando os operadores conceituais da AI, de um modo algo esquemático e lógico, teríamos o seguinte:

- *Instituição*: PNCA, função oficial: produzir proteção integral para crianças e adolescentes.
- *Organização*: Ministério da Cidadania, Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca), CMDCA, Secretaria Municipal de Assistência Social, áreas da educação, da saúde, da justiça.
- *Estabelecimentos*: CT, Cras, Creas, casas de acolhimento institucional, entidades assistenciais públicas, organizações da sociedade civil privadas e sem fins lucrativos do terceiro setor, unidades de semiliberdade para adolescentes, unidades de internação para adolescentes (Fundação Casa).
- *Equipamentos*: prédios diversos, sala de recepção, de administração, de atendimento, espaços de convivência, salas de oficinas temáticas, cozinha, horta, jardim, quadra de esportes, campo de futebol, piscina etc.
- *Práticas discursivas*: incluem o conjunto da expressão falada e escrita, que define o que é a instituição, o que ela faz, o que não faz, como faz, por que faz, o que lhe compete, o que não lhe compete, possibilidades e limites. Materializam-se em leis (CF, Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), ECA), resoluções, portarias, normas, cartilhas (SGDCA, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), Pnas, Suas), apostilas, manuais, revistas, folhetos (documentos oficiais). O escrito, o dito (falado no cotidiano) e o não dito (omissões, ausências, silêncio sobre determinados temas, segredos) compõem o discurso, que é lacunar, ideológico, contraditório.

- *Discursos diversos*: menorista (criminalizante, repressivo e punitivo), garantista (pedagógico, psicológico, educativo), proteção integral (ECA), proteção social (Suas).
- *Práticas não discursivas*: ações desenvolvidas nos estabelecimentos assistenciais, como atendimentos individuais, grupais, familiares, orientação, prontuários, fichas de cadastro, diagnósticos, laudos, relatórios, ofícios, visitas domiciliares, acompanhamento de casos, oficinas diversas, reuniões variadas, discussão de casos, articulação em rede, encaminhamentos, monitoramento, atividades socioeducativas etc. Há práticas que não estão previstas nos documentos e são realizadas, e muitas das prescritas não são desenvolvidas.
- *Atores institucionais*:[2] crianças, adolescentes, jovens, "usuários" (sujeitos)[3] diversos que buscam por atenção assistencial, incluindo também os profissionais, técnicos e outros trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de AS.
- *Atravessamento*: como política intersetorial, a PNCA atravessa outras políticas setoriais e é atravessada por elas no sentido vertical, reproduzindo as formas predominantes de organização da vida social, com relações de poder hierárquicas e

2 Diante da locução "atores institucionais", é possível que se pense de modo imediato que os técnicos trabalhadores seriam os principais atores institucionais, o que revela uma perspectiva heterogestiva centrada no especialista como aquele que detém o conhecimento e também o poder e a autoridade, juntamente com prestígio e privilégios. Na contramão dessa concepção autoritária, as políticas públicas de saúde, de educação, de AS e a PNCA estabeleceram o princípio do protagonismo do "usuário", do sujeito que também é o cidadão.

3 É comum que os sujeitos sejam nomeados de muitas e diversas formas nos estabelecimentos de atenção à saúde e também nos da AS: assistidos, usuários, clientela, público-alvo, clientes, pacientes, doentes, viciados, drogaditos, delinquentes. "Usuário" também é o "consumidor": há a figura do "usuário de drogas" e também a do "consumidor" de produtos vendidos no mercado. São figuras exemplares e bons produtos da sociedade de consumo. Para nós, o sujeito do tratamento, o sujeito que busca atendimento e assistência, é uma pessoa, é um cidadão de direitos na ordem social e pública do Estado, é ainda e fundamentalmente um indivíduo que porta o inconsciente, tal como postula a psicanálise do campo de Freud e Lacan.

autoritárias, reduzindo os sujeitos a objetos, na direção da manutenção da ordem social hegemônica.

- *Transversalidade*: como política transversal, a PNCA transversaliza outras políticas na diagonal, com a possibilidade de romper seus limites disciplinares, na direção dos interesses do polo subordinado da vida social, sensível às pulsações instituintes da demanda social, criando novas formas de relação social e produzindo outras realidades, na direção da construção de um novo patamar civilizatório.

Essa lógica conceitual da AI permite localizar os diferentes planos que compõem a PNCA, bem como possibilita a formulação de uma análise paradigmática do campo, a partir da distinção que se pode fazer entre aquilo que seria o elemento componente de parâmetro de análise e os próprios parâmetros que configuram um dado paradigma (Benelli, 2014a).

A operacionalização da PNCA pautada na proteção integral

A PNCA pautada na proteção integral foi instituída por meio do ECA (Brasil,1990), promulgada como lei federal, que opera como um dispositivo regulatório relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes em todo o Brasil. Esse documento é dividido em dois livros: o primeiro aborda a proteção integral dos direitos fundamentais às pessoas em desenvolvimento, que são as crianças e os adolescentes, bem como regulamenta os procedimentos de adoção; o segundo versa sobre os órgãos e procedimentos protetivos, além de organizar uma estruturação da política de atendimento, incluindo aspectos relativos ao CT, sobre a dinâmica jurisdicional, a forma da apuração dos atos infracionais, quais são as medidas protetivas sociais (MPS) e as medidas socioeducativas (MSE), em sentido estrito.

Segundo o discurso oficial, o ECA teria por objetivo estabelecer a proteção integral de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos

– em casos excepcionais, até os 21 incompletos – e proporcionar a esse público experiências que possibilitem um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizente com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, que influenciarão na sua vida adulta em sociedade. No ECA, foram estabelecidos os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

O Conanda foi criado em 1991, por meio da Lei nº 8.242, consistindo em um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da Lei nº 8.069/90 (ECA), sendo o responsável por tornar efetivos os direitos, os princípios e as diretrizes contidos nesse estatuto, cuidando para que os responsáveis pela execução da PNCA o façam adequadamente. O Conanda é um órgão colegiado de composição paritária, integrado por 28 conselheiros titulares e 28 suplentes, sendo 14 representantes do Poder Executivo e 14 representantes de entidades não governamentais, que possuem atuação em âmbito nacional e quanto à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Integrando a estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos,[4] o Conanda é o principal órgão do SGDCA.

As diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes[5] são estabelecidas por meio de uma gestão compartilhada entre representantes do governo e da sociedade civil. Além de contribuir para a definição das políticas para a infância e a adolescência, o Conanda ainda fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população infantojuvenil. A gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA) também é uma importante atribuição desse conselho. É ele o responsável pela regulamentação sobre a criação e a utilização dos recursos financeiros, garantindo

4 O governo Bolsonaro converteu o Ministério dos Direitos Humanos no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

5 Estamos nomeando essa política como PNCA.

que sejam destinados às ações de promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece o ECA.[6]

A PNCA se operacionalizaria de modo complexo por meio do SGDCA, que consiste num sistema composto por um conjunto de diversos órgãos, entidades, autoridades, programas e "serviços" que visam ao atendimento a crianças e adolescentes e às suas respectivas famílias, a partir da atenção aos seus direitos. Esse sistema deve atuar de forma articulada e integrada, constituindo uma rede que operaria para promover a *proteção integral*, conceito-chave da PNCA, nos moldes do previsto pela CF e pelo ECA.

A CF e o ECA, ao enumerarem direitos, estabelecerem os princípios e as diretrizes da política de atendimento e definirem competências e atribuições, instalaram um sistema de "proteção geral de direitos" de crianças e adolescentes, cujo intuito é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral. Convencionou-se chamar esse sistema[7] de Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Nele incluem-se os princípios e as normas que regem a PNCA cujas ações devem ser promovidas pelo

---

6 Informações disponíveis em: https://www.direitosdacrianca.gov.br/. Acesso em: 17 mar. 2018.

7 É interessante notar que diversas políticas públicas estão organizadas como "sistema": Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (Suas), Sistema Único de Segurança Pública (Susp) etc. De acordo com Benelli (2020c, p.135), podemos estar advertidos de que "a perspectiva sistêmica caracteriza-se como uma metodologia de investigação não-crítica bastante utilizada nas ciências sociais (DEMO, 1995). Bertalanffy (2010) apresenta uma teoria geral dos sistemas, bem como suas aplicações. As teorias sistêmicas incluem a contradição, diferentemente da perspectiva funcionalista clássica. Mas os autores sistêmicos não são dialéticos, pois supõem que as contradições seriam solucionadas no contexto do próprio sistema, sem necessidade de superá-lo. As teorias sistêmicas, muito utilizadas no campo das políticas públicas, representariam uma alternativa não crítica à análise estrutural do materialismo histórico. Há diversos autores no campo da Psicologia que utilizam teorias sistêmicas para fundamentar práticas clínicas e de intervenção social. Bronfenbrenner (2011) e outros que se baseiam em seus trabalhos constituem bons exemplos dessa visada". Suspeitamos que criar uma política pública a partir uma perspectiva sistêmica pode representar importantes limites para seus possíveis efeitos transformadores.

poder público em suas diversas esferas – União, estados, Distrito Federal e municípios – e Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e também pela sociedade civil, organizado sob a forma de três eixos: promoção, defesa e controle social.

Os três eixos do SGDCA: promoção, defesa e controle social

O SGDCA (Brasil, 2006c) consiste numa proposta de buscar articular e integrar, numa rede, os diversos atores do Estado e também da sociedade civil na promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no ECA. Tanto a sociedade civil e a família quanto os órgãos públicos e as autoridades federais, estaduais e municipais possuem atribuições específicas a desempenhar de modo que crianças e adolescentes possam ter seus direitos garantidos. Todos esses atores possuem responsabilidades iguais visando evitar, apurar e solucionar os problemas existentes para efetivação dessas garantias. Fazem parte do SGDCA os órgãos públicos do sistema judiciário; as polícias militar, civil e federal; os conselhos tutelares; as entidades de promoção e de defesa de direitos humanos; os conselhos dos direitos de crianças e adolescentes e os diversos outros conselhos que atuam na discussão, na formulação e no controle de políticas públicas; entre outros.

O Conanda (Brasil, 2006b) apresenta uma definição para o SGDCA:

> Art. 1º O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.
>
> § 1º Esse Sistema articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas

da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade.

§ 2º Igualmente, articular-se-á, na forma das normas nacionais e internacionais, com sistemas congêneres de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos, de nível interamericano e internacional, buscando assistência técnico-financeira e respaldo político, junto às agências e organismos que desenvolvem seus programas no país.

As características, as possibilidades, os desafios e as dificuldades da operacionalização do SGDCA vêm sendo debatidas por diversos autores: Kayano e Sícoli (2009), Baptista (2012), Digiácomo (2014) e Farinelli e Pierini (2016).

Consideramos que a PNCA consiste num campo intersetorial que inclui um conjunto de disposições legais, bem como diferentes instituições e seus objetivos diversificados: saúde, educação, AS. Possui objetivos, princípios, teorias, técnicas, ética e orientação política própria. Mas não há um documento oficial no qual esses aspectos estejam claramente explicitados, embora haja diretrizes tais como as que constam no documento intitulado "Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, 2011-2020" (Brasil, 2010a). Trata-se de uma normativa de grande relevância, um documento que foi elaborado pelo Conanda (ibidem), incluindo um panorama geral da situação atual da infância e adolescência no Brasil, bem como o estabelecimento de diretrizes, os eixos e objetivos da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Plano Decenal é composto por cinco eixos: 1. promoção dos direitos de crianças e adolescentes; 2. proteção e defesa dos direitos; 3. protagonismo e participação de crianças e adolescentes; 4; controle social da efetivação dos direitos; e 5. gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Cada eixo possui uma ou mais diretrizes que, por sua vez, contêm seus objetivos estratégicos. Esse Plano Decenal orienta e exige do governo federal a

implementação de políticas que assegurem efetivamente os direitos infantojuvenis. Em 2011, foi aprovada sua última versão, cuja vigência duraria até o ano de 2021 (Brasil, 2011a).

Interfaces da PNCA com a Pnas/o Suas e com o terceiro setor

Há diversas interfaces da PNCA com a Pnas (Brasil, 2004) e o Suas (Brasil, 2005) e também com o terceiro setor. O SGDCA, que visa implementar a PNCA e concretizar as disposições do ECA, entrelaça-se com o Suas, com a saúde, com a educação, com a segurança pública, com a justiça e com as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos do terceiro setor.

No âmbito do Suas, essas interfaces se concretizam por meio do CRAS (Brasil, 2009a, 2009b), localizado ao nível da proteção social básica (PSB), no qual se desenvolve o Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos – SCFV (Brasil, 2010b), em que são atendidas crianças e adolescentes. Esse estabelecimento também teria como uma de suas atribuições articular a rede de entidades assistenciais existentes no território, formalizando parcerias com elas no nível da PSB.

Por meio do Creas (Brasil, 2011d), o Suas se articula com a PNCA, atendendo crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de situações de risco pessoal e social. O Creas também participa da execução do Sinase[8] (Brasil, 2006d,

8 O Sinase (Brasil, 2006d, 2012a) é a parte da PNCA que tem como objeto atender os adolescentes que tenham cometido ato infracional, por meio da aplicação

2012a), atendendo adolescentes que cometeram atos infracionais e precisam cumprir as MSE de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviço à comunidade (PSC), num outro nível de interface com a PNCA. O Creas ainda é responsável pela coordenação do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – previstas pelo ECA – no nível da proteção social especial de alta complexidade do Suas.

É comum que muitas das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos do terceiro setor atendam crianças e adolescentes no contraturno escolar, e grande parte delas passou a denominar o trabalho de atendimento assistencial de crianças e adolescentes, que realizam, de SCFV. Desse modo, por meio de convênio de fomento, elas podem inclusive receber alguma verba pública para auxiliar no desenvolvimento do seu trabalho assistencial (Brasil, 2014a; Lopes; Santos; Brochardt, 2016; Fundação Abrinq, 2019).

Ensaiando uma leitura institucionalista da PNCA

Perez e Passone (2010) apresentam e analisam criticamente a emergência e o desenvolvimento das políticas sociais de atendimento infantojuvenil, concomitante ao processo de desenvolvimento do sistema de proteção social nacional, focalizando algumas das principais representações atribuídas à infância, de acordo com o período histórico e político de cada época.

Buscam apresentar a noção de infância instituída no processo de construção do aparato do Estado de Bem-Estar brasileiro, de forma

---

das MSE determinadas pela autoridade judicial. O Sinase busca articular em todo o território nacional, por meio dos governos estaduais e municipais e do sistema de justiça, das políticas setoriais básicas (AS, saúde, educação, cultura, esportes, lazer etc.), a execução das MSE de meio aberto de LA e de PSC, que seriam realizadas pelos Creas ou por entidades assistenciais privadas conveniadas, de modo terceirizado. Já as MSE que implicam a restrição de liberdade, incluindo a semiliberdade (SL) e a internação (I), tanto a provisória quanto a internação-sanção, seriam de responsabilidade do sistema de justiça e segurança, no nível estadual.

a situá-la em um contexto mais amplo de transformações históricas e políticas, que envolveram a emergência e consolidação das políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, ao longo do século XX e início do XXI.

Consideramos que há um lento, conflituoso e contraditório processo histórico de institucionalização e de construção de uma PNCA, o que se evidencia por meio de um conjunto de documentos oficiais produzidos por órgãos públicos que compõem esse campo institucional (Benelli, 2014a, 2016b). O Estado brasileiro promulgou o Código de Menores em suas duas versões (Brasil, 1927, 1979) e também o ECA (Brasil, 1990), e, nos dois primeiros, as crianças e os adolescentes pobres eram considerados menores em situação irregular, passíveis de internações supostamente ressocializadoras, a partir de uma perspectiva repressiva e correcional que visava proteger a sociedade. Esses documentos condensam a trama histórica e os embates de grupos sociais portadores de distintas perspectivas políticas, econômicas, ideológicas, pedagógicas, psicológicas e éticas. O novo ordenamento jurídico que compõe o ECA caracteriza explicitamente todas as crianças e todos os adolescentes como sujeitos cidadãos dotados de direitos, aos quais a sociedade deve oferecer proteção integral. Mas não há uma conceituação clara quanto ao que seria a proteção integral, tampouco uma definição sobre qual o modelo institucional que deveria implementá-la no contexto da sociedade brasileira.

No cenário brasileiro em geral, há numerosas iniciativas públicas e privadas sem fins lucrativos, incluindo aquelas do chamado terceiro setor (Montaño, 2007, 2014; Barbosa, 2003; barbosa, L., 2006), cuja finalidade consiste em implantar e operar tanto a política nacional para crianças e adolescentes quanto a política nacional de AS, sendo essa responsável, em boa medida, pela concretização das propostas para crianças e adolescentes, além das áreas da saúde e da educação. Já se encontra disponível também certo número de trabalhos que procuram avaliar como estão sendo desenvolvidas essas políticas em diversos lugares do país (Brasil, 2010c, 2013a; Sousa, 2013; Ribas Junior et al., 2011; Fischer, 2010; Assis, 2009; Almeida et al., 2008; Oliveira; Medeiros; Moreira, 2014).

Houve várias e diferentes práticas e discursos de atenção às crianças e ao adolescentes ao longo da história brasileira, mas eles foram elevados à categoria de política pública social de proteção integral de direitos desses sujeitos com a promulgação da CF, no ano de 1988, por meio do artigo 227:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Consideramos que a atual PNCA pautada na noção de proteção integral foi inaugurada no plano jurídico com esse artigo constitucional. Proclamar direitos dos cidadãos brasileiros supõe transgredir a (des)ordem social capitalista vigente, abrindo a possibilidade de sua subversão! Os dispositivos constitucionais relativos à criança e ao adolescente foram regulamentados com maiores detalhes com a promulgação do ECA. Quase poderíamos dizer que "começaram a construir a casa pelo telhado", sem instituir mecanismos específicos de dotação orçamentária para sua efetivação, bem como propostas técnicas claras de como o ideário da proteção integral se traduziria em práticas institucionais específicas.

Outro problema grave consiste no fato de que o Suas, que é, em grande parte, o principal responsável pela execução da atual PNCA, juntamente com a saúde e a educação, foi criado e começou a ser institucionalizado a partir da perspectiva da proteção social apenas em 2005, 15 anos após a promulgação do ECA. A defasagem temporal é alta e certamente incidiu e limitou, ao menos em parte, os impactos positivos que a PNCA poderia ter produzido. As entidades caritativas, filantrópicas e assistenciais tradicionais, também chamadas de OSC, criadas antes do Suas, continuaram trabalhando com crianças e adolescentes, sem maior clareza teórica, técnica, ética e política quanto ao significado da proteção integral e da proteção social e

como oferecê-las nos seus atendimentos e nas modalidades de atenção. Também é verdade que o Estado regulador da PNCA pouco avançou no financiamento público dessa política,[9] sobretudo na área da AS, o que não lhe permite fazer maiores exigências quanto às práticas de atenção ofertadas pelas entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, caracterizadas por orientações políticas e éticas diversas.

Em seu longo e complexo processo de institucionalização, a PNCA poderia ser considerada historicamente organizada a partir de dois modelos paradigmáticos institucionais diversos: 1. o menorista, baseado no Código de Menores (Brasil, 1927, 1979) e na noção de situação irregular, que criminalizava as crianças e os adolescentes pobres, sobretudo negros, propondo medidas preventivistas, tuteladoras, repressivas e de internação em estabelecimentos disciplinares totalitários; 2. o garantista, pautado no ECA (Brasil, 1990) e na concepção de proteção integral de crianças e adolescentes considerados como sujeitos cidadãos de direitos, buscando promover práticas institucionais emancipadoras e produtoras de saúde, de educação e de AS, como direitos de cidadania para todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros, privilegiando a liberdade e também a convivência familiar e comunitária no território. Cada uma dessas possibilidades paradigmáticas se materializa, além do plano jurídico, em organizações, estabelecimentos, discursos e práticas, atores e figuras sociais diversos, bem como em efeitos éticos específicos.

Há um conjunto diverso de possibilidades de configuração institucional das formas de atenção institucional para crianças e adolescentes, e seria possível falar em paradigmas que emergem e ainda convivem nesse campo, tais como: o paradigma da caridade, típico das diversas organizações religiosas que procuram fazer o bem aos pobres; o paradigma da promoção humana, no qual as entidades de origem confessional procuram incorporar o discurso dos direitos

9 Contudo, não desconhecemos os esforços e investimentos que os governos petistas de Lula e Dilma realizaram entre os anos de 2004 a 1016, na efetivação da Pnas e na implantação do Suas. Reconhecer esse dado histórico não nos impede de analisar criticamente os impasses incluídos em tais realizações.

humanos e buscam promover a inserção social por meio do trabalho assalariado; o paradigma da filantropia, próprio da elite benemerente, no qual se busca amenizar a situação precária das classes denominadas "desfavorecidas", sobretudo por meio da educação para o trabalho, num esforço de profissionalizar os pobres com cursos pseudoprofissionalizantes e inseri-los no mercado de trabalho. Há ainda o paradigma do clientelismo assistencialista, tradicional nas práticas do poder público municipal, que descobriu as promissoras possibilidades de capitalizar politicamente o atendimento assistencial oferecido para crianças e adolescentes pobres, por meio de programas de execução direta ou de parcerias com entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos (Benelli, 2014a).

A PNCA oscila entre suas possibilidades paradigmáticas menoristas conservadoras e reacionárias e as garantistas, promotoras e produtoras de cidadania, pautadas na noção de direitos sociais. A PNCA garantista não possui um documento básico e programático parecido com a Pnas e o Suas, que caracterizam os planos teóricos, técnicos, políticos, jurídicos, ideológicos, financeiros e éticos da política pública de AS.

Parece-nos que o caso da AS teria sido um pouco diferente do processo histórico de emergência da PNCA. Embora constasse na CF de 1988, a AS, como uma política pública de dever do Estado e de direito do cidadão que dela necessitar, depois de superar grandes obstáculos políticos e ideológicos,[10] começou a ser implementada

10 Benelli e Costa-Rosa (2012, p.639-640) consideram que "O SUAS é a resultante 'curiosa' do poder de 'clamor público' e político a que chegou a amplitude do estado de pobreza miserável, cronicamente construído, de um imenso contingente de trabalhadores excluídos dos processos de produção e consumo; em conjunção com a possibilidade de escolha, por eleição direta de uma facção dos detentores do poder, que se utilizaram, em boa hora, de um candidato de raízes populares e de discurso ideológico afeito a transformações sociais apenas cosméticas. Mesmo como política de Estado, o SUAS se utilizou da brecha aberta pelo SUS, uma política pública, servindo-se inclusive de parte de seu ideário para a construção do Discurso Oficial da Assistência Social, e dos conselhos populares como instrumentos de 'planejamento, gestão e controle' dos aparatos institucionais e das diretrizes para a sua ação concreta. Essas circunstâncias e

apenas em 2005 e tornou-se lei federal somente em 2011, por meio da Lei nº 12.435. O Suas (Brasil, 2005, 2011b, 2011c), com base na perspectiva da proteção social, representou um enorme esforço de reordenamento do campo assistencial no qual predominava historicamente uma série lógica caritativa, filantrópica, assistencialista e clientelista, baseada na ajuda, na benesse e no favor. Talvez o documento normativo que melhor explicita em que consiste a PNCA seja o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Brasil, 2006b).

Independentemente da boa vontade pessoal dos dirigentes e das equipes profissionais, incluindo psicólogos e assistentes sociais que atuam nos mais diversos estabelecimentos assistenciais – os quais podem ser compreendidos por meio de modelos paradigmáticos –, ainda é comum que os usuários sejam considerados como objetos de cuidado e tutela, sendo vistos como pobres, carentes, necessitados, em "situação de risco pessoal e social" e/ou também como sendo potencialmente delinquentes e infratores, que devem ser mantidos sob um cuidado e um olhar vigilante, procurando evitar que descambem para a marginalidade e para a criminalidade, tornando-se perigosos para a sociedade.

Na atualidade, constamos a emergência de um outro paradigma tentando institucionalizar-se no campo das políticas públicas oficiais para crianças e adolescentes e também na AS: aquele no qual as pessoas são consideradas como cidadãs e sujeitos de direitos (Benelli; Costa-Rosa, 2012, 2013), com base num plano jurídico-político que inclui a CF, o ECA, a Pnas e o Suas. Esse novo modelo garantista está encontrando grandes obstáculos para sua consolidação, dada a

seus motivos candentes (serem um efeito estrutural do aumento das desigualdades sociais predatórias no neoliberalismo globalizado) nos autorizam a hipótese de que a práxis da Assistência Social pode ser uma oportunidade, isto é, uma brecha aberta nas práticas do Processo de Estratégia de Hegemonia, capaz de permitir a organização e o implemento de Estratégias capazes de fomentarem preciosos avanços micropolíticos dos interesses socialmente subordinados que nelas se atualizam neste momento". Quanto a uma AI da Pnas no Brasil, ver também Proença (2020).

persistência dos paradigmas anteriores que ainda permeiam o campo intersetorial, com grande prevalência e efetividade.

A perspectiva oficial da psicologia no Brasil sobre a PNCA

É importante ter clareza quanto aos objetivos, à política, à técnica e à ética que devem nortear a PNCA, para que seja possível nos orientarmos quanto às práticas institucionais desenvolvidas com crianças e adolescentes.

A psicologia, como ciência e profissão, como campo de saberes, práticas e ética, manifesta grande atenção para o tema das políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente, como se pode constatar pela existência de grupos de trabalhos no âmbito do sistema conselhos (Conselho Federal de Psicologia, 2009, 2010b, 2012b, 2013, 2015, 2016; Conselho Regional de Psicologia De São Paulo, 2007a, 2010a). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) possui a "Comissão de Direitos Humanos" e a "Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social". Há também nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) outros grupos específicos que se ocupam dessa temática. No Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), por exemplo, existem o "Núcleo de Defesa de Direitos: Criança e Adolescente", especificamente dedicado ao tema, e o "Núcleo Setorial de Assistência Social", que, embora seja mais amplo, também inclui aspectos relacionados com o segmento infantojuvenil. A política de AS constitui um operador primordial de grande parte das políticas públicas sociais, inclusive para crianças e adolescentes.

O Conselho Federal de Psicologia (2018) publicou uma notícia na qual expressou sua perspectiva institucional oficial sobre o aniversário do ECA, com o título "A criança e o adolescente como sujeitos de direitos":

> A criança e o adolescente como sujeitos de direitos e desenvolvimento com autonomia. Essas são as bases do Estatuto da Criança e

do Adolescente (ECA), que completa 28 anos nesta sexta-feira (13). A Psicologia sempre defendeu esses princípios na construção de políticas públicas relacionadas à infância e à adolescência. Algumas propostas legislativas, no entanto, têm tentado reduzir direitos ao invés de implementar os já previstos no ECA. A Psicologia defende a proteção integral da criança e do adolescente, porque esse conceito está vinculado às garantias necessárias para a promoção do desenvolvimento integral. Deveríamos estar comemorando muitas conquistas neste 13 de julho, nos 28 anos do ECA, mas ainda precisamos focar na pauta da manutenção e na defesa do ECA como marco legal e referência para as políticas públicas. A Psicologia continua mobilizada e comprometida com a defesa do ECA. A Assembleia Geral da ONU adotou em 1989 a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1990 pelo Brasil. A Constituição de 1988 já garantia, no artigo 227, a prioridade absoluta da infância e da adolescência. Em 1990, o país traduziu esses princípios em uma legislação completa e detalhada, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O estatuto, alterado algumas vezes, reconhece direitos e garante que as crianças e adolescentes brasileiros, então reconhecidos como objetos de intervenção da família e do Estado, passem a ser levados a sério e tratados como prioridade absoluta. Crianças são cidadãos em desenvolvimento que precisam de proteção, ensino, lazer, saúde, políticas públicas de atendimento à infância e juventude, proteção contra a violência e proibição do trabalho infantil.

A posição oficial do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2014a) sobre os direitos de crianças e adolescentes também foi publicada numa carta na qual se defendia explicitamente a não criminalização da infância e da adolescência:

> Na psicologia, muito se fala da condição das crianças e adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento, o que as coloca em um patamar especial, devendo ser alvo de políticas de proteção e promoção de saúde, educação, lazer entre outros direitos com total prioridade sobre outras demandas sociais. A Constituição Federal

de 1988, em consonância com esta condição da criança e adolescente, classifica como inimputáveis penalmente pessoas com menos de 18 anos de idade. O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990), por sua vez, propôs a responsabilização do adolescente (de 12 a 18 anos de idade) autor de ato infracional, prevendo seis diferentes medidas de caráter socioeducativo (Capítulo IV, artigos 112, 113 e 114). Nos casos de maior gravidade é previsto, inclusive, que o adolescente poderá cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade. Portanto, o ECA não propõe impunidade. Observa-se grande mobilização da mídia a cada caso de violência cometida por criança e adolescente, trazendo à tona a discussão sobre redução da maioridade penal e penas mais duras aos jovens em conflito com a lei. É alimentada a ideia de que os jovens em conflito com a lei se beneficiariam de uma suposta impunidade, cometendo assim mais crimes ou crimes de natureza mais hedionda. Dentro desta lógica punitiva, o julgamento de adolescentes como adultos ou penas mais duras nos casos de crimes graves evitariam a ocorrência de crimes. No entanto, esta lógica ignora os determinantes sociais e históricos que geram a criminalidade, além de desresponsabilizar o Estado e a sociedade pela promoção de melhores condições ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Sabe-se que, na maioria dos casos, a punição contra atos infracionais recai sobre populações de baixa renda, comumente em situação de vulnerabilidade social, leia-se, portanto: quando o Estado e a sociedade não garantem condições de acesso a direitos básicos. É notória a frequência com que se judicializa e/ou se patologiza o jovem que está inserido em um contexto social de privação de direitos fundamentais. Isso posto, o que temos é a caracterização de um Estado que se engendra violador de direitos na medida em que, como resposta aos atos infracionais, apresenta a institucionalização de adolescentes em locais onde há violações de direitos, sob o pretexto de "reeducá-los" e "reinseri-los", opera na lógica dos aparelhos de controle e opressão ou, como nos casos de internações compulsórias em instituições de caráter asilar que, por sua vez, amparadas pelo discurso do combate à dependência química, recorrentemente

> adota procedimentos que alienam o sujeito não apenas de sua própria subjetividade, mas também de seu direito ao convívio familiar e comunitário, bem como de outras tantas violências e violações que destas se somam as anteriores. No tocante aos atos infracionais – mesmo os graves – entendemos que refutar quaisquer proposições que evoquem a redução da maioridade penal não significa alienar as/os adolescentes das medidas de responsabilização já previstas, mas garantir que em seu cumprimento não lhes sejam aviltados direitos, sobretudo, à dignidade. O CRP SP se posiciona contrário a quaisquer violências e/ou violações de direitos, sobretudo àquelas relacionadas à infância e à juventude e considera a criminalização de crianças e adolescentes uma forma de desresponsabilizar Estado e sociedade do seu papel de proteção e promoção de direitos.

Citamos integralmente esses dois documentos, tanto o do Conselho Federal de Psicologia (2018) quanto o do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2014a), porque entendemos que tais perspectivas representam coordenadas que poderiam ajudar os trabalhadores da PNCA a problematizar as práticas de atenção, de atendimento, de assistência que estão sendo oferecidas para crianças e adolescentes na busca de construir possibilidades mais consoantes com as diretrizes legais e seus princípios. Consideramos que as formas de assistência, os modos de cuidado, as modalidades de proteção social/integral e as possibilidades de atenção produzidas pelos trabalhadores poderiam e deveriam estar mais claramente alinhados com os interesses dos segmentos populares atendidos, no contexto da luta de classes que caracteriza a sociedade brasileira.

3
A análise institucional como operador conceitual para caracterizar a assistência social

> *"Tomemos o exemplo da filantropia no início do século XIX: pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia [...]. Mais tarde, dessa função confusa, saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos"*. (Foucault, 1979, p.151)

Operadores conceituais da análise institucional para compreender a assistência social

Por que pensar a AS a partir da AI? Qual seria a utilidade dessa empreitada? A hipótese é que a AI representa uma consistente perspectiva teórica, técnica, política e ética que pode permitir uma compreensão complexa da AS como política pública. Seria possível analisar e descrever, sistematicamente, o longo e complexo processo da emergência histórica e institucionalização da AS com os seus diversos movimentos dialéticos transformadores, oscilando entre instituintes e instituídos, bem como problematizar suas enigmáticas contradições, impasses ambíguos, limites, lacunas e possibilidades

de atravessamento e de transversalidade com o amplo tecido institucional que forma a sociedade.

A AI, como uma perspectiva original de investigação, permite desvelar e desdobrar aspectos da rica e polissêmica locução *assistência social*: como formação social, ela aparece como uma política pública; como conceito, pode ser pensada como uma instituição complexa (Lourau, 2014) e também pode ser considerada como uma "área de conhecimento", pois possui um conjunto de documentos, leis, textos e normativas consistentes e específicos, configurando uma área discursiva e prática dotada de singularidade.

Um trabalho pautado na AI inclui, como imprescindível, a construção de um *campo de análise*, isto é, um processo de compreensão, a sistematização de conhecimentos históricos, políticos e conjunturais acerca do *campo de intervenção*, que compreende um espaço delimitado para o planejamento de estratégias, ações e técnicas de modo a transformá-lo. Um campo de análise é pensável sem intervenção, mas um campo de intervenção é impensável sem um campo de análise. Pode-se compreender e não intervir, mas não se pode intervir sem alguma forma de compreensão (Baremblitt, 2012, p. 61). Geralmente, o campo de análise é muito mais amplo que o campo de intervenção.

Quadro 2 – Exemplos de campos de análise e de intervenção

Campo de intervenção	Campo de análise
Prefeitura, secretarias municipais	Administração pública municipal
Estabelecimentos escolares	Educação
UBS, ESF, AME, hospital	Saúde
Caps, centro de convivência	Saúde mental
Cras, Creas, entidades assistenciais	Assistência social

A *instituição*, como conceito, é abstrata e universal, remete a um campo teórico qualquer, no qual as relações de produção da vida social estão instituídas de forma supostamente necessária, natural e eterna (Coimbra, 1990). Segundo Rodrigues e Souza (1991, p.33), a instituição aparece como algo imediatamente problemático, como

algo não localizável: uma forma que produz e reproduz as relações sociais ou forma geral das relações sociais, que se instrumentaliza por meio de estabelecimentos e/ou dispositivos.

O nível da *organização* já implica certa concretização material da instituição, por exemplo: a instituição da linguagem se materializa num tipo de organização como a língua portuguesa, a religião na forma da Igreja Católica etc.

Os *estabelecimento*s constituem a encarnação das instituições em prédios, em conjuntos arquitetônicos determinados, criados e destinados a realizar a instituição em ato, espaços materiais nos quais ela se concretiza.

Os *equipamentos*, que não se reduzem apenas a máquinas eletrônicas, incluem os recursos técnicos que auxiliam na realização dos objetivos propostos pelo próprio *estabelecimento*, pela *organização* e *instituição*. Podem ser salas de administração, cozinha, refeitório, quadra de esportes, salão de reuniões etc.

Todos esses elementos, *instituição*, *organização*, *estabelecimento* e *equipamentos*, adquirem dinamismo por meio dos agentes que são os atores institucionais, ou seja, os sujeitos que são os suportes e protagonistas da atividade coletiva microfísica responsável pela substância da instituição, incluindo os "usuários" e os "técnicos". Os atores institucionais protagonizam *práticas sociais* que podem ser verbais, não verbais, discursivas, teóricas ou técnicas.

As instituições se movimentam numa dinâmica processual que inclui as dimensões do instituinte e do instituído. O instituinte inclui a "a contestação, a capacidade de inovação e, em geral, a prática política como 'significante' da prática social" (Hess, 2004, p.22). Ele ainda representa uma relação e um jogo de forças permanentes que buscam agir por meio das resistências singulares dos sujeitos, visando à produção de novos sentidos. Tem uma tendência mais dinâmica, potente, visando à constante transformação, de modo a acompanhar as mudanças na sociedade. O instituído diz respeito não apenas à ordem estabelecida, mas aos valores, aos modos de representação e de organização considerados normais (ibidem).

Segundo Rodrigues (2013, p.623), "o instituinte gera ou transforma a instituição, ao passo que o instituído remete ao já fixado, já organizado; a sociedade é a união/tensão entre o *instituinte* e *instituído*, processo de institucionalização". Lourau (2014) apresenta a AI como um conjunto de forças de caráter *instituinte*. Logo, suas práticas entram em contradição com aquilo que já está *instituído*, imobilidade esta que pode vir a ser superada a partir de um trabalho de intervenção.

No nível da organização, o plano instituinte promove um movimento organizador constante na instituição, enquanto o plano instituído garante a permanência do organizado. Há uma atividade permanentemente crítica e transformadora, otimizadora das organizações – o organizante. E há o organizado, que se pode ilustrar com o organograma ou fluxograma que caracteriza o formato atual da organização, plano que é necessário, mas que tem uma tendência histórica a cristalizar-se e a se esclerosar, acumulando uma série de práticas estereotipadas que culminam na burocracia.

Outros dois planos importantes são as possibilidades institucionais que se expressam sob a forma de atravessamento ou de transversalidade.

Na perspectiva do atravessamento, destacam-se as diversas dimensões sociais voltadas para a reprodução da sociedade (*instituído, organizado*) e para a resistência à transformação pressuposta pela utopia social e por seus princípios, os quais se interpenetram para fundar conceitos, procedimentos e valores novos e criativos.

As possibilidades da transversalidade incluem as diversas dimensões (*instituintes, organizantes*) que se manifestam na sociedade, voltadas para as atividades críticas, produtivas, revolucionárias e transformadoras, e para a ruptura com a dominação, exploração e mistificação. Diz respeito às dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, libidinais etc. que atravessam nossas relações. Apesar dessa distinção, não se pode pensar que tais conceitos caracterizam uma ou outra instituição, uma organização ou um equipamento: eles estão presentes em todas elas simultaneamente.

Uma entidade assistencial, situada no campo da instituição de AS, é um estabelecimento que visa à produção de proteção social.

Essa entidade assistencial não apenas protege, educa ou socializa a partir dos objetivos manifestos do organizado e do instituído, mas é também atravessada por outras instituições e objetivos sociais. Uma entidade assistencial, no nível do instituído e do organizado, no nível da função e da reprodução, está atravessada por outras organizações.

Quando, por meio de cursos profissionalizantes que visam promover a inserção dos atendidos no mercado de trabalho, ela prepara força de trabalho (alienado), tem algo de fábrica. Todavia, dependendo da concepção pedagógica/ressocializadora que opere na entidade assistencial, caso procure manter os indivíduos atendidos retidos e ocupados durante seis a oito horas por dia, ensinando-lhes a obedecer e lhes transmitindo todo um sistema de prêmios e punições, especialmente de punições, ela revela ter algo da prisão. Quando os trabalhadores/educadores sociais são professores por formação e a entidade oferece apoio e reforço escolar e segue um calendário de atividades tipicamente escolares, ela se parece com uma escola algo incipiente. Ao oferecer atividades de recreação, de entretenimento e de lazer, procurando proporcionar o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer para os atendidos, ela se assemelha a um clube recreativo precário para os pobres.

Mas uma entidade assistencial também pode possibilitar espaços para que os sujeitos atendidos, crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, reúnam-se e formem um agrupamento, um coletivo no qual se promovam a formação política e a organização social. Pode ainda ser um lugar em que se aprenda a lutar por direitos e organizar um sistema de ajuda mútua no bairro/território. Uma entidade assistencial também pode ser um âmbito social, em que é possível instrumentalizar pessoas e grupos para materializar virtualidades instituintes, produtivas, criativas, transformadoras. Nela também se pode aprender a lutar contra a exploração, a dominação e a mistificação, numa direção instituinte.

Uma entidade assistencial tem um lado instituinte, um lado organizante. Nesse sentido, pode ser também, por exemplo, uma frente de luta revolucionária, de luta sindical, um lugar de formação para a revolução, um lugar de exercício da solidariedade de classe.

Ela tem também um funcionamento articulado, interpenetrado com muitas outras organizações, instituições, com muitos outros instituintes e organizantes da sociedade que se atualizam nela, por meio dela, para ela, por ela, e ela por outras, e ainda entre os diversos quadros e segmentos desse mesmo estabelecimento. Essa interpenetração chama-se transversalidade (Baremblitt, 2012, p.33-4).

A *encomenda* é algo que também precisa ser problematizado e indica o pedido oficial da intervenção feito por determinado grupo ou organização da instituição; a *demanda*, por sua vez, refere-se à possibilidade de uma compreensão das condições e reais necessidades do solicitante. Um importante passo para começar a compreender institucionalmente a dinâmica de uma organização consiste em procurar decifrar, analisar, esmiuçar o pedido que ela faz de uma análise e de uma intervenção. As perguntas pertinentes seriam as seguintes:

- Quais são os aspectos conscientes, manifestos, deliberados, voluntários desse pedido?
- Quais são seus aspectos inconscientes e/ou não ditos?

A AI enfatiza a necessidade de se ter presente a ideia de que a demanda não é espontânea e não é o primeiro passo de um processo: ela é produzida, de tal modo que existe um passo anterior à demanda, que é a oferta. A demanda não existe por si. De modo que para compreender a demanda de AI de uma organização é necessário, antes, incluir a autoanálise, a compreensão de como a organização analítica gerou essa demanda, ao tornar públicas suas ofertas.

O *analisador institucional* é um conceito que permite denominar aquilo que provoca e possibilita que a instituição e a organização se exprimam, revelando seus impasses, mostrando seus paradoxos, vicissitudes e limitações (Lourau, 2014; Baremblitt, 2012). O termo refere-se aos fenômenos emergentes em meio ao processo analítico que podem ser dinâmicos, como a fala de algum dos atores institucionais ou qualquer material verbal, tais como um discurso, uma prática de trabalho, a distribuição do tempo ou do espaço na organização; ou ainda podem ser estáticos, isto é, um arquivo, a

infraestrutura do estabelecimento, o plano arquitetônico etc., tornando sua materialidade múltipla.

O *analisador institucional* é sempre analítico em si mesmo, pois pode conter elementos para se autocompreender e iniciar um processo de entendimento e de transformações institucionais. Por isso, seu processo e produto podem ser estudados. Os analisadores podem ser pessoas, acontecimentos ou dispositivos que intensificam a análise das instituições. Tais analisadores permitem desvendar o quebra-cabeça que compõe a complexidade da instituição. Analisadores podem ser naturais ou espontâneos, construídos ou artificialmente criados, tais como reunião de equipe, assembleia ou qualquer dinâmica que provoque e movimente o jogo institucional; podem ser históricos e presentes no cotidiano: formas de manejo do poder, controle do dinheiro, pessoas dos fundadores, dinâmica burocrática etc.

Para tornar gráfico o modo como a grade conceitual da AI pode ajudar a entender os diversos e complexos planos das instituições, vamos exemplificar isso de modo esquemático por meio do Quadro 3, com relação às instituições da educação e da saúde, com as quais a instituição da AS faz interface. Sobre a interação da política de AS com a PNCA, já a abordamos no Capítulo 2.

A análise paradigmática

O conceito de paradigma pode ser localizado no campo do pensamento dialético. Entendemos por "paradigma" um modelo estruturado dialeticamente, dotado de uma organização interna coerente e necessária, cujos elementos constituem um todo harmônico e inteligível. Trata-se de um constructo teórico que nos permite entender dinamicamente a realidade histórica, organizando seu aparente caos, e alcançar uma compreensão de sua forma, de seu sentido e de seus processos de produção. Um paradigma compõe "uma unidade jurídico-ideológica e teórico-técnica de ação sobre a demanda" (Costa-Rosa, 2000, p.143).

Quadro 3 – Esquema didático para distinções conceituais institucionais

Instituição	Educação	Saúde	Assistência social
Organização	Nível federal – MEC Nível estadual – SEE Nível municipal – SME	Nível federal – MS Nível estadual – SES Nível municipal– SMS	Nível federal – Ministério Cidadania Nível estadual – Seds Nível municipal – Smas
Estabelecimentos Prédios diversos.	Prédios escolares dos vários níveis: educação infantil, ensino médio, educação técnica, educação universitária	UBS, ESF, hospital, Caps, manicômio, AME, UPA, Santa Casa, clínicas e consultórios particulares	Cras, Creas, Centro POP, entidades assistenciais públicas níveis da PSB e da PSE.
Equipamentos Conjuntos arquitetônicos dotados de finalidades específicas.	Salas de aula, auditórios, pátios, quadras esportivas, salas de administração etc.	Consultório médico, salas de atendimentos por outros trabalhadores, de reunião, enfermaria, farmácia, leitos, refeitório etc.	Salas de recepção, de atendimento, escritório, espaços de convivência, horta, salas de oficinas temáticas, cozinha etc.
Discursos Expressão escrita (literatura) e falada que define o que é a instituição, o que ela faz, o que não faz, como faz, por que faz, o que lhe compete, o que não lhe compete, possibilidades, limites. O escrito, o dito (falado no cotidiano) e o não dito (omissões, silêncios, ausências, segredos) compõem o discurso, que é lacunar, ideológico, contraditório.	CF, Ldben, ECA Materializam-se em leis, portarias, normas, cartilhas, apostilas, manuais, revistas, folhetos (documentos oficiais). Livros, capítulos de livros, teses, dissertações, artigos científicos (bibliografia).	CF, LOS, ECA Materializam-se em leis, portarias, normas, cartilhas, apostilas, manuais, revistas, folhetos (documentos oficiais). Livros, capítulos de livros, teses, dissertações, artigos científicos (bibliografia).	CF, Loas, Pnas, Suas, Materializam-se em leis, portarias, normas, cartilhas, apostilas, manuais, revistas, folhetos (documentos oficiais). Livros, capítulos de livros, teses, dissertações, artigos científicos (bibliografia).

Instituição	Educação	Saúde	Assistência social
Práticas Há práticas que não estão previstas nos documentos e são realizadas, e muitas das prescritas não são desenvolvidas. Normalmente, há contradições entre discursos e práticas, e também entre as práticas e as intenções oficiais da instituição.	Ações desenvolvidas no estabelecimento escolar: divisão das crianças por idades/salas/níveis de aprendizagem, esquema do ano letivo, provas, notas, férias, conselho de classe, prêmios, punições, feriados etc.	Ações desenvolvidas no estabelecimento de saúde: recepção, acolhimento, triagem, agendamentos, consultas, exames, prescrição de medicamentos, reunião de equipe, de estudos, de supervisão, oficinas diversas, psicoterapia, dinâmica de grupo, análise institucional, visitas domiciliares, matriciamento, territorialização etc.	Ações desenvolvidas nos estabelecimentos de AS: recepção, acolhimento atendimentos individuais, grupais, familiares, orientação, diagnósticos, visitas domiciliares, acompanhamento de casos, oficinas diversas, reuniões variadas, discussão de casos, articulação em rede, encaminhamentos, monitoramento, atividades socioeducativas etc.
Atores institucionais Os protagonistas dos processos institucionais.	Crianças, adolescentes, jovens (alunos, estudantes), adultos em geral (professores, equipe da direção, outros técnicos e trabalhadores) que atuam nos estabelecimentos educacionais.	"Usuários" (sujeitos) diversos que buscam por atenção à sua saúde, profissionais, técnicos e outros trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de saúde.	"Usuários" (sujeitos) diversos que buscam por atenção assistencial, profissionais, técnicos e outros trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de AS.
Autoanálise O coletivo institucional como sujeito tem a primazia na produção de saberes, de conhecimentos e de ações como respostas para seus problemas e impasses, normalmente formando coletivos com outros sujeitos.	**Heteroanálise** realizada pelos especialistas externos *versus* **autoanálise**: realizadas pelos sujeitos que problematizam sua práxis.	**Heteroanálise** realizada pelos especialistas externos *versus* **autoanálise**: realizadas pelos sujeitos que problematizam sua práxis.	**Heteroanálise** realizada pelos especialistas externos *versus* **autoanálise**: realizadas pelos sujeitos que problematizam sua práxis.

Instituição	Educação	Saúde	Assistência social
Autogestão Refere-se ao poder político exercido diretamente por um determinado coletivo que decide, em seu próprio nome, escolher quais ações vão realizar para resolver seus problemas e dificuldades, visando atingir seus objetivos. Trata-se de autogoverno, sem intermediários tais como patrões, equipes dirigentes, chefes, gerentes, políticos profissionais etc.	**Heterogestão**: autoridade da administração e do corpo docente e dos trabalhadores, centralidade vertical da autoridade, *versus* **autogestão**: participação democrática e dialógica.	**Heterogestão**: autoridade da administração e do corpo docente e dos trabalhadores, centralidade vertical da autoridade, *versus* **autogestão**: participação democrática e dialógica.	**Heterogestão**: autoridade da administração e do corpo docente e dos trabalhadores, centralidade vertical da autoridade, *versus* **autogestão**: participação democrática e dialógica.
Analisadores institucionais São sempre analíticos em si mesmos, pois podem conter elementos para se autocompreender e iniciar um processo de entendimento e de transformações institucionais.	**Questões centrais**: **segredos** institucionais; controle do **poder** (quem manda, quem obedece); controle do **conhecimento** (saber, pesquisa); controle do **dinheiro**; controle do uso do **tempo**; controle da **sexualidade**.	**Questões centrais**: **segredos** institucionais; controle do **poder** (quem manda, quem obedece); controle do **conhecimento** (saber, pesquisa); controle do **dinheiro**; controle do uso do **tempo**; controle da **sexualidade**.	**Questões centrais**: **segredos** institucionais; controle do **poder** (quem manda, quem obedece); controle do **conhecimento** (saber, pesquisa); controle do **dinheiro**; controle do uso do **tempo;** controle da **sexualidade.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Partimos da composição mínima de quatro parâmetros como definidores de um paradigma de produção institucional num determinado campo da práxis: 1. concepções do "objeto" e dos "meios" de ação sobre ele; 2. concepções das formas de organização do dispositivo institucional; 3. modos da relação da instituição com a clientela e a população (incluindo o território), e modos da relação da população com a instituição; 4. concepções dos efeitos socioeducativos (políticos, educativos, pedagógicos, terapêuticos) e de seus desdobramentos éticos (ibidem 2000).

Estamos trabalhando com a hipótese de que cada paradigma assistencial pode produzir e implementar um tipo de AS alinhada com determinados pressupostos teórico-assistenciais, técnico-assistenciais, jurídico-políticos e socioculturais específicos. Podemos dizer que cada arranjo paradigmático implementa uma orientação política e assistencial específica, norteada por princípios e pressupostos que normalmente não estão plenamente explícitos, mas que, afinal de contas, é capaz de produzir aquilo que é determinado por suas possibilidades, não o que gostariam a boa vontade e a ingenuidade política dos agentes institucionais (Benelli, 2006; Costa-Rosa, 1987). Sempre é possível utilizar instrumentos novos para atingir objetivos bem tradicionais, e vice-versa.

No Quadro 4, apresentamos uma categorização paradigmática que utilizamos para nos localizarmos na área da educação a partir de diferentes planos pedagógicos; na área da saúde e também no campo da AS.

Socioanálise e assistência social

A socioanálise é a AI em situação, a prática de intervenção, com o desenvolvimento de ações que objetivam promover transformações, contribuindo para o equacionamento político dos conflitos sociais. Os problemas institucionais não dizem respeito exclusivamente a uma suposta dimensão psicológica dos indivíduos. Eles não se reduzem apenas às relações interpessoais e grupais no contexto do

Quadro 4 – Análise paradigmática na pedagogia, na saúde e na AS

Paradigmas pedagógicos	Paradigmas na saúde	Paradigmas na AS
1. **Pedagogia tradicional**: bancária e autoritária, centrada na transmissão de conteúdos baseados nos conhecimentos e valores das gerações adultas, fundamentados nos elementos tidos como perenes da cultura clássica ou religiosa, incorporados pela cultura dominante. Busca incutir nos alunos conhecimentos, hábitos e valores compatíveis com o modelo de homem ideal.	1. **Paradigma assistencialista privatista médico-centrado** (paradigma flexneriano) que implementa uma saúde pública alinhada com os interesses do Estado capitalista e da indústria farmacêutica centrada no médico, na medicação em geral e nos psicofármacos, na direção de uma crescente medicalização do social.	1. **Paradigma da caridade**, típico das diversas organizações religiosas;
2. **Pedagogia renovada:** permissivista e psicologizante, o professor deixa de ser o centro da atividade pedagógica e assume a função de facilitador da aprendizagem, colaborando para o livre desenvolvimento da personalidade do aluno. O relacionamento na sala de aula deve assumir um clima de harmonia, espontaneidade e cooperação entre professor e alunos.	2. **Paradigma da produção social da saúde**, que propõe uma medicina social, na direção de uma saúde coletiva. A **saúde mental** estaria para a **saúde pública**, que seria uma **política de Estado**, mas orientada de modo predominante pela lógica médica, focada na doença e no seu "tratamento". A **saúde coletiva** seria uma **política pública** – ainda a ser construída, em boa medida – pautada na perspectiva da produção social de saúde.	2. **Paradigma da promoção humana**, no qual as entidades de origem confessionais procuram incorporar o discurso dos direitos humanos;

Paradigmas pedagógicos	Paradigmas na saúde	Paradigmas na AS
3. Pedagogia dialética: crítica, dialógica, educação popular. No centro do ato pedagógico, estão o professor e os alunos, em respeito recíproco, como cidadãos de direitos e de deveres. A tarefa da escola é garantir às camadas populares a aquisição de conhecimentos que favoreçam sua inserção na dinâmica mais geral dos processos de transformação social.	Costa-Rosa (2013) identificou dois Modos de Produção da Atenção ao sofrimento psíquico: o modo asilar, denominado Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador (PPHM), calcados no Discurso do Médico; seu contraponto dialético é o Paradigma Psicossocial (PPS).	**3. Paradigma da filantropia**, próprio da elite benemerente, no qual se busca amenizar a situação precária das classes denominadas "desfavorecidas", sobretudo, por meio da educação para o trabalho, num esforço de profissionalizar os pobres com cursos pseudoprofissionalizantes e inseri-los no mercado de trabalho;
		4. Paradigma do clientelismo assistencialista, tradicional nas práticas do poder público municipal que descobriu as promissoras possibilidades de capitalizar politicamente o atendimento assistencial aos pobres por meio de programas de execução direta e de parcerias com as entidades privadas;
		5. Paradigma do discurso oficial da proteção social do Suas que a apresenta como uma política pública de direito do usuário e um dever do Estado;
		6. Paradigma do sujeito de direitos, pautado nos direitos que constituem a condição de cidadania, no Estado democrático.

Fonte: Elaborado pelo autor.

estabelecimento institucional. São problemas de maior complexidade, visto que envolvem questões de ordem institucional, uma vez que "as instituições são atravessadas e penetradas por tensões e contradições de toda a sociedade" (Martins, 2002, p.16). A intervenção socioanalítica é realizada por meio de um pedido de trabalho, isto é, de uma *encomenda* a um analista institucional com a finalidade de compreender a realidade social e organizacional daquele estabelecimento, a partir das práticas e dos discursos produzidos pelos agentes institucionais. Há uma dimensão velada nos grupos, que seria a dimensão propriamente institucional (Lapassade, 1989).

A AI consiste num método cuja finalidade visa desvendar nos grupos o nível oculto e/ou ignorado de sua vida e de seu funcionamento, pretendendo "superar as concepções da Psicologia dos Grupos e da Sociologia das Organizações, analisando as determinações ocultas tanto dos grupos como dos sistemas da organização" (Martins, 2002, p.17). Apresenta críticas à psicologia de grupos, que consideraria apenas as questões internas, e a análise ficaria, nessa perspectiva, reduzida ao plano psicológico individual e, no máximo, incluiria as relações interpessoais.

O papel do analista institucional consiste em provocar o aparecimento do não dito, dos segredos da organização, daquilo que é mascarado entre os membros do grupo, ou seja, não é atender exclusivamente à encomenda do cliente, mas favorecer a subversão do instituído, por meio da atenção à demanda instituinte: "Tudo o que é silencioso, não dito, parcimoniosamente comunicado é simbolicamente enunciado pela estrutura do aparelho" (Lourau, 2014, p.302). A intervenção analítica diz respeito às estruturas sociais visíveis e, sobretudo, às invisíveis, às relações sociais antagônicas e veladas, de que se compõe uma *instituição*.

A AI possibilita a intervenção em grupos, coletivos e organizações/instituições a fim de ajudá-los a descobrir e colocar em ação os seus saberes acerca de si mesmos, não só para que os envolvidos descubram aquilo que constitui suas verdadeiras necessidades, mas também o que está travando o alcance dos objetivos e o próprio desenvolvimento como indivíduos e componentes de uma equipe

(Lima; Riani, 2004). Lapassade (1989, p.206) aponta que o intuito da AI não visa à realização de um trabalho terapêutico, "mas [à] subversão do instituído". Portanto, a AI propõe a criação e a identificação de dispositivos para que o coletivo se reúna e discuta os seus problemas tomados como analisadores, visando à produção de acontecimentos e, especialmente, aos processos de *autoanálise* e *autogestão*.

A política pública de assistência social como instituição no Brasil

Há uma longa história quanto às diversas possibilidades de configuração institucional da AS, e seria possível falar em paradigmas que emergem e ainda convivem nesse campo, tais como: o paradigma da caridade; o paradigma da promoção humana; o paradigma da filantropia; o paradigma do clientelismo assistencialista do poder público municipal; o paradigma do discurso oficial da proteção social do Suas; e o insurgente paradigma do sujeito de direitos (Benelli, 2014a).

No Brasil, a AS foi elevada à categoria de política pública social com a promulgação da CF no ano de 1988. Em 1993, regulamentando os dispositivos constitucionais, foi publicada a Loas (Brasil, 1993). A Pnas (Brasil, 2004) e o Suas (Brasil, 2005) explicitam os planos teóricos, técnicos, políticos, jurídicos, ideológicos, financeiros e éticos da política pública de AS, configurando o paradigma do discurso oficial do Suas (Benelli, 2014a).

Considerando o paradigma do discurso oficial do Suas, a *técnica* pode ser denominada de *socioeducativa*, instrumentalizando recursos pedagógicos e educacionais de modo a produzir efeitos morais, pedagógico, psicológicos e terapêuticos, visando à adequação social dos indivíduos, por meio de ações técnicas e despolitizadas. Os serviços socioeducativos, realizados nos Cras, integram a PSB do Suas: serviços territorializados, acessíveis à população do seu entorno; planejados e continuados, voltados para o fortalecimento de vínculos

afetivos entre a família e o adolescente/jovem (Brasil, 2009a). Os serviços e as ações socioeducativos inserem-se como um campo de direitos a serem assegurados pela política pública de AS.

A concepção de AS como política de proteção social estabelece seguranças ou garantias que a política deve prover para combater inseguranças que o cidadão enfrenta ao longo dos seus ciclos de vida: seguranças de acolhida, de sobrevivência, de convívio, de desenvolvimento da autonomia individual e de renda.[1] Há também o nível de proteção especial de média complexidade, realizado no Creas (Brasil, 2011d). Já os serviços de alta complexidade são realizados em estabelecimentos de acolhimento institucional diversificados.

A perspectiva pedagógica predominante na literatura disponível mostra-se renovada, centrada no indivíduo, voluntarista, psicologizante e pouco crítica. Sua *ideologia* pode ser considerada, ao mesmo tempo, conservadora e desenvolvimentista, "modernizadora" e "progressista". Assumindo a filosofia do desenvolvimentismo, propõe os conceitos de "participação", de "organização", de "esforço próprio" e de "desenvolvimento local", visando promover o "desenvolvimento da comunidade". Revela nítida intenção

1 "São garantias afiançadas pela política de assistência social de forma a efetivar sua função de proteção social. A Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS, 2005) estabelece cinco seguranças: a) Segurança de Acolhida, provida através de ofertas públicas de serviços de abordagem em territórios de incidência de situações de risco, e de rede de serviços para a permanência de indivíduos e famílias, através de alojamentos, albergues e abrigos. Pressupõe, ainda, condições de recepção, escuta profissional qualificada e resolutividade no atendimento; b) Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia de caráter transitório (benefícios eventuais) para as famílias, seus membros e indivíduos; c) Segurança do convívio familiar, por meio da oferta de serviços que garantam oportunidades de construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento; d) Segurança do desenvolvimento da autonomia individual, por meio de ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da cidadania e conquista de maior grau de independência pessoal; e) Segurança social de renda, operada através de concessão de bolsas-auxílio e benefícios continuados. (BRASIL. NOB/SUAS, 2005)." (*Dicionário de termos técnicos da assistência social*, 2007).

desmobilizadora, quando busca um "desenvolvimento integral", "equilibrado" e "harmônico". A participação organizada das camadas populares seria a condição para sua integração à sociedade, obtida por meio de sua "promoção social" e inclusão no processo de desenvolvimento.

O discurso oficial afirma que pretende promover o atendimento dos direitos sociais individuais como dever do Estado e da sociedade, visando erradicar a pobreza, mas notamos que ele continua sendo permeado por uma visão naturalizante dos problemas sociais e do fenômeno da pobreza. Ainda não se nota um necessário aprofundamento da análise crítica sobre a produção histórica e social da miséria e da pobreza no contexto do MCP que opera ferozmente no Brasil.

Análise institucional e assistência social: radicalizando os horizontes políticos e institucionais

A partir da AI, é possível resenhar o texto/discurso do Suas e indicar como ele possui aspectos potencialmente institucionalistas. Há frases literais que ressoam bastante os temas da autoanálise e da autogestão, referentes à participação democrática, ao diálogo horizontal etc. As homologias entre a AS e a AI são muitas, e isso nos permite destacar os aspectos mais instituintes do Suas, visando fortalecê-los na práxis. Não se trata de torcer o texto da Pnas e do Suas, mas de ressaltar suas possibilidades mais críticas e transformadoras.

A AI possui como ideário, horizonte e ética a *autoanálise* e a *autogestão*. No processo de autoanálise, o sujeito tem a primazia na produção de saberes, de conhecimentos e de ações como respostas para seus problemas e impasses, normalmente formando coletivos com outros sujeitos. Trata-se de exercer o poder de pensar, de refletir, de conhecer por si mesmo, utilizando e exercendo o poder intelectual para produzir saberes e conhecimentos. Pretende-se superar a heteroanálise, normalmente produzida por especialistas externos, supostamente dotados de conhecimento e de autoridade. Quando

muito, os *experts* poderiam assessorar o coletivo na construção da compreensão sobre sua situação e seus problemas, mas nunca poderiam fazer isso *para* o coletivo, em seu nome e sem sua participação, mesmo supondo que isso seria para o bem do coletivo.

A autogestão se refere ao manejo do poder político exercido diretamente por um determinado coletivo que decide, em seu próprio nome, quais ações realizará para resolver seus problemas e dificuldades, visando atingir seus objetivos.[2] Trata-se de processos ultrademocráticos de autogoverno, sem intermediários tais como patrões, equipes dirigentes, chefes, gerentes, políticos profissionais etc.

É possível considerar que a participação no poder político possui diferentes níveis. Informação, consulta facultativa, consulta obrigatória, elaboração, recomendação, cogestão, delegação, autogestão, de acordo com Bordenave (1987), compõem um processo no qual, conforme decresce a concentração de poder em um grupo dirigente, por meio de diversas práticas participativas, mais aumenta o coeficiente de poder do coletivo institucional.

Podemos dar alguns exemplos, sem sermos exaustivos, nos quais notamos um alinhamento do discurso oficial do Suas, que está plasmado em leis, resoluções e cartilhas orientadoras, com o ideário da AI:

1) O tema dos direitos e da cidadania, por um lado, e o dever do Estado, por outro, constituem pérolas preciosas que aparecem no discurso oficial:

> [...] cabe relembrar os avanços conquistados pela sociedade brasileira na construção da política de assistência social, decorrência de seu

2 Isso não quer dizer que esse coletivo terá que, como se postula atualmente a partir da ideologia do empreendedorismo, responsabilizar-se individualmente pela manutenção da própria vida, como se o Estado e a máquina tributária não existissem, como se não houvesse chefes do Poder Executivo, estruturas políticas e também políticas públicas sociais de dever do Estado e de direito dos cidadãos. As possíveis soluções para muitos dos problemas e dos sofrimentos dos pobres e da classe trabalhadora incluem uma luta pela democratização radical das estruturas estatais, de modo que o poder público seja colocado a serviço dos cidadãos.

> reconhecimento como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado. (Brasil, 2004, p.9)
>
> A presente Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (ibidem)
>
> De acordo com o artigo primeiro da Lei Orgânico de Assistência Social (LOAS), "a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". (ibidem, p.29)
>
> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. (ibidem, p.37)

Na Norma Operacional Básica do Suas – NOB/Suas (Brasil, 2005), o termo "cidadania" aparece 17 vezes; a locução "direitos de cidadania" (p.23, 25) aparece três vezes; "dever de Estado" (p.15, 18, 19) também surge três vezes. Na página 16, "dever do Estado" ocorre uma vez, e "cidadão", 20 vezes. O termo "sujeito" aparece três vezes: uma vez na página 21, e, na página 25, duas vezes: como "sujeito de direitos" e "sujeito protagonista". A palavra "direitos" surge 64 vezes no texto, adjetivado das mais variadas formas: "direito de cidadania", "direito do cidadão", "direitos socioassistenciais", "direitos humanos", "direitos sociais", "direitos da Criança e do Adolescente" etc.

2) O protagonismo do usuário pode ser tomado como a centralidade do sujeito como ator/agente social, produtor de realidade social:

> [...] há que se produzir uma metodologia que se constitua, ao mesmo tempo, em resgate de participação de indivíduos dispersos e

> desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários. (Brasil, 2004, p.50)
>
> A concepção da assistência social, como direito, impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. Isso muda substancialmente seu processo de trabalho. (ibidem, p.51)

3) A participação na construção democrática coletiva e popular da política pública de AS incluiria, necessariamente, no seu horizonte, os planos da autoanálise e da autogestão:

> A NOB/SUAS é fundada em pacto entre os entes federativos – o que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de Assistência Social em todo território nacional, sob o paradigma dos direitos à proteção social pública de seguridade social e à defesa da cidadania do usuário. Assegura, ainda, a primazia e a precedência da regulação estatal sobre essa atividade pública, cuja dinâmica democrática sob controle social prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações e o comando único das ações em cada esfera de governo. (Brasil, 2005, p.15)

4) A proposta de participação e de controle social por meio de conselhos municipais, estaduais e federais também está expressa na documentação oficial, o que remete aos processos autoanalíticos e autogestivos:

> Outro aspecto importante no debate sobre recursos humanos refere-se a um conjunto de leis que passaram a vigorar com a Constituição Federal de 1988, sendo ela própria um marco regulatório sem precedentes no Brasil para a assistência social, ao reconhecê-la como política pública, direito do cidadão, dever do Estado, a ser gerida de forma descentralizada, participativa e com controle social. (Brasil, 2004, p.51)

Mesmo que a documentação oficial sobre a AS como política pública não tenha sido elaborada a partir de uma perspectiva dialética, predominando um viés sistêmico – como costuma ser comum ao discurso oficial do Estado, quando discorre sobre uma dada política pública –, o texto da Pnas inclui os termos analisadores que nos permitem construir uma análise dialética e paradigmática sobre o campo da AS (Benelli; Costa-Rosa, 2012):

> Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade. (Brasil, 2004, p.7)
>
> Tal empreendimento deve sobrelevar a prática do controle social, o que, nessa área em particular, adquire uma relevância crucial, já que o atributo torpe de campo de favores políticos e caridade, agregado historicamente a esta área, deve ser minado pelo estabelecimento de um novo estágio, feito de estratégias e determinações que suplantem política e tecnicamente o passado. (ibidem, p.10)
>
> No caso da assistência social, a constituição de rede pressupõe a presença do Estado como referência global para sua consolidação como política pública. Isso supõe que o poder público seja capaz de fazer com que todos os agentes desta política, organizações governamentais (OGs) e, ou, organizações não governamentais (ONGs), transitem do campo da ajuda, filantropia, benemerência para o da cidadania e dos direitos. E aqui está um grande desafio a ser enfrentado pelo Plano Nacional, que será construído ao longo do processo de implantação do SUAS. (ibidem, p.46)
>
> A concepção de doação, caridade, favor, bondade e ajuda que, tradicionalmente, caracterizou essa ação [da AS], reproduz usuários como pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes *"assistiam"* e se pronunciavam em seu nome. Como resultado, esse segmento tem demonstrado baixo nível de atuação propositiva na sociedade, e pouco participou das conquistas da Constituição enquanto sujeitos de direitos. (ibidem, p.50).

O texto do Suas (Brasil, 2005, p. 11) complementa tais perspectivas com essas importantes declarações críticas:

> A Constituição de 1988 inaugurou novas perspectivas com: a unidade nacional da política de Assistência Social e não só federal; seu reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada a complementar a Previdência Social, com papel público pouco ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais ajuda ou favor ocasional e emergencial; a organização, sob o princípio da descentralização e da participação, rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental.

Sobre o tema do protagonismo do sujeito que não deve ser reduzido a um objeto de intervenção, o Suas (ibidem, p.93) também é enfático:

> A dinâmica da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania: considera o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços; abre espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade, baseada na identidade e reconhecimento concreto; sustenta a auto-organização do cidadão e da família no desenvolvimento da função pública.

O discurso oficial apresenta o Suas como a oportunidade de implantar a transparência e a universalização do acesso aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, promovendo um modelo de gestão que quer ser descentralizado e participativo. Pretende consolidar, definitivamente, a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, com a participação complementar da sociedade civil organizada, por meio de movimentos sociais e entidades de AS. Nunca se devem menosprezar os avanços no ideário institucional, eles são ao menos o vislumbre de possibilidades pelas quais se pode lutar.

Operar com a AI também permite destacar que o discurso da AS, como instituição social, possui uma dinâmica dialética instituída/instituinte, contendo diversos "enunciados discursivos, de teor revolucionário, que já são o efeito das lutas populares ou de 'concessões táticas' a suas reivindicações, que não deixam de estar presentes na proposta oficial atual [...]" (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p.646), no sentido do fortalecimento de estratégias que visariam à consolidação dessa perspectiva contra-hegemônica, alinhada com os interesses populares.

Como estamos discutindo, a AS como formação social e política pública, e como conceito e campo discursivo possuiria uma notável afinidade ética e política com os horizontes e com as diversas estratégias da perspectiva institucionalista. Isso não é algo evidente e, portanto, precisava ser demonstrado, como buscamos fazer. É sua dimensão de institucionalização de um novo patamar civilizatório que nos interessa ressaltar e fomentar. Como as demais políticas públicas, tomadas como meios e não como fins, o Suas também representa uma brecha potencial de luta visando à superação do capitalismo que pode ser ocupada por trabalhadores avisados e prevenidos, desenvolvendo uma práxis transformadora.

4
Sobre as formas gerais de financiamento das entidades assistenciais, públicas e privadas, sem fins lucrativos

> *"O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência."* (Marx, 2008b, p.47)

Como as entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos são mantidas do ponto de vista financeiro? Como elas sobrevivem financeiramente? Quanto dinheiro uma entidade capta e consome num ano normal de atividades? De onde vem esse financiamento? Não há muitas informações sistematizadas sobre esse assunto. Tratar do tema dinheiro ainda costuma ser algo problemático no contexto de uma prefeitura e também no das entidades assistenciais (Penariol, 2017; Penariol; Benelli, 2015). É sempre melindroso falar sobre dinheiro, custos e gastos no âmbito público. Mas isso está mudando ao poucos, e certa cultura do segredo vem sendo desmontada, não sem resistências e manobras. A mudança é consequência da Lei Complementar, também conhecida como Lei da Transparência[1] ou

1 A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, é uma lei ordinária federal que regulamenta o artigo 5°, XXXIII, artigo 37,

Lei Capiberibe, sancionada em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que obrigou a União, os estados e os municípios a divulgar seus gastos na internet em tempo real.

Vamos apresentar alguns aspectos burocráticos sobre o financiamento das entidades assistenciais: o Plano Municipal de Assistência Social (Pmas) e o "vínculo Suas", o cofinanciamento dos governos federal e estadual para a AS, o Mrosc (Brasil, 2014b), o Fumcad e a prática da promoção de eventos beneficentes para angariar fundos.

As modalidades de obtenção de verbas, bem como suas dificuldades e limites, condicionam enormemente as possibilidades de uma atuação institucional à altura da condição de cidadania de crianças e adolescentes, que são sujeitos de direitos.

Plano Municipal de Assistência Social

Há orientações específicas do governo federal para que os municípios formulem um Pmas:

> A política pública de Assistência Social, em sua trajetória histórica, careceu de procedimentos sistemáticos de planejamento da

---

§ 3°, II e artigo 216, § 2° da CF de 1988, que asseguram o direito fundamental de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal e municípios. Esse diploma foi promulgado pela presidente da República Dilma Rousseff cerca de um mês após o Brasil ter ratificado, na qualidade de membro fundador, seu ingresso na Parceria para o Governo Aberto, em 11 de setembro de 2012. Entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, revogando integralmente a Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005, e alguns dispositivos da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que regulamentavam a matéria até então. Em nível federal, a LAI é regulamentada principalmente pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que trata sobre procedimentos de transparência ativa e passiva; pelo Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que trata sobre procedimentos de classificação de informações; e pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que trata sobre a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_acesso_%C3%A0_informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 18 jun. 2018.

> gestão pública. Com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a exigência de elaboração de Planos foi condição, junto com a criação de Conselhos e Fundos, para que municípios, estados e o Distrito Federal pudessem receber repasses de recursos federais. Esses Planos foram elaborados anualmente e apresentados e aprovados nos Conselhos de Assistência Social. Inaugurou-se assim a incorporação do planejamento na política de assistência social, apesar das dificuldades políticas e técnicas para sua elaboração e de uma compreensão restrita de sua importância e significados. (Brasil, 2008, p.15)

Trata-se de uma importante estratégia implementada pelo governo federal, para que os municípios avancem para práticas de AS mais orgânicas e sistemáticas, superando aquelas tradicionalmente improvisadas e residuais. O Pmas tornou-se um requisito obrigatório para que os municípios pudessem pleitear cofinanciamento nos governos federal e estadual e um modo de elevar as práticas assistenciais ao estatuto de Política Municipal de Assistência Social, constituindo um conjunto articulado de modalidades de atendimento, composto e realizado por meio de "serviços" continuados, benefícios, programas e projetos, objetivando assegurar e afiançar o disposto na Loas, na Pnas) (Brasil, 2004), no Suas (Brasil, 2005) e também no ECA (Brasil, 1990). Mas o fato de o município elaborar e formular um plano de AS não significa que ele irá atuar ativamente como indutor da Pnas e da PNCA no contexto municipal. Ele pode se limitar apenas a gerir o pouco que existe dessas políticas no seu âmbito territorial.

O "vínculo Suas" também é um laço que integra as diferentes entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos da sociedade civil ao Suas:

> Além do Centro de Referência de Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, enquanto novos estabelecimentos assistenciais que estão sendo implementados nos municípios brasileiros, ainda existe todo um conjunto constituído pelas denominadas entidades assistenciais e filantrópicas

> tradicionais privadas. Tais estabelecimentos normalmente foram sendo criados ao longo do tempo por diferentes atores sociais: indivíduos e grupos religiosos, membros da elite local, políticos, empresários e filantropos, visando atender a demandas de crianças, adolescentes, jovens, adultos, gestantes, doentes e idosos pobres. Esse conjunto de entidades históricas, tais como os orfanatos, os asilos, entidades beneficentes e filantrópicas que atendiam a crianças e a adolescentes pobres e a indivíduos pobres de outras idades, foi incluído como parte da rede socioassistencial por meio do vínculo SUAS, acordo por meio do qual todos esses estabelecimentos tiveram que se adequar institucionalmente à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993; 2011) e também ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), buscando obter certificado de inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e também do Conselho Municipal de Assistência Social, para assim poder manter suas antigas isenções fiscais junto ao Estado e continuar em funcionamento. (Benelli; Costa-Rosa, 2013, p.290)

As relações das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos com o Suas são bastante complexas, ambíguas e problemáticas, como demonstra a bibliografia (Brettas, 2016; Couto et al., 2011; Spink; Ramos, 2016). Os problemas incluem diversos planos, tais como os teóricos, técnicos, financeiros, políticos e éticos, com importantes impasses quanto à lógica institucional dos âmbitos públicos e privados.

O Pmas concretiza o "vínculo Suas" na busca de promover um autêntico reordenamento institucional das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos por meio da reorganização da sua estrutura e funcionamento, de modo que possam se adequar aos novos princípios e diretrizes estabelecidos pelo ordenamento jurídico e/ou pelos conselhos de direitos e setoriais. O financiamento público seria um elemento fundamental no processo de reordenamento de toda a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, de acordo com princípios legais e normativas vigentes: Loas (Brasil,

2011b), Pnas, Suas e ECA. Sem dinheiro público, não há como produzir direitos sociais. Dinheiro oriundo de particulares deveria ter apenas um caráter suplementar ao financiamento público sistemático, perene e suficiente, tal como exige o estatuto de cidadania dos brasileiros. O "mínimo" visando ao atendimento de "necessidades" não alcança a altura da cidadania, baseada em direitos (Pereira, 2007).

Sobre o cofinanciamento dos governos federal e estadual para a assistência social

O governo federal cofinancia, de modo bastante limitado, alguns estabelecimentos públicos e privados de AS por meio do chamado "Plano de Ação para o Cofinanciamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social" (Pmas-Suasweb). O município deve construir o plano de ação anual para o desenvolvimento da AS no seu território, de acordo com seu Pmas (Brasil, 2008). Há uma planilha eletrônica que deve ser preenchida pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Cmas. É por meio desse instrumento que o governo federal repassa recursos para cofinanciar os serviços de AS no município.

O Suasweb[2] é um sistema que faz parte da Rede Suas, que é um conjunto de sistemas/aplicativos para implementação da Pnas. No Suasweb, há áreas para o registro de algumas das ações dos conselhos de AS no controle social da Política de Assistência Social. Esse sistema possibilita a transparência e a visibilidade de informações quanto ao plano de ação (planejamento anual das ações locais com recursos federais); ao demonstrativo sintético de execução físico-financeira (prestação de contas); à consulta a dados financeiros (contas correntes, saldos e repasses); e à consulta à base cadastral dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O acesso a essa ferramenta é restrito. A partir da atualização de dados da composição do

2 Mais informações estão disponíveis em: http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb. Acesso em: 22 jun 2018.

Cmas no CadSuas, as novas senhas são enviadas pela Rede Suas por *e-mail* aos presidentes eleitos pelos conselhos. Desse modo, os conselheiros podem visualizar e ter acesso às informações cadastradas, mas não podem alterá-las.

O cofinanciamento estadual para a execução de "serviços" de AS no município, realizado por meio do Pmasweb, segue um modelo semelhante. O Pmasweb é o sistema da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo (Seds) por meio do qual, anualmente, os municípios informam dados da gestão, recursos financeiros, rede executora, diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação – e ao qual todo cidadão e cidadã pode ter acesso por meio de uma senha.[3]

O fundo do CMDCA (Fumcad)

O artigo 88 do ECA, no seu inciso IV, prevê a criação e a manutenção de fundos (nacional, distrital, estaduais e municipais) vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente. O artigo 90 do ECA afirma que "as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades" e ainda dispõe o seguinte:

> § 2º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o

---

3 Para ter acesso, basta solicitar o formulário de acesso (perfil consulta) pelo *e-mail*: pmas@seds.sp.gov.br. Ou então procurar a Diretoria Regional (DRADS) da região (www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br). Não é necessário ter autorização ou justificar motivo da solicitação. A LAI (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

> princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo *caput* do art. 227 da Constituição Federal e pelo *caput* e parágrafo único do art. 4º desta Lei. (Brasil, 1990)

Nessas orientações gerais, fica claro que deve haver financiamento público, mas o ECA não especifica nenhuma dotação orçamentária clara que obrigue os membros do governo. Entretanto, no artigo 260 do ECA, encontramos a regulamentação de doações que os contribuintes podem efetuar aos Fundos da Infância e do Adolescente (FIA), por meio da dedução de parte do imposto de renda (IR) devido:

> Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e b) 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no artigo 22 da lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (ibidem)

Os fundos[4] têm como objetivo financiar projetos desenvolvidos por entidades assistenciais que atuem na promoção, proteção e

---

4 Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente são fundos públicos, conforme o artigo 71 da Lei nº 4.320, de 17 de marco de 1964. A Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (IN RFB) nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, determina, em seu artigo 11, inciso XI, que os fundos públicos de natureza meramente contábil, portanto sem personalidade jurídica, são obrigados a se inscrever no CNPJ com código próprio e de natureza jurídica 120-1 Fundo Público. Essa regra foi mantida pela IN RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011 em seu artigo 5º, inciso X, pela IN RFB nº 1.210, de 16 de novembro de 2011, e pela IN RFB nº 1470, de 30 de maio de 2014. Dado que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente são fundos públicos dessa natureza, é necessária a inscrição e/ou regularização da situação do fundo, caso ele esteja associado a qualquer outro CNPJ de personalidade jurídica do Poder Executivo do ente

defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os recursos devem ser aplicados exclusivamente nessa área, com monitoramento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. A criação desses Fundos foi prevista pelo ECA.

Pensamos que, por meio dessa estratégia, o Estado se isenta e transfere a possibilidade e/ou a responsabilidade pelo financiamento da PNCA para os contribuintes, tanto às pessoas físicas (PF) quanto às pessoas jurídicas (PJ). Desse modo, doa para o fundo do CMDCA quem quiser, segundo seu critério moral pessoal e inquestionável. Doa quando e se for conveniente, segundo seu arbítrio, pois há dois modos de se fazer a declaração anual de IR: a simples e a completa. Se o contribuinte, por sua conveniência, fizer a declaração simples – porque o custo é menor –, não pode fazer a doação para o fundo, pois esta é permitida apenas para a declaração completa.

Há uma bibliografia documental variada sobre o tema do fundo do CMDCA, para orientar e estimular os conselheiros a fazer campanhas que incentivem a doação de IR por parte de PF e PJ para os fundos do CMDCA, mas que é bastante despolitizada e costuma ignorar completamente a existência da máquina tributária que arrecada dinheiro por meio dos impostos e constitui o erário público, fundo que deveria ser utilizado para custear a produção de direitos sociais por meio de políticas públicas.

---

federativo em pauta. Para tanto, o Poder Executivo, por meio do seu serviço contábil, deve requerer a inscrição à Receita Federal, apresentando o ato legal de constituição e regulamentação do fundo, publicado em *Diário Oficial*, bem como ato de nomeação do responsável legal pelo fundo. Uma vez efetuada a inscrição no CNPJ próprio, é necessária abertura de conta corrente em banco oficial, destinada exclusivamente a gerir os recursos do fundo. O banco deve ser consultado sobre a documentação requerida. Basicamente, ele exigirá o comprovante de inscrição no CNPJ, os mesmos documentos apresentados à Receita Federal, documentos do responsável legal e coleta de assinaturas para fins de movimentação financeira. Para sua operacionalização administrativa e contábil, o fundo (com CNPJ e conta própria) deve estar vinculado a uma secretaria ou um órgão público da prefeitura. Outro dado importante é que, para ter um fundo regulamentado, o Conselho deve ter feito o seu cadastramento no Conanda, o que ocorre no mês de outubro de cada ano.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) possui uma página na internet[5] em que disponibiliza informações diversas sobre a captação de doações do IR para financiar projetos voltados para o atendimento e a proteção a crianças e adolescentes, doando parte do imposto devido ao Fundo da Infância e Adolescência Municipal (FIA-M). Entre outras informações, o *site* traz o potencial de captação de recursos de cada município, por meio de doações dedutíveis do IR.

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2017a), da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), publicou um caderno temático intitulado *Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente: guia para ação passo a passo*, no qual apresenta conceitos e orientações sobre a natureza jurídica, as fontes de recursos e os critérios de aplicação das receitas do fundo municipal, os mecanismos de controle e fiscalização dos recursos e a forma como os recursos devem constar nas leis orçamentárias municipais. O guia também traz uma explanação detalhada sobre as atividades que o Conselho Municipal deve realizar para exercer de forma consistente seu papel como órgão deliberativo em relação às finalidades de uso do fundo.

A Fundação Abrinq (2017b) publicou ainda um segundo caderno temático intitulado *Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente: guia para mobilização de recursos*, com uma descrição detalhada do conceito, das normas legais e das atividades envolvidas na gestão do fundo. Contém ainda orientações e sugestões para que os Conselhos Municipais planejem estratégias para ativação das fontes de receita e para mobilização de novos recursos para os fundos municipais, em especial aqueles que podem ser destinados e deduzidos do IR por parte de PF e PJ.

A Fundação Abrinq (2019) também publicou *Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente: guia para gestão de parcerias com base no MROSC*, apresentando o impacto do Mrosc no

---

5 Informações disponíveis em: http://www.fia.cnm.org.br/. Acesso em: 22 jun. 2018.

planejamento e a aplicação dos recursos do Fundo da Infância e do Adolescente (FIA), pretendendo orientar tais processos.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) também lançou um *Manual sobre fundos da criança*, incluindo informações sobre o Fundo do Idoso. Esse manual técnico sobre o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – elaborado pela Prattein (2015), uma empresa de assessoria – incorporou mudanças introduzidas pela Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei nº 12.594/2012). Anteriormente, os Fundos da Criança e os Fundos do Idoso compartilhavam o limite de dedução de 1% do IR devido das PJs. Os limites teriam sido desvinculados, o que permitiu à PJ destinar até 1% do seu IR devido para o Fundo da Criança e 1% para o Fundo do Idoso. Já as PFs podem efetuar a destinação aos Fundos da Criança no momento da Declaração de Ajuste Anual (DAA), com dedução restringida a 3% do limite global de 6%. Isso significa que a pessoa que quiser destinar recursos ao Fundo da Criança deve fazê-lo até o último dia útil de abril, de modo a poder deduzi-los do IR devido do ano em ajuste. Caso, durante o ano anterior, a pessoa tenha feito uma destinação abaixo do limite, poderá complementá-la para atingir o teto de 6%. O manual ressalta que essa mudança se aplica somente às doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e não às outras possibilidades previstas no limite global de 6%, como as doações ao Fundo do Idoso e os incentivos a atividades audiovisuais, cinematográficas e esportivas, por exemplo. No caso das PJs, o limite de dedução de 1% permanece inalterado.

Além dessas publicações, ainda podemos elencar algumas outras de igual teor: Maranhão (2003) e Instituto Fonte e Fundação Telefônica Vivo (2015). O que chama a atenção nesses tipos de documento é sua perspectiva despolitizada e acrítica, já que se pautam pela noção de empresariamento das entidades sociais, alinhados com a ideologia do voluntariado empreendedor. Não enunciam as responsabilidades do Estado nem os direitos dos cidadãos quanto ao financiamento das políticas públicas a partir do erário público.

Promoção de eventos beneficentes para angariar fundos

Considera-se que as organizações da sociedade civil têm como responsabilidade a própria manutenção financeira. Como suas verbas são escassas, essas entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, além de fazerem grandes esforços para tentar obter algum financiamento público da União, do estado e do município, também batem à porta do mercado, procurando obter dinheiro com os empresários.

> Sobre as fontes de renda que conformam as receitas das Organizações da Sociedade Civil, é importante mencionar que, embora os recursos governamentais possam ser mobilizados pelas OSCs brasileiras, elas não dependem do Estado, e a maior parte delas se organiza, historicamente, com base em recursos próprios e doações privadas. (Brasil, 2014a)

Buscam atender aos poucos editais de fomento que são disponibilizados ao longo do ano. Mas como o que conseguem não é suficiente, elas costumam promover eventos beneficentes para angariar fundos.

> O presidente da diretoria (ou o diretor executivo da entidade, quando existe) costuma ser o verdadeiro responsável pela entidade, zelando pessoalmente por seus interesses e necessidades. O principal trabalho do presidente ou do diretor executivo consiste em obter recursos financeiros para manter a entidade aberta e em funcionamento. São dois os meios tradicionais de obter recursos para custear os gastos da entidade: a promoção de eventos beneficentes com vistas a arrecadar dinheiro, tais como quermesses, festas, bingos, rifas, almoços etc. e o pedido de auxílio financeiro para autoridades políticas, tais como secretário municipal de Assistência Social, prefeito, vereadores e deputados. As ajudas públicas tendem a ser pontuais e específicas, não consistindo em recursos que permitam o funcionamento da entidade de modo contínuo ao longo do tempo. Trata-se

> apenas de práticas clientelistas focalizadas. Atualmente, também é possível buscar apoio financeiro junto ao mercado, denominado de "segundo setor", na linha do "marketing social empresarial", mas isso já exige maior profissionalização do funcionamento da entidade. (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p.619-20)

O Suas e o terceiro setor: ambiguidades e contradições

Constatamos que o Estado brasileiro não financia integralmente as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos existentes e atuantes no território nacional. No âmbito das políticas públicas sociais, o Estado exerce muito mais um papel de regulador do que propriamente de financiador. O ECA, no seu artigo 90, por exemplo, ao dispor sobre as "entidades de atendimento", explicitou que elas seriam responsáveis pelo seu próprio financiamento.

Curiosamente, mas não por acaso, o ECA não prevê, propriamente, financiamento público específico para a manutenção das entidades assistenciais. É comum afirmar-se que quando os tempos são de crise, a disputa por verbas públicas fica mais acirrada. Mas o que se verifica também é que, para investimentos financeiros em políticas públicas sociais, os tempos parecem ser sempre de crise. Mesmo em tempos de suposta bonança no plano financeiro, as verbas costumam ser escassas, quando se trata de financiar entidades assistenciais para atender crianças e adolescentes pobres. Ainda podemos considerar o seguinte:

> No campo das políticas públicas no Brasil [...] são hegemônicas a impunidade, ineficiência, verticalidade, inflexibilidade, burocratização e irresponsabilidade no processo de gestão, reforçando as atuais tendências à privatização, terceirização e desinvestimento em políticas públicas. (Vasconcelos, 2002, p.162)

No cenário, o denominado terceiro setor (Montaño, 2007, 2014) seria composto pela chamada sociedade civil, por aqueles indivíduos que não compõem o Estado (plano da política, primeiro setor) nem as empresas privadas do mercado (plano da economia, segundo setor). A sociedade civil seria constituída pela população trabalhadora, por aqueles que não possuem nem poder político nem econômico, dispondo apenas da sua força de trabalho para vender e assim sobreviver. O terceiro setor seria composto por associações e fundações que podem ser denominadas, conforme o caso, de ONG, OSC, OS e Oscip. Cordeiro e Sato (2017, p.43-44) observam que,

> [...] nos documentos oficiais, *sites* e artigos acadêmicos, as instituições privadas que prestam os serviços de assistência social recebem diferentes nomes: "Organizações Não Governamentais" (ONG), "entidades sem fins lucrativos", "organizações sociais", "organizações do terceiro setor". Todas essas expressões parecem, em alguma medida, problemáticas. As expressões "Organizações Não Governamentais" e "entidades sem fins lucrativos", por exemplo, fazem referência apenas ao que essas organizações não são. Nada dizem sobre os espaços os quais ocupam na vida social e política do país (Fischer; Falconer, 1998). Além disso, será que uma instituição privada a qual oferece um serviço público pode ser considerada não governamental? Pensando que suas ações são (ou, ao menos, deveriam ser) definidas, monitoradas, avaliadas e, sobretudo, financiadas por órgãos públicos, parece um tanto inadequado caracterizá-las a partir da negação de sua relação com o Estado. Por outro lado, dizer que essas organizações não têm fins lucrativos tampouco parece adequado. Afinal, grande parte dos recursos recebidos do Estado é usada para custear "gastos operacionais" – incluindo os salários dos presidentes e altos funcionários da organização (MONTAÑO, 2010).

O modo de enunciar e nomear os estabelecimentos da instituição AS pode ser indicador de campos discursivos distintos: o discurso do terceiro setor articula termos como ONG, OS, OSC, Oscip. Já o discurso da política pública de AS enuncia outros termos, como:

associação, fundação, entidade assistencial. Consideramos que o terceiro setor consiste numa perspectiva ideológica orientada pelo ideário empresarial e que ele disputa a hegemonia com o Suas, que, por sua vez, é dotado de uma origem institucional que o caracteriza como política pública cidadã de direito.

Desde a década de 1990 e de modo crescente, desde então, na contramão do discurso relativo à defesa dos direitos sociais e à responsabilização do Estado, a agenda neoliberal promove justamente a desresponsabilização do Estado pelo "problema social" e propõe "parcerias" com o mercado (segundo setor) e com a sociedade civil (terceiro setor). Há transferência de responsabilidades e terceirização da implementação de políticas públicas de AS (e também de saúde e de educação, de cultura, de esportes, entre outras) para as ONG, sem repasse de recursos orçamentários suficientes.

Nesse mesmo cenário, as empresas privadas do mercado (segundo setor) descobriram como lucrar com a AS ofertada aos membros da classe social expropriada, criando fundações que desenvolvem o *marketing social empresarial*[6] e a ideologia da "responsabilidade social empresarial" (Barbosa, 2003; Beghin, 2005, 2009; Barbosa, L., 2006; Cunha, 2007; Passone, 2007; Andrade, 2014; Nora, 2016). A filantropia empresarial aprendeu a captar recursos financeiros da sociedade e do Estado para investir em ações assistenciais e assim agregar "valor social" à sua marca. Um exemplo emblemático seria o projeto "Criança Esperança".[7] As relações entre as entidades

---

6 Um exemplo disso, desenvolvido pela Fundação Abrinq desde 1995, consiste no "Programa Empresa Amiga da Criança" que tem por objetivo reconhecer e engajar o setor empresarial na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Mais informações estão disponíveis em: https://www.fadc.org.br/programas-institucionais/protecao-empresa-amiga-da-crianca. Acesso em: 22 jun. 2018.

7 O "Criança Esperança" é uma campanha nacional de mobilização social que busca promover a conscientização com relação aos direitos da criança e do adolescente, promovida pela Rede Globo de televisão, inicialmente em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations International Children's Emergency Fund – Unicef) e atualmente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations

assistenciais privadas sem fins lucrativos – que vão recebendo diversas denominações ao longo do tempo – e o Estado são complexas, conforme Lara e Cordeiro (2019).

Defendemos a posição política e ética de que é dever do Estado prestar diretamente atendimentos públicos de qualidade de educação, de saúde, de AS, entre outros. Não é possível aceitar a transferência, sem mais, desses atendimentos para as entidades do terceiro setor, composta pela sociedade civil, reduzida a trabalhadores, consumidores e contribuintes. A CF (Brasil, 1988) permite que o terceiro setor e até o mercado criem entidades que prestem serviços sociais, como forma de complementação ou suplementação das atividades que seriam de responsabilidade do Estado, podendo até serem fomentadas pelo poder público, de acordo com o novo Mrosc (Brasil, 2014a, 2014b). Não é aceitável que os governantes reiteradamente desrespeitem a CF por meio de subterfúgios utilizados para fugir do regime jurídico administrativo, transformando direitos assegurados em lei quanto à seguridade social e educação, por exemplo, em serviços que podem ser comprados, reduzindo o cidadão a um mero consumidor, além de submetê-lo a uma tributação excessiva.

O Mrosc pode ser considerado como um importante analisador potencial dos deslizamentos semânticos e das contradições políticas e financeiras que vão colonizando e subvertendo às avessas o ideário ético e político do Suas, pela teologia da empresa, difundida pelo mercado.

Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco). O projeto é uma das mais bem-sucedidas marcas relacionadas a programas sociais dirigidos às crianças carentes em todo o mundo. Anualmente, são realizados os *shows* que incentivam as doações feitas pelos telespectadores e por várias instituições. Mais informações estão disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crian%C3%A7a_Esperan%C3%A7a. Acesso em: 22 jun. 2018.

Alguns termos analisadores do discurso do empresariamento das políticas públicas: "gestão", "gerencialismo" e "serviço"

Partimos da perspectiva de que os diferentes campos das políticas públicas podem ser pensados como instituições: educação, saúde, segurança pública, administração pública, AS etc. Uma instituição é uma invenção conceitual e abstrata que visaria responder a certos problemas por meio da ação dos atores institucionais, podendo se desdobrar em estabelecimentos e produzir realidade social e histórica efetiva, instituindo novos objetos, novas figuras sociais, novos discursos, novas práticas, acumulando novos conhecimentos e produzindo efeitos éticos.

Os diversos termos que são utilizados no âmbito das políticas públicas não são neutros nem ingênuos. Supomos que certas palavras pertencem a conjuntos discursivos ou a campos semânticos diferentes, já que eles não possuem a mesma intencionalidade nem produzem os mesmos efeitos. Não é propriamente estranho, para uma perspectiva dialética e institucionalista, que certos termos oriundos de campos diferentes e mesmo contraditórios se mesclem num conjunto discursivo que não é originalmente o seu. O discurso, constituído pela ideologia, é algo que se caracteriza mesmo por ser contraditório, lacunar, pontuado por silêncios, por ausências, por deslizes, por não ditos. Termos alienígenas podem se infiltrar num campo diverso do seu como tática discursiva colonizadora,[8] empenhando-se numa disputa, numa guerra discursiva em busca de hegemonia em termos paradigmáticos. Novos campos institucionais potencialmente revolucionários podem ser corroídos por

---

8 Não se trata de defender uma suposta pureza de um dado campo institucional/disciplinar. Mas há diferenças entre uma tática discursiva colonizadora e a transdisciplinaridade. A primeira se caracteriza pela dimensão de atravessamento e reforçamento do instituído e da função institucional oficial, cuja intencionalidade ética visa à reprodução do MCP. A segunda é caracterizada pela transversalidade e pela criação subversiva, pelo movimento instituinte, pelo funcionamento, operando com uma ética singularizante, visando ao devir.

noções e ideias "estrangeiras" que vão minando e assepsiando a sua formação original. Isso pode ser parte de uma estratégia de recuperação, de sobrecodificação, numa tentativa de tornar inócua, vazia, sem efeito, reduzindo e esvaziando as possibilidades subversivas e transformadoras dessa nova instituição. Há intensas lutas e busca de hegemonia no campo propriamente discursivo, articuladas por poderes diversos.

Para quem utiliza uma perspectiva dialética e institucionalista e considera que há figuras paradigmáticas que permitem compreender a realidade como totalidade – sempre em processo de totalização, mas sem nenhum tipo de fechamento/completamento possível –, a "gestão" poderia ser considerada como um operador e componente de certo parâmetro paradigmático. De acordo com Costa-Rosa (2013), um paradigma seria composto por pelo menos quatro parâmetros e seus diversos operadores. Podemos notar que o tema da gestão seria um componente do parâmetro 2, que inclui as *formas da organização do dispositivo institucional*. Seus operadores são compostos pelos diferentes modos como se organizam as relações intrainstitucionais, incluindo a sua dimensão organogramática que conjuga as diferentes possibilidades de gestão e metabolização do poder que aí se atualizam. Distinguem-se práticas heterogestivas e autogestivas, com preferência pelas segundas.

O termo "gerencial" e o tema do "gerencialismo"[9] parecem ser próprios da invasão de um discurso empresarial que, por meio da ideologia do terceiro setor, vem colonizando as políticas públicas, sobretudo as de AS. Consideramos que se trata de uma oposição paradigmática entre uma razão mercadológica e uma lógica social de direitos de cidadania que exige a superação do capitalismo como base da formação social. Podemos falar em uma teologia neoliberal da empresa, discurso que sacraliza o mercado e a forma de

9 Para uma literatura que representa a perspectiva capitalista mais comum quanto ao gerente considerado como um estrategista, explicitando "que bons gerentes não tomam decisões políticas", ver Mintzberg et. al. (2007, p. 63 et seq.). Análises críticas sobre o tema da gestão e a figura do gerente podem ser encontradas em Gaulejac (2007) e Bendassolli (2009).

organização da empresa, que é erigida como modelo para ser adotado em todos os níveis da vida, tanto no pessoal quanto no plano do trabalho. A empresa seria não apenas a solução para as mazelas e os pecados estatais públicos, mas também a única alternativa para todo e qualquer indivíduo.

Na perspectiva sociológica funcionalista e sistêmica, a partir da noção de propriedade, a realidade pode ser dividida em três setores que convivem em harmonia e em homeostase: o primeiro seria o setor público, encarnado pela figura do Estado e caracterizado pela propriedade pública; o segundo seria o setor privado, com a figura do mercado, caracterizado pela propriedade privada; e o terceiro setor seria composto pela sociedade civil, que não seria nem detentora da propriedade pública nem da privada, na figura da classe trabalhadora assalariada ou desempregada. Trata-se de uma ideologia que oculta a luta de classes e a intensificação da exploração dos trabalhadores.

O discurso empresarial pretende que tudo possa ser considerado como uma analogia da própria empresa, que seria a forma institucional mais bem-acabada do MCP. O Estado costuma ser demonizado como corrupto, perdulário e ineficiente, incluindo os políticos e os funcionários públicos (Souza, 2009b; Souza; Valim, 2018). Em contraposição, o mercado e a empresa privada são idealizados e apresentados como modelos de honestidade, de eficiência e de produtividade. A empresa torna-se o modelo ideal, santo e imaculado, e, por isso, tudo o que é público e ineficiente deveria ser privatizado: a empresa privada seria a solução para a ineficiência do setor público.

As distinções paradigmáticas apuram nossa percepção, e alguns termos, como "serviços", "gestão" e "gerencialismo", presentes e naturalizados nos discursos da PNCA e também da Pnas se destacaram no longo processo de imersão teórico e prático que desenvolvemos no campo das políticas públicas sociais. Vejamos alguns exemplos.

Indícios do discurso gerencialista nas políticas públicas

O tema da "gestão" é típico do campo das políticas públicas em geral (Bento, 2003; Oliveira, 2019), indicando aspectos técnicos do trabalho, mas sem excluir outras dimensões tais como a decisão política, o planejamento, a implementação, a gestão executiva, o monitoramento e a avaliação. Mas parece haver uma tendência em se considerar a "gestão" como um plano que possuiria tal densidade que poderia ser tratado de modo singular, quase que completamente desconectado de outras dimensões. Essa fragmentação é típica da ideologia capitalista. O senso comum, orientado pela ideologia, costuma produzir uma descontextualização funcionalista da "gestão", sem considerá-la como parte integrante de uma instituição complexa. Nesse caso, a "gestão" seria entendida num sentido restrito, referindo-se aos integrantes da cúpula dirigente de determinada área, que teriam responsabilidades técnicas executivas quanto ao andamento desse âmbito institucional. Discute-se sobre a "gestão" da saúde, da educação e da AS no município, por exemplo, a partir de uma perspectiva tradicional, heterogestiva, quando não francamente autoritária e repressiva.

De acordo com a razão de mercado, podemos considerar que a gerência da AS teria como competência, por exemplo, no nível estadual, coordenar, planejar, monitorar, avaliar, assessorar e acompanhar o planejamento operacional das ações da Seds; coordenar e acompanhar os sistemas integrantes da Rede Suas; integrar as áreas e ações que compõem a Seds; acompanhar os processos de realização de contratação e monitoramento da execução de serviços, programas, projetos e benefícios executados no âmbito da executiva de AS; coordenar e organizar o processo de assessoria técnica junto aos municípios. Dessa forma, essa gerência promoveria a articulação das gerências finalísticas a ela relacionadas: Gerência de Proteção Social Básica (GEPSB), Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade (GEPMC) e Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Gpeac) em parceria com as demais gerências

da Seds. Tais práticas são técnicas e administrativas, mas é preciso considerar claramente sua orientação política predominante: meramente gerencial e pragmática ou crítica e politizada (Secchi, 2009; Castilho; Lima; Teixeira, 2014; Veronese; Sousa, 2016).

O tema da "gestão social" ocupa diversos autores críticos, como Marco Aurélio Nogueira (2003) que discutiu as relações contraditórias entre a sociedade civil, o plano político-estatal e o gerencialismo neoliberal; Silva Jr. et al. (2008) organizaram uma publicação com diversas discussões sobre diferentes aspectos do tema da chamada gestão das políticas públicas; Rojas (2015) considera que a AS não pode ser reduzida a um mero sistema gerencial, esvaziando-a de sua dimensão política; Brettas (2016) discutiu os dilemas e as tensões na provisão de serviços assistenciais por parte das organizações da sociedade civil na política pública de AS no Brasil. Sposati, Costa e Lima (2022) organizaram uma publicação na qual discutiram criticamente diversos aspectos da TNSS (Brasil, 2009b), depois de uma década de sua publicação visando à padronização dos serviços e dos estabelecimentos assistenciais do Suas. Consideram que os dilemas direitos dos cidadãos *versus* serviços assistenciais religiosos ou "merdadorizados" (Sposati; Costa; Lima, 2022, p.14) com as OSC permanecem em pauta, enquanto a AS como política pública de direito de cidadania financiada com dinheiro público visa ao "compromisso com a universalidade na cobertura do SUAS em todo o país" (ibidem).

Na literatura, encontramos a expressão "gerentes sociais" que ocorre em vários documentos produzidos pelo governo federal: a locução "gestão e gerência dos equipamentos" aparece uma vez no documento do Suas (Brasil, 2005, p.58); na NOB RH/Suas (Brasil, 2006e), os termos "gerencial", "gerenciamento" e "gerência" ocorreram 12 vezes; numa cartilha de divulgação institucional do processo de consolidação do Suas (Brasil, 2009c, p.30); e, noutra cartilha, alude-se a "gestores sociais", referindo-se aos trabalhadores que ocupam cargos de coordenação (Brasil, 2009f); aparece 91 vezes num volume dos *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (Brasil, 2009g) intitulado "Capacitação descentralizada para gerentes sociais: desenho e resultados".

O documento *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS* (Brasil, 2009a) não emprega o termo "gerente", mas denomina de "coordenador" o responsável pela equipe técnica do Cras. O mesmo podemos dizer da TNSS (Brasil, 2009b).

Muniz (2011, p. 74) utilizou a expressão "gerenciamento da Equipe responsável pela Gestão do Trabalho" na cartilha com orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Suas. Na *NOB-RH anotada e comentada* (Ferreira, 2011), o termo "gerenciamento" ocorre 16 vezes; "gerencial", quatro vezes; "gerenciais", duas vezes; "gerentes", uma vez. A partir de uma perspectiva crítica, Silveira (2011, p.22) considera que

> A gestão do trabalho na política de assistência social é incompatível com processos gerenciais de controle de pessoas, pela mera adequação entre perfis e funções, assim como a oferta de capacitações para transmissão de orientações e conhecimentos. A concepção de gestão do trabalho no SUAS supõe processos unificados e construídos coletivamente com definição de requisitos, competências e perfis profissionais para o desenvolvimento de funções correspondentes aos controles democráticos, às responsabilidades de gestão e ao atendimento prestado, com implementação de condições condignas de trabalho. Portanto, trata-se de uma gestão que obedece às diretrizes da participação e democratização de processos que ampliem e qualifiquem trabalho e os direitos.

A presença do termo "serviço" na Pnas e no Suas também nos parece um importante indício do processo de gerencialização da política pública de AS. De acordo com a TNSS, a AS inclui uma série de serviços, programas, projetos e benefícios, procurando defini-la e apresentá-la de modo articulado, visando à produção dos efeitos desejados: o objetivo seria garantir o direito à proteção social para todos os indivíduos, bem como a qualidade das ações executadas.

Pretendendo assegurar a efetividade integrada dessas ações socioassistenciais, foi instituído o Suas. A partir da aprovação da Pnas e da NOB/Suas, foram criados os serviços, programas, projetos e

benefícios. Eles são ofertados conforme o nível de proteção social, dividindo-se em básica ou especial. Essa estruturação por níveis de proteção social básica e proteção social especial se deve a diferentes características das vulnerabilidades e dos riscos sociais aos quais estariam expostos os indivíduos ou as famílias, já que as ações/respostas precisariam ser pensadas conforme os problemas que afetavam os usuários, com a implementação de estratégias diferentes para cada situação.

A organização da AS como sistema (Suas), por meio das ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios pelas equipes de referência nos equipamentos públicos do Cras e do Creas, representa um esforço de qualificar as práticas assistenciais como políticas públicas e direitos de cidadania.

O objetivo da oferta de serviços pelo Suas consiste em buscar a superação de situações de vulnerabilidade e risco em que os usuários se encontram, procurando fortalecer seus vínculos familiares e suas vivências em grupo. O propósito seria gerar autonomia e protagonismo nos usuários e nas famílias atendidos nos estabelecimentos e equipamentos públicos. Os serviços disponibilizados pelo Suas possuem um caráter continuado e obrigatório, diferentemente dos programas e projetos que possuem duração determinada. Esses últimos são parte das atividades coletivas desenvolvidas por meio dos serviços ofertados pelo Cras e pelo Creas, como: mostras culturais, oficinas de costura, esportes e lazer, dinâmica de grupos, oficinas, rodas de conversa, campanhas, eventos etc. Atividades como abordagem às pessoas em situação de rua, acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e acolhimento dos indivíduos em abrigos são exemplos de serviços continuamente ofertados nos equipamentos de PSE.

Segundo a TNSS (Brasil, 2009b), haveria 12 tipos de serviços disponíveis operando nos dois níveis de proteção social do Suas. No nível da PSB, há os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif); SCFV; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

No nível da PSE de média complexidade, são ofertados os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a

Famílias e Indivíduos (Paefi), Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

No nível da PSE de alta complexidade, há oferta de Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A AI (Baremblitt, 2012) permite ainda considerar que os estabelecimentos institucionais podem desenvolver diversos tipos ou modalidades de atendimento ou de atenção, o que o discurso oficial das políticas públicas, já cooptado pela ideologia hegemônica e mercantil, costuma traduzir por "serviços" que são ofertados, confundindo a ação realizada pela equipe técnica que realiza "serviços" com o próprio estabelecimento institucional: "Serviços de Saúde são estabelecimentos destinados a promover a saúde do indivíduo, protegê-lo de doenças e agravos, prevenir e limitar os danos a ele causados e reabilitá-lo quando sua capacidade física, psíquica ou social for afetada".[10]

É típica da fala dos trabalhadores sociais a expressão "o serviço tem que andar", manifestando uma acepção bastante pragmática das práticas, rejeitando, ao mesmo tempo, a reflexão problematizadora, crítica e politizada das queixas/demandas e encomendas/respostas institucionais. Mas o tema dos serviços no campo das políticas públicas já vem sendo debatido criticamente por diversos autores, tais como Costa (1998), Chanlat (2002), L. Barbosa (2006), Nardi (2006), Silva (2011), Assis e Jesus (2012), T. N. Oliveira (2019) etc.

De acordo com o professor Abílio da Costa-Rosa, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Unesp de Assis), durante uma aula no Programa

10 Mais informações estão disponíveis em: http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/organiza/index.htm. Acesso em: 22 jun. 2018.

de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, a denominação "serviço" representaria a pior forma de trabalho alienado e estranhado, expressando claramente que se trataria da execução de ações de trabalho sem reflexão, como mera aplicação mecânica de protocolos de procedimentos. Expressaria a cisão entre pensar e fazer, colocando o trabalhador na posição de simples tarefeiro. Ele ainda fez um trocadilho com a expressão "serviço" falando em "seu-vício", ou seja, aquela forma de trabalho alienado que captura o sujeito, colocando-o no lugar do objeto.

O termo "serviço", do ponto de vista crítico e dialético, também poderia ser considerado como um analisador que indicaria o processo de colonização, pela lógica empresarial do mercado, das políticas públicas tais como a saúde, a educação, a AS etc., que configuram direitos do sujeito cidadão na ordem política e constitucional brasileira. O mercado vai transmutando direitos sociais em "produtos" comerciais lucrativos, nomeando-os como "serviços". "Serviços" são aqueles bens que estão à venda, que estão disponíveis no balcão e que podem ser adquiridos por quem pode pagar por eles.

Localizando o termo serviço no campo da economia[11]

Meirelles (2006) considera que o setor de serviços envolve uma ampla gama de atividades, cada uma com diferentes características de produtos, processos e organizações de mercado. Pretendendo levar em consideração suas especificidades, sem se vincular a particularidades e exceções, por meio de uma revisão de autores clássicos e contemporâneos, propõe um conjunto de elementos contributivos para uma abordagem conceitual do termo "serviço":

11 Para a elaboração de parte desse subtópico, utilizamos ideias e conceitos disponíveis na Wikipédia, presentes nos verbetes "Marketing de serviços", "Serviço (economia)", "Serviço público". Disponível em: https://pt.wikipedia.org. Acesso em: 25 jun. 2018.

> A questão fundamental na análise conceitual dos serviços consiste em compreender que serviço é fundamentalmente diferente de um bem ou de um produto. *Serviço é trabalho em processo, e não o resultado da ação do trabalho; por esta razão elementar, não se produz um serviço, e sim se presta um serviço*. Esta perspectiva de abordagem conceitual incita mudanças significativas no tratamento até agora dado a estas atividades, tanto em termos de classificação e quantificação nas contas nacionais, quanto do ponto de vista do seu papel na dinâmica econômica. (Meirelles, 2006, p.134, grifos do autor)

O discurso econômico tradicional e não crítico estabelece uma divisão da realidade por setores econômicos, a partir da hipótese de que haveria três áreas distintas: o setor primário, agrícola ou produtor de matérias-primas (agricultura, pecuária, extrativismo, caça, pesca e mineração); o secundário, caracterizado pela indústria que produz bens de consumo; e o setor terciário, que compreende o comércio de mercadorias (eletrônico, informal, ilegal, internacional, varejista) e os *serviços*, incluindo a administração pública, os transportes, as atividades financeiras e imobiliárias, os serviços a empresas ou pessoais, de educação, de saúde e de promoção social.

Ferreira (1986, p.1577) define que serviço "é um produto da atividade humana que satisfaz a uma necessidade, sem assumir a forma de um bem material". Os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente no mesmo ato. Pressupõem uma relação de contato direta entre o fornecedor/consumidor. Consumidor, cliente, usuário, público-alvo são termos utilizados para nomear as pessoas às quais os serviços são dirigidos. Serviços, de um modo genérico, designam ações, processos, atuações e desempenhos.

Um serviço pode ser definido como um ato ou desempenho de uma atividade essencialmente intangível que um indivíduo oferece para um outro e do qual não resulte a posse de nenhum bem como objeto tangível. A execução de um serviço pode ou não estar relacionada com dinheiro. Alguns exemplos seriam: utilizar um quarto de hotel, alugar um veículo, cortar o cabelo, fazer as unhas ou maquiagem, viajar de avião, aconselhar-se com um advogado, ter

aulas particulares, consultas médicas, sessões de terapia. Todas essas atividades envolvem a compra de um serviço que são atividades nas quais o usuário/consumidor não obtém a posse exclusiva da coisa adquirida, mas usufrui dela.

Os serviços possuem as seguintes características: 1. intangibilidade, pois não podem ser tocados, apalpados, consistem em ideias, conceitos e processos; 2. perecibilidade, não podendo ser estocados e caso não sejam utilizados, deixam de existir (assento num avião, ocupação de um quarto em hotel), e o desafio consiste em estabelecer equilíbrio entre a demanda e a oferta; 3. heterogeneidade ou variabilidade: não possuem uniformidade quanto à qualidade da sua produção e entrega para o usuário, já que a concepção do que seja um serviço varia de acordo com cada usuário/cliente; 4. simultaneidade ou inseparabilidade, pois os serviços são criados, entregues e consumidos simultaneamente no mesmo ato de sua produção, chegando a fazer parte de uma pessoa enquanto são por ela prestados; 5. incluem a participação do cliente/usuário no processo de produção, o que exige atenção à configuração das instalações, às diferentes modalidades e oportunidades de coprodução.

Um serviço público pode, às vezes, ter as características de um bem público, mas considera-se que a maioria refere-se a serviços que poderiam, de acordo com as normas sociais vigentes, ser fornecidos também pelo mercado. Na maioria dos casos, os serviços públicos não envolvem a fabricação de bens. Tendo sido construídos no âmbito estatal, os serviços públicos foram sofrendo, ao longo do tempo, intensos processos de privatização.

Schirato (2011, p.II), a partir da ótica do direito, discute longamente sobre o processo de construção do chamado "serviço público" no Estado brasileiro, que define como "atividade privativa do Estado, destinada à satisfação de necessidades coletivas e sujeita a um regime jurídico especial de direito público". Explica como, desde o início da implantação dos serviços públicos, o mercado e sua lógica empresarial estiveram numa luta para colonizar tais espaços estatais. Isso não é de admirar, já que o Estado brasileiro foi sendo construído ao longo de sua história, de modo a criar as condições

para a instalação do capitalismo, sob suas diversas formas, no território nacional.

O gerenciamento empresarial da política no Estado neoliberal

A crise do capital, processo fabricado pelos próprios detentores do capital, que opera por meio de choques intensos para aumentar suas margens de lucro, afeta o Brasil e rebate nas políticas públicas sociais na atualidade (Bento, 2003; Pereira; Sousa; Patriota, 2006; Valle; Leite, 2018). Essa crise seria decorrente dos ataques desferidos pelos agentes neoliberais que estão a serviço do capital financeiro, instalados nas grandes empresas e no mercado em geral, operando nos meios de comunicação, nas escolas e universidades privadas, no aparelho de Estado e na também na própria universidade pública.

O discurso neoliberal assume e apregoa que as políticas públicas sociais representam apenas gastos, alocando-as na rubrica "gestão", como se elas fossem um assunto meramente técnico. O que fazem é subordinar a administração da coisa pública ao imperativo da responsabilidade fiscal, por meio do chamado "ajuste fiscal", pois, como dizem, "a conta tem que fechar", e, em seguida, passam a fatura para o contribuinte. Trata-se explicitamente de um eufemismo para promover sem dificuldades o estrangulamento orçamentário da coisa pública. E não falta orçamento para socorrer o mercado e as empresas privadas, embora isso não seja publicizado pelo Estado e nem pela mídia em geral (Souza; Valim, 2018).

Na contramão do "empresariamento da política",[12] propomos uma *política de gestão*, pois consideramos que ela envolve conflitos,

12 Com relação ao intenso processo de empresariamento da vida em geral, ver os trabalhos de Antic e Solé (2006), Gaulejac (2007), Bendassolli (2009), Ferreira, Curvello e Monteiro (2009), Guareschi, Lara e Adegas (2010), Ambrózio (2011), Uglione et al. (2011), Lima e Lima (2013), Rodrigues, Silva e Dellagnelo (2014), Lemos, Galindo e Nascimento (2016), Laval (2019) e Rodrigues e Silva (2019).

disputas e decisões políticas, e, desse modo, não pode ser amparada pela falácia da neutralidade técnica da gestão (Barbosa, L. P., 2006; Nardi, 2006; Schirato, 2011). Se a gestão é o objeto da administração, os seres humanos são os sujeitos que devem determinar os rumos da gestão, de acordo com seus direitos, e não o mercado pautado pelo acúmulo privado do lucro (Bilhim, 2014; Gasparotto; Grossi; Vieira, 2014; Camargo; Silva, 2015; Cunha; Ferraz, 2018; Chaves; Gehlen, 2019).

Os trabalhadores, os sujeitos atendidos e a população em geral deveriam se unir contra a ortodoxia neoliberal, que promove um intenso ajuste fiscal, lutar e defender os investimentos públicos necessários para que a sociedade brasileira possa viver de acordo com o padrão de existência que a cidadania e a democracia permitiriam construir nas atuais circunstâncias históricas. Essa luta tem que ser enfrentada em várias frentes, incluindo os movimentos populares, as autoridades políticas, tais como governadores, prefeitos e parlamentares, os meios de comunicação, os empresários e os cidadãos/trabalhadores em geral, pois se trata de saldar uma dívida secular com a população empobrecida do Brasil (Souza; Valim, 2018).

Serviços e direitos em tempos neoliberais

Entendemos que o chamado terceiro setor e o Suas representam paradigmas contraditórios no cenário nacional das políticas públicas. É por meio do fenômeno do terceiro setor que a AS como política pública e como direito do cidadão e dever do Estado estaria sofrendo um processo de redução a um mero problema técnico de gestão, no sentido do empresariamento dessa política pública. Em tempos de neoliberalismo, estaríamos presenciando o fim da política e do social, subsumidos pela lógica do capital. Restaria apenas a pequena política: local, conjuntural, contingente, determinada, focalizada, extremamente limitada. Ora, a política inclui o poder de decisão sobre como utilizar o dinheiro para atingir determinados fins, inclui também procedimentos técnicos, os modos de fazer as

coisas; e o plano da gestão diz respeito à administração técnica de tais processos. Despolitizar a gestão e separá-la do contexto social e político, reduzi-la a uma técnica formal e dicotomizar administração e política representa uma escolha ética que privilegia os interesses do mercado.

O MCP possui um "empuxo à mercadoria", revelando uma tendência amplamente reificadora, coisificadora, objetificadora, que transmuta e transforma tudo em mercadoria, em produtos, em objetos. Não apenas coisas são transformadas em produtos que podem ser vendidos no mercado, mas as pessoas e seus corpos também (Bauman, 2008). Decisões supostamente apenas técnicas tendem a se alinhar com tais processos e a intensificá-los.

Entendemos que, em seu horizonte, as políticas públicas seriam mediações para a produção de direitos para os brasileiros, considerados a partir do estatuto de cidadãos (Andrade; Castro; Pereira, 2012; Santos, R. F. P., 2013). Direitos são diferentes de carências, de necessidades e de interesses:

> [...] uma carência é sempre específica, sem conseguir generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Um privilégio, por definição, é sempre particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, pois, se tal ocorresse, deixaria de ser privilégio. Ora, a democracia é criação e garantia de direitos. Nossa sociedade, polarizada entre a carência e o privilégio, não consegue ser democrática, pois não encontra meios para isso. (Chaui, 2000, p.564)

Na contramão das perspectivas neoliberais, a partir de uma lógica cidadã e democrática, orientada pelo tema dos direitos sociais, os trabalhadores sociais não seriam meros "gestores" nem "gerentes", mas teriam que se posicionar como cidadãos sujeitos de direitos que atenderiam outros cidadãos sujeitos de direitos, seriam mediadores de direitos, seriam trabalhadores sociais orientados pelo horizonte da cidadania democrática popular. Isso inclui como horizonte a exigência da subversão e da superação do capitalismo.

Sobre as contradições entre o público e o privado na atualidade brasileira

Numa sociedade capitalista e neoliberal, por hipótese, o sentido do que seja o "público" seria muito pouco consistente e carente de consistência (Caccia-Bava; Paulics; Spink, 2002; Pinto; Costa, 2015; Souza Filho, 2016; Pereira, 2018). A subjetividade produzida é capitalística, e o individualismo é exacerbado como narcisismo egocêntrico e solipsista. Como se pode considerar a realidade de algo que raramente se experimenta? A ideologia impede que percebamos que a vida humana é construída social e coletivamente, e, como as pessoas são subjetivadas como indivíduos solitários, isolados e proprietários apenas de próprio corpo, como consumidores, trabalhadores que vendem sua força de trabalho para um patrão, desenvolvendo um trabalho alienado, certamente elas devem ter muito pouca percepção do "público" e do "coletivo". A lógica da propriedade privada, mesmo que reduzida ao corpo individual do trabalhador, é predominante na vida social, e, desse modo, essa perspectiva ideológica condiciona fortemente a percepção dos sujeitos sociais: o "público" torna-se uma ideia etérea, longínqua, quando não, francamente desconhecida. Sem nenhuma experiência ou percepção da dimensão coletiva da vida social, como desenvolver a noção do "público"?

Por exemplo, um Estado democrático popular no sentido forte do termo, ao fazer a mediação da relação capital-trabalho em favor dos trabalhadores, colocando freios e limites à exploração capitalista da mão de obra, garantindo direitos civis, políticos e sociais concretos e consistentes, poderia proporcionar um clima cultural e social democrático básico, de tal modo que as pessoas poderiam ter alguma experiência de um coletivo social que se configuraria em uma dimensão pública palpável. É preciso uma socialização numa sociedade democrática pautada nos direitos para que possamos construir uma noção do coletivo.

A ideologia capitalista da propriedade privada constitui uma cultura e uma sociabilidade na qual os direitos são convertidos em

serviços, em produtos que podem ser vendidos com lucro no mercado. Numa sociedade capitalista, o dinheiro é sempre pensado como propriedade de alguém. A tributação por parte do Estado sobre os trabalhadores/consumidores raramente é tematizada, sendo estrategicamente ocultada. A ideia de "dinheiro público" nesse caso não passaria de uma grande e distante abstração. O gestor/administrador público tende a ser visto como patrão, como "dono" do dinheiro público, do qual pode dispor mais ou menos como lhe aprouver, inclusive desrespeitando a lei e se apropriando desse dinheiro – por meio da corrupção – ou com ele favorecendo seus amigos pessoais.

Ao tratarmos do tema das formas gerais de financiamento das entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos, não podemos deixar de contextualizar a situação brasileira mais recente, que vem acirrando os problemas quanto ao financiamento das entidades assistenciais. Se esse tema sempre foi complexo no contexto do capitalismo brasileiro, a partir de 2016 ele vem se tornando ainda mais problemático.

A AS sofreu tentativas de cortes que inviabilizariam todo o sistema, no governo do presidente Michel Temer, nos anos de 2017 e 2018, justificados pela Emenda Constitucional nº 95 que reduziu os gastos públicos por 20 anos e pela diminuição da arrecadação financeira devido à intensificação da crise econômica. Após grande mobilização de grupos institucionais, o orçamento foi reposto, no entanto essa dinâmica governamental causa um ambiente de instabilidade e de incerteza, além de uma justificativa para atrasar os repasses do cofinanciamento federal, uma vez que atrasos são "menos piores" do que cortes que inviabilizam todo o sistema. Sem o financiamento público perene, recriam-se as condições de retorno à benemerência, à ajuda, ao assistencialismo, à caridade e à filantropia, um retrocesso que favorece o crescimento do terceiro setor.

Após o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, realizado no ano de 2016, cujo processo contou com a participação de atores políticos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, e da grande mídia brasileira, tem se observado uma agenda de cortes e ameaças de cortes no financiamento das políticas sociais, principalmente

durante os anos de 2017, 2018 e 2019. Isso demonstra de forma clara uma tentativa de inviabilizar os serviços públicos, em especial os da política de AS. Nesses três anos, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congelou gastos com políticas sociais por 20 anos (Brasil, 2016b), a lei que liberou a terceirização irrestrita da atividade-fim das empresas (Brasil, 2017a) e a Lei da Reforma Trabalhista (Brasil, 2017b) que alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Também foi votado no Congresso Federal (Câmara e Senado) o Plano de Lei que altera a Previdência Social (Reforma da Previdência).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241 (Brasil, 2016b), apresentada pelo Poder Executivo em junho de 2016, sugeriu a alteração das disposições constitucionais transitórias para instituir o novo regime fiscal. Ela representou o congelamento dos gastos públicos com as políticas sociais, educação e saúde por um período determinado de 20 anos, podendo ser revisto decorridos dez anos. Tendo sido aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal como PEC nº 241, em 13 de dezembro de 2016, criou um teto para limitar os gastos públicos, que sofreriam apenas o reajuste da correção da inflação do período anterior. Trata-se de um processo de grave retrocesso social, sobretudo para a classe trabalhadora.

No período de certa normalidade social capitalista, o financiamento da política municipal para crianças e adolescentes já vinha sofrendo um processo de precarização planejada e eficiente. Em tempos de recrudescimento neoliberal selvagem, a tendência é que um cenário desfavorável piore ainda mais.

5
Caracterização das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, das entidades públicas municipais e de suas fontes de financiamento

> *"O problema do controle sobre a população nos primórdios da República era politicamente delicado. Tinha-se, então, uma população pobre, embotada pela ignorância, amansada pela religião e contida por uma ordem escravocrata. Como romper com esse ciclo e instituir uma liberdade controlada? Como permitir a emergência de uma sociedade liberal, rumo à almejada civilização, e refrear os anseios democráticos de igualdade e direitos civis? E que lugar ocupou o segmento infantojuvenil no imaginário social da época, levando a que se estabelecesse uma relação entre a ideia de salvação da criança e de salvação do país?"* (Rizzini, 1997, p.155)

No município pesquisado, localizado no interior do estado de São Paulo, existem entidades assistenciais diversas que atendem as pessoas de todas as idades, desde a primeira infância até a velhice, passando pela idade adulta, na área da AS. No município, há diversas entidades assistenciais que são privadas e sem fins lucrativos, as chamadas OSC, e algumas poucas são públicas, as OG. Estamos interessados apenas naquelas que dispensam atendimento assistencial

para crianças e adolescentes em geral, tanto as privadas quanto as públicas, que podem ser incluídas no âmbito da PNCA, por meio de sua inscrição e certificação pelo CMDCA.

Vamos apresentar uma descrição das entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes, a partir da documentação que consta nos arquivos do CMDCA do município investigado, cadastradas no período entre 2017 e 2018. Na sua caracterização, construímos textos que conservam, em parte, o tom e também o teor próprio dos textos originais. Evitamos as aspas e as citações que dificultariam a apresentação do material documental disponível. O texto sobre as entidades possui assim aspectos próprios de um discurso institucional oficial, pois é desse modo mesmo que os responsáveis técnicos pela organização dos estabelecimentos assistenciais pensam, se expressam e escrevem sobre quem são, quais são suas origens, seus objetivos, suas finalidades, formas de trabalho etc. Aí podemos captar seu discurso institucional próprio.

Os textos originais que constam nos arquivos foram ligeiramente editados pelo pesquisador e apresentados em itálico. Procuramos manter o vocabulário empregado e inclusive certo acento ufanista e propagandístico, que tende a exaltar as características positivas das entidades assistenciais, sendo aspecto típico desse material informativo, que tem como objetivo a divulgação pública e promocional do trabalho assistencial realizado.

Os documentos das entidades assistenciais permitem localizar qual é o grupo de atores sociais responsáveis: 1. no âmbito privado – religiosos (católicos, espíritas, evangélicos), clubes de serviços (Rotary, Lions, Maçonaria), filantropia empresarial; 2. no âmbito público – Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Assistência Social (Smas), Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Essas autodescrições também são prenhes de significantes importantes que se destacam na leitura, permitindo-nos prestar atenção às lacunas do discurso e aos seus deslizamentos semânticos, e também possibilitam situar e aquilatar uma localização paradigmática plausível dessas entidades assistenciais. Não tivemos a intenção de sermos exaustivos na descrição de cada uma

das entidades, pois nosso interesse estava em mapear, sobretudo, a origem e a fonte do financiamento delas.

As entidades produzem esses documentos que encontramos depositados nos arquivos do CMDCA, visando obter e manter um registro de inscrição e também para ter uma certificação desse conselho municipal, conforme exige a legislação, pois o ECA (Brasil, 1990), nos seus artigos 90 e 91, bem como a lei municipal (Anexo 1), que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, atribuem ao CMDCA a função de regulamentar os critérios e de proceder ao registro das entidades assistenciais, seus programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente (anexos 2 e 3).

Vamos apresentar informações sobre as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, sobre as entidades assistenciais públicas e as tabelas que construímos com dados sobre suas fontes de financiamento relativas especificamente ao ano de 2017. Omitimos os nomes para evitar a identificação das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos. Conservamos apenas alguns nomes de entidades mantidas por organizações empresariais e estaduais, que são bastante conhecidas. É preciso considerar que há certa variação quanto à origem do financiamento obtido por cada uma das entidades assistenciais, o que se poderá verificar por meio das diferenças quanto aos itens que compõem as tabelas construídas, para tentar uniformizar as informações financeiras.

As entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos do município e suas fontes de financiamento

1. Entidade assistencial privada espírita para crianças e adolescentes deficientes

Projeto: Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente

A entidade assistencial espírita é uma organização não governamental (ONG) fundada em 03 de outubro de 1949 por um grupo de cidadãos de orientação religiosa espírita que, diante das graves questões sociais pelas quais passava o município, resolveu criar uma associação e uma entidade assistencial. Durante 42 anos, entre os anos de 1949 a 1991, a entidade assistencial funcionou atendendo a pessoas consideradas carentes, migrantes e itinerantes. O estabelecimento assistencial atendeu a essas pessoas por meio de um Albergue Noturno e de um Centro de Triagem, tornando-se referência regional, oferecendo alimentos, vestimentas e abrigo para essa população. O Albergue Noturno foi municipalizado em 1992 e transferido para outras instalações.

Então, devido à percepção de que havia uma grande demanda reprimida, constituída por pessoas portadoras de deficiência que estariam sem atendimento adequado, foi implantado no prédio que havia ficado desocupado, um projeto destinado a atender, gratuitamente, crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual severa, oferecendo-lhes suporte desde o nascimento, de 1991 até o ano de 2018. Em 1992, implantou o Centro Avançado de Habilitação, Reabilitação e Inclusão Social, atuando na interface que envolve Saúde, Educação e Assistência Social para pessoas portadoras de deficiências intelectuais severas, incluindo crianças e adolescentes.

O local, que sediava o antigo Albergue Noturno, pertencente a União das Sociedades Espíritas foi oferecido para a criação do projeto assistencial e manteve-se toda a documentação, registro e convênios já firmados com os órgãos dos governos federal, estadual e municipal, modificando-se a missão, objetivos e os usuários que a entidade atendia,

passando a se dedicar às pessoas portadoras de deficiências. Desse modo, não foi difícil obter recursos financeiros para implantar o novo projeto. T. A., funcionária pública aposentada da prefeitura municipal, idealizou e implantou o projeto assistencial ao deficiente por meio da Associação Beneficente Espírita em 01/12/1991. Foi presidente da entidade de 1994 a 2004, participou da Diretoria Executiva e atuou como coordenadora voluntária. Assim, em março de 1992, a entidade iniciou o seu primeiro trabalho denominado de Apoio Básico à Criança Deficiente (A.B.C.D.) visando atender crianças com deficiência física, mental, auditiva, por meio de programas de estimulação e apoio psicopedagógico. Em 1996, ampliou os atendimentos e as atividades por meio de programas ocupacionais.

No ano de 2018, o projeto assistencial ao deficiente tornou-se uma referência regional dada à especificidade do trabalho oferecido, pois atendeu a uma média de 140 pessoas do município, além de várias outras de seis municípios da região. A entidade oferecia um Centro Avançado de Reabilitação, Habilitação e Inclusão Social, possuindo 1.513 m² de área construída e infraestrutura adaptada, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para atender o público.

O projeto assistencial ao deficiente é mantido por meio de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Conta ainda com um quadro de voluntários e parcerias com fundações e empresas diversas. Possui um "Bazar Permanente", no qual são vendidos os produtos artesanais confeccionados por alunos, mães e voluntários. Promove anualmente uma Feira de Natal, além de outras campanhas e promoções beneficentes, realizadas mensalmente, com o objetivo de completar os recursos financeiros de que necessita para seu funcionamento.

Os critérios para realizar os atendimentos são definidos por meio de um planejamento anual que consiste em um processo de triagem e avaliação para selecionar os usuários. A proposta é proporcionar melhor qualidade de vida, por meio da oferta de programas, atividades, recursos humanos e materiais, que promovam a reabilitação e o desenvolvimento máximo dos usuários, nas áreas física/mental/cognitiva e sociocultural.

Quando um usuário chega à entidade para ser atendido, é avaliado por uma equipe multidisciplinar para definir e construir propostas de

atendimento que lhe sejam adequadas. Essa equipe procura atuar de forma integrada, contínua e dinâmica, buscando soluções alternativas às necessidades individuais. Busca se pautar em preceitos terapêuticos e educacionais modernos, que facilitam o exercício da cidadania e a inclusão social dos usuários.

Em 2017, o total de atendidos foi de 180 pessoas de todas as idades. Crianças e adolescentes totalizaram: 112 (de 0 a 6 anos: 40; de 7 a 14 anos: 48; de 15 anos a 18 anos: 24). Os adultos somaram 68.

Tabela 1 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada espírita para crianças e adolescentes deficientes no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios[1]	Saúde	Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 152.428,95
Governo municipal	Tesouro municipal	Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 68.995,45
Governo federal	MEC-Fundeb	Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 344.000,00
Governo federal	MDSA-Fnas	Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 66.960,00
Governo estadual	Seds-Feas	Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 16.335,00

1 Compreendem saldos remanescentes, doações diversas, aplicações financeiras e promoções beneficentes para arrecadar fundos.

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Fundo do CMDCA	CMDCA	Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 20.996, 56
Prefeitura de X		Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 32.400,00
Prefeitura de Y		Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	Crianças e adolescentes Adultos	De 0 a 18 anos De 18 a ...	112 68	Projeto assistencial ao deficiente	R$ 13.000,00
			Valor total:				**R$ 715.115,96**

2. Entidade assistencial privada católica para deficientes visuais

Projeto: Apoio social para deficientes visuais, Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências, idosos e suas famílias

A associação que deu origem à entidade assistencial privada católica para apoiar os deficientes visuais foi criada a partir de uma "Campanha da Fraternidade", da Igreja Católica, no ano de 2006, intitulada "Fraternidade e pessoas com deficiência". Um grupo de voluntários procurou animar as pessoas deficientes visuais da cidade a se organizarem e no dia 03 de novembro de 2007, reunidos em assembleia, criaram a associação e deram início aos trabalhos da entidade assistencial. Trata-se de uma associação privada que não possui sede própria e é sediada nas instalações do Centro Diocesano de Pastoral da Igreja Católica. A proposta é oferecer suporte necessário para promover autonomia e o bem-estar das pessoas com deficiência visual e suas respectivas famílias.

O público atendido é composto por deficientes visuais: crianças, adolescentes e adultos. A associação tem como objetivos específicos: promover o apoio às famílias na tarefa de cuidar do deficiente visual, buscando contribuir para sua autonomia; promover o acesso aos recursos e serviços da comunidade oferecidos gratuitamente às pessoas em situação de exclusão social; desenvolver ações especializadas conforme as necessidades individuais, na busca do bem- estar e da cidadania.

A entidade presta atendimento aos deficientes visuais, proporcionando informação, tratamento gratuito, acessibilidade e possibilidade de se qualificarem para o mercado de trabalho, possibilitando a eles a inscrição em cursos e programas de assistência aos deficientes visuais e às suas famílias. Criou, ainda, um Departamento de Esportes para que os associados pratiquem esportes e participem dos Jogos Abertos regionais e nacionais. Além disso, a instituição desenvolve atendimentos que visam ao ensino de orientação e mobilidade para cegos, com o uso de bengala branca e orientação espacial, tanto em ambientes públicos quanto domésticos, o que dá autonomia aos assistidos em suas

atividades. Tais aulas são essenciais, sobretudo, quando se perde a visão na vida adulta e é preciso todo um esforço de adaptação.

A associação estabeleceu parcerias com diversos estabelecimentos localizados na cidade, tais como: escola de italiano, secretarias municipais de educação e esportes, universidades, clubes, hospitais e clínicas. Na sede da entidade e também nesses diversos locais são ministradas aulas de informática com ensino de diversos programas, Braille, curso de inglês, esporte competitivo e recreacional, estimulação visual precoce, curso de orientação e mobilidade, natação, audiodescrição, acompanhamento médico oftalmológico, participação em eventos relacionados com a atualização em recursos que promovam a inclusão social da pessoa deficiente visual.

A entidade assistencial tem 11 crianças e 13 adolescentes deficientes visuais cadastrados em seus arquivos. No ano de 2017, atendeu a 7 adolescentes e a 3 crianças por meio do projeto "Mostrar Caminhos". Também prestou serviços no atendimento de 400 crianças em parceria com a prefeitura, com o Fundo Social de Solidariedade e com uma clínica particular na execução do projeto "Visão do Futuro", promovendo exames oftalmológicos preventivos gratuitos.

No ano de 2017, a entidade possuía 152 deficientes visuais associados, sendo 70 do sexo masculino e 82 do sexo feminino. Dentre os associados, 31 possuíam menos de 18 anos. Os voluntários que contribuíam para o andamento das atividades somavam 46 pessoas.

Tabela 2 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada católica para deficientes visuais no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano 2017
Recursos próprios	Assistência social	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências	Crianças Adolescentes	0-11	3	Mostrar Caminhos	R$ 20.057,83
			Adultos	12-17	7		
Governo municipal	Smas	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências	Crianças Adolescentes	0-11	3	Mostrar Caminhos	R$ 50.000,00
			Adultos	12-17	7		
1ª Vara Criminal e Execuções Criminais	Judiciário	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências	Crianças Adolescentes	0-11	3	Mostrar Caminhos	R$ 293,32
			Adultos	12-17	7		
Vara dos Juizados Especiais Cível e Criminal	Judiciário	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências	Crianças Adolescentes	0-11	3	Mostrar Caminhos	R$ 1.408,09
			Adultos	12-17	7		
Multinacional AGI Brasil	Empresa privada	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências	Crianças Adolescentes	0-11	3	Mostrar Caminhos	R$ 300,00
			Adultos	12-17	7		
			Valor total:				**R$ 72.059,24**

3. Entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube) para pessoas excepcionais

Projeto: Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência e suas famílias; educação especial para pessoas com deficiência

Trata-se de uma associação assistencial privada, organizada e promovida por integrantes do Rotary Clube, apresentando-se como uma ONG que visa o desenvolvimento e a defesa de direitos, de Educação e Pesquisa, de Saúde para pessoas deficientes. As atividades desenvolvidas incluem ações integradas de reabilitação, capacitação para o trabalho e Educação Especial para pessoas com deficiência.

A entidade assistencial foi instalada num prédio doado pelo Rotary Clube, que se tornou a sede da associação e também o local onde são realizados os atendimentos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social para portadores de deficiência mental, síndrome de Down, deficiência visual, física e múltipla, bem como a seus familiares.

A associação é filiada à Federação das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – do Estado de São Paulo e à Federação Nacional das APAEs. Também conseguiu institucionalizar a escola de Educação Especial Rotary, oficialmente reconhecida pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 30 de junho de 1982, com a finalidade de atender crianças, adolescentes e adultos com deficiência em regime de semi-internato e atendimento clínico nos diversos níveis: Infantil, Fundamental, Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional. Atende usuários da cidade e da região, oferecendo-lhes Educação Especial, de acordo com as suas necessidades específicas.

A entidade assistencial consiste numa associação beneficente de Assistência Social com duração indeterminada e fins não econômicos, de caráter educacional, cultural, assistencial e de saúde. Tem por finalidade o atendimento à pessoa com deficiência intelectual e ou múltipla. Seu objetivo principal consiste em proporcionar à pessoa com deficiência a experiência necessária para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades remanescentes por meio de serviços especiais de educação. Sua

missão é oferecer atendimento especializado por meio de Assistência Social, Saúde e Educação, promover e articular a defesa de direitos, orientação e apoio a família, prevenção e prestação de serviços, direcionada à melhoria e a construção de uma sociedade justa e solidária.

No ano de 2017, foi atendido no estabelecimento assistencial um total de 160 pessoas, das quais 36 eram crianças (de 0 a 12 anos) e 17 eram adolescentes (de 12 a 18 anos), totalizando 53 atendidos.

Tabela 3 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube) para pessoas excepcionais no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	**Assistência social**	Educação especial para pessoas com deficiência	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	160	Escola de Educação Especial Rotary	R$ 505.963,33
Governo municipal	SME	Educação especial para pessoas com deficiência	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	54	Escola de Educação Especial Rotary	R$ 232.433,28
	Smas	SCFV	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	160	SCFV	R$ 155.784,69
Governo federal	MDS Fnas	SCFV	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	160	SCFV	R$ 66.330,00
Governo estadual	Seds	SCFV	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	160	SCFV	R$ 54.436,80
	SEE	Educação especial para pessoas com deficiência	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	54	Escola de Educação Especial Rotary	R$ 332.710,00
Fundo CMDCA	CMDCA	Educação especial para pessoas com deficiência	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	160	Escola de Educação Especial Rotary	R$ 7.024,50
Outros	Município 1	SCFV	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	10	Escola de Educação Especial Rotary	R$ 27.000,00
	Município 2	SME	Crianças, adolescentes e adultos	A partir de 0 ano, todas as idades	10	Escola de Educação Especial Rotary	R$ 7.200,00
			Total:				**R$ 1.388.882,60**

4. Entidade assistencial educacional (Secretaria Municipal da Educação) para o desenvolvimento de dotação e talento

Projeto: Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes

A entidade assistencial educacional visa promover o desenvolvimento de dotação e talento de crianças e adolescentes. O atendimento às crianças e jovens com capacidade elevada começou a ser desenvolvido por meio de uma iniciativa de docentes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que recebeu, em março de 2009, apoio da prefeitura e da Secretaria Municipal da Educação, para implantar um estabelecimento assistencial educativo, o que aconteceu em 29/06/2011. Com o passar do tempo, houve alterações na composição da associação e a Secretaria Municipal da Educação assumiu a manutenção da entidade.

O estabelecimento assistencial educativo tem sede própria no município pesquisado e está presente em 21 escolas municipais, 12 escolas estaduais e 2 escolas particulares da cidade, com a intervenção educativa a cerca de 180 estudantes, através do desenvolvimento de planos individuais de formação.

O estabelecimento está equipado com computadores, biblioteca e uma videoteca, sendo dividido em três ambientes, que acomodam as áreas de interesse dos alunos. Realiza diversos eventos para os alunos e colaboradores da unidade, tais como o Café Filosófico, a festa de Halloween, o Jantar dos Voluntários e o "Encontro Intercultural: Aproximando Nações", que recebe anualmente estudantes estrangeiros para palestras sobre seus respectivos países de origem. Com o apoio do Rotary Club, lançou, em 2013, um livro pela Editora Triunfal intitulado "Imagens Poéticas: Diferentes olhares", que traz um conjunto de fotos dos alunos em atividades relacionadas com o Meio Ambiente.

O estabelecimento também localiza e orienta o projeto educacional de crianças intelectualmente bem dotadas e talentosas, trabalhando em colaboração e corresponsabilidade com a escola regular, com a família

e a comunidade. Tem parceria com a Unesp e a Diretoria Regional de Ensino, bem como o apoio da associação.

Mantido pela Secretaria Municipal de Educação, que subsidia a contratação de professores, a manutenção do prédio, os recursos pedagógicos e os materiais destinados às atividades dos alunos, o estabelecimento assistencial educacional foi criado para ser um espaço de educação especial, integrado ao sistema escolar, voltado para crianças e jovens dotados e talentosos. O objetivo central é desenvolver a capacidade dos alunos das escolas do munícipio que demonstram possuir altas habilidades. Conta também com a colaboração de numerosos voluntários que são considerados essenciais para a realização de suas atividades.

As crianças são selecionadas a partir da observação de três domínios de capacidade: inteligência geral, alta capacidade e criatividade. As escolas municipais e estaduais auxiliam na identificação dos sinais dos domínios de capacidade procurando verificar em quais estudantes eles se manifestam. Quando a criança se destaca em pelo menos duas dimensões, de acordo com professores diferentes, ela é convidada a passar para a segunda etapa, chamada de Observação Assistida, realizada por especialistas. A fase de identificação começa a partir do segundo ano do Ensino Fundamental e demora de dois a três anos. Na sequência, a equipe técnica do estabelecimento assistencial educacional reúne os pais das crianças selecionadas e explica o objetivo do atendimento especializado. Como pela legislação brasileira oficial, o atendimento especializado não é obrigatório, cabe à família decidir se quer matricular a criança no estabelecimento assistencial educacional.

O estabelecimento assistencial educacional segue a metodologia "Caminhos para Desenvolver Potencial e Talento", da educadora Zenita Guenther (2011a, 2011b), cuja proposta é construir um ambiente de complementação e suplementação educacional de apoio ao aluno dotado e talentoso, com auxílio da própria comunidade (SANTOS, 2016).

Com a identificação do domínio de capacidade e a autorização dos pais, os professores ou facilitadores que atuam no estabelecimento assistencial educacional buscam oferecer as atividades que vão ajudar os alunos a desenvolverem as habilidades. Inicialmente, as crianças elaboram um plano individual de trabalho, focalizando o tema que querem investigar.

A partir disso, a equipe localiza quem tem conhecimento em profundidade sobre o assunto para compartilhar com os estudantes, atuando como parceiros e voluntários, enquanto especialista de reconhecido e notório saber.

O estabelecimento assistencial educacional possui parceria com uma faculdade particular, a Fundação Educacional do município desde 2012, que é uma de suas apoiadoras. Por meio de seus projetos de extensão, a Fundação acolhe crianças, adolescentes e jovens do estabelecimento, oferecendo suporte para desenvolver suas habilidades, sobretudo em duas áreas: Química Industrial e Enfermagem. Na Fundação, os jovens também têm acesso aos conhecimentos sobre Astronomia e Química Experimental.

O estabelecimento assistencial educacional funciona como uma unidade escolar da Rede Municipal de Educação e os gastos de manutenção, bem como os salários dos funcionários, são pagos pela prefeitura.

A entidade assistencial educacional do município pesquisado está associada a uma organização semelhante que foi originalmente constituída em outubro de 1993 na cidade de Lavras, Minas Gerais. A entidade assistencial de Lavras também se caracteriza como uma sociedade civil, uma associação pública, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, estadual e municipal, tem seus objetivos e dinâmicas de funcionamento estabelecidas em regras estatutárias próprias. Em sentido geral, destina-se a apoiar e conscientizar seus associados, bem como a comunidade, sobre a temática do desenvolvimento do talento, assistir ao processo educacional necessário para promovê-lo e também para pesquisar sobre a educação dos indivíduos dotados e talentosos. Especificamente, a associação de Lavras tem por objetivo apoiar, direta e indiretamente, o estabelecimento assistencial que atua junto a crianças, alunos das escolas públicas, privadas e de algumas cidades vizinhas, que demonstram sinais de dotação e capacidade elevada.

Na entidade assistencial de Lavras, a identificação e recrutamento desses alunos é operacionalizada segundo um processo considerado como científico, estudado e validado pela diretoria técnica dessa organização, liderada pela Drª. Zenita Guenther. Considera-se que a assistência educacional é dispensada no sentido de desenvolver a capacidade e cuidar da formação moral e da personalidade dessas crianças que, quando

mal orientadas, podem facilmente se desviar e empregar sua capacidade em atividades, comportamentos e condutas antissociais, potencialmente tornando-se mais perigosas que outros indivíduos menos capazes.

O elenco de atividades da associação de Lavras é composto pela promoção de eventos e situações de enriquecimento e aperfeiçoamento pessoal e profissional destinados, tanto ao preparo e atualização da equipe que dirige o trabalho com as crianças, como dos voluntários, famílias e pessoas da comunidade interessados na temática. A partir disso, promove intercâmbio com outras entidades afins, para colaboração mútua e troca de experiências, tanto no Brasil como no exterior, notadamente Portugal, Reino Unido e Estados Unidos. Desde 2005 a associação participa dos programas S-Laropa e do Serviço Voluntário Europeu, em convênio com a União Europeia. A associação de Lavras tem se expandido por meio da criação de alguns estabelecimentos assistenciais educacionais espalhados pelo país, sendo que em 2018 já totalizavam cinco unidades. O do município pesquisado é um deles.

O estabelecimento assistencial educacional do município pesquisado atendeu 264 alunos de diversas idades no ano de 2017.

Embora tenhamos tentado obter informações sobre as despesas custeadas para a manutenção da entidade assistencial educacional do município pesquisado na SME, não tivemos sucesso. Fomos informados que a SME pagava todas as contas, mas que não possuía uma contabilidade separada para cada unidade escolar e que seria muito difícil levantar as informações específicas sobre os gastos efetuados apenas com a manutenção do estabelecimento assistencial educacional. Deduzimos que a prefeitura não saberia nem teria interesse em saber quanto custa cada uma de suas unidades escolares. As informações financeiras obtidas são, portanto, muito parciais, pois apresentam apenas os modestos valores administrados pela equipe dirigente do estabelecimento assistencial educacional. Fomos gentilmente dissuadidos, por técnicos do estabelecimento assistencial educacional, de persistir na busca por informações financeiras na SME. A secretaria não iria fornecê-las. Mesmo incomodados com o fato, não tivemos alternativa senão aceitá-lo.

Tabela 4 – Fontes financeiras da entidade assistencial educacional (Secretaria Municipal da Educação) para o desenvolvimento de dotação e talento no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Desenvolvido por colaboradores	Desenvolvimento do talento	Crianças e adolescentes	De 9 a 18 anos	264	Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	R$ 575,00
Governo municipal			Crianças e adolescentes	De 9 a 18 anos		Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	?
Governo federal			Crianças e adolescentes	De 9 a 18 anos		Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	?
Governo estadual			Crianças e adolescentes	De 9 a 18 anos		Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	?

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Fundo CMDCA	CMDCA	Desenvolvimento do talento	Crianças e adolescentes	De 9 a 18 anos		Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	R$ 26.171,18
Poder Judiciário do estado de São Paulo	Concessão Juizado Especial e Juizado 1ª Vara Criminal		Crianças e adolescentes			Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	R$ 3.534,82
Doação de pessoa física			Crianças e adolescentes	De 9 a 18 anos		Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	R$ 1.396,76
			Total:				R$ 31.677,76

5. Entidade assistencial privada de filantropia empresarial

Projeto: Reflorestamento e educação ambiental para crianças e adolescentes

A associação constitui uma entidade assistencial civil privada sem fins lucrativos, credenciada na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com a finalidade de promover atividades de reflorestamento e de educação ambiental. A entidade foi fundada no ano de 1993, em Assembleia Geral de seus associados, com o objetivo de implementar um Programa de Reposição Florestal na região do Médio Vale Paranapanema e, por meio de seu viveiro florestal, proporcionar o fomento florestal junto aos proprietários rurais, para que tivessem acesso à silvicultura e a implantação de projetos de restauração ecológica com mudas de espécies nativas. A entidade assistencial também atua na Prestação de Serviços Florestais, realizando inúmeras atividades voltadas para a Educação Ambiental, principalmente o projeto de educação ambiental para crianças e adolescentes, iniciado em 01/05/1994.

São objetivos específicos da associação: desenvolver a Educação Ambiental com ênfase na criança e adolescente; promover a reposição florestal, conforme dispositivos legais vigentes; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; contribuir para o desenvolvimento de atividades que visem a recuperação ou preservação de recursos florestais regionais; executar o projeto de educação ambiental e outros voltados a crianças e adolescentes de ambos os sexos; em consonância com os objetivos, finalidades da associação e legislação pertinentes, junto às comunidades interessadas.

Desde sua fundação, a entidade assistencial possui um viveiro de mudas florestais na sua sede, onde são produzidas mudas de espécies exóticas com finalidades comerciais como o eucalipto e pinus, destinadas a atender os pequenos e médios produtores rurais da região, visando o desenvolvimento da silvicultura como uma alternativa de renda para eles.

Além da produção de mudas de espécies comerciais, o viveiro produz mudas de espécies adequadas para arborização urbana, que podem ser

exóticas e ou nativas, além de espécies florestais nativas para atender a demanda atual de projetos de restauração ecológica.

O viveiro de mudas atende às exigências estabelecidas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e todas as mudas são produzidas em conformidade com o Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM). O viveiro de mudas da entidade assistencial também é utilizado como um espaço de aprendizado voltado para o projeto de educação ambiental e para outras atividades, tais como receber a visitação de alunos das escolas das redes de ensino municipal e estadual, além de faculdades locais e da região.

O projeto de educação ambiental, criado em 1994, foi desenvolvido no viveiro de mudas florestais da entidade assistencial até o ano de 2017 e, desde sua implantação, atendeu mais de 2.000 jovens que participaram de atividades teóricas e práticas relacionadas com o manejo de plantas. Durante todos esses anos, o projeto atuou no município, proporcionando a formação de aprendiz de viveirismo com adolescentes de 14 a 16 anos, advindos de famílias com baixa renda ou vulnerabilidade social.

A partir do ano de 2018, foi realizada uma alteração na proposta pedagógica das ações ambientais para o projeto de educação ambiental, que passou a ser realizado nas próprias escolas, pois com as escolas públicas funcionando em período integral, os alunos não dispunham mais de tempo disponível para se deslocarem até a sede da entidade assistencial.

A primeira edição projeto de educação ambiental na escola aconteceu em 2014, numa escola estadual na qual estudavam os alunos que frequentavam o projeto assistencial. A oficina teve duração de 12 meses e permitiu a implantação de uma horta na escola e a realização de diversas outras atividades de conscientização e motivação ambiental. Posteriormente, nos anos 2015 e 2016, outra escola estadual passou a fazer parte do projeto e juntamente com a coordenação pedagógica da escola, o projeto elaborou um cronograma de trabalho para formular e realizar uma disciplina eletiva. Foi uma proposta inovadora, que durou três semestres.

Para facilitar a logística de atendimento a algumas Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental (EMEIF), que

demonstraram interesse pelo projeto de educação ambiental, o projeto inicialmente começou a trabalhar com uma EMEIF localizada no entorno da sede da entidade assistencial, em 2017, e as atividades também eram feitas na própria escola. O trabalho foi bem sucedido e atingiu alunos entre 6 e 12 anos, que demonstraram grande envolvimento com as atividades propostas. Dentre as temáticas desenvolvidas nas oficinas, foram trabalhadas noções de jardinagem, oficinas de sustentabilidade, compostagem, Educação Ambiental e Interpretação da Natureza, rodas de conversa e discussões ambientais, palestras sobre temas diversos e ainda eventos com a comunidade, pais e responsáveis.

A entidade, assistencial privada ambiental de filantropia empresarial ambiental, é financiada por uma empresa de geração de energia que incentiva essa proposta assistencial ambiental desde 2006, viabilizando a realização das atividades de técnicas de viveiro e educação ambiental, aplicando no desenvolvimento do projeto ambiental parte do IR devido da empresa, com enfoque na perspectiva da responsabilidade social e ambiental.

Em 2017, o projeto de educação ambiental na escola foi realizado em outra Emeif, atendendo cerca de 120 crianças, duas vezes por semana, e muitas atividades envolveram todos os alunos matriculados na escola, num total de 400 crianças. A proposta conta com um dia de atividades no ambiente escolar, às sextas-feiras, e um dia de atividade prática no viveiro-escola da entidade assistencial, às segundas-feiras.

Tabela 5 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada ambiental de filantropia empresarial no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Fundo do CMDCA[2]	Edital para entidades ambientais	Fortalecimento de vínculos	Crianças e adolescentes	De 6 a 15 anos	100 alunos 12 alunos	Projeto ambiental na escola Projeto ambiental no viveiro	R$ 28.500,00
	Darfs	Fortalecimento de vínculos	Crianças e adolescentes	De 6 a 15 anos De 15 a 17 anos	3.416	Programa de Educação Ambiental-Visitas Monitoradas	R$ 11.750,30
			Valor total:				**R$ 40.250,30**

2 A empresa de geração de energia, como uma pessoa jurídica, cria um edital no qual podem concorrer as entidades assistenciais que trabalham com a temática ambiental. Caso o projeto de educação ambiental da entidade assistencial privada ambiental de filantropia empresarial seja contemplado, a empresa faz uma doação de parte do seu IR para o fundo do CMDCA, que então repassa esse valor para essa entidade assistencial.

6. Entidade assistencial privada católica

Projeto: Desenvolvimento de atividades socioeducativas e SCFV para crianças e adolescentes

A associação foi criada por membros da Igreja Católica em 24/02/2001 e em 27/02/2012, por divergências entre a diretoria da associação com alguns líderes religiosos, os associados reunidos em assembleia geral, modificaram a denominação da associação. Mesmo assim as divergências continuaram e, em nova assembleia realizada no dia 20 de outubro de 2014, pela terceira vez foi alterado o nome da associação, homenageando o bairro no qual se encontra a sede social, que coincide com o espaço de atendimento assistencial ao público.

A associação desenvolve diversos projetos sociais na região compreendida pelos diversos bairros localizados na periferia da cidade. É uma entidade civil de orientação católica e reconhecida como de Utilidade Pública Federal. Seu objetivo é prestar apoio e solidariedade às pessoas excluídas, vítimas de exploração, miséria e fome, procurando oferecer proteção à família, maternidade, infância, adolescência; amparar crianças, adolescentes, adultos, idosos e excluídos; promover a integração das pessoas no mercado de trabalho, proporcionando a capacitação, qualificação e requalificação profissional e desenvolver programas, projetos e serviços que venham a atender as expectativas da população excluída, sem distinção ou preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade, religião ou quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos.

Buscando prestar serviços à comunidade, durante sua existência, criou diversos projetos sociais tais como o projeto Sopão, que foi iniciado em 04/05/1999, com atendimento semanal de uma média de 40 famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social, nas terças-feiras, às 18hs, na entidade assistencial. Sempre teve como parceiros a comunidade local, comerciantes, órgãos públicos e privados etc. que contribuíram com doações de alimentos necessários para a preparação da sopa e, no final de cada ano, na preparação do jantar de confraternização e doações de cestas básicas.

A partir do atendimento às famílias do projeto Sopão, observou-se a necessidade de um projeto direcionado à criança e ao adolescente, que foi iniciado no dia 30 de novembro de 2001. Intitulado projeto Criança e Adolescente, ofereceu oficina de Capoeira e assistiu a 50 crianças e adolescentes, a princípio em espaço cedido por uma EMEIF próxima e depois na própria sede, que havia passado por obras.

A entidade administra também o projeto Lavanderia Comunitária, funcionando anexo à sede social desde 1998, no qual algumas famílias trabalham em parceria, dando atendimento a todos que procuram pelos serviços de lavanderia. Parte da receita da Lavanderia Comunitária é utilizada para custear os demais projetos assistenciais desenvolvidos pela associação.

Em 2013, a entidade foi contemplada com recursos repassados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (FUMCAD), através de doações do Imposto de Renda (IR) e passou a atender 100 crianças e adolescentes no período de seis meses, com o projeto "Teatro e Dança Transformando Jovens" com resultados muito positivos.

Em 2017, os serviços oferecidos pela entidade assistencial foram os da Lavanderia Comunitária, com serviços de lavagem e de passar roupa, disponível para todos os interessados; Costura Solidária que faz pequenos reparos e consertos de roupas em geral e o Brechó Comunitário, que vende roupas e acessórios seminovos. Tais serviços contribuíram para a geração de renda para o grupo de mulheres que trabalhava nessas ações. Além disso, a associação foi responsável por dois projetos de cunho social, sendo um voltado para os eixos da cultura, lazer e esporte, o projeto Eureca, e o projeto Marias do ECA, voltado para geração de renda.

De acordo com o planejamento de trabalho da associação do ano de 2017, a proposta do projeto Eureca visa promover a realização de ações protetivas e inclusivas destinadas às crianças e adolescentes com o intuito de ampliar o universo cultural, educacional, informacional e o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas que possam contribuir com a melhora do convívio familiar, escolar e social, e ao mesmo tempo, proporcionar a estes qualidades de vida.

Uma justificativa apresentada para a realização do projeto Eureca, consiste em que, devido à localização da entidade, situada em uma

região de alta vulnerabilidade, na qual o tráfico e a prostituição são agentes dominadores, verificando-se que as crianças e adolescentes desta região se encontram desamparadas e vulneráveis a todo tipo de risco até a fase adulta com pouca qualificação para o mercado de trabalho. Acredita-se que "amparadas por este projeto possamos motivá-los e orientá-los em sua formação através de ações preventivas e educativas e de capacitação. Cabe a nós, como grupo de educadores e parceiros mobilizarmos ações que projetem a coletividade e possibilite um acesso e envolvimento maior da comunidade com a finalidade de encontrarmos estratégias que possam minimizar essa realidade das crianças e adolescentes do bairro local".

O projeto assistencial contempla o acolhimento das crianças, adolescentes e suas famílias, com um espaço específico para convivência, de escuta, atendimento individualizado, atividades coletivas e comunitárias, troca de experiências, abordagem de temas diversos e pertinentes à situação vivenciada por elas e seus filhos.

Tabela 6 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada católica no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Assistência social e educação	Socioassistencial/ serviço de convivência (SCFV)	Crianças e adolescentes	De 6 a 15 anos De 15 a 17 anos	50	Projeto assistencial para crianças e adolescentes	R$ 33.720,00
Fundo do CMDCA	CMDCA	Socioassistencial/ serviço de convivência (SCFV)	Crianças e adolescentes	De 6 a 15 anos De 15 a 17 anos	50	Projeto assistencial para crianças e adolescentes	R$ 28.133,36
			Valor total:				R$ 61.853,36

7. Entidade assistencial privada espírita

Projetos: Execução de MSE: LA e PSC; SCFV, assistência familiar

A entidade assistencial privada espírita foi fundada em 1949 e inicialmente tinha como objetivo oferecer serviços de saúde, então inexistentes na cidade. A prioridade foi substituída depois que o serviço de saúde foi implantado pelo poder público que, juntamente com a Igreja Católica, criou uma Santa Casa na cidade. Então, a entidade assistencial passou a investir em outras demandas do contexto social, oferecendo cursos profissionalizantes e assistência familiar. Ao longo do tempo, se consolidou como um estabelecimento institucional que desenvolve diversos projetos e atua em várias áreas de Assistência Social.

Sua missão consiste em prestar assistência social valorizando o "ser integral" e as potencialidades da pessoa, visando à inclusão social e melhoria da qualidade de vida, atuando com projetos sociais.

No início de suas atividades, implantou um projeto social que oferecia cursos profissionalizantes de datilografia, corte, costura e, posteriormente, de computação, formando cerca de 13 mil pessoas ao longo de quase 50 anos. Paralelamente, desenvolveu o projeto de Assistência Familiar que continuou em atividade ainda no ano de 2018.

Com o reconhecimento da comunidade, novos projetos foram sendo criados. De 1973 a 1979, desenvolveu uma parceria com Governo do Estado, desenvolvendo o Projeto PLIMEC, oferecendo atendimento assistencial de caráter preventivo para adolescentes e jovens do município. No dia 02 de junho de 1992, uma nova unidade foi inaugurada, com amplo espaço físico, visando o atendimento e a reabilitação à pessoa com deficiência.

De 2000 a 2003, a entidade assistencial desenvolveu o projeto "Fortalecendo a Família". Também no ano 2000, implantou o projeto de atendimento preventivo para adolescentes e jovens que se encontravam em conflito com a lei. A partir de 2003, por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social, passou a executar as Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Em 1999 e 2003, foi contemplada com o Prêmio Bem Eficiente como uma das "50 melhores entidades beneficentes e sem fins lucrativos do Brasil, pelo trabalho e desempenho excepcional, dentro de uma estrutura profissional organizada e transparente para seus doadores". O prêmio foi patrocinado por empresas de diversas áreas: financeira, saúde, publicidade e outras.

Em 2010, foi contemplada com o "Selo Parceiros do Bem" concedido pelo Consórcio Intermunicipal Regional. Em 2014, foi classificada em 2º Lugar no Prêmio Inovação Social, promovido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado São Paulo (SEDS), referente aos egressos de MSE, concorrendo com outra entidades que participam do Programa de Proteção Social Básica do Estado de São Paulo.

A população atendida inclui o público infantojuvenil, portadores de necessidades especiais, adolescentes e famílias. Em 2011, acolheu 1.672 pessoas e somou 66.911 atendimentos; em 2012, foram atendidas 135 pessoas e somou 68.129 atendimentos; em 2013 foram 2.727 pessoas e somou 87.593 atendimentos; em 2014 foram 2.237 pessoas e somou 82.316.

A entidade conta com equipes interdisciplinares de várias áreas profissionais para cada projeto desenvolvido. Várias parcerias e convênios foram incluídos nesse processo, e isso foi fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços e dos resultados alcançados, possibilitando a manutenção dos cinco projetos em desenvolvimento. Cada projeto conta com várias fontes de financiamento, entre as quais o governo federal, estadual e municipal, empresas parceiras e pessoas físicas. Com relação aos recursos financeiros, em média, 17,40% são provenientes de recursos próprios de campanhas financeiras diversas, 25,14% de empresas privadas e 57,46% das instâncias governamentais.

O controle e acompanhamento dos projetos são realizados pelos seguintes órgãos de controle: Centro de Referência Especializada da Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Prefeitura Municipal e órgãos de Auditoria, Ministério da Justiça, Receita Federal, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Poder Judiciário e Ministério Público, Centros de Referência da Assistência

Social, Secretarias Municipais da Assistência Social, da Educação e da Saúde. Tais órgãos garantem o controle da dimensão legal da entidade, qualidade dos serviços, alinhamento quanto à política pública, uso adequado dos recursos financeiros.

Projetos desenvolvidos:

a) Projeto de reabilitação à pessoa com deficiência: desenvolvimento de ações Integradas de Reabilitação e atendimento especializado para crianças e adolescentes com necessidades especiais na área da Assistência Social, Saúde e Educação, garantindo bens e serviços que facilitem sua inclusão social, a reabilitação e a melhoria da qualidade de vida. Busca desenvolver a autonomia e melhorar condições de sobrevivência da pessoa com deficiência e de sua família. Quer garantir o acesso a bens e serviços, viabilizando os direitos sociais previstos na lei. Busca reforçar o caráter preventivo e interventivo do serviço com foco principal na qualidade de vida das crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias, na busca de um constante exercício de cidadania.

b) Projeto de atendimento de adolescentes e jovens: desenvolve as atividades de execução das Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).[3] *Viabiliza a execução do*

3 O Sinase (Brasil, 2006a, 2012a, 2013a; Gomes, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d, 2006e) foi elaborado a partir de um trabalho coletivo que envolveu diversas áreas do governo, representantes de entidades e especialistas, tendo sido publicado primeiramente como uma resolução do Conanda (Brasil, 2006d). Em 18 de janeiro de 2012, o Sinase alcançou o estatuto de lei federal sob o número 12.594, representando um conjunto de novos dispositivos legais suplementares incluídos no ECA. Seu tema principal gira em torno do que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos. Esse documento reafirma a diretriz do ECA sobre a *natureza pedagógica da medida socioeducativa*, que tem como plataforma inspiradora os acordos internacionais sobre direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário. Sua prioridade está centrada nas medidas em meio aberto – LA e PSC – buscando reverter a tendência à medida de internação do adolescente por meio da municipalização dos programas, seguindo a tendência da descentralização político-administrativa viabilizada pelo sistema conselhos (Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares). O sistema ainda

programa de MSE do município, dando continuidade ao processo de atendimento integral e articulado em rede aos adolescentes que cumprem MSE de LA e PSC, visando à inclusão social dos adolescentes e a elaboração de novas condutas, por meio do acesso às políticas públicas; de novas oportunidades de aprendizagem; da reflexão sobre seus próprios comportamentos; valores e possibilidade de desenvolvimento pessoal, social, educacional, esportivo, cultural; promove a inclusão digital, profissional, artística; a geração de renda, bem como busca sua preparação e inserção no mercado de trabalho. Busca envolver as famílias dos adolescentes neste processo, auxiliando-as quanto a sua responsabilidade, o saber lidar com conflitos e fortalecimento de vínculos. Pretende que suas práticas estejam em consonância com o ECA, o SINASE e o SUAS, respeitando os princípios de valorização da Proteção Social e do ser integral, bem como a importância das ações socioeducativas, do protagonismo juvenil e da observação dos interesses dos adolescentes, como forma de contribuir para que possam repensar novos projetos de vida a partir da inclusão social e da redução de práticas infracionais.

c) Projeto para o desenvolvimento do Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos (SCFV): dá suporte técnico e operacional à execução das MSE por meio do desenvolvimento de ações culturais, da atuação em rede com diversos outros estabelecimentos públicos e privados. Busca propiciar o fortalecimento da autonomia e cidadania dos adolescentes, favorecer oportunidades de aprendizagem e de reflexão sobre seus projetos de vida, focando na Proteção Integral e envolver as famílias no processo de responsabilização e fortalecimento dos vínculos. Busca implementar práticas voltadas ao protagonismo juvenil.

d) Projeto de Assistência familiar: busca atender famílias em processo de exclusão social, favorecendo o acesso ao exercício da cidadania. Oferece atendimentos para famílias na área de Proteção e Segurança

estabelece que esses conselhos devem pautar suas decisões por diagnósticos e diálogo direto com o Poder Judiciário. O Sinase está em consonância com o ECA (Brasil, 1990) e com a CF (Brasil, 1988), contando com o apoio ideológico do Unicef. Ele se apresenta como sendo um guia para a implantação das medidas socioeducativas que teria suas práticas sustentadas em bases éticas e pedagógicas.

Alimentar; trabalha os direitos sociais; promove o exercício da cidadania e a profissionalização; auxilia a obtenção de documentos pessoais; realiza orientações e encaminhamentos diversos. Integra-se à política municipal de Assistência Social e seus parceiros são o Judiciário, a Central de Penas Alternativas e outros estabelecimentos assistenciais.

e) Projeto Rede Ciranda: esse projeto fomentou o desenvolvimento de ações protagonizadas pela rede de atenção à criança e ao adolescente do município, oportunizando o protagonismo dos atores por meio de espaços de diálogo e ação coletiva. Buscou promover a participação ativa dos representantes das áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública e controle social, na busca pela efetivação do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e Adolescente e seus familiares da cidade. Patrocinado pela Fundação Telefônica, funcionou entre os anos de 2010 a 2016, e foi encerrado por falta de financiamento. Entre outros trabalhos, foram produzidos dois livros, nos quais são relatadas as ações desenvolvidas pelos diversos atores componentes da Rede Ciranda (XAVIER, et al., 2011, 2012).

A entidade assistencial privada espírita atendeu 340 adolescentes em 2017: 200 foram atendidos pelo Serviço de Medidas Socioeducativas e 140 pelo SCFC, além 35 famílias.

Tabela 7 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada espírita no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Assistência social	Medidas socioeducativas	Adolescentes	De 12 a 21 anos	200	Projeto de atendimento de adolescentes e jovens	R$ 31.332,69
Governo municipal	Assistência social	Medidas socioeducativas	Adolescentes	De 12 a 21 anos	200	Projeto de atendimento de adolescentes e jovens	R$ 247.500,00
Governo federal	MDS-Fnas	SCFV	Adolescentes	De 15 a 17 anos	100	SCFV	R$ 115.000,00
Governo estadual	Seds-Feas	Medidas socioeducativas	Adolescentes	De 12 a 21 anos	200	Projeto de atendimento de adolescentes e jovens	R$ 134.400,00
Fundo do CMDCA	CMDCA	Medidas socioeducativas	Adolescentes	De 12 a 21 anos	200	Projeto de atendimento de adolescentes e jovens	R$ 26.881,37
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca)	Assistência social Condeca	SCFV	Adolescentes	De 12 a 21 anos	340	SCFV	R$ 428.814,60
Repasse de Prestação Pecuniária do Poder Judiciário	Poder Judiciário	Proteção social e segurança alimentar	Famílias	De 21 a 100 anos	35	Assistência familiar	R$ 1.978,05
			Valor total:				**R$ 985.906,71**

8. Entidade assistencial privada espírita

Projeto: Habilitação, reabilitação e inclusão social

A entidade assistencial privada espírita consiste num centro de habilitação, reabilitação e de promoção de inclusão social que pode atender até 200 crianças e adolescentes com deficiências, bem como as suas famílias. Oferece um rol de atividades nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, visando potencializar as capacidades para o desenvolvimento global e pretende facilitar a inclusão.

O objetivo do projeto é propiciar condições à criança e ao adolescente com deficiência e/ou portadores de patologias diversas para potencializar suas capacidades buscando o seu desenvolvimento global, visando melhorias na qualidade de vida e facilitando a inclusão. O projeto atende crianças e adolescentes com deficiência e/ou necessidades especiais de 0 a 18 anos e, excepcionalmente, acima desta faixa etária quando estiver em atendimento e não dispuser de outros serviços comunitários para sua inserção ou encaminhamento. Portanto, a entidade assistencial privada espírita visa o desenvolvimento integral da pessoa, assim como sua autonomia. Ademais, empenha-se em garantir os direitos e auxiliar na convivência familiar, comunitária e social.

Na área da Assistência Social, os setores profissionais incluem: Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Monitoria. Embasam suas ações na autonomia, cidadania, expressão cultural e artística, direitos sociais e fortalecimento de vínculos familiares. Oferece atendimento às famílias com encaminhamentos de providências e orientação social, objetivando a defesa de seus direitos. Junto à rede de serviços do município, busca parcerias para a consolidação da cidadania das crianças e adolescentes. Trabalha o atendimento à dupla "deficiente/cuidador", pois as pessoas com deficiências geralmente necessitam de auxílio para a realização das atividades cotidianas e, desta forma, essa necessidade especial se estende para seus familiares cuidadores, cuja qualidade de vida pode estar ameaçada pelas exigências de cuidados frequentes dispensados àqueles. E, também, essas necessidades especiais abrangem o acesso a benefícios, serviços de políticas públicas setoriais, atividades de lazer e culturais, dentre outras. Todas

essas ações visam à melhoria na qualidade de vida, no relacionamento e na vinculação dos laços entre "deficiente/cuidador".

Na área da Saúde, oferece suporte terapêutico de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Educação Física, Serviço Social e Odontologia. A área de Fisioterapia realiza atendimentos fisioterápicos de prevenção e manutenção quanto aos problemas relacionados com deformidades; fornece orientações aos familiares sobre postura; faz encaminhamentos para a obtenção de órteses e próteses, quando necessário. O setor de Fonoaudiologia atende individualmente e em grupo por meio de terapia preventiva, curativa e estimuladora; trabalha com alterações da fala, distúrbios de aprendizagem, aquisição de linguagem. O setor de Estimulação visa o desenvolvimento saudável da criança, procurando melhorar sua qualidade de vida, por meio de estimulação tátil, auditiva, visual, básica e complementar.

A área da Educação conta com Pedagogos, Psicólogos, Assistente Social, Monitoria, Professor de Educação Física e Professor de Informática que atuam nas dificuldades de aprendizagem, oferecendo conteúdos complementares à rede escolar.

O setor de Pedagogia realiza atendimentos de crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais, preparando-as para alfabetização e/ou reforço escolar. O setor de Psicologia atende crianças e adolescentes utilizando-se da técnica de ludoterapia; buscar interagir com as diversas escolas que as crianças frequentam; oferece orientações para as famílias; oferece suporte técnico para o setor de Pedagogia. O setor de Inclusão Digital tem o objetivo de incluir a criança ou o adolescente no meio digital e virtual; apresenta as diferentes ferramentas da informática; inclui as crianças e os adolescentes nas redes sociais (Facebook); trabalha em parceria com a Pedagogia e a Socialização III na preparação e orientação para a alfabetização.

A Educação Física busca oferecer atividades de iniciação esportivas e recreativas visando à socialização do grupo, através de jogos cooperativos; desenvolve práticas esportivas objetivando o conhecimento do próprio corpo, seus limites, habilidades e capacidades. A Socialização I atende pequenos grupos de crianças com dificuldades de relacionamentos em grupo, valorizando o lúdico e utiliza fantoches e histórias infantis.

A Socialização II tem como objetivo trabalhar com questões relacionadas com a higiene corporal e bucal, atividades da vida diária e atividades da vida prática, buscando criar hábitos de higiene; o setor trabalha com a educação sexual, objetivando a orientação para as fases de desenvolvimento da adolescência.

A Socialização III atende crianças e adolescentes com dificuldades escolares; oferece suporte e apoio ao setor de Pedagogia, preparando-os para a alfabetização; utiliza recursos lúdicos, alfabeto móvel e jogos pedagógicos.

A Oficina de Artes I valoriza a imaginação da criança e do adolescente, utilizando suas ideias concretas e abstratas na criação da arte, focando a criatividade. O setor trabalha com o desenvolvimento das habilidades motoras, limites, comportamento, atenção, concentração, noção espacial e temporal. A Oficina de Artes II desenvolve atividades que promovam na criança: disciplina, organização, autoestima, atenção, concentração, coordenação motora, seriação, aquisição de noções de cores, espaço, formas, texturas e diferenciação de materiais. Os trabalhos produzidos são destinados às crianças e utilizados na decoração da entidade.

São realizados atendimentos/mês para 250 crianças e adolescentes da cidade e da região. São 78 meninas e 172 meninos; frequência semanal: 2 a 3 vezes por período de 3 a 4 horas de atendimento. No planejamento individual das atividades: observam-se as necessidades avaliadas conforme a patologia da criança e adolescente; faixa etária: 0 a 18 anos, excepcionalmente após os 18 anos, por dificuldade de encaminhamento; atendimentos individuais e grupais com duração de 30 minutos cada. Das 254 crianças e adolescentes, 98% estão incluídos na rede de ensino (municipal e estadual).

A entidade assistencial privada espírita costuma realizar diversos eventos ao longo do ano: acolhida das férias, confecção de lembrancinhas nas datas comemorativas, festa junina, festa do milho, apresentação no Fórum de Educação Especial na Unesp, festa do Dia das Crianças, apresentações no Teatro Municipal.

Em 2017 o número total de atendidos foi de 264 crianças e adolescentes do município, mais 72 de outros municípios.

Tabela 8 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada espírita no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Assistência social	Habilitação, reabilitação e inclusão social		De 0 a 18 anos	250	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 19.690,00
Governo municipal	Assistência social	SCFV		De 0 a 18 anos	250	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 50.219,86
Governo federal	Assistência social	SCFV		De 0 a 18 anos	250	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 66.960,00
Governo estadual	Assistência social	SCFV		De 0 a 18 anos	250	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 17.820,00
Fundo do CMDCA	Política municipal para crianças e adolescentes	Assistência social, educação e Saúde	Crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias	De 0 a 18 anos	250	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 26.431,37
Governo federal	MEC-Fundeb	SCFV		De 0 a 18 anos	250	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 320.000,00
Município 1	Subvenção	SCFV		De 0 a 18 anos	20	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 19.800,00
Município 2	Subvenção	SCFV		De 0 a 18 anos	20	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 18.000,00
Município 3	Subvenção	SCFV		De 0 a 18 anos	10	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 15.000,00
Município 4	Subvenção	SCFV		De 0 a 18 anos	12	Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 12.000,00
			Valor total				**R$ 565.921,23**

9. Entidade assistencial privada católica de educação infantil

Projetos: Educação infantil (creche); SCFV

A entidade assistencial privada católica de educação infantil dirigida por religiosas pertencentes a uma congregação religiosa foi fundada em 15/05/1951, como orfanato masculino. Teve seu projeto institucional[4] *modificado em 1994, quando se tornou semi-internato e a partir de 1996 passou a receber crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 3 a 12 anos, das 08:00 às 17:00hs.*

A entidade tem como finalidade promover Assistência Social, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional para crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, de ambos os sexos, no período inverso ao escolar, que estejam em situação de risco pessoal e social e/ou cujos pais trabalham fora de seus lares, propondo-lhes amparo moral e material, oferecendo-lhes atividades educacionais, culturais, artísticas e recreativas por meio de projetos. Sua proposta de trabalho visa operacionalizar ações que contribuam efetivamente com o desenvolvimento e educação infantojuvenil da camada popular caracterizada pela exclusão social, evasão escolar, marginalização, drogadição, prostituição e outros desdobramentos da questão social.

A fim de cumprir com as exigências do ECA, da PNAS e da LDB, a entidade visa garantir o bom funcionamento e a melhoria da qualidade de vida da população, qualidade na execução das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos junto às crianças, adolescentes e suas famílias. Atende crianças de 01 a 11 anos, visando o pleno

4 Ficamos interessados em saber em que ano e em que condições foram encerradas as atividades do orfanato masculino, que teria chegado a abrigar 100 meninos. De acordo com Constantino (2000, p.61-62), "por volta de 1990, dirigentes da Casa, pressionados mais pelos problemas de subsistência da Entidade do que pela imposição de uma nova lei sobre os direitos da criança e adolescência em situação de risco, iniciaram um processo de discussão a respeito dos destinos desta Instituição. [...] Após um longo intervalo de discussão e encaminhamento dos meninos, a Instituição se transformou em regime de semi-internato em 1994".

desenvolvimento pessoal, físico, social e cognitivo, contribuindo para a construção de projetos de vidas dignas e felizes. A Creche atende a 65 crianças com idades entre 01 e 03 anos em período integral, provenientes de famílias de baixa renda. São oferecidas atividades educacionais, lúdicas, arte, cultura, hora do conto, brinquedoteca, recreação e lazer.

O projeto socioeducativo I atende a 100 crianças com idades de 04 a 05 anos em contraturno à Pré-Escola (crianças matriculadas numa EMEIF próxima), provenientes de famílias de baixa renda. O projeto socioeducativo II atende a 115 crianças com idades entre 06 a 11 anos em contraturno à Pré-Escola (crianças matriculadas na EMEIF), provenientes de famílias de baixa renda. Para ambos os projetos são oferecidas oficinas educacionais, lúdicas, arte, cultura, hora do conto, brinquedoteca, recreação e lazer.

Por meio do "Serviço de apoio alimentar e nutricional" atende a famílias que se encontram em situação de pobreza, sem condições mínimas de alimentação. Tais famílias são atendidas em caráter emergencial por meio da doação de alimentos.

Tabela 9 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada católica de educação infantil no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Metas contratadas	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Educação – proteção social básica	SCFV	Crianças	De 1 a 11 anos	240	Projeto educação infantil	R$ 15.000,00
Governo federal	MEC-Fundeb	Creche e contraturno escolar	Crianças	De 1 a 11 anos	240	Projeto educação infantil	R$ 960.000,00
Fundo do CMDCA	Proteção social básica	SCFV	Crianças	De 6 a 11 anos	100	Projeto socioeducativo	R$ 14.870,86
			Valor total:				**R$ 989.870,86**

10. Entidade assistencial privada católica de educação infantil

Projetos: Educação infantil; SCFV

No dia 10 de abril de 1962, na residência da família de um cidadão local chamado J. M. B., reuniram-se várias senhoras e senhores, conscientes da difícil situação social da cidade e decidiram na mesma reunião criar uma associação e organizar uma diretoria para que fosse fundada "uma creche e uma casa para meninas desamparadas". A reunião foi presidida pelo bispo diocesano, que comunicou aos presentes o desejo do seu antecessor, o falecido Dom A. J. S., de fundar na cidade, uma "casa para meninas e mocinhas desamparadas". Então foi eleita a primeira diretoria da nova associação católica.

A entidade assistencial começou a funcionar em sua sede no dia 10/04/1964, como orfanato feminino, a partir do ideal da construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Foi fundada como um orfanato para meninas, em regime de internato, contando com o apoio do então bispo diocesano, sob os cuidados de religiosas de uma congregação católica. A entidade sempre teve por objetivo oferecer acolhida, afeto, guarda e proteção, no início em regime de internato para crianças e jovens do sexo feminino sem família.[5]

Desde sua fundação, a entidade sempre contou com a colaboração da Mitra Diocesana, que doou o prédio para a instalação do estabelecimento institucional e contou também com o apoio da comunidade, por meio de doações, e recursos vindos dos governos municipal e estadual.

A entidade assistencial prestou serviços relevantes à comunidade assisense e encerrou o trabalho de internato em 1998, obedecendo ao que preconizava a legislação então vigente,[6] *independente da questão*

---

5 De acordo com Camargo e Spera Junior (2013), no livro comemorativo dos 50 anos da entidade assistencial, o orfanato feminino chegou a abrigar 100 meninas na década de 1980, tendo inclusive celebrado um convênio com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), recebendo então meninas órfãs vindas da cidade de São Paulo para ficarem acolhidas e serem educadas no estabelecimento assistencial.

6 Supomos que a CF de 1988, as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben) sobre a educação infantil ocorridas na década de

de gênero, cor, religião, questão social. Passou a funcionar como creche na área da Educação Infantil, atendendo a numerosas crianças, com idade a partir de quatro meses, em regime de tempo integral, e também crianças de 6 a 12 anos, atendendo as necessidades dos munícipes.

A entidade assistencial tem por finalidade a promoção da Assistência Social, Educação e Segurança Alimentar e Nutricional, e atividades culturais, caritativas e beneficentes, de caráter geral e indiscriminado, prestando serviços de forma permanente. Presta atendimento a crianças de ambos os sexos de 0 a 12 anos, cujos pais ou responsáveis, por desenvolverem atividades ocupacionais fora do lar, não dispõem de quaisquer recursos ou meios para atendê-las e assisti-las adequadamente.

As instalações físicas funcionam em um prédio com área construída de aproximadamente 10 mil m², contando com salas amplas, com banheiros masculinos e femininos, quadra de esportes, refeitório e salas de atividades pedagógicas para as crianças.

De acordo com informações sobre o ano de 2017, a entidade assistencial atendeu em formato de creche, a 337 crianças de 04 meses a 3 anos e onze meses, em regime de tempo integral, por meio de um convênio com a Secretaria da Educação Municipal, num projeto chamado "Sementes do Amanhã". Atendeu ainda 87 crianças/adolescentes na faixa etária de 6 anos a 11 anos e 11 meses no Projeto "Protagonista – Espaço Amigo", que foi implantado na gestão presidida pelo do Sr. J. S. Jr., acolhendo crianças no contraturno escolar. Esse projeto conta com recursos financeiros vindos do Governo Estadual, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, funcionando como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no nível da Proteção Social Básica.

O Projeto "Protagonista – Espaço Amigo" também visa tirar a criança e o adolescente de situações de vulnerabilidade tais como: estar só em casa enquanto a mãe trabalha fora, tirar as crianças da rua, pois bem se sabe que quando os pais saem para o trabalho, muitos filhos não tem onde e com quem ficar e acabam ficando na rua, aumentando a

---

1990 e também a promulgação do ECA constituem os contextos social e jurídico que levaram ao encerramento das atividades do orfanato no estabelecimento institucional.

probabilidade de situações vulneráveis. Quer ainda instigar o desejo de estudar, para que os adolescentes possam ser bons profissionais no futuro e levar um legado de aprendizado paralelo ao da escola.

As atividades desenvolvidas no Projeto Protagonista são: Oficinas de Balé, Circo, Capoeira, Dama, Xadrez, reciclagem, atividades ao ar livres etc. O Projeto é resultado da premissa de que as crianças, nas várias fases dos desenvolvimentos, são sujeitos de direitos, cidadãos em processo de desenvolvimento e alvo principal de políticas públicas.

Durante todo o tempo de existência da entidade assistencial, a Mitra Diocesana sempre apoiou e cedeu o prédio para uso exclusivo em matéria de educação. A comunidade colabora com doações de produtos e serviços bem como para sua manutenção recebe recursos dos governos municipal e estadual. A Casa oferece quatro refeições, a saber: café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. A cozinha tem a supervisão de um nutricionista que elabora cardápios semanais, diversificados, com dieta adequada e balanceada priorizando o atendimento do hábito alimentar de maneira saudável. Os bebês recebem cardápios condizentes com a idade, consistindo em mamadeiras, sopinhas, papinhas, sucos e frutas, com as devidas proteínas necessárias para o desenvolvimento físico e mental. A Casa também oferece um gabinete dentário, que atende todas as crianças. O funcionamento da Casa está sob a responsabilidade de uma diretoria que trabalha intensamente e de forma gratuita pelos serviços prestados. Os funcionários perfazem um total de 55 (cinquenta e cinco). No ano de 2017 foram atendidas 337 crianças.

Tabela 10 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada católica no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Assistência social	Educação básica	Crianças	De 4 meses a 12 anos	337	Projetos da entidade	R$ 60.000,00
Governo municipal	Smas	SCFV	Crianças	De 6 a 12 anos	87	Projeto São Francisco	R$ 38.737,47
Governo estadual	Seds	SCFV	Crianças	De 6 a 12 anos	87	Projeto Protagonista	R$ 43.200,00
Governo federal	MEC-Fundeb	Educação básica	Crianças	De 0 a 3,11 meses	250	Creche	R$ 1.087.000,00
Fundo do CMDCA	Política municipal de atendimento à criança	Educação básica SCFV	Crianças	De 4 meses a 12 anos	337	Projeto Sementes do Amanhã	R$ 25.981,37 R$ 10.359,00
			Valor total:				R$ 1.265.277,84

11. Entidade assistencial privada católica

Projeto Renovar para crianças e adolescentes

A entidade assistencial privada católica foi fundada no município em 07/07/1976 e está associada à Obra Kolping do Brasil.[7] *Tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana e a transformação das realidades sociais, por meio da criação de estruturas mais justas e humanas, mediante ação e formação nos campos profissional, social, familiar, recreativo e cultural, visando a melhor participação na família, no trabalho e na sociedade.*

As atividades desenvolvidas pela entidade assistencial atendem a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor e credo religioso. A média é de 110 atendimentos

7 "A Obra Kolping do Brasil é um movimento social católico, de caráter familiar que, por meio da formação e ação, visa a promoção integral da pessoa humana, principalmente do trabalhador e de sua família. A organização busca a promoção integral da pessoa humana, quer ser uma 'escola de vida' que inclui os aspectos religioso, profissional, recreativo, familiar, social e a transformação das realidades sociais em que vive o homem através da formação e ação social. Tal ação social pode dar-se no campo laboral, assistencial, recreativo, cultural, organizativo, ambiental e não tem caráter paternalista. Pretende, ao contrário, trabalhar com o princípio de ajuda para a autoajuda. Ela se destina a pessoas de todas as classes sociais, ocupando-se, principalmente, do jovem trabalhador. Todo o seu trabalho se assenta na vida comunitária de seus membros. Nos grupos Kolping, é cultivado o relacionamento amigo, o clima familiar, a participação comunitária e o espírito democrático. O trabalho desenvolvido é da responsabilidade dos leigos que a constituem, e são auxiliados, neste trabalho, pela orientação dos assistentes religiosos, que podem ser padres, religiosos ou, na sua falta, até mesmo leigos. Visando a promoção integral da pessoa humana, a Obra Kolping escolheu os seguintes campos de atuação para seus programas de formação e ação social: Religião e Igreja; Trabalho e Profissão; Recreação e Cultura; Família e Comunidade; Sociedade e Política. A Obra Kolping se propõe a trabalhar com outras organizações que também visam o bem comum: entidades civis e religiosas, públicas ou privadas e procura entrosar seu trabalho com os planos da Igreja no Brasil. Com os órgãos estatais e entidades particulares, procura tornar-se parceira de projetos concretos, não adotando, porém, sistemas ou ideologias que por ventura representem." Informações disponíveis em: www.kolping.org.br/. Acesso em: 25 abr. 2018.

por mês. Por meio de atividades recreativas e culturais, cursos ocupacionais e profissionalizantes, a entidade busca atingir seus objetivos no sentido de proporcionar orientação, principalmente aos adolescentes em processo de formação para que se tornem trabalhadores competentes, pessoas criativas e recreativas, membros de família responsáveis, cidadãos conscientes e comprometidos.

Considerando a desigualdade social que se manifesta na realidade brasileira, a entidade quer participar de um movimento que promova a superação desse fenômeno e o desenvolvimento social. Para tanto, mesmo que de forma pontual, visa atender alguns jovens que ainda não tiveram a oportunidade de crescer e desenvolver-se como cidadãos plenos, dado o tamanho da desigualdade. A partir de um mapeamento das zonas de risco social próximas à entidade, descobriu-se que muitas das famílias que ali residem são constituídas por jovens. O intuito do trabalho social realizado consiste em fornecer um espaço de formação, integração e direcionamento para a autonomia desses jovens. No seu Plano de Trabalho, afirmam: "queremos fechar e abrir portas! Queremos fechar as portas para tudo o que aterroriza e ameaça esses jovens: o tráfico e o consumo de drogas, a exploração do trabalho infantojuvenil, o abuso sexual, a violência doméstica, entre outras mazelas que os atinge e imobiliza. E abrir as portas para um presente e um futuro melhor por meio de ações que privilegiem a voz desses jovens e deem a chance que necessitam para serem protagonistas de mudanças consideráveis em nossa sociedade".

A entidade assistencial dedica-se a assistência, formação, incentivo e proteção social básica de crianças, adolescentes e suas famílias. Desenvolve atividades em diferentes campos, incluindo o religioso, o profissional, social, familiar, recreativo e cultural, visando melhorar a participação das crianças e adolescentes e suas famílias no trabalho e na sociedade, buscando sua promoção integral como cidadãos e a transformação das realidades sociais, baseadas em estruturas mais justas e humanas. Suas finalidades visam à promoção física e social de crianças e adolescentes, mas também atende a adultos e idosos. Realiza atividades recreativas e culturais, cursos ocupacionais e profissionalizantes.

A entidade dispõe de até 150 vagas para crianças e adolescentes. Desenvolve o Projeto de Medida de Proteção Social Básica como

execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições em várias dimensões e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de oficinas de esporte, lazer, cultura e arte. Atende a adolescentes de 10 a 17 anos, que pertencem a famílias que habitam territórios com alto índice de vulnerabilidade e que estejam referenciados no CRAS 2.

As metas do projeto são as seguintes: ampliar o acesso e a permanência dos adolescentes na escola de qualidade; propiciar momentos de lazer; promover vida saudável; democratizar o acesso dos jovens ao esporte, ao lazer e à cultura; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; melhorar a qualidade de vida dos adolescentes nas comunidades de referência.

No ano de 2017, conforme suas possibilidades, a entidade assistencial disponibilizou 90 vagas de atendimento para desenvolver as seguintes atividades:

a) Recreação – visando estimular o movimento e o conhecimento do corpo, desenvolvendo a capacidade psicomotora do adolescente em caráter educativo e preventivo, além de prepará-lo para aprendizagem de trabalho em equipe e superação. O esporte é uma ferramenta fundamental para trabalhar valores associados às conquistas, perdas e relações de respeito as diferenças, o que foi buscado por meio de oficinas como futsal, futebol de campo, basquete, vôlei tênis de mesa, capoeira introdução a lutas e recreação. Buscou-se também incentivar atividades artísticas e culturais através de oficinas de dança, canto e violão. Também foram oferecidas oficinas teóricas e práticas;

b) Mundo do Trabalho – buscou-se propiciar um espaço de aprendizado para inserção no mundo do trabalho, partilhando experiências; através de oficinas de panificação e confeitaria, cabelereiro, estética, mecânica e informática.

c) Trabalhos Integrados – com desenvolvimento de oficinas para as famílias e pessoas do bairro, de academia social e orientação de desenvolvimento humano para pais e responsáveis; promovendo palestras sobre temas variados; organizando passeios diversos, com objetivo pedagógico e de lazer.

Manteve dois projetos em execução no ano de 2017:

O Projeto Renovar, com o objetivo de promover o acesso a experiências que motivem as crianças e adolescentes a se descobrirem cheios de capacidades para que possam se sentir incluídos em um mundo com possibilidades além das que já conhecem, transformando-os em indivíduos socialmente comprometidos com os valores sociais, familiares, políticos e culturais. Público: 06 a 17 anos. Atividades: esporte, recreação, dança, judô, violão, musicalização, hora do conto, grupo socioeducativo, hora de brincar, informática, manicure, design de sobrancelha e barbearia. Número de atendidos: 105.

O Projeto Renovar Mulher, com o objetivo de resgatar a autoestima e estimular capacidades que as usuárias possuem, além de oferecer formação profissional de qualidade para colocação no mercado de trabalho. Assim pretende contribuir para a prevenção de situações de risco, fortalecendo vínculos familiares e comunitários. Público: mulheres acima de 18 anos. Atividades: academia social, informática, design de sobrancelha, maquiagem, manicure e depilação. Número de atendidos: 27.

Tabela 11 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada católica no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos próprios	Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes	De 6 anos a 17 anos e 11 meses	105	Renovar	R$ 6.945, 00
Governo municipal	Smas Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes	De 6 anos a 17 anos e 11 meses	105	Renovar	R$ 65.980, 77
Governo federal	MDS Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes	De 6 anos a 17 anos e 11 meses	105	Renovar	R$ 88.804, 66
Governo estadual	SEDS Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes	De 6 anos a 17 anos e 11 meses	105	Renovar	R$ 47.000, 60
Fundo do CMDCA	Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes	De 6 anos a 17 anos e 11 meses	105	Renovar	R$ 6.390,00
Obra Kolping do Brasil	Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes Mulheres	De 6 anos a 17 anos e 11 meses Idade mínima 14 anos	105 27	Renovar Renovar Mulher	R$ 52.764,84
			Valor total:				R$ 267.885,87

12. Entidade assistencial privada evangélica

Projeto: Atividades socioeducativas

A entidade assistencial privada evangélica é uma associação cristã, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, fundada no município em 12/07/2006, sendo dedicada ao enriquecimento moral, emocional, acadêmico, físico e espiritual das crianças brasileiras. Foi idealizada por M. J. M., pastor de uma igreja evangélica norte-americana e morador do município há anos. O projeto vem sendo ampliado gradativamente e atualmente já está presente em seis cidades e três estados brasileiros.

Munidos do apoio da igreja, da escola, do poder público e da comunidade empresarial, a entidade busca alcançar o maior número de crianças possível no Brasil e no exterior, por meio de uma mensagem de esperança, dignidade e serviço. Consideram que a justificação da importância do trabalho é revelada por dados de pesquisas que mostram que a formação do caráter das crianças é concretizada antes de atingir os 14 anos e que as crianças abaixo desta idade representam 30% da população mundial. Tais dados revelam uma oportunidade que não se deseja perder. De braços abertos para esta realidade mundial, a entidade busca transformar crianças, atingindo também suas famílias e comunidades, transformando o futuro.

A inspiração para fundar a entidade assistencial surgiu com base em dados e nas estatísticas que revelavam que diariamente crianças por todo o mundo sofrem abandono, negligência e agressões de todas as espécies. Os educadores acreditam em cada uma das crianças que participam dos projetos e têm certeza que suas vidas serão transformadas. Existem muitas crianças que começaram há anos participando das atividades e depois se tornaram voluntários e alguns vieram a ser coordenadores dos trabalhos assistenciais realizados.

A entidade assistencial privada evangélica dedica-se a atender a crianças e jovens que moram em bairros nos quais estão expostas a situações de vulnerabilidade social ou educacional, realizando suas atividades na própria comunidade. Oferece diversas oficinas e atividades

programadas para jovens e crianças da cidade. Os projetos são desenvolvidos em diversos estabelecimentos da cidade: centros comunitários, escolas municipais e estaduais, espaços poliesportivos para a prática de futebol e de natação, além de parceria com escolas de línguas para cursos. Além das oficinas, são realizadas visitas, entrega de alimentos e verduras, além de treinamentos para voluntários que pretendem trabalhar na execução dos projetos da entidade assistencial privada evangélica na cidade. A entidade está aberta para que membros da comunidade possam conhecer os projetos, podendo vir a ser um mantenedor ou amigo da entidade para construir um futuro melhor para crianças e jovens, dando-lhes uma oportunidade e assim investindo no futuro da cidade.

M. J. M é o fundador da entidade assistencial privada evangélica, palestrante e autor de material para o discipulado de crianças. Sua carreira inclui a gerencia de uma empresa que consta na lista "Fortune 500", Pastor do Ministério Infantil de uma mega-igreja norte- americana e é pioneiro de um movimento de missões comunitárias entre crianças em situação de vulnerabilidade no Brasil. A entidade assistencial tem como seu propósito primordial a mobilizar, preparar, equipar e acompanhar líderes e leigos da igreja no desenvolvimento de projetos de transformação entre crianças e jovens nas comunidades carentes do mundo. Com sua experiência no mundo empresarial, educacional e ministerial, M. contribui com o espírito de empreendedor para missões, a igreja, e a necessidade urgente de alcançar as crianças do mundo com a mensagem de amor e esperança que há em Jesus.

Para cumprir com essa missão, M. aceita convites para falar em igrejas, conferências, congressos, empresas, escolas, faculdades, e outras organizações cívicas. "E disse-lhes: Quem tem ouvidos para ouvir, ouça", conforme diz o Evangelho de Marcos, capítulo 4, versículo 9. A partir do lema "cada criança uma promessa, uma possibilidade", na entidade se realizam projetos que visam desenvolver: o caráter das crianças; sua habilidade de pensar dentro de princípios sólidos; sua imaginação, amor à literatura e ao esporte; sua sociabilidade, num ambiente de alegria, aceitação e amor. Em parceria com as escolas e com a igreja local, buscam ajudar as crianças a superarem suas dificuldades acadêmicas e sociais, colaboram para a transformação da vida

da comunidade através de eventos, seminários, e serviços comunitários, oferecem treinamento para aspirantes ao trabalho com a entidade assistencial privada evangélica no Brasil e/ou no exterior. Não há informações sobre recursos financeiros.

13. Entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube)

Projetos: Formação profissional e inserção de adolescentes aprendizes no mercado de trabalho; SCFV

A entidade assistencial foi criada como Fundação em 25/08/1999 por integrantes do Rotary Club, como uma entidade filantrópica de interesse público, dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que tem como missão orientar e promover a criança e o adolescente, facultando-lhes o desenvolvimento físico, mental e social em condições de liberdade e dignidade. Foi fundada com a finalidade de regulamentar e substituir a antiga Guarda Mirim Municipal da cidade,[8] *que era mantida pela Prefeitura Municipal.*

---

8 A "Polícia Mirim Municipal" foi criada pela Lei nº 829, de 6 de julho de 1961, na gestão do prefeito J. A. R. Integrantes dos clubes de serviços Rotary, Lions e Maçonaria apresentaram ao prefeito uma proposta intitulada "Guarda Mirim", contendo os estatutos da nova entidade, que serviram como base para o projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores. O artigo 1º dos estatutos originais explicitam os objetivos do estabelecimento assistencial: "A Guarda Mirim Municipal, fundada em 1961, é uma instituição civil que se destina exclusivamente a aceitar menores de 12 à 14 anos completos, sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso, que os instruirá nas boas maneiras, princípios da honestidade, trabalho, moral cristã no cumprimento das leis, de amor ao próximo e à pátria". O projeto de lei deu outra versão para esse artigo: "Artigo 1º – A Polícia Mirim Municipal, nesse regulamento representada pelas iniciais P. M. M. A. criada pela Lei nº 829 de 06 de julho de 1961, com sede nessa cidade, sem distinção de credo religioso ou político, é uma entidade municipal sem fins lucrativos e se propõe: 1º) Beneficiar as crianças pobres e desamparadas inscritas na instituição; 2º) Incentivar por todos os meios ao seu alcance a prática de: a) Subordinação; b) Respeito; c) Obediência; d) Camaradagem; e) Abnegação; f) Iniciativa; g) Pontualidade; h) Moralidade; i) Força de vontade;

A entidade visa à orientação, preparação e encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho. Pretende orientar e encaminhar jovens para seu primeiro emprego, de modo a realizar um trabalho comprometido com o desenvolvimento de vínculos que fortaleçam a cidadania. Tem permissão de uso das vias e logradouros públicos da cidade que é pertencente ao Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado que é denominado de "Zona Azul", que é a principal fonte de renda do Projeto e o mantém em funcionamento, na medida em que a arrecadação é direcionada ao pagamento dos funcionários, manutenção da Instituição e dos cursos ofertados aos adolescentes.

Oferece cursos de qualificação pessoal e orientação profissional do projeto adolescente aprendiz para jovens entre 14 e 16 anos, que devem estar frequentando regularmente a escola. Eles participam de cursos e oficinas do Projeto de Fortalecimento de Vínculos, tais como Ética e Cidadania (jovens de 14 anos), Informática (jovens de 15 anos), Desenvolvimento Pessoal (jovens de 16 anos), Roda de Conversa (Trabalho Psicológico), Orientação para o Mundo do Trabalho (jovens de 16 anos e meio); além de oficinas e cursos no Projeto de Fortalecimento de Vínculos que incluem rodas de conversa e protagonismo juvenil. Ainda são oferecidas formação e qualificação extra aos jovens, como:

---

j) Amor e Ordem. 3º) Promover reuniões instrutivas, disciplinares, recreativas e esportivas. Artigo 2º) Tem por finalidade o seguinte: A) Vigilância de veículos de qualquer espécie; B) Prestação de informações aos motoristas de veículos e de pedestres, orientando-os da melhor maneira possível; C) Prestação de auxílio as autoridades para socorro de qualquer espécie, salvo aqueles que forem perigosos à saúde, à vida, à moralidade, excessivamente fatigantes ou que excedam suas forças". Tendo durado 38 anos e atendido a aproximadamente 20 mil adolescentes, a "Polícia Mirim Municipal", também conhecida como "Guarda Mirim", funcionou entre 1961 e 1999, quando foi extinta em virtude de um conjunto de modificações legais relativas à oferta de aprendizagem profissional para adolescentes previstas pela CF de 1988 (artigo 227), pelo ECA (Lei nº 8.069/90) e pela Ldben (Lei nº 9.394/96). Foi substituída pela entidade assistencial privada de clubes de serviço, fundada em 25 de agosto de 1999, que passou a desenvolver o projeto de formação profissional e inserção de adolescentes aprendizes no mercado de trabalho pautada pela Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, ampliada posteriormente pelo Decreto Federal nº 5.598/2005. Anos mais tarde também passou a oferecer o SCFV.

Atendimento e Vendas, Estoque e Varejo, Espanhol, Inglês, Capoeira, Karatê, Expressão Corporal, Auxiliar de Fotografia, Artesanato, Zumba, Hip-Hop, Auxiliar de Cabeleireiro e Manicure. Participar de tais cursos é considerado fundamental para que os jovens possam estabelecer vínculos com a entidade e assim se preparar para ingressar no mercado de trabalho.

Os adolescentes, desde que tenham participação, frequência e compatibilidade com os perfis requisitados podem, posteriormente, serem encaminhados às vagas de aprendizagem nas empresas que possuem convênio com a entidade, nas quais trabalharão como estagiários, nas funções de auxiliares administrativos e auxiliares em supermercado. Além disso, os jovens também podem trabalhar na Zona Azul, como monitores da lei de estacionamento rotativo (Lei Municipal 2472/1987), de responsabilidade da Fundação Futuro e que garante, no ano de 2019, a empregabilidade para 45 adolescentes. A manutenção estrutural da entidade e os pagamentos dos jovens são provenientes dos cartões da Zona Azul para o estacionamento de veículos adquiridos pelos cidadãos junto aos monitores e também nos pontos de venda espalhados pelo centro da cidade.

No ano de 2017, a entidade atendeu 1.135 adolescentes e jovens em seus programas. Segue a programação das atividades desenvolvidas pela entidade assistencial para a formação dos adolescentes:

Tabela 12 – Programação das atividades dos projetos de adolescentes aprendizes visando à formação profissional e à inserção no mercado de trabalho; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos relativos ao ano 2017

Idade	Curso	Dia/horário	Vagas	Objetivos
14 – 15 anos	Ética e cidadania	Sexta-feira 08h30m Sexta-feira 14h e 16h	95	Protagonismo social, inserção de valores e de prática ético-social e valorização de identidade. Conduzir o jovem a um pensamento reflexivo sobre a ação cidadã e seus preceitos de conduta ética.
15 – 16 anos	Informática	Segunda a quinta 14 e 16h Quarta-feira 08h30m	162	Introdução ao sistema de tecnologia, pacote office, windows e internet para o mercado de trabalho. Aplicação teórica e prática das ferramentas tecnológicas de aplicativos para o mercado de trabalho, pacote office e internet. Inserção digital de jovens e adultos.
Adultos	Informática master	Segunda e quinta 19h	28	
16 – 16,5 anos	Desenvolvimento pessoal	Quarta e quinta 14h e 16h	184	Esta oficina trata do crescimento profissional em relação às organizações. O valor do trabalho humano é amplamente debatido, assim como as necessidades da sociedade contemporânea na qualidade de vida, do estabelecimento de relações produtivas e de liderança, através da reflexão cultural e antropológica sobre a vivência coletiva. De forma objetiva, a compreensão dos símbolos, conquistas e metas do ser humano são investigadas numa perspectiva interdisciplinar.
16,5 – 17	ORIENTAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	QUARTA, QUINTA E SEXTA 14H E 16H	128	A proposta aqui é avançar na preparação do jovem para o mercado de trabalho ou para outros tipos de atividade remunerada e ampliar o seu leque de informações: como fazer um currículo ou participar de uma entrevista de emprego, além de obter novos dados sobre profissões, setores de atividade econômica e a situação do mercado de trabalho.
17 – 17,5	ATENDIMENTO E VENDAS	QUINTA-FEIRA 16H	54	Aprimorar os conhecimentos específicos dos alunos sobre o atendimento e trabalho administrativo, e também as vendas buscando sempre aprimorar as habilidades profissionais para a busca do trabalho desejado.

Idade	Curso	Dia/horário	Vagas	Objetivos
17,5 – 18	PROFISSIO-NAIS DO FUTURO	SEXTA-FEIRA 16H	19	Apresentar aos adolescentes as carreiras promissoras no mercado de trabalho, orientando-os à identificação das áreas que estão em destaque e as habilidades e competências necessárias para a ocupação de cada uma delas.
Aprendizagem	Auxiliar adminis-trativo	Segunda e terça 13h30m		Capacitar o profissional para que ele consiga atender as demandas de suas atividades administrativas, atendimento ao público, vendas, demonstrando as técnicas de segurança e treinando habilidades para que se desenvolva profissional e individualmente
Aprendizagem	Auxiliar em supermercado	Segunda e terça 13h		Capacitar o profissional a executar operações nos diversos setores do supermercado, realizando atividades de exposição e reposição de mercadorias, organização de estoques, empacotamento e caixa, utilizando técnicas específicas.
Aberta	Artesanato	Segunda-feira 14 e 16h	12	Criação e reciclagem de materiais para artesanato e manufatura. Integração do grupo em atividades práticas e de produção de materiais artesanais.
Aberta	Auxiliar de foto-grafia	Segunda-feira 16h	38	Introduzir a arte da fotografia como meio de inserção digital e de reconhecimento das habilidades de observação do mundo e do cotidiano, mediante lentes que possam reproduzir a realidade e modificá-la para uma absorção de movimentos culturais e da interação social.
Aberta	Auxiliar de cabe-leireiro	Segunda-feira 13h30m	12	Os jovens aprendem, além de corte, química e penteado, a como recepcionar os clientes, o comportamento adequado na prestação do serviço, sem distinção de classe social ou econômica.
Aberta	Capoeira	Terça-feira 14h	17	História da capoeira e iniciação à arte angolana, através da música, da dança e da cultura afro-brasileira. Valorizar a cultura brasileira através da prática da capoeira; importância da valorização da cultura brasileira entre os jovens, além do caráter educativo proposto pelo projeto.
Aberta	Espanhol	Terça-feira 16h	22	Estimular a integração cultural e a capacitação linguística para uma comunicação básica em língua estrangeira.

Idade	Curso	Dia/horário	Vagas	Objetivos
Aberta	Expressão corporal	Terça-feira 16h	18	Expressão corporal e vocal para iniciantes, como meio de desenvolver habilidades de comunicação e de expressão pessoal. O teatro, como forma artística, contribui na formação da criança e do adolescente, no sentido de torná-los mais criativos, participativos e sensíveis, além de favorecer seus relacionamentos interpessoais e sociais, tornando-os seres humanos mais completos.
Aberta	Manicure	Terça-feira 13h30m	8	A proposta é que, com este curso, o adolescente possa aprender as técnicas desta atividade ou aprimorar seus conhecimentos sobre elas, passando a ter uma visão organizada daquilo que um bom profissional da área precisa.
Aberta	Hip-hop	Segunda-feira 14h Sexta-feira 16h	28	Dança como instrumento de integração e de socialização de movimentos culturais; estímulo às práticas saudáveis do corpo; disciplina e trabalho em equipe.
Aberta / adultos	Zumba	Sexta-feira 18h20m	19	Dança como instrumento de integração e de socialização; estímulo às práticas saudáveis do corpo; educação física de jovens, para estímulo à vida saudável.
Aberta	Inglês	Quarta-feira 14 e 16h	46	Língua inglesa para iniciantes, aprimoramento de valores culturais e globalização da comunicação.
17 – 18	Protagonismo social	Quarta-feira 14h	19	Possibilitar ao adolescente e aos responsáveis o fortalecimento pessoal e autoconhecimento, de modo a facilitar a inserção no mundo do trabalho e no processo de coletividade e socialização, fazendo o adolescente perceber-se como agente de transformação social, responsável e consciente dos seus próprios limites e possibilidades.
16,5 – 17	Roda de conversa	Quarta-feira 16h Quinta-feira 14h e 16h	54	
Adultos	Roda de conversa	Segunda e quinta 18h30m		

Fonte: Elaborada pela entidade assistencial 13.

Tabela 13 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube) no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos provenientes de parcerias empresariais	Assistência social	SCFV Aprendizagem MSE Atendimento socioassistencial	Adolescentes e jovens	De 14 a 24 anos e famílias		Adolescente aprendiz SCFV Qualificação profissional	R$ 325.400,16
Governo federal	Assistência social	SCFV	Adolescentes e jovens	De 15 a 17 anos	70	SCFV Qualificação profissional	R$ 36.000,00
Governo estadual	Assistência social	SCFV	Adolescentes e jovens	De 15 a 17 anos	70	SCFV Qualificação profissional	R$ 58.889, 46
Fundo do CMDCA	Assistência social	SCFV	Adolescentes	De 15 a 17 anos		SCFV Qualificação profissional	R$ 31.575,06
Rotary Club (leilão- doação)	Assistência social	SCFV Atendimento socioassistencial Cursos e capacitação	Adolescentes e jovens	De 14 a 24 anos		Adolescente aprendiz SCFV Qualificação profissional	R$ 12.280,00
Central de Penas Alternativas	Judiciário	SCFV Aprendizagem MSE Atendimento socioassistencial	Adolescentes e jovens	De 14 a 24 anos e famílias		Adolescente aprendiz SCFV Qualificação profissional	R$ 1.631,35
			Total:				**R$ 465.776,03**

14. Associação Amigos do Projeto Guri – Organização Social de Cultura (OSC) – filantropia empresarial

Projeto Guri: Aprendizagem coletiva de música – cursos de educação musical

A Associação Amigos do Guri é uma Organização Social de Cultura (OSC) que administra o Projeto Guri, que foi criado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em 25/03/1997 e no município em 01/02/2011. Desde 2004, é responsável pela gestão do programa no litoral e no interior do Estado de São Paulo, incluindo os polos da Fundação CASA. Além do Governo de São Paulo – idealizador do projeto –, a Amigos do Guri conta com o apoio de prefeituras, organizações sociais, empresas e pessoas físicas.

Sua missão consiste em promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva da música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Sua visão institucional indica que pretende ser organização referência na concepção, implantação e gestão de políticas públicas de cultura e educação na área da música. Se orienta a partir dos seguintes valores: excelência, criatividade, responsabilidade, diversidade, cooperação, equidade. Suas diretrizes e objetivos consistem em fortalecer a formação das crianças, adolescentes e jovens como sujeitos integrados positivamente em sociedade e difundir a cultura musical em sua diversidade.

Para isso, seus programas e projetos propõem às crianças, adolescentes e jovens a potencialização de suas dimensões estética, afetiva, cognitiva, motora e social, a garantia de vivências enriquecedoras de sociabilidade, o fortalecimento no reconhecimento de seus recursos – que possam ser acionados em projetos de futuro –, o acesso e valorização das diferentes expressões culturais e o estímulo a criações e apresentações de grupos musicais.

O acesso ao Projeto Guri é universal e gratuito, porém, a Associação Amigos do Guri desenvolveu políticas e práticas com foco na inclusão e na atração e manutenção de alunos em situação de vulnerabilidade econômica e social. A partir do momento em que passam a integrar o

Guri, os alunos recebem atenção que vai muito além do ensino musical. A Associação Amigos do Guri possui metas específicas relativas ao acompanhamento social das crianças, adolescentes e jovens atendidos, observando todas as condições que afetam a vida e o bem estar de cada um – incluindo educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho e outros.

Para concretizar esse acompanhamento, as áreas de educação e de desenvolvimento social da Associação Amigos do Guri buscam atuar de forma integrada, por meio de ações complementares à prática musical, promovendo a integração dos alunos dentro de suas comunidades.

Instituições interessadas em investir na Associação Amigos do Guri, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, têm incentivo fiscal da Lei Rouanet e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), sendo que pessoas físicas também podem ajudar.

Mantido pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, o Projeto Guri é considerado o maior programa sociocultural brasileiro e oferece, nos períodos de contraturno escolar, cursos de iniciação musical, luteria, canto coral, tecnologia em música, instrumentos de cordas dedilhadas, cordas friccionadas, sopros, teclados e percussão, para crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos.

Mais de 49 mil alunos são atendidos por ano, em quase 400 polos de ensino, distribuídos por todo o Estado de São Paulo. Os quase 340 polos localizados no interior e litoral, incluindo os polos da Fundação CASA, são administrados pela Associação Amigos do Guri, enquanto o controle dos polos da capital paulista e Grande São Paulo ficam por conta de outra organização social.

A gestão compartilhada do Projeto Guri atende a uma resolução da Secretaria que regulamenta parcerias entre o governo e pessoas jurídicas de direito privado para ações na área cultural. Desde seu início, em 1995, o Projeto já atendeu cerca de 650 mil jovens na Grande São Paulo, interior e litoral. No polo local são oferecidas 222 vagas e em 2017, 193 foram preenchidas atingindo 87% das vagas oferecidas. São atendidas crianças e adolescentes com idades entre 06 a 17 anos e 11meses e 29 dias.

O polo de local do Projeto Guri possui 08 funcionários que atuam diretamente com os alunos do projeto. O núcleo regional ao qual está subordinado o polo local conta com 11 trabalhadores que dão suporte para os 28 Polos e 05 Polos Fundação Casa, sendo estes profissionais: 02 Supervisoras Desenvolvimento Social, 01 Supervisora Operacional, 05 supervisores educacionais (percussão, Sopros, Coral, Cordas dedilhadas e Cordas Friccionadas), 01 Assistente, 01 aprendiz e 01 Gerente. Todos são contratados por meio da CLT.

Tabela 14 – Fontes financeiras da Associação Amigos do Projeto Guri no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Governo estadual	Secretaria Estadual de Cultura	SCFV	Crianças e adolescentes	De 6 a 17 anos 11 meses e 29 dias	193	Projeto Guri	R$ 206.971,92
			Total:				**R$ 206.971,92**

15. Entidade assistencial privada evangélica

Projeto: Ensino de dança clássica

É uma associação assistencial privada evangélica, fundada em 08/10/2010, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional com o objetivo de renovar vidas através da arte. Nasceu do sonho de uma bailarina em ministrar aulas de balé clássico para crianças e adolescentes que não têm condições, além de servir como um grande apoio social para os alunos. Surgido em 2010, o projeto atende atualmente 96 alunas, entre crianças, jovens e adultas.

A justificativa para sua existência consistiu na percepção de que havia uma elitização das danças clássicas, gerando um distanciamento e até certo preconceito em relação às comunidades carentes, tornando praticamente impossível o acesso de tal classe social, o que é agravado pela falta de recursos para arcar com custos dessa atividade. O projeto de ensino de dança clássica foi criado para lidar com essa questão e, por meio de parcerias diversas, promoveu a distribuição de bolsas de estudos bem como a oportunidade de frequentar aulas de dança clássica ministradas por profissionais dotados de qualidade técnica reconhecida.

A entidade assistencial possui uma equipe de professores qualificados que seguem o método de uma escola inglesa chamada "Royal Academy of Dance", para ministrar as aulas. A fundadora é a professora L. S. C., Fisioterapeuta com especialização em Pilates pela Stott Pilates (Canadá) e Polestar Education (EUA), bailarina formada pela "Royal Academy of Dance", instrutora formada pela modalidade Ballet Pilates. Outra professora é T. T., Letróloga formada na Unesp, bailarina estudante da "Royal Academy of Dance", cursou o método canadense Stott Pilates e cursa Educação Física na Uniesp.

A entidade assistencial não possui nenhum tipo de ajuda e/ou financiamento municipal, estadual ou federal. Para mantê-lo em funcionamento, são realizadas ações próprias. Não há informações sobre o financiamento da entidade assistencial.

16. Entidade assistencial privada de cultura – Oscip

Projeto: Ações culturais e artísticas

Sediada no Galpão Cultural da cidade, a entidade assistencial privada de cultura é uma associação privada, sem fins lucrativos, de caráter autônomo e apartidário, fundada no ano de 2001, tendo o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Desde sua fundação, possui experiências na promoção de circuitos sociais com ações nas áreas da cultura, trabalho, saúde e habitação. Dentre estas, realiza processos de criação artística, produção de eventos culturais, sociais e ambientais, além de cursos e consultorias na área de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. Além disso, participa constantemente de fóruns e encontros nos quais se discute as políticas públicas culturais, o controle social da sociedade civil sobre o Estado e a gestão integrada de resíduos sólidos.

Tem como objetivos: I – Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; II – Experimentação de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; III – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; IV – Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas nesse artigo; V – Desenvolvimento de atividades que promovam a cidadania a partir do reconhecimento, manutenção e criação de práticas sociais de diversas comunidades, notadamente atividades de fomento à implementação de empreendimentos econômicos solidários, isolados ou organizados em Rede, mediante mobilização, articulação e capacitação de empreendedores, bem como de assessoria em geral; VI – Desenvolvimento de atividades que promovam a cidadania a partir da arte, da música, do esporte, do lazer e recreação tendo como público-alvo as crianças e adolescentes. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquele entre doze e dezoito anos de idade.

Realiza apresentações gratuitas de circo, teatro, exibições de filmes de médias e longas-metragens ao ar livre, nas comunidades do município

e da região, especialmente naquelas que não possuem cinema. Público atendido: pessoas de todas as idades, incluindo criança e adolescentes. Visando acolher, estimular e desenvolver novas atividades culturais e artísticas, fortalecendo a organização social do município, a entidade assistencial desenvolve diversas atividades: Biblioteca Comunitária, Carona Cultural, CineCirco, CineGalpão, Circulação de Espetáculos, Encontro de Palhaços, Estratégias em Educação, Festa Junina, Mostra O Lixo, Oficina de Capoeira Angola, Oficina de Circo, Oficina de Teatro, Programa Mais Cultura nas Escolas, Revista Circuito, Sala Verde.

Não há informações sobre recursos financeiros relativos ao ano de 2017.

17. Centro Integrado Empresa Escola (CIEE) – entidade assistencial de filantropia empresarial

Projeto: Aprendiz Legal (formação profissional e inserção no mercado de trabalho)

O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), fundada em 20/02/1964, tendo iniciado as atividades do Polo CIEE local em 09/11/2012, é uma associação civil e filantrópica de direito privado, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, reconhecida como entidade de Assistência Social que, por meio de diversos programas, dentre eles o de aprendizagem e o estágio de estudantes, possibilita aos adolescentes e jovens uma formação integral, auxiliando seu ingresso no mundo do trabalho. O maior objetivo do CIEE, com mais de 54 anos de existência, é encontrar, para os estudantes de nível médio, técnico e superior oportunidades de estágio ou aprendizado, que os auxiliem a colocar em prática tudo o que aprenderam na teoria. Seus objetivos buscam viabilizar a promoção do protagonismo e da autonomia dos usuários, por meio de ações de proteção social além da mediação do acesso ao mercado de trabalho. O público atendido é composto por adolescentes de 14 a18 anos incompletos, que estejam cursando regularmente o ensino médio.

A entidade desempenha o papel de agente de integração, desenvolvendo programas de estágio e adolescente aprendiz, além de palestras e oficinas de capacitação que contribuem para a profissionalização e a promoção da cidadania de adolescentes e jovens.

Com uma grande estrutura, o CIEE local é o único agente de integração que desenvolve seus programas em todo território municipal e conta com parcerias de empresas privadas, órgãos da administração pública, empresas de economia mista e centenas de instituições de ensino. Essas parcerias são fundamentais para os resultados alcançados pela entidade, primando por uma relação de confiança e compromisso social.

Os programas de estágio e o Adolescente Aprendiz gerariam diversos benefícios ao município, entre eles: a capacidade de criar e manter o espírito de renovação e oxigenação para o futuro das empresas; permite ampliar e renovar quadros funcionais técnicos e administrativos; possibilitaria ao empresário contribuir para formar as novas gerações de profissionais com rapidez e qualificação, além do comprometimento social que o Estado de São Paulo estabelece com a cidade e com o CIEE local. Ainda conta com um excelente apoio na formação de seus alunos, propiciando o alinhamento dos conhecimentos teóricos e práticos, tornando-os pessoas mais preparadas para os desafios do universo profissional.

Para os estudantes, os programas proporcionam maior assimilação das disciplinas curriculares auxiliando na escolha profissional, agregando valores e conhecimento a sua formação escolar e estimulam um desenvolvimento de competências pessoais.

No programa de estágios, além da orientação, seleção e encaminhamento dos estudantes, o CIEE local é responsável por todo o acompanhamento administrativo e pedagógico, sendo um aliado da juventude e referência para as empresas. Ao longo de sua história o CIEE já proporcionou oportunidade de estágio para milhares de estudantes dos ensinos médio, técnico e superior. Gerou a concessão de milhões de bolsas auxílio que garantem recursos financeiros para complementação da renda familiar, custeio dos estudos e a movimentação da economia. Pesquisas realizadas por renomados institutos apontam que 49% dos estagiários são efetivados nas empresas privadas após a conclusão do

estágio. Prova disso é que, diversas lideranças tiveram no estágio seu primeiro contato com o mundo do trabalho.

O Programa Adolescente/Jovem Aprendiz tem como objetivo de garantir o protagonismo dos adolescentes e favorecer a segurança de um início profissional. O programa do CIEE local, denominado Jovem Aprendiz, além de atender a legislação tem como objetivo estimular valores éticos e profissionais e a prática da cidadania através da capacitação e do acompanhamento socioeducativo. O CIEE local trabalha e mantém o compromisso pelo cumprimento integral das legislações do estágio e adolescente/jovem aprendiz, sendo reconhecido pela sua qualidade e credibilidade cumprindo com excelência sua missão.

Buscando contribuir para a formação de adolescentes e jovens, que saibam fazer novas leituras do mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade, foi criado o Programa Aprendiz Legal.[9] *Trata-se de um programa de aprendizagem voltado para a preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem. O CIEE e a Fundação Roberto Marinho estão juntos nessa ação, oferecendo à empresa a oportunidade de formar um profissional alinhado com o mundo do trabalho.*

9 O Programa Aprendiz Legal se fundamenta na Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005. Ela determina que todas as empresas de médio e grande portes contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. No âmbito da Lei da Aprendizagem, aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo, formação na profissão para a qual está se capacitando. Deve cursar a escola regular (se ainda não concluiu o ensino fundamental) e estar matriculado e frequentando estabelecimento de ensino técnico profissional conveniado com a empresa. Jovens de 14 a 24 anos incompletos que estejam cursando o ensino fundamental ou o ensino médio podem ser aprendizes. A idade máxima prevista não se aplica a aprendizes com deficiência. A comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. A jornada de trabalho não deve ser superior a seis horas diárias, admitindo-se a de oito horas para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nessa jornada forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

A lei determina que empresas de médio e grande porte contratem jovens de 14 a 24 anos, para capacitação profissional (prática e teórica), cumprindo cotas que variam de 5% a 15% do número de funcionários efetivos qualificados. É facultativa a contratação de aprendizes pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

Na experiência do Aprendiz Legal, o jovem assume o papel de agente de desenvolvimento de sua própria carreira, de colaborador da empresa que o recebe. Sua energia, sua criatividade, sua ousadia e sua tendência à contestação são canalizadas para renovar ideias, estruturas e processos. Por acreditar que o jovem deve ser protagonista, visto como responsável, capaz e decisivo, o método utilizado para a formação do aprendiz estimula a autonomia e a pró-atividade. Sua inserção social através do trabalho e da geração de renda está centrada no desenvolvimento de cidadãos social e economicamente bem-sucedidos, que façam a ponte entre a infância e a vida adulta conquistando autoestima e responsabilidade.

Com foco no desenvolvimento social e humano, a metodologia do Aprendiz Legal busca contribuir para a formação de jovens autônomos, capazes de intervir de forma positiva no seu trabalho, na sua vida e na sociedade. A proposta pedagógica propõe o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho, com um material de formação que traz atividades desafiadoras, pautadas nos contextos do mundo do trabalho e das culturas juvenis, que dão significado aos conceitos específicos de cada curso. A abordagem interdisciplinar desses conceitos permite flexibilidade na organização do curso pelos educadores. Na empresa, o aprendiz aplica os conhecimentos adquiridos na formação teórica e desenvolve seu aprendizado com a prática, a orientação do seu educador corporativo e a contribuição dos colegas de trabalho.

O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com duração máxima de dois anos, realizado entre o adolescente – por meio dos seus responsáveis legais – e o CIEE, com anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salário mínimo/hora e todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. O aprendiz contratado tem direito a 13º salário e a todos os benefícios concedidos aos demais empregados. Suas férias devem coincidir com o período de férias escolares,

sendo vedado o parcelamento. Quanto aos encargos trabalhistas, as empresas estão sujeitas ao recolhimento de alíquota de 2% sobre os valores de remuneração de cada jovem, inclusive sobre gratificações, para crédito na conta vinculada ao FGTS. O recolhimento da contribuição ao INSS é obrigatório, sendo o aprendiz segurado-empregado. Há alguns incentivos fiscais e tributários para as empresas que desenvolvam o Programa Aprendiz Legal: pagaria apenas 2% de FGTS (alíquota 75% inferior à contribuição normal) para os aprendizes. As empresas registradas no "Simples", que optarem por participar do programa de aprendizagem, não teriam acréscimo na contribuição previdenciária, ficando dispensadas de Aviso Prévio remunerado e isentas de multa rescisória.

No polo local, no ano de 2017, foram atendidos 160 adolescentes com idades entre 14 a 24 anos incompletos, por meio da atuação de oito profissionais contratados.

Tabela 15 – Fontes financeiras do Centro Integrado Empresa Escola no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Recursos provenientes de parcerias empresariais	Assistência social	Orientação e formação para o mercado de trabalho	Adolescentes	De 14 a 24 anos	160	Programa Aprendiz Legal	**R$ 472.416,39**
			Valor total:				**R$ 472.416,39**

18. Entidade assistencial privada evangélica

Projeto: Programa Educando para a Vida – setor bancário e administrativo (orientação e formação para o mercado de trabalho)

A entidade assistencial privada evangélica, fundada em 30/03/1992, tem sua sede em uma cidade da região e começou a desenvolver suas atividades num polo situado no município em 08/08/2013. É uma entidade de bem comum, de caráter filantrópico, que tem por objetivo a educação profissional e inclusão de adolescentes e jovens de baixa renda, desenvolvendo programas de aprendizagem profissional de acordo com a lei 10.097/2000 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre os anos de 1992 a 2014, a entidade tinha uma denominação e a partir do ano de 2014 alterou seu nome. Sua sede está localizada em uma cidade da região e possui unidades em outros municípios e um polo local que começou a funcionar no ano de 2013. Desenvolve ação sociassistencial por meio de uma entidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na cidade sede e também promove ações socioeducacionais voltadas para a profissionalização de adolescentes em outros municípios, inclusive no polo municipal.

O Serviço Socioeducacional busca oferecer formação técnico profissional para adolescentes e jovens de baixa renda, de ambos os sexos, em parceria com órgãos governamentais ou privados, de acordo com a legislação trabalhista vigente, sendo que na realização de seus objetivos, a entidade pode estabelecer convênios, contratos e acordos de qualquer espécie com estabelecimentos de ensino de qualquer grau, entidade de classe e quaisquer entes privados ou públicos. Pretende promover ações de incentivo e profissionalização e inserção no mercado de trabalho, tais como promoção de aprendizagem e de cidadania em todo o território nacional.

Considerando os desafios do mundo atual e as exigências do mercado de trabalho, a entidade assistencial assume o duplo desafio de proporcionar aos aprendizes de famílias menos favorecidas oportunidade de ter acesso à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, podendo contribuir para a renda familiar e o seu desenvolvimento social.

Além disso, oferece formação complementar à escolar, contribuindo para o sucesso educacional de adolescentes que têm pouco acesso à cultura e à formação extraescolar.

Seus objetivos consistem em oferecer formação técnico-profissional metódica para efeitos de contrato de aprendizagem como Adolescente Aprendiz, contendo atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. Compromete-se com o bem-estar, com o desenvolvimento físico, intelectual e moral de seus educandos, constituindo um espaço de referência cristã para crianças e adolescentes. Pretende contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos para os assistidos.

No polo educacional local, o público atendido é constituído por adolescentes de 15 a 16 anos, que devem estar regularmente matriculados no Ensino Médio em escola regular e no mínimo frequentando o 9º ano do Ensino Fundamental (antiga 8ª. série), na faixa etária estabelecida pela lei de aprendizagem e que pertençam ao público da Assistência Social. Desenvolve o "Programa Educando para a Vida" – Serviços Bancários e Administrativos, na modalidade Adolescente Aprendiz, preparando adolescentes para estagiar em serviços bancários e administrativos, na linha de formação profissional e da inserção no mercado de trabalho. Possui parcerias com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal. O encaminhamento para o mercado de trabalho ocorre de acordo com as vagas oferecidas pelas empresas parceiras.

Esse Programa possui uma carga horária total de 1840hs, incluindo 552hs destinadas à formação teórica e 1288hs destinadas à formação prática. Os aprendizes participam de encontros teóricos semanais, além de encontros extras mensais necessários para a complementação da carga horária exigida pela legislação vigente. A finalidade desse curso de formação consiste em oferecer os subsídios teóricos e atender a carga horária estabelecida pela Portaria MET 723/2012 de 23 de abril de 2012 que rege os Programas de Aprendizagem Profissional, com duração de 24 meses.

No trabalho com os adolescentes, busca pautar-se na garantia do direito à liberdade de expressão e à integridade bio-psico-social de cada um. As atividades teóricas são orientadas por um professor devidamente

registrado pela entidade assistencial e as atividades práticas são monitoradas por um funcionário da entidade parceira, devidamente treinado para essa função. Os jovens assistidos pela entidade assistencial recebem salário mínimo nacional para trabalhar 04 horas por dia, além de vale alimentação, vale transporte e material didático gratuito.

Como o critério principal para a seleção dos aprendizes é o perfil socioeconômico, é comum que eles apresentem sérios déficits de aprendizagem de conteúdo escolar e dificuldades moderadas em competências básicas como leitura, escrita, interpretação de textos e raciocínio lógico-matemático. Diante desses desafios, a equipe pedagógica procura se mobilizar, atuando em duas frentes principais: a) resgate da autoestima e motivação desses jovens para o estudo, mediante o reconhecimento de sua condição de estudante e aprendiz de uma profissão, que lhe oferece condições reais de desenvolvimento econômico e social; b) oferta de curso de capacitação técnico-profissional baseada nas demandas e tendências atuais do mercado de trabalho, sem ignorar as necessidades de suporte na aprendizagem das competências básicas como o domínio da comunicação oral e escrita, raciocínio lógico-matemático, além de outras temáticas necessárias a uma educação para a vida, tais como cidadania e convivência familiar, prevenção ao uso indevido de das drogas, educação sexual, inclusão digital dentre outras.

Os adolescentes são atendidos em pequenos grupos pelos educadores, com proximidade e orientação personalizada, exigindo também responsabilidade dos jovens, como contrapartida ao salário e aos benefícios recebidos. Os aprendizes adquirem a percepção de sua situação privilegiada de exercer uma atividade profissional remunerada, o que tende a gerar maior maturidade. Também se busca promover uma boa convivência e relacionamento com familiares e colegas de trabalho. Muitos aprendizes colaboram com a renda familiar e ajudam a melhorar as condições de vida de seus pais e irmãos. Eles também recebem uma educação financeira que lhes ajuda a planejar e controlar seus gastos e criar uma cultura de economia e poupança para investimentos futuros em sua educação ou em outros projetos pessoais.

A entidade assistencial considera que, embora a quantidade de 05 adolescentes atendidos por meio do Programa de Socioaprendizagem

Profissional Educando para a Vida Serviços Bancários e Administrativos, no ano de 2017, seja bastante pequena, isso decorre da pequena adesão das empresas locais a esta iniciativa. Contudo, por meio dessa ação institucional, a entidade assistencial afirma que conseguiu oportunizar a estes usuários uma ampla formação profissional na metodologia dos Arcos Ocupacionais em serviços administrativos. Tais Arcos são compostos por agrupamentos de ocupações relacionadas que possuem base técnica próxima e características complementares. Cada um dos Arcos pode abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comercio, prestação de serviços), garantindo assim uma formação que amplie as possibilidades de inserção ocupacional do aprendiz ao término do programa, seja como assalariado, autônomo ou em atividades da economia solidária, direito ao trabalho protegido e seguro, sem prejuízo de sua formação escolar, além do incremento da renda familiar. Os valores financeiros de 2017 correspondem às despesas com salário do professor contratado pela entidade assistencial por meio de vínculo CLT, por jornadas de 24 horas mensais, para a aplicação das atividades teóricas do Programa, o aluguel do espaço utilizado pela entidade assistencial e ainda às verbas salariais e benefícios como vale transporte, vale alimentação repassados aos aprendizes.

Tabela 16 – Fontes financeiras da entidade assistencial privada evangélica no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Parcerias empresariais Caixa Econômica Federal Banco do Brasil	Assistência social	SCFV e ações de promoção da integração ao mundo do trabalho	Adolescentes	De 15 a 17 anos	5	Programa de Socioaprendizagem Profissional Educando para a Vida Serviços Bancários e Administrativos	R$ 170.940,00
			Valor total:				**R$ 170.940,00**

19. Entidade assistencial privada católica (não mais certificada)

Projeto: Apoio social para famílias

A entidade assistencial privada católica foi fundada em 05 de junho de 1958, por um padre católico com a finalidade de atender às famílias carentes. Tendo o padre fundador uma visão bastante ampliada sobre a problemática das pessoas carentes, montou na Casa Paroquial um consultório médico junto com o Dr. B. para atendê-las e também para distribuição de medicamentos; fez uma parceria com os alunos e professores do curso de Psicologia da Unesp para o atendimento das pessoas necessitadas; criou também o Teatro Amador; fundou um time esportivo de futebol e com recursos oriundos de sua herança, fundou uma biblioteca. Todas às terças-feiras, realizava a distribuição do "sopão" às famílias necessitadas, distribuía ainda pães, verduras, legumes e cestas básicas. Na sede da entidade, atualmente ainda são distribuídos o sopão e as cestas básicas.

O padre fundador dirigiu a entidade assistencial de 1958 até 1990, quando retornou à Itália, para a sede de sua congregação religiosa, pois já tinha idade avançada, alguns problemas de saúde e precisava de cuidados. Após a sua saída, seus projetos continuaram sendo desenvolvidos por pessoas da comunidade, algumas iniciativas foram se perdendo ao longo do tempo, outras foram criadas, como o projeto que levou o nome do padre fundador.

Com a pretensão de ampliar o atendimento e retomar os projetos sociais que eram desenvolvidos pela entidade assistencial, sob a direção do padre fundador, no dia 01/01/2011 foi firmada uma parceria entre a direção da entidade e a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, objetivando o atendimento de 130 crianças de 11 a 17 anos, de segunda à sexta-feira, em período integral. Tais atividades foram desenvolvidas com as crianças/adolescentes, primeiramente num centro social da cidade, depois na sede social da entidade assistencial e em uma quadra de esportes do bairro. Enquanto durou, o trabalho assistencial denominado como Projeto Padre

Fundador, contou com dois educadores físicos, uma assistente social e dois professores de dança e karatê, além de serem desenvolvidas diversas atividades, como educação física, jogos, gincanas, passeios, competições desportivas e cursos de computação e manicure. Essa parceria com a Prefeitura foi encerrada em 31/12/2014.

Embora não esteja mais atendendo crianças e adolescentes, a entidade assistencial continua funcionando, desenvolvendo um trabalho de apoio social para famílias necessitadas do bairro onde está sediado. Entre outros serviços, a entidade disponibiliza para as pessoas necessitadas, uma advogada voluntária para prestar assistência jurídica gratuita.

Tanto o sopão quanto as cestas básicas ainda são distribuídos graças à ajuda e colaboração de entrega de gêneros alimentícios por sócios doadores, devidamente cadastrados na entidade e residentes no bairro e em outros adjacentes. Outros sócios preferem contribuir com pequenas importâncias em dinheiro, que juntamente com as promoções realizadas pela entidade assistencial, ajudam a entidade na manutenção de sua sede por meio do pagamento das contas de água, luz, telefone, material de escritório, combustível, seguros, licenciamento etc. também para a aquisição de verduras, legumes, macarrão, carne e outros gêneros alimentícios para complementar o sopão e/ou para a realização de seus projetos sociais.

Todos os anos são realizados na sede da entidade assistencial, por meio dos órgãos públicos interessados, a vacinação contra a paralisia infantil, controle de doenças como diabetes, sarampo, vacina contra a gripe etc., juntamente com o Posto de Saúde do bairro, bem como disponibiliza seu espaço para a realização de reuniões mensais de outras entidades do bairro. Às terças-feiras, a entidade distribui verduras às pessoas cadastradas e inscritas no CRAS I e III, doadas pela Secretaria Municipal da Assistência Social. Na Páscoa, em parceria com a Escola de Samba do bairro, distribui ovos de chocolate às crianças atendidas em seu projeto. Realiza no mês de dezembro de cada ano, um almoço festivo de confraternização de Natal para aproximadamente 100(cem) pessoas, entregando presentes às crianças assistidas.

Não há informações sobre recursos financeiros relativos ao ano de 2017.

As entidades assistenciais públicas do município e suas fontes de financiamento

O município possui quatro unidades do Cras, uma do Creas e uma Casa de Acolhimento Institucional situadas nos diferentes níveis de proteção social do Suas. Não há informações sobre elas nos arquivos do CMDCA, e foi necessário obtê-las na Smas. Incluímos tais estabelecimentos na pesquisa em razão de que o Suas executa parte importante das políticas públicas para crianças e adolescentes em seus equipamentos. Desse modo, nosso interesse neles consiste exatamente no fato de que atendem ou não ao segmento da população infantojuvenil e caso tenham recebido recursos financeiros para isso. Por isso, não nos ocupamos em levantar os custos gerais desses estabelecimentos assistenciais.

Estabelecimentos públicos de proteção social básica de assistência social

O Cras é uma unidade pública de atendimento básico e preventivo à população da região em que se encontra instalado. Sua responsabilidade consiste em atender, registrar e encaminhar as famílias em situação de vulnerabilidade para os distintos estabelecimentos sociais, visando atender às demandas delas. Esse estabelecimento costuma ser instalado em áreas de grande vulnerabilidade social e permite coordenar as ações assistenciais desenvolvidas no território, buscando evitar a duplicação de ações paralelas e idênticas.

1. Centro de Referência da Assistência Social (Cras I)

O CRAS I, instituído em 2005, abrange diversos bairros e possui 5000 famílias referenciadas e 1000 atendidas. Enquanto uma Unidade de Proteção Social Básica, o CRAS tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território no qual

se encontra instalado. Suas ações se pautam na promoção de aquisições e desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e ampliação de acesso aos direitos de cidadania.

Seus objetivos específicos consistem em acolher as famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo-as em programas sociais como Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem. Busca oferecer cursos profissionalizantes e de geração de renda, afim de que possa promover o desenvolvimento de oportunidades para ampliação de conhecimentos e de trabalho, assim como para a valorização da autoestima e de vínculos familiares. Objetiva também demonstrar para as famílias novos valores e a importância delas na/para a sociedade.

A metodologia de trabalho baseia-se em acolhimento, visitas domiciliares, reuniões com as famílias atendidas, triagem e acompanhamento das famílias, assim como dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), trabalhos em grupo e articulação em grupos. Entre as ações propostas, destacam-se: a) oferecer cursos profissionalizantes, cursos de geração de renda, reuniões socioeducativas, atividades em grupos para as famílias e para os jovens atendidos nos programas sociais; b) oferecer cursos variados para as famílias, tais como: informática, manicure e cabeleireiro, depilação, panificação, curso de empregada doméstica, curso de confecção de "lingerie" (roupas íntimas), cursos de artesanato (Patchwork, ponto reto, bordado em xadrez, crochê, bordado em tecidos e pedraria), aulas de ginástica, aulas de dança, de capoeira.

As atividades realizadas especificamente com crianças e adolescentes no ano de 2017 incluíram oficinas diversas, tais como as de *hip-hop*, jiu-jítsu, futebol, oficinas de jogos lúdicos, capoeira, atividades físicas e marcenaria.

Tabela 17 – Fontes financeiras do Centro de Referência da Assistência Social (Cras I) no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Governo estadual	Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes	De 15 a 17 anos	70	Ação Jovem Projeto Futuro	R$ 62.400,00
			Valor total:				**R$ 62.400,00**

2. Centro de Referência da Assistência Social (Cras II)

O CRAS II foi instituído em 2005 e sua área de abrangência inclui 13 bairros da cidade. As famílias desse amplo território são cadastradas por meio de demanda espontânea. São realizados encaminhamentos, cadastros no Programa Renda Cidadã, no Programa Ação Jovem e no Programa Bolsa Família. As famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade são acolhidas, realizam-se triagens e registros visando à efetuação de diagnósticos. A avaliação técnica das famílias é realizada por meio de entrevista social e de visitas domiciliares; promove-se a liberação de benefícios emergenciais tais como documentações diversas, urnas funerárias, cestas básicas (Banco de Alimentos), roupas. Desenvolve-se orientações diversas e reflexão junto à família sobre as alternativas para o enfrentamento da situação de crise e quanto às possibilidades de intervenção, de encaminhamento para acompanhamento temporário por meio dos diversos programas de âmbito federal, estadual e municipal. Quanto à realização de atividades específicas de atendimento para crianças e adolescentes, o CRAS II tem como referência a entidade assistencial privada católica número 11, com a qual tem um convênio por meio da SMAS, promovendo a transferência dos recursos que o CRAS II recebeu do Governo Federal no valor de R$ 88.804,66, em 2017, para que a entidade assistencial realizasse o Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

3. Centro de Referência da Assistência Social (Cras III)

O CRAS III, instituído no ano de 2009, não realiza atividades específicas com crianças e adolescentes, atendendo um público de outra faixa etária.

4. Centro de Referência da Assistência Social (Cras IV)

O CRAS IV está instalado no Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU),[10] *localizado num bairro da periferia, e foi inaugurado no dia 24/06/2016. O CEU é um equipamento público que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e qualificação e conta com edifícios multiuso, dispostos numa praça de esportes e lazer, compostos por salas multiuso; biblioteca; telecentro; cineteatro/auditório com 60 lugares; quadra poliesportiva coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; playground, pista de caminhada, além do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS 4).*

A implantação deste equipamento público contou com recursos do governo federal repassados à Prefeitura, que foi a responsável pela execução das obras e pelo desenvolvimento da mobilização social que

10 Encontramos na internet informações sobre esses estabelecimentos que estavam sendo criados durante a gestão da então presidente Dilma Roussef: "Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) foram criados para integrar num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Por meio da parceria entre União e municípios, estão sendo construídos 357 CEUs, com unidades já inauguradas nas cinco regiões do país. A gestão dos CEUs é compartilhada entre as prefeituras e a comunidade, com a formação de um Grupo Gestor, que fica encarregado de criar um Plano de Gestão, e também conceber o uso e programação dos equipamentos. Para potencializar a participação social, o MinC vem realizando amplo mapeamento sociocultural dos Territórios de Vivência dos CEUs, como estratégia de mobilização social das comunidades locais. Esse material auxilia na ativação dos territórios, com visitas do MinC aos municípios para reuniões de validação dos mapeamentos juntamente aos gestores e comunidade. Os projetos arquitetônicos de referência dos CEUs foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial que concebeu três modelos do equipamento, previstos para terrenos com dimensões mínimas de 700 m², 3.000 m² e 7.000m². Os centros contam com biblioteca, cineteatro (48, 60 ou 125 lugares), laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), além de pista de skate. Os CEUs maiores (3.000 e 7.000 mil m²) também contam com quadra de eventos coberta, playground, pista de caminhada". Informações disponíveis em: http://ceus.cultura.gov.br/o-programa/. Acesso em: 20 abr. 2018.

acontece desde 2013, envolvendo moradores e entidades representantes da sociedade civil organizada. O Grupo Gestor do CEU local, no ano de 2013, era formado por 30 pessoas, sendo 10 moradores, 10 representantes da sociedade civil, através das entidades assistenciais privadas, e 10 representantes da Autarquia Municipal de Esportes, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal da Saúde. O estabelecimento tem o objetivo de abranger integralmente quatro bairros da cidade, atingindo diretamente cerca de 20 mil pessoas. Porém, todos podem frequentar e participar dos projetos desenvolvidos no CEU. Um dos pilares deste equipamento é a instalação do CRAS IV, por meio do qual a Secretaria Municipal da Assistência Social trabalha junto à comunidade local, oferecendo para as famílias um acompanhamento integral, para que conheçam seus direitos e recebam seus benefícios.

O CRAS IV recebeu um repasse temporário de R$ 92.640,00, valor vinculado ao Programa Habitacional do Governo Federal e que é utilizado não apenas para o atendimento de crianças e adolescentes, mas também na realização de oficinas voltadas às famílias. Nessas oficinas, costumam participar tanto crianças e adolescentes quanto outros usuários que habitam aquele território. No ano de 2017, foram atendidas em média 200 crianças.

As oficinas disponibilizadas foram as de manicure, artesanato, designer de sobrancelhas, automaquiagem, Hip Hop, Caratê, Judô, Futsal, Ginástica, Futebol de Campo, Recreação infantil, Skate, Capoeira e DJ.

Tabela 18 – Fontes financeiras do Centro de Referência da Assistência Social (Cras IV) no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Programa de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST)	Assistência social	SCFV	Crianças e adolescentes, bem como suas famílias	Todas	200	Projeto Colinas	R$ 92.640,00
			Valor total:				**R$ 92.640,00**

Estabelecimentos públicos de proteção social especial de assistência social

O município possui uma unidade do Creas e uma Casa de Acolhimento Institucional.

1. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) – ano de criação: 2009

O CREAS atua nos casos de violação de direitos contra crianças (trabalho infantil e exploração sexual), bem como de mulheres e de idosos. Sua missão consiste em mapear situações de violação de direitos e criar estratégias de enfrentamento à violência física e psicológica. Oficialmente, suas competências incluem as seguintes atividades: planejar, orientar, controlar e manter, em todo o município, a aplicação da política de Assistência Social (AS) sempre com o objetivo primordial à promoção humana, com aplicação de métodos de Serviço Social aos problemas ou às distorções sociais que dificultem aos indivíduos, famílias, grupos e comunidades a alcançarem padrões econômicos sociais compatíveis com a dignidade da vida humana. Promove articulação com entidades estatais, paraestatais e privadas, nacionais ou internacionais, cujas atuações possam contribuir para a consecução de suas finalidades, além de outras atividades correlatas e ou que foram atribuídas.

Não houve trabalho específico voltado para crianças e adolescentes no CREAS no ano de 2017. Mas o CREAS tem, no conjunto de suas responsabilidades, a tarefa de acompanhar a execução das MSE de LA e de PSC que são realizadas por uma entidade assistencial privada espírita e também o funcionamento da Casa de Acolhida Municipal.

O CRAS 1, o CRAS 2 e o CREAS recebem verbas de custeio oriundas dos Governo Federal e do Estadual, dado o princípio do cofinanciamento da Assistência Social pelos três entes federativos. O município recebeu do Governo Federal no ano de 2018, para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: R$ 22.500,00;

para a execução do Serviço de Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes: R$ 5.000,00.

O município recebeu do Estadual no ano de 2018, para a execução do programa Ação Jovem, beneficiando a 690 jovens: R$ 662.400,00.

2. Casa de Acolhimento Institucional – entidade assistencial pública – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto: Acolhimento institucional para crianças e adolescentes (proteção social de alta complexidade)

O acolhimento institucional em caráter especial e provisório é ofertado a pessoas, por meio de pequenos grupos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, com o objetivo de restabelecer e reconstituir vínculos e autonomia, em caráter especial e provisório. No caso de crianças e adolescentes, trata-se de uma medida de proteção, provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, ou visando o retorno para a família em momento posterior, não implicando privação de liberdade.

Os objetivos da Casa de Acolhimento Institucional incluem os seguintes: como medida de proteção especial, o estabelecimento institucional de acolhimento deve ser dirigido a toda e qualquer criança e adolescente que estiver com seus direitos básicos sendo violados ou ameaçados, conformes preconiza o artigo 5º do ECA, para que possa permanecer provisoriamente acolhido até que haja encaminhamento adequado para sua situação pessoal. O público atendido é constituído por crianças e adolescentes.

A Casa de Acolhida Institucional foi fundada em 5 de julho de 1996, por iniciativa do poder público municipal e mediante demanda apresentada pelo Conselho Tutelar (CT) com base no processo de municipalização que vinha instalando-se em todo o Estado de São Paulo. Tratava-se de obedecer à institucionalidade prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). A entidade tem a

finalidade de servir como suporte às medidas protetivas, ou seja, oferecer condições para o acolhimento provisório de crianças e adolescentes, bem como de suas mães, quando estejam em situação de abandono, sejam vítimas de violência, maus-tratos e negligência. Tem como princípio a permanência e a convivência conjunta de irmãos e mesmo de outros familiares, conforme a necessidade; porém, desde 2004, o atendimento se restringe apenas aos casos do município. As mães são acolhidas quando estão sujeitas a risco de morte ou quando amamentam, por exemplo. No processo de reintegração familiar, incluem-se trabalhos relativos à criança, ao adolescente e às famílias, assim como o acompanhamento de tais pessoas, mediante o uso dos recursos disponíveis na rede de serviços socioassistenciais local.

A Casa de Acolhimento Institucional do município tem capacidade para acolher 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com infraestrutura adequada para atender separadamente bebês, meninos e meninas. Busca oferecer atendimento personalizado, cuja dinâmica se assemelha a uma residência com monitoras. Visa preservar os vínculos familiares e comunitários, buscando a colocação de crianças e adolescentes na família extensa e também substituta, quando se esgotarem os recursos para manutenção na família de origem. Não separa grupos de irmãos, buscando que participem da vida comunitária. Busca orientar e preparar os pais ou responsáveis para o retorno de seus filhos, bem como para a nova convivência.

A equipe técnica da Casa de Acolhimento vem se organizando sistematicamente para operacionalizar o proposto no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Trata-se de um programa imprescindível no município e faz parte da rede de proteção e de direitos da criança e do adolescente da cidade. Sua necessidade foi indicada pela Vara da Infância e Juventude e também pelo Conselho Tutelar devido à grande demanda de crianças em situação de violências sexual, física e psicológica que necessitavam de um espaço no qual poderiam permanecer provisoriamente, até que sua situação pudesse ser devidamente encaminhada. Constata-se que um grande número de famílias, por causa de sua vulnerabilidade social, torna-se incapaz de desenvolver

seu papel de educadora e de provedora e que também, no espaço dessa intimidade doméstica, ainda acontecem circunstâncias de violências que exigem a retirada da vítima de seu interior.

Para executar os serviços aos acolhidos na Casa de Acolhimento, há uma secretária, um coordenador administrativo (indicado pelo Poder Executivo local e em cargo comissionado). Os demais empregados são faxineiras, monitores e motorista, sendo que alguns são funcionários públicos municipais e outros são contratados temporários, submetidos ao sistema de escala nos período diurno e noturno. Também faz parte desse corpo funcional uma assistente social, que desenvolve atividades que visam à reintegração familiar, por intermédio do acompanhamento da situação escolar e de saúde dos internos. A entidade funciona em uma casa com quartos; sala, refeitório e sala de estudos; uma cozinha; um escritório; banheiro social; lavanderia; quintal e garagem. Sua manutenção se dá por meio dos recursos municipal, estadual, federal, além de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas.

A cada 6 meses é realizada uma audiência concentrada para a avaliação do trabalho que está sendo realizado com cada acolhido e com sua família, na presença do Poder Judiciário, do promotor de justiça, de advogados nomeados tanto para o acolhido como para sua família ou responsável, incluindo a equipe técnica da Casa de Acolhimento. Também se busca acompanhar os casos de desacolhimento por um período de tempo determinado, provendo algumas de suas necessidades, bem como orientações e encaminhamentos diversos.

Tabela 19 – Fontes financeiras da Casa de Acolhimento Institucional no ano de 2017

Fonte financiadora	Área do financiamento	Serviço	População atendida	Faixa etária	Número de atendidos	Nome do projeto desenvolvido	Valor/ano
Governo municipal	Assistência social	Acolhimento institucional	Crianças e adolescentes	De 0 a 18 anos	De 20 a 25	Acolhimento institucional	R$ 537.867,00
Governo federal	Assistência social	Acolhimento institucional	Crianças e adolescentes	De 0 a 18 anos	De 20 a 25	Acolhimento institucional	R$ 65.055,00
Governo estadual	Assistência social	Acolhimento institucional	Crianças e adolescentes	De 0 a 18 anos	De 20 a 25	Acolhimento institucional	R$ 28.200,00
			Valor total:				**R$ 631.122,00**

6
Discutindo alguns analisadores potenciais nos documentos das entidades assistenciais do município

"A garantia de direitos sociais só pode ser feita pelo Estado de direito, através das políticas voltadas para as necessidades básicas de saúde, educação, lazer, cultura, meio ambiente, rendas mínimas, com medidas 'desmercadorizadas', pois o mercado provoca deteriorização das condições de vida acentuando a desigualdade e reduzindo a equidade." (Faleiros, 1996, p.18)

Por meio da pesquisa bibliográfica, encontramos diversos trabalhos acadêmicos produzidos por autores que também investigaram algumas das entidades assistenciais do município pesquisado, contendo outras informações importantes sobre elas, o que permitiu conhecer detalhes sobre seu modo de funcionamento e o público atendido: Constantino (2000) tratou da entidade assistencial que funcionou como orfanato para meninos e Lemos (2007) e Silva (2008) estudaram o CT. O primeiro estudo articulou o tema do atendimento assistencial de crianças e adolescentes com a norma e a lei com base em uma perspectiva foucaultiana, e o segundo discutiu esse operador da PNCA de modo quantitativo e qualitativo crítico. Santos (2008) analisou alguns aspectos da execução das MSE de LA

e PSC por parte de uma entidade privada espírita; Moreira (2009) estudou os adolescentes que frequentavam o projeto Adolescente Aprendiz, que é desenvolvido por uma entidade privada organizada por um clube de serviço; Bianchi (2011) caracterizou as três entidades assistenciais que atendem crianças, adolescentes e jovens com deficiências; Perez (2011) analisou as representações sociais que os educadores de uma entidade assistencial privada de filantropia empresarial possuíam quanto aos adolescentes que frequentavam suas atividades institucionais desenvolvidas na área ambiental; Xavier et al. (2011, 2012) apresentaram a Rede Ciranda e caracterizaram as entidades assistenciais da cidade, além de incluírem contribuições acadêmicas diversas. Zanetti (2012) estudou uma entidade assistencial da área da cultura e como as práticas artísticas poderiam funcionar como um princípio de governo das condutas humanas, e Nóbile (2016) incluiu a Casa de Acolhida Municipal no seu campo de análise.

Há também uma bibliografia que não se refere diretamente às entidades do município, mas na qual se discutem problemas que fazem parte do plano de análise desta investigação, composto pela PNCA e Pnas. Encontramos os valiosos trabalhos de Zaluar (1991, 1994) que consistem em análise de projetos sociais públicos e privados desenvolvidos na década de 1980. Nesse trabalhos, já podemos verificar um conjunto de dilemas que ainda persistem no atendimento assistencial para crianças e adolescentes pobres. A pesquisa de Silva (2012) permite pensar criticamente o trabalho educativo empreendido pelas creches, e a realizada por Mollo (2013) analisa o trabalho socioassistencial realizado com crianças e adolescentes no município de Campinas, em São Paulo. Alves (2002) estudou a história da AS dispensada aos pobres em Londrina, no Paraná, no período compreendido entre 1940 e 1980, e identificou as primeiras entidades assistenciais destinadas a atender às diferentes manifestações da pobreza naquele município, tanto as religiosas quanto as filantrópicas, e também aquelas ligadas aos clubes de serviço. Gimenez Garcia (2013) analisou a questão jurídica e social desde a perspectiva do terceiro setor, investigando as associações sem fins

lucrativos e os clubes de serviços na cidade de Franca, em São Paulo. Conhecer tais trabalhos e investigações representa a possibilidade de se apropriar da memória histórica e da caracterização crítica das diversas modalidades e formas que as práticas assistenciais institucionais foram assumindo em dados contextos. Isso permite uma ampliação do horizonte teórico, técnico, político e ético do trabalhador social que estiver interessado na discussão das possibilidades e dos limites da PNCA na sua interface com a Pnas na atualidade.

Síntese sobre as características das entidades assistenciais do município pesquisado

Pelo que podemos deduzir a partir dos documentos presentes nos arquivos do CMDCA, as *entidades assistenciais privadas* sem fins lucrativos do município foram criadas em diferentes épocas e pelas mais diversas razões. Os documentos revelam que o conjunto dessas entidades assistenciais foi fundado a partir de motivações predominantemente religiosas e/ou humanitárias de determinados grupos sociais, tal como se pode verificar normalmente na história das práticas assistenciais desenvolvidas ao longo do tempo, na realidade brasileira mais ampla.

As *entidades assistenciais privadas* sem fins lucrativos cujos documentos encontramos nos arquivos do CMDCA totalizaram 19 e foram fundadas por grupos de pessoas que pertencem às religiões católica (seis), espírita (três) e evangélica (três); aos clubes de serviços (Rotary, Lions, Maçonaria) (duas); ao empresariado filantrópico (duas); à área da educação (uma) e à área cultural (duas).

As *entidades assistenciais públicas* eram seis: Cras (quatro), Creas (um), Casa de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes (uma). A Casa de Acolhimento Institucional foi criada conforme as prescrições legais do ECA (Brasil, 1990). Tais estabelecimentos assistenciais públicos foram sendo criados após a institucionalização do Suas, quando da formalização dos vínculos do município com o governo federal, quanto ao "Plano de Ação para o Cofinanciamento

do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social", para operar no nível da gestão básica da política nacional de AS.

Apresentaremos uma série de quadros que foram produzidos pelo autor a partir dos dados da pesquisa. Quatro entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos cujos documentos constam nos arquivos estavam sem certificação do CMDCA no ano de 2018, por razões várias, sobretudo por suas dificuldades em se enquadrar nas exigências normativas do CMDCA (Anexo 2) visando obtê-la e assim regularizar sua situação, conforme consta na Quadro 5.

Quadro 5 – Entidades não certificadas pelo CMDCA

12. Entidade assistencial privada evangélica Projeto: Atividades socioeducativas (documentação desatualizada)
15. Entidade assistencial privada evangélica Projeto: Ensino de dança clássica (documentação desatualizada)
16. Entidade assistencial privada de cultura – Oscip Projeto: Ações culturais e artísticas (documentação desatualizada)
19. Entidade assistencial privada católica (não mais certificada desde 2014, documentação desatualizada)

Essas quatro entidades não desenvolviam atividades continuadas e permanentes com crianças e adolescentes, mas apenas atividades pontuais e esporádicas. Isso caracteriza um impedimento para sua certificação, de acordo com as normativas legais vigentes.

De modo geral, de acordo com os documentos, depreende-se que o conjunto composto por essas 25 entidades surgiu para "ajudar os pobres", "para oferecer apoio social para as pessoas carentes", "para fazer o bem aos necessitados", "para prevenir a criminalidade e a delinquência dos menores", "para ajudar a arrumar o primeiro emprego", "para formar cidadãos de bem e úteis para a sociedade", como se costuma enunciar nesse meio institucional.

A maioria das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, quanto ao regime de atendimento previsto no artigo 90 do ECA, pode ser considerada como oferecendo "I – orientação e apoio sociofamiliar; II – apoio socioeducativo em meio aberto" no nível da PSB. Há um estabelecimento assistencial privado, de orientação

espírita, que, além desses atendimentos, também executa as MSE em meio aberto de LA e PSC, oferecendo, portanto, de acordo com o mesmo artigo do ECA, "V – liberdade assistida; V – prestação de serviços à comunidade". A Casa de Acolhimento Institucional, entidade assistencial pública vinculada à Smas, enquadra-se no regime de atendimento que oferece acolhimento institucional para crianças e adolescentes, no nível da proteção social de alta complexidade do Suas, por meio do Creas.

A ausência de entidades assistenciais criadas e mantidas diretamente pelo poder público municipal, que atendam crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo-lhes proteção social e proteção integral também por meio de atividades socioeducativas, é um dado eloquente que revela o pouco interesse que as autoridades públicas possuem quanto ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente na área da PNCA e da Pnas. Nesse contexto, verifica-se um importante e histórico movimento de terceirização da responsabilidade do poder público para as entidades privadas sem fins lucrativos, que recebem financiamentos insuficientes para realizar seu trabalho, o que incide diretamente na qualidade da atenção oferecida, bem como na sua orientação teórico-técnica e ético-política.

Alguns analisadores potenciais emergentes

Uma leitura global e panorâmica dos projetos das entidades assistenciais, tanto das privadas quanto das públicas, permitiu-nos detectar uma série de analisadores potenciais que passaremos a discutir e a problematizar, mas não vamos nos estender do mesmo modo quanto ao desenvolvimento crítico com relação a cada um deles. Sem a pretensão de sermos exaustivos, também citaremos vários e importantes trabalhos analíticos que estão disponíveis na literatura e que poderiam ser úteis para elucidar muitos aspectos e matizes dos analisadores destacados.

Trata-se de uma literatura que está dispersa, é especializada e, muito provavelmente, seria desconhecida pelos trabalhadores

sociais do município investigado. Se parte dessas diversas referências já são antigas, também são clássicas, o que indica seu valor e sua relevância atuais. Nosso esforço de levantar a literatura e organizar uma pequena coleção com tais referências poderá representar um serviço útil, caso haja interesse por parte dos trabalhadores em compulsar tais publicações, de forma que possam problematizar sua práxis de modo implicado. Conhecê-las e discuti-las é necessário para elevar criticamente o nível das práticas de atenção assistencial que são disponibilizadas pelas entidades para outros patamares éticos mais alinhados com a perspectiva da cidadania.

Dada a complexidade dos problemas sociais enfrentados, sua abordagem pelos trabalhadores sociais não poderia ser simplista, nem amadora. Certamente, isso inclui o dinheiro público necessário, sem o qual pouco se pode fazer. Além da literatura crítica sobre temas emergentes diversos, algumas vezes também apresentamos uma bibliografia que consideramos boa para a crítica, pois, no campo acadêmico, também existe toda uma literatura que pode dar caução a perspectivas mais conservadoras e tradicionais, quando não, francamente reacionárias, ainda presentes no campo, que também precisam ser debatidas e criticadas. Trata-se de um esforço necessário para qualificar a práxis, problematizando tanto a encomenda/mandato social quanto a demanda/pulsações instituintes que são feitas aos trabalhadores.

Atravessamentos institucionais diversos das entidades assistenciais com as políticas públicas

Notamos que as entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes no âmbito da PNCA possuem diversas e diferentes interfaces com as políticas públicas de AS, de saúde, de educação e de cultura. Organizamos alguns quadros para apresentar uma classificação das entidades assistenciais cadastradas no CMDCA, buscando explicitar seus atravessamentos múltiplos.

Quadro 6 – Estabelecimentos assistenciais que desenvolvem atividades socioeducativas no contraturno escolar (AS – Cras, SCFV)

6. Entidade assistencial privada católica Projeto: Desenvolvimento de atividades socioeducativas e SCFV para crianças e adolescentes
7. Entidade assistencial privada espírita Projetos: Execução de MSE: LA e PSC; SCFV, assistência familiar.
11. Entidade assistencial privada católica Projeto Renovar para crianças e adolescentes – SCFV
12. Entidade assistencial privada evangélica Projeto: Atividades socioeducativas – SCFV

Quadro 7 – Estabelecimentos assistenciais que funcionam como creche (educação infantil) e como SCFV (AS)

9. Entidade assistencial privada católica de educação infantil Projetos: Educação infantil (creche); SCFV
10. Entidade assistencial privada católica de educação infantil Projetos: Educação infantil (creche); SCFV

Quadro 8 – Estabelecimentos assistenciais que funcionam como SCFV (AS)

1. Centro de Referência da Assistência Social (Cras I) SCFV
4. Centro de Referência da Assistência Social (Cras IV) SCFV

Quadro 9 – Entidades que atendem crianças e adolescentes com deficiência (saúde, educação e AS)

1. Entidade assistencial privada espírita para crianças e adolescentes deficientes Projeto: Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente
2. Entidade assistencial privada católica para deficientes visuais Projeto: Apoio social para deficientes visuais, serviço de proteção especial para pessoas com deficiências, idosos e suas famílias
3. Entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube) para pessoas excepcionais Projeto: Serviço de proteção especial para pessoas com deficiência e suas famílias; educação especial para pessoas com deficiência
8. Entidade assistencial privada espírita Projeto: Habilitação, reabilitação e inclusão social

Quadro 10 – Entidades que atendem adolescentes visando à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho (educação, aprendizagem profissional e AS)

11. Entidade assistencial privada católica
Projeto Renovar para crianças e adolescentes

13. Entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube)
Projetos: Formação profissional e inserção de adolescentes aprendizes no mercado de trabalho; SCFV

17. Centro Integrado Empresa Escola (CIEE) – entidade assistencial de filantropia empresarial
Projeto: Aprendiz Legal (formação profissional e inserção no mercado de trabalho)

18. Entidade assistencial privada evangélica
Projeto: Programa Educando para a vida – setor bancário e administrativo (orientação e formação para o mercado de trabalho)

Quadro 11 – Entidades que atendem adolescentes visando à educação ambiental (educação, AS)

5. Entidade assistencial privada de filantropia empresarial
Projeto: Reflorestamento e educação ambiental para crianças e adolescentes

Quadro 12 – Entidades que atendem crianças e adolescentes talentosos (educação, AS)

4. Entidade assistencial educacional (SME) para o desenvolvimento de dotação e talento
Projeto: Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes

Quadro 13 – Entidades que atendem adolescentes visando à dimensão cultural e ao lazer (AS)

14. Associação Amigos do Projeto Guri – Organização Social de Cultura (OSC) – filantropia empresarial
Projeto Guri: Aprendizagem coletiva de música – cursos de educação musical

15. Entidade assistencial privada evangélica
Projeto: Ensino de dança clássica

16. Entidade assistencial privada de cultura – Oscip
Projeto: Ações culturais e artísticas

Quadro 14 – Entidades que atendem a crianças e adolescentes que oferecem abrigo (AS, Creas)

2. Casa de Acolhida Municipal – entidade assistencial pública – Smas Projeto: Acolhimento institucional para crianças e adolescentes (proteção social de alta complexidade)

Quadro 15 – Estabelecimentos assistenciais que desenvolvem atividades de MSE de LA e de PSC (AS, Creas)

7. Entidade assistencial privada espírita Projetos: Execução de MSE: LA e PSC; SCFV, assistência familiar

Os aspectos físicos, os funcionários e a clientela atendida

Há muitas décadas, fundou-se no município um conjunto de entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos, e algumas delas foram instituídas ainda na metade do século XX. As entidades mais antigas possuem instalações físicas consolidadas, que foram construídas ao longo de décadas de trabalho e por meio de esforços dos seus mantenedores, dirigentes e associados, que realizaram investimentos cumulativos. Elas possuem prédios amplos, equipados com salas de administração, salões e salas diversos para a realização de suas atividades, tais como refeitório, cozinha, banheiros, equipamentos de lazer etc. São entidades assistenciais clássicas sediadas em estabelecimentos e seus equipamentos.

Quanto aos funcionários, isso costuma variar muito de uma entidade para outra, mas consiste normalmente num problema bastante delicado: para poder contratar e pagar trabalhadores, é preciso possuir dinheiro em caixa de modo contínuo e permanente. E isso é uma dificuldade constante para as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos: como obter financiamento perene e suficiente para realizar seu trabalho de atendimento às crianças e aos adolescentes? Os funcionários que estão presentes e trabalhando nas entidades assistenciais são aqueles que elas conseguem remunerar com seus

parcos recursos. Quanto maior a fragilidade financeira da entidade, mais dificuldades ela tem em contratar formalmente funcionários pelo regime da CLT, dependendo de trabalhadores autônomos, na figura do MEI[1] (Brasil, 2013b) e de voluntários[2] para a execução das atividades. Nas entidades, há funcionários celetistas, há também os profissionais autônomos (MEI), os estagiários remunerados e os voluntários. Presenciamos o fechamento de entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos que não dispunham de recursos financeiros para permanecer funcionando e atendendo crianças e adolescentes.

---

1 Sobre o MEI, ver a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 140, de 22 de maio de 2018 (publicada no *Diário Oficial da União* de 24 de maio 2018, seção 1, página 20), que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Ver também Brasil (2013b) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empesas – Sebrae (s.d.). Por um lado, se o discurso oficial propõe que o MEI permite a formalização e a proteção do trabalhador individual, por outro, também podemos verificar que essa legislação promove um efeito de precarização das condições de trabalho. Pensamos que se trata da legalização de um processo de "uberização" da vida social e do trabalhador, na figura do MEI, pois ele fica sem vínculo empregatício, destituído de direitos trabalhistas e desprotegido. O fenômeno da "pejotização" também permite que uma empresa contrate indivíduos com empresas abertas em seu nome, fraudando a legislação trabalhista e contratando PJ individuais para a execução de serviços como empregados regulares, em vez de contratar PF como prevê a CLT. Trata-se de um processo de recrudescimento da exploração do trabalhador, institucionalizando sua superexploração.

2 Há uma interessante literatura crítica sobre o tema polêmico do voluntariado (Telles, 1994; Brasil, 1998; Landim; Scalon, 2000; Paiva, 2000; Mestriner, 2001; Holanda, 2003; Beghin, 2005; Zapata, 2005; Fagundes, 2006; Cunha, 2007; Caldana; Figueiredo, 2008; Seron, 2008; Hybels, 2005; Souza; Pereira, 2012; Kawata, 2015; Queiroz, 2019). Conforme o caso, podemos denominar tais ações de "volunotariado". Consideramos "volunotários" aqueles que se prestam a ser "inocentes úteis" operosos e prestativos, alienados e tarefeiros, acríticos e despolitizados, que se ocupam, com altruísmo e alegria, das lacunas deixadas pelo poder público da União, do estado e do município na concretização, com qualidade sofrível, das políticas públicas sociais. Um bom exemplo desse voluntariado ingênuo pode ser encontrado no projeto "Amigos da Escola", disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Amigos_da_Escola. Acesso em: 12 out. 2018.

O tipo de funcionário que compõe os quadros das entidades assistenciais também é bastante diversificado, dependendo dos objetivos do estabelecimento institucional. Podem ser profissionais graduados e especialistas, sobretudo naquelas entidades que atendem indivíduos com deficiências variadas; podem ter menos qualificação em outras que atendem crianças no contraturno escolar, que se dedicam ao oferecimento de diversas modalidades de atividades socioeducativas no nível da PSB do Suas, particularmente nas que oferecem SCFV. Por exemplo, há entidades que possuem assistentes sociais, psicólogos e pedagogos que são trabalhadores graduados, mas também há oficineiros em geral, educadores sociais e monitores que possuem apenas o ensino médio.[3]

Normalmente, supõe-se que, nessas entidades, os trabalhadores com algum tipo de graduação teriam recebido qualificação adequada para sua atuação, oferecida pela faculdade ou universidade na qual se formaram. Algumas poucas entidades assistenciais mais consolidadas parecem oferecer algum tipo de formação para seus funcionários, realizando reuniões de formação ou promovendo palestras de capacitação. As reuniões regulares de equipe parecem raras, pois

3 Sobre os trabalhadores sociais que atuam em estabelecimentos assistenciais, Benelli (2020a), a partir de uma pesquisa da literatura, bem como de sua presença, observação, escuta e participação ativa no campo socioassistencial, foi elaborando algumas hipóteses sobre a implicação do trabalhador social com suas próprias ações e práticas nessa área. Tais hipóteses poderiam ser nomeadas como sendo as seguintes: 1. da ignorância; 2. da consciência disciplinar; 3. da razão cínica; e 4. da responsabilidade ética singular. Procurando esboçar alguns diferentes quadros paradigmáticos e caracterizando essas diversas figuras do trabalhador social no campo socioassistencial, Benelli (2020a) considera que 1. haveria os que não sabem o que fazem; 2. haveria outros que sabem, mas não calculam os efeitos das suas práticas; 3. haveria também outros que sabem o que fazem, conhecem bem os efeitos de suas ações e mesmo assim – e talvez por isso mesmo – o fazem de modo decidido; e, finalmente, 4. haveria outros – em bem menor quantidade – que têm clareza sobre as possibilidades de sua atuação e sobre o que não podem fazer, conhecendo os limites de sua ação: sabem que não podem tomar o outro como objeto, fazer para ele e por ele, e, sobretudo, saber por ele. Possivelmente tais análises também sejam pertinentes quanto à caracterização dos trabalhadores sociais das entidades assistenciais do município pesquisado.

devem ser realizadas no horário de trabalho, e, muitas vezes, não há como atender ao público e reunir-se para estudar, formar-se, discutir os problemas ou avaliar o trabalho que está sendo realizado. Quando uma entidade determinada e seu modo de funcionamento têm menos estrutura, é mais comum que os trabalhadores, ao ingressarem, pareçam ter que aprender o que devem fazer em serviço por meio de muitas tentativas de erro e acerto, em meio à improvisação e precariedade.

As entidades localizadas na PSE de média e alta complexidades precisariam de profissionais especializados para o atendimento dos usuários, como é o caso das que se dedicam a atender crianças e adolescentes com deficiências variadas. A Casa de Acolhimento Institucional também demandaria pessoal com alto nível de especialização, devido à situação dos sujeitos atendidos. Mas isso nem sempre se verifica, dadas as limitações orçamentárias dos estabelecimentos assistenciais e da própria prefeitura quanto às suas escolhas políticas e decisões institucionais. É clássica a resistência do poder público em custear um atendimento assistencial de qualidade para crianças e adolescentes pobres, ainda que tenhamos que considerar que o caso daquelas que apresentam deficiências severas costuma sensibilizar mais as autoridades e a sociedade em geral. A simples pobreza de crianças "normais" – sem maiores problemas aparentes de ordem física, neurológica ou psíquica – parece socialmente mais suportável.

Por meio de nossa presença longitudinal no campo, notamos que há certa oscilação quanto ao quadro de funcionários, que aumenta ou diminui sensivelmente num dado estabelecimento assistencial, por razões financeiras conjunturais. Quando a entidade não dispõe de recursos financeiros, simplesmente costuma demitir funcionários, passando a procurar pela colaboração de voluntários que nem sempre possuem maior qualificação para o trabalho de atenção socioassistencial. Esse fenômeno é um indicador de que ainda não podemos considerar que o atendimento assistencial a crianças e adolescentes pobres nesse município seja efetivamente considerado como um direito dos cidadãos e um dever do Estado, como propõe a

política oficial. No plano prático, estamos, em geral, aquém do nível da proteção integral e da proteção social, tal como formalizado no plano jurídico nacional.

O financiamento público das entidades assistenciais no município

A dificuldade financeira das entidades assistenciais é crônica, e não há dotação orçamentária pública, perene e suficiente, que garanta a permanência do atendimento institucional, sua melhoria e seu aprimoramento. Elas atendem, no contraturno escolar, crianças e adolescentes, no nível da PSB, por meio dos projetos assistenciais que são desenvolvidos por entidades privadas sem fins lucrativos e do SCFV, executado também em algumas unidades do Cras. Elas prestam ainda um serviço e uma atenção socioassistencial relevante para crianças e adolescentes com deficiências intelectuais severas: ofertam atividades de lazer, de formação humana, de educação pré-profissionalizante, de saúde, de habilitação e reabilitação, apoiando e orientando também suas famílias. Também ofertam o serviço de MSE em meio aberto de LA e PSC para adolescentes que cometeram ato infracional.

Apesar de haver uma PNCA instituída no país, o que se pode observar nesse município é que, sobretudo, dado que o financiamento – quando existe – está no limite da precariedade, o atendimento assistencial ainda permanece mais num plano simbólico, pois na prática se revela focalizado, pontual, fragmentário e insuficiente. Parece difícil considerar que há uma política pública para crianças e adolescentes institucionalizada no município, pois cada entidade faz o que pode e como pode. As entidades, apesar de buscarem fazer seu trabalho da melhor maneira possível, ainda não questionaram criticamente nem subsumiram completamente suas práticas tradicionais, nem parecem estar buscando sua superação por meio da implementação de práticas cidadãs democráticas e politizadas. O CMDCA também não é capaz de se articular para coordenar e

auxiliar na organização sistemática do atendimento assistencial para crianças e adolescentes no município, pautada nas perspectivas da proteção social e da proteção integral. Entre os conselheiros do CMDCA, predominam as perspectivas assistenciais tradicionais e conservadoras.

Por meio da investigação realizada nos documentos das entidades depositados nos arquivos do CMDCA, foi possível encontrar algumas informações sobre seu financiamento. Verificamos que as entidades privadas sem fins lucrativos e as públicas recebem – mas nem todas e nem sempre – algum tipo de financiamento dos governos federal, estadual e também municipal, para sua manutenção e funcionamento, mas essas verbas públicas não são suficientes para cobrir todos os gastos anuais. Praticamente, todas as entidades privadas sem fins lucrativos costumam promover eventos beneficentes para angariar fundos. As entidades que estão habilitadas para tanto também contam com algum dinheiro que pode ser obtido no Fundo do CMDCA, mas os valores disponibilizados costumam ser baixos. Também buscam financiamento nas empresas privadas que disponibilizam editais para a concessão de recursos financeiros, na perspectiva da "responsabilidade social empresarial".

Nossa hipótese é de que a fonte ou origem do financiamento, seja pública ou privada, parece ter uma forte influência na orientação teórica, técnica, ética e política do trabalho social realizado pelas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos no município.

Em nossas investigações sobre o tema, encontramos no *site* da prefeitura as seguintes notícias:

> **Prefeito garante reajuste para entidades assistenciais**
> 14/08/2017 – 14:56 | Atualizado em 14/08/2017 – 15:42
>
> Há dez anos sem ser reajustado o repasse que a Prefeitura faz a entidades sociais, na manhã desta sexta-feira, 11, chegou a boa notícia de que o convênio sofrerá reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) de agosto e os repasses serão antecipados para janeiro de 2018.

> Os contratos de assinaturas de convênios e repasses às entidades sempre foram feitos nos meses de março ou abril, e, nos primeiros meses do ano, gestores de entidades encontravam sérios problemas para se manterem. A notícia foi dada pelo prefeito J. F. em reunião realizada com os conselheiros do Conselho Municipal da Assistência Social, nesta sexta-feira, no Paço Municipal, em que também participaram o vice-prefeito M. V., o vereador V. D., o secretário da Fazenda P. S., além de outros servidores. "Nós vamos reajustar, depois de 10 anos, os repasses às entidades de acordo com a inflação e ainda vamos antecipar o repasse para o mês de janeiro porque entendo que as entidades prestam um grande serviço à nossa população mais carente e, como os repasses são mensais, elas não podem esperar até março ou abril para receberem os recursos, porque senão ficam desfalcadas nos primeiros meses do ano", considera o prefeito. Durante dez anos, os repasses foram de R$ 840 mil destinados a oito entidades assistenciais, vinculadas à Assistência Social.

Por meio dessa notícia, fomos informados de que, no ano de 2017, as entidades assinaram convênios e receberam repasses entre os meses de março ou abril de cada ano. Os valores dos convênios estavam congelados por dez anos e teriam sido reajustados de acordo com a inflação e antecipados. Teria sido transferido o valor de R$ 840 mil para oito entidades de AS, nos dez anos anteriores, mas não esclarece todo um conjunto de questões:

- De onde veio esse dinheiro?
- Dos governos federal e estadual?
- Uma parte era do governo municipal?
- O montante era todo do orçamento do próprio do município?
- Quais eram as entidades que iriam receber parte desse dinheiro?
- Por que e como elas conseguiram esses convênios?
- Quanto dinheiro cada uma delas iria receber?
- Isso seria suficiente para desenvolverem seu trabalho assistencial?

Vejamos outra notícia:

Prefeitura repassa mais de R$ 3 milhões a entidades assistenciais

30/01/2018 – 16:52 | Atualizado em 30/01/2018 – 16:55

Na manhã desta terça-feira, 30, o prefeito J. F. recebeu representantes de entidades assistenciais da cidade para assinatura do Termo de Colaboração que institui o repasse financeiro anual, conforme estipula a Lei Federal 13.019 de 2014 e Decreto nº 7.459 de 12 de janeiro 2018. Foram repassados para a Entidade assistencial privada de Clubes de Serviço (Rotary Clube) para pessoas excepcionais R$ 204.000,00, Entidade assistencial privada espírita R$ 329.000,00, Entidade assistencial privada espírita para crianças e adolescentes deficientes R$ 354.000,00, Entidade assistencial privada católica de educação infantil R$ 1.406.500,00 e Entidade assistencial privada católica de educação infantil R$ 1.113.358,23. Diferente dos últimos anos em que o repasse acontecia em meados de março e abril, pela 1ª vez, o prefeito consegue antecipar o repasse da verba logo no início do ano para as entidades beneficiadas. "Sabemos da importância desse dinheiro para as entidades e desde o ano passado planejamos todo o processo para que esse repasse em 2018 acontecesse já no primeiro mês do ano", lembra J. F. Segundo o prefeito, "com o dinheiro em caixa ainda em janeiro, as entidades poderão se programar com mais precisão nas ações desenvolvidas durante o ano junto à comunidade assisense", destacou.

Essa segunda notícia, datada do ano de 2018, informa o nome de cinco entidades assistenciais e os valores repassados. Mas também não esclarece sobre a origem do dinheiro etc. Há ainda uma terceira notícia:

Prefeitura repassa R$ 136 mil a entidades assistenciais

16/02/2018 – 16:00 | Atualizado em 16/02/2018 – 16:03

O prefeito J. F. e o vice M. V. recepcionaram na manhã desta quinta-feira, 15, representantes das entidades assistenciais da cidade

> para assinatura do Termo de Colaboração que prevê o repasse municipal e financeiro aos respectivos órgãos beneficiados. Na ocasião foram repassados R$ 136 mil, referentes aos meses de janeiro e fevereiro, de R$ 819.813,31 previstos para o ano de 2018. O benefício é repassado mensalmente e segue até o mês de dezembro do ocorrente ano, quando em janeiro do próximo ano as entidades realizam a prestação de contas à municipalidade. A secretária Municipal de Assistência Social, N. B., destacou o excelente trabalho desempenhado por cada entidade e enalteceu o esforço do prefeito e vice para que a 1ª parcela do recurso municipal fosse liberada já no início do ano e a 2ª parcela ainda dentro do mês vigente. "Com o repasse logo no início do ano as entidades podem programar o cronograma anual de atividades com mais segurança e tranquilidade", destacou. O vice-prefeito M. V. elencou que as atividades desenvolvidas por cada órgão são de grande relevância ao Município, pois o atendimento prestado à população é de fundamental importância. O prefeito J. F. agradeceu a cada representante o apoio e todo comprometimento que os órgãos envolvidos têm com a cidade. "Atender nossos munícipes com a qualidade que eles merecem está em nosso papel como gestores da cidade, e garantir que as entidades tenham ferramentas para prestarem esse auxílio é necessário e fundamental o repasse de recursos financeiros. São parcerias como estas que fortalecem e solidificam a qualidade do atendimento oferecido aos nossos cidadãos", declarou o prefeito. O secretário Municipal da Fazenda, P. S., acompanhou o repasse financeiro aos órgãos envolvidos. As entidades beneficiadas foram Entidade assistencial privada católica de educação infantil, Asilo católico, Entidade assistencial privada de Clubes de Serviço (Rotary Clube) para pessoas excepcionais, Entidade assistencial privada espírita para crianças e adolescentes deficientes, Lar dos Velhos, Entidade assistencial católica para crianças e adolescentes, Entidade assistencial privada espírita.

A terceira notícia, também do ano de 2018, não apresenta detalhes que permitam compreender como funciona o financiamento público para as entidades de AS no município. Como esses

estabelecimentos assistenciais sobrevivem do ponto de vista financeiro? De onde vêm seus recursos? Como são utilizados? Estávamos interessados em investigar o tema do financiamento dessas entidades e procuramos obter sistematizar informações a respeito, mas isso se tornou uma questão complexa por muitas razões.

O CMDCA não parece ter maior interesse por esses dados, de um modo particular. Isso se revela, por exemplo, por meio dos documentos – aos quais tivemos acesso nos arquivos – que são solicitados aos dirigentes das associações para que as entidades obtenham sua inscrição/certificação ou renovação delas, pois dados financeiros são apresentados de modo geral, sem maior detalhamento (anexos 2 e 3). Não havia um formato padrão para que as entidades apresentassem essa informação, embora elas apresentem tipos variados de balanços financeiros, documentos que nem sempre são fáceis de decodificar.

Como há algumas entidades que têm sua sede fora do município, tendo apenas um polo de atuação local, elas costumam enviar somente informações financeiras globais, relativas à totalidade das receitas e despesas institucionais da organização como um todo. Não havia dados específicos sobre os custos exclusivos da unidade local. Buscamos obter informações mais específicas quanto ao financiamento desses polos locais.

Além disso, cada entidade solicita sua inscrição no CMDCA numa dada época, e seu registro precisa ser renovado somente a cada dois anos, com a apresentação de novos documentos. Portanto, como se pode deduzir, não é possível encontrar informações financeiras atualizadas sobre todas as diversas entidades nos arquivos de documentos, pois elas obedecem a esse calendário bianual cuja data é diferente para cada uma delas.

Há ainda o caso de algumas entidades que já estiveram inscritas e cadastradas no CMDCA e, por razões variadas, ou não procuram renovar e manter sua inscrição ou então seu modo de funcionamento não atende às exigências legais para tanto. Os estabelecimentos assistenciais públicos não costumam apresentar informações detalhadas sobre seu funcionamento e financiamento para o CMDCA, já que estão subordinados à Smas. Não é que elas omitam

intencionalmente informações, mas costumam apresentar apenas aquelas que lhes são solicitadas.

Por esses motivos, foi necessário elaborar uma tabela sobre as fontes financeiras das entidades assistenciais e solicitar que seus responsáveis a preenchessem fornecendo dados sobre 2017, ano cujas contas já estavam encerradas. Com a Comissão de Análise de Documentos do CMDCA, formulamos um ofício com uma tabela anexa, que foi enviado por *e-mail* para as entidades assistenciais, solicitando que fornecessem informações mais completas sobre suas fontes financeiras relativas ao ano de 2017.

Como muitas não respondiam, foi necessário fazer contato telefônico com diversas delas, pedindo que preenchessem e devolvessem a tabela com as informações financeiras. Com um pouco de persistência e também de paciência, foi possível obter as informações buscadas sobre a maioria das entidades assistenciais. Como cada entidade possui suas particularidades, e diversas delas atendem pessoas de todas as idades, não apenas crianças e adolescentes, a questão do número de atendidos totais, em certos casos, inclui também tais sujeitos. Isso dificulta, por exemplo, fazer uma análise de custos por cada indivíduo (criança e adolescente) atendido.

Verificamos que os técnicos de algumas entidades não distinguiam com clareza a origem dos recursos financeiros que recebiam. Por exemplo, notamos em alguns casos que, quando os recursos vinham do governo federal – sobretudo aqueles oriundos da área da educação – para os cofres da prefeitura, como era ela quem repassava tais valores para a entidade, havia a tendência de considerar esse dinheiro como pertencendo ao governo municipal. Quando perguntávamos se, caso o governo federal não transferisse esse montante para a administração municipal, a entidade receberia o mesmo valor, que seria então retirado dos recursos próprios do tesouro municipal, a resposta era não. Então ficava claro que a origem do dinheiro era federal ou estadual, conforme o caso, e não propriamente municipal.

No ano de 2017, o "Plano de Ação para o Cofinanciamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social" e do

governo estadual com a prefeitura previa os seguintes recursos financeiros para a área da AS no ano de 2018:

Tabela 20 – Recursos financeiros para a AS municipal no ano de 2018

Total previsto a ser repassado pelo Fnas – governo federal (anual)	R$ 1.141,009, 05
Recursos próprios do município a serem alocados no fundo – governo municipal (anual)	R$ 6.386.013,77
Recursos a serem transferidos do Feas – governo estadual (anual)	R$ 669.220,66
Total de recursos do fundo municipal para o exercício de 2018	R$ 8.196.243,68

Embora tais dados sejam relativos ao ano de 2018 e não ao ano de 2017, eles nos permitem ter uma noção dos valores investidos pelas diferentes instâncias estatais na área da AS, incluindo a também a execução do atendimento para crianças e adolescentes. Trata-se de montantes que não costumavam variar muito de um ano para o outro.

Por meio das informações disponibilizadas pelas entidades inscritas e certificadas pelo CMDCA, verificamos que havia cofinanciamento por parte dos governos federal, estadual e municipal para uma parte do conjunto de entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes no município. Mas nem todas possuíam algum de tipo de cofinanciamento público. Muitas buscavam obter financiamento estabelecendo parcerias com empresas e também buscavam doadores individuais que ajudassem a custear suas iniciativas institucionais. Elas também mantinham estratégias tradicionais de captação de recursos por meio da realização de bingos, rifas, bazares, desfile de moda, leilão, festas, almoços e jantares beneficentes.

Quanto ao financiamento, algumas entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos do município, dada a especificidade do público atendido, possuíam convênios com os governos federal, estadual e municipal, recebendo verbas públicas das áreas da educação, da cultura e também da AS. Mesmo as entidades que possuíam convênios e verbas governamentais supostamente perenes não deixavam de empregar diversas estratégias bastante tradicionais

para "angariar fundos" – como se costuma dizer no jargão assistencialista – e promoviam atividades beneficentes diversas.

Também é preciso considerar que a prestação de contas quanto ao dinheiro público vindo de fundos governamentais ou do próprio CMDCA é uma tarefa extremamente complexa de ser realizada pelas equipes técnicas das entidades assistenciais.[4] Elas precisam da assessoria de profissionais com experiência no manejo de aspectos contábeis e fiscais, além de conhecimento sobre as normas da legislação em vigor. Algum tipo de orientação e assessoria também pode ser buscado com os técnicos especialistas da prefeitura. Mas é fato que, para sua sobrevivência, as entidades assistenciais privadas contam necessariamente com a solidariedade da população do município, por meio de doações e de trabalho voluntário.

Há ainda algumas entidades assistenciais que, embora funcionem no município por meio de um polo avançado ou mesmo de uma sala de atendimento, não possuem sede própria na localidade. Sua sede se encontra em outro município da região ou do estado de São Paulo. Essas entidades assistenciais conseguem obter inscrição ou registro no CMDCA para fins de regularizar sua situação e seu funcionamento institucional, mas não são consideradas aptas para receber verbas do município, oriundas do Fundo Municipal de Assistência Social, nem do Fundo do CMDCA (Anexo 4). Encontramos três entidades nessa situação, que são as seguintes: Centro

4 Sobre isso, ver as exigências e normas da Lei nº 13.019/2014 (Brasil, 2014b) que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Sobre o Mrosc, ver Brasil (2014a) e Lopes, Santos e Brochardt (2016). É interessante notar que a legislação sobre o financiamento induz a que as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos se identifiquem com a nomenclatura de OSC, reconhecendo-se no âmbito do terceiro setor, mais do que no campo das políticas públicas da PNCA/SGDCA ou da Pnas/Suas, com os quais estabelecem vínculos de parcerias.

Integrado Empresa Escola (CIEE), Projeto Guri e Entidade assistencial privada evangélica de número 18.

A administração e gestão do Fundo do CMDCA representa um tema importante no funcionamento do próprio CMDCA e consome a maior parte do tempo de trabalho dos conselheiros, quando realizam suas reuniões mensais. Notamos que os frequentadores mais assíduos nas reuniões do conselho são representantes de entidades assistenciais que estão interessados em captar parte da verba do fundo para as entidades das quais participam. Eles ficam atentos aos valores depositados no fundo, via doação por meio do IR, e aos editais que são criados e publicados pelo CMDCA para disponibilizar tais recursos para as entidades assistenciais (Anexo 5). Não parece haver nada de irregular nisso, já que eles realmente atuam em entidades assistenciais da área da criança e do adolescente e desejam que esses estabelecimentos continuem funcionando. Já que não há muito dinheiro público disponível, é preciso procurá-lo onde há verbas, às quais possam ter acesso legítimo e por meios legais.

No ano de 2017, o Fundo do CMDCA teria captado, por meio do dispositivo de repasse de parte do valor do IR de PF e PJ, o valor de R$ 244.569,47, ao qual foi acrescido o saldo remanescente do ano anterior. Do total do valor que havia no Fundo do CMDCA, nesse ano foi repassado por meio de edital o valor de R$ 333.261,14 para as entidades assistenciais. No de 2018, o Fundo do CMDCA captou R$ 244.92,66 que foi somado ao saldo do ano anterior, e, do total em caixa, repassou-se para as entidades, por meio de edital, o valor de R$ 380.000,00. O CMDCA nunca deixa a conta do seu fundo zerada, reservando uma pequena quantia para eventualidades. Ele também emprega grande parcela de suas energias no desenvolvimento de campanhas pela doação do IR de PF e PJ para o fundo (Anexo 4).

É pouco comum investigar o tema do financiamento das entidades que funcionam no campo da PNCA e da Pnas e que estariam implementando o atendimento assistencial para crianças e adolescentes pobres. Falar sobre dinheiro nessa área ainda é praticamente um tabu. Mas o dinheiro é uma variável fundamental para a implantação e consolidação de uma política pública, pois, para tanto, é preciso

utilizar recursos financeiros públicos. Política pública se faz com recursos e não apenas com discursos.

A partir das informações financeiras obtidas sobre cada uma das entidades assistenciais, organizamos uma tabela que permite visualizar de modo global a situação do financiamento das entidades do município no ano de 2017. Nosso interesse consistiu em destacar os recursos públicos oriundos do governo municipal no qual estão sediadas essas entidades e aqueles vindos dos governos estadual e federal. Com relação aos diversos dados financeiros das tabelas individuais de cada entidade assistencial quanto ao financiamento do ano de 2017, a pretensão da Tabela 21 é exibir, sobretudo, o financiamento público que chegou até as entidades assistenciais.

Tabela 21 – Dados financeiros das entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes cadastradas no CMDCA – ano 2017

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
1	**Entidade assistencial privada espírita para crianças e adolescentes deficientes** Fundação: 3.10.1949 Modificação do projeto institucional: 1º12.1991 Projeto: Habilitação, reabilitação e inclusão social do deficiente	R$ 152.428,95 Outras receitas R$ 32.400,00 R$ 13.000,00	R$ 68.995,45	Feas R$ 16.335,00	MEC Fundeb R$ 344.000,00 MDS Fnas R$ 66.960,00	R$ 20.996, 56	112	R$ 715.115,96
2	**Entidade assistencial privada católica para deficientes visuais** Fundação: 3.11.2007 Projeto: Apoio social para deficientes visuais, Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias	R$ 20.057,83 Outras receitas R$ 293,32 R$ 1.408,09 R$ 300,00	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	10	R$ 72.059,24
3	**Entidade assistencial privada de clubes de Sserviço (Rotary Clube) para pessoas excepcionais** Fundação: 18.3.1969 Projeto: Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência e suas famílias; educação especial para pessoas com deficiência	R$ 505.963,33 Outras receitas R$ 27.000,00 R$ 7.200,00	SME R$ 232.433,28 Smas R$ 155.784,69	Seds R$ 54.436,80 SEE R$ 332.710,00	MDS Fnas R$ 66.330,00	R$ 7.024,50	53	R$ 1.388.882,60

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
4	**Entidade assistencial educacional (SME) para o desenvolvimento de dotação e talento** Fundação: 29.6.2011 Projeto: Desenvolvimento de dotação e talento para crianças e adolescentes	R$ 575,00 Outras receitas R$ 3.534,82 R$ 1.396,76	SME Valor do custeio não informado	Não informado	Não informado	R$ 26.171,18	264	R$ 31.677,76
5	**Entidade assistencial privada de filantropia empresarial** Fundação: 8.11.1993 Projeto Educação Ambiental: 1º5.1994 Projeto: Reflorestamento e educação ambiental para crianças e adolescentes	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 40.250,30	3.528	R$ 40.250,30
6	**Entidade assistencial privada católica** Fundação: 24.1.2001 Projeto: Desenvolvimento de atividades socioeducativas e SCFV para crianças e adolescentes	R$ 33.720,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 28.133,36	50	R$ 61.853,36
7	**Entidade assistencial privada espírita** Fundação: 25.12.1949 Projetos: Execução de MSE: LA e PSC; SCFV, assistência familiar	R$ 31.332,69 Outras receitas R$ 1.978,05	Smas R$ 247.500,00	Seds Feas R$ 134.400,00	MDS Fnas R$ 115.000,00	R$ 26.881,37 Condeca R$ 428.814,60	340	R$ 985.906,71

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
8	**Entidade assistencial privada espírita** Fundação: 2.6.1992 Projeto: Habilitação, reabilitação e inclusão social	R$ 19.690,00 Outras receitas R$ 19.800,00 R$ 18.000,00 R$ 15.000,00 R$ 12.000,00	Smas R$ 50.219,86	Seds Feas R$ 17.820,00	MDS Fnas R $66.960,00 MEC Fundeb R$ 320.000,00	R$ 26.431,37	264	R$ 565.921,23
9	**Entidade assistencial privada católica de educação infantil** Fundação: orfanato masculino: 15.5.1951 Modificação do projeto institucional: 1994 Projetos: Educação infantil (creche); SCFV	R$ 15.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	MEC Fundeb R$ 960.000,00	R$ 14.870,86	340	R$ 989.870,86
10	**Entidade assistencial privada católica de educação infantil** Fundação: 10.4.1962 – creche e orfanato feminino Modificação do projeto institucional: 1998 Projetos: Educação infantil; SCFV	R$ 60.000,00	Smas R$ 38.737,47	Seds R$ 43.200,00	MEC Fundeb R$ 1.087.000,00	R$ 25.981,37 R$ 10.359,00	337	R$ 1.265.277,84
11	**Entidade assistencial privada católica** Fundação: 7.7.1976 Projeto Renovar para crianças e adolescentes – SCFV	R$ 6.945,00 Obra Kolping R$ 52.764,84	Smas R$ 65.980,77	Seds R$ 47.000,60	MDS Feas R$ 88.804,66	R$ 6.390,00	132	R$ 267.885,87

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
12	**Entidade assistencial privada evangélica** Fundação: 12.7.2006 Projeto: Atividades socioeducativas	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado	Não informado
13	**Entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube)** Fundação: 25.8.1999 Projetos: Formação profissional e inserção de adolescentes aprendizes no mercado de trabalho; SCFV	R$ 325.400,16 Rotary Clube R$ 12.280,00 Outras receitas R$ 1.631,35	R$ 0,00	Seds R$ 58.889,46	MDS Feas R$ 36.000,00	R$ 31.575,06	1.135	R$ 465.776,03
14	**Associação Amigos do Projeto Guri** (AAPG) – Organização social de cultura (filantropia empresarial) Data de fundação: 25.3.1997, São Paulo Início das atividades no município: 1º2.2011 Projeto: Aprendizagem coletiva de música, cursos de educação musical	R$ 0,00	R$ 0,00	SEC R$ 206.971,92	R $0,00	R$ 0,00	193	R$ 206.971,92
15	**Entidade assistencial privada evangélica** Fundação: 8.10.2010 Projeto: Ensino de dança clássica	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado	Não informado

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
16	Entidade assistencial privada de cultura – (Oscip) Fundação: 2.12.2001 Projeto: Ações Culturais e Artísticas	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado	Não informado
17	**Centro de Integração Empresa Escola** (CIEE) (filantropia empresarial) 20.2.1964, São Paulo Início das atividades no município: 9.11.2012 Projeto: Programa Aprendiz Legal (formação profissional e inserção no mercado de trabalho)	Recursos de parcerias empresariais R$ 472.416,39	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	160	R$ 472.416,39
18	**Entidade assistencial privada evangélica** Fundação: 30.3.1992 Início das atividades no município: 8.8.2013 Projeto: Programa Educando para a Vida – setor bancário e administrativo (orientação e formação para o mercado de trabalho)	Recursos de parcerias empresariais R$ 170.940,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	05	R$ 170.940,00

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
19	**Centro de Referência da Assistência Social (Cras I)** (política pública – Suas) Fundação: 2005 Projeto: SCFV	Não informado	R$ 0,00	R$ 62.400,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 62.400,00
20	**Centro de Referência da Assistência Social (Cras II)** (política pública – Suas) Fundação: 2005 Projeto: SCFV	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado	Não informado
21	**Centro de Referência da Assistência Social (Cras III)** (política pública – Suas) Fundação: 2009 Projeto: SCFV	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado	Não informado
22	**Centro de Referência da Assistência Social (Cras IV)** (política pública – Suas) Fundação: 2016 Projeto: SCFV	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 92.640,00	R$ 0,00	200	R$ 92.640,00
23	**Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas)** (política pública – Suas) Fundação: 2009 Projetos: Acolhimento institucional; MSE	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado	Não informado

Nº	Entidade assistencial	Recursos próprios	Recursos Governo municipal	Recursos Governo estadual	Recursos Governo federal	Recursos do Fundo CMDCA	Número de atendidos	Recursos financeiros Ano 2017
24	**Casa de Acolhimento Institucional** (política pública– ECA/ Suas) Fundação: 5.6.1996 Projetos: Acolhimento institucional para crianças e adolescentes (proteção social de alta complexidade)	Não informado	R$ 537.867,00	Seds Feas R$ 65.055,00	MDS Fnas R$ 28.200,00	R$ 0,00	25	R$ 631.12 2,00
25	**Entidade assistencial privada católica** (não mais certificada) Fundação: 5.6.1968 Projeto: Apoio social para famílias	Não informado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	Não informado
	Totais	R$ 2.034.456, 58	R$ 1.447.518,52	R$ 1.002.363,78	R$ 3.308.749,66	R$ 696.879,53	7.148	**R$ 8.486.968,07**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Descrevendo os dados organizados sobre as fontes de financiamento das entidades assistenciais

De acordo com as informações organizadas, há diversas entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos e públicas que receberam verbas públicas dos governos federal, municipal e estadual, das áreas da educação, da cultura, da AS e do Fundo do CMDCA. Não houve nenhum tipo de repasses da área da saúde para essas entidades assistenciais.

As entidades assistenciais que não possuem sede no município, tendo obtido apenas sua inscrição no CMDCA, não estavam aptas para receber verbas municipais nem do próprio fundo desse conselho. As entidades locais que não possuíam condições de obter sua inscrição e certificação no CMDCA também tinham maiores dificuldades para obter algum tipo de verbas públicas.

Com relação ao total de 25 entidades assistenciais existentes no município no ano de 2017, podemos destacar o seguinte:

- Seis entidades privadas sem fins lucrativos (as de números 1, 2, 3, 7, 8, 11) e uma entidade pública (de número 24) receberam verbas do tesouro municipal, totalizando o valor de R$ 1.447.518,52, com a ressalva de que a entidade pública de número 4 foi custeada com verbas do tesouro municipal, embora não tenhamos conseguido obter informações mais precisas sobre esse valor.
- Onze entidades privadas sem fins lucrativos (as de números 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 25) não receberam verbas do tesouro municipal.
- Uma entidade pública (a de número 24) recebeu verbas municipais, totalizando o valor de R$ 537.867,00.
- Cinco entidades públicas (as de números 19, 20, 21, 22, 23) não receberam verbas municipais.
- Dez entidades receberam verbas estaduais: duas eram públicas (as de números 19 e 24), e oito, privadas sem fins

lucrativos (as de números 1, 3, 7, 8, 10, 11, 13, 14), totalizando o valor de R$ 1.002.363,78.

- Dez entidades receberam verbas federais: oito eram privadas sem fins lucrativos (as de números 1, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13), e duas, públicas (as de números 22 e 24), totalizando o valor de R$ 3.308.749,66.
- Onze entidades privadas sem fins lucrativos (as de números 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13) receberam verbas do Fundo do CMDCA, totalizando o valor de R$ 696.879,53.

Uma estimativa aproximada, com base nas informações levantadas, permite considerar que, no ano de 2017, essas 25 entidades captaram e movimentaram o valor de R$ 8.486.968,07. Trata-se de um valor considerável que foi injetado no funcionamento das entidades assistenciais que visam ao atendimento de crianças e adolescentes. O número de atendidos notificado foi de 7.148 usuários, em sua maioria crianças e adolescentes.

A partir das informações obtidas, desse montante captado pelas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos no ano de 2017, podemos considerar que o município teria investido aproximadamente apenas o valor de R$ 1.447.518,52, proveniente do próprio tesouro, nas entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes.

O valor total oriundo do governo estadual foi de R$ 1.002.363,78, e o vindo do governo federal que chegou até as entidades assistenciais foi de R$ 3.308.749,66.

O valor de R$ 2.034.456,58 que foi captado de modo independente em diferentes fontes e utilizado pelas entidades assistenciais para o desenvolvimento de suas atividades representa a cobertura de grande parte do atendimento assistencial, sem que o município tivesse que arcar com tais investimentos.

De posse desses dados, podemos retomar algumas das nossas perguntas de pesquisa:

- Será que as entidades assistenciais históricas, criadas antes do ECA e do Suas (Brasil, 2005), estariam conseguindo

realizar um autêntico reordenamento institucional, aderindo aos "princípios" e às "diretrizes", aos valores e à ética da cidadania que permeiam esses documentos oficiais ou se limitaram a um "ajustamento", a uma "atualização" burocrática para atender à nova legislação?

- Fizeram, conforme lhes foi possível, uma reforma meramente cosmética, por meio da aplicação de um verniz superficial ou realizaram modificações efetivamente transformadoras?

Quanto a tais impasses institucionais, a existência e/ou a ausência e a insuficiência e/ou a focalização do financiamento público precisam ser consideradas variáveis analíticas que condicionam os problemas apresentados.

Nossa hipótese é que a forma de financiamento das entidades assistenciais pode ser caracterizada como sendo focalizada, insuficiente, pontual, descontínua, exígua, já que ela também induz modalidades lógicas de atenção assistencial predominantemente filantrópica e precária (Benelli, 2014a; Benelli; Costa-Rosa, 2012). As entidades assistenciais tendem a funcionar de modo coerente com essa lógica objetiva que as condiciona materialmente.

O financiamento privado das entidades assistenciais incide nos efeitos que elas podem produzir, a partir da lógica privatista e privatizante do terceiro setor, figura representante do mercado no âmbito assistencial: a perspectiva empresarial seria a predominante. Não é casual que elas se identifiquem com a denominação de OSC, que as qualifica de acordo com o Mrosc (Brasil, 2014b), documento que orienta também os editais de financiamento.

Mesmo naqueles casos em que as verbas seriam "públicas", ou seja, teriam como origem o Tesouro Nacional, Estadual e Municipal, o dinheiro parece sofrer um processo de subversão às avessas no qual perderia seu caráter de "coisa pública", de "recursos públicos" que seriam aplicados como investimentos para o financiamento de direitos sociais do cidadão. O dinheiro público sofreria um processo de refilantropização prático, com efeitos ideológicos correspondentes. Os recursos financeiros obtidos passam a ser utilizados de modo que

as entidades possam prestar serviços que atendem indivíduos que teriam problemas sociais individuais e/ou familiares e necessidades focalizadas ou emergenciais.

Sendo assim, não é estranho que os trabalhadores sociais, nas condições dadas, posicionem-se institucionalmente aquém da perspectiva de que, pautados pelas políticas públicas da PNCA e do Suas, deveriam atender sujeitos de direitos, cidadãos integrantes de uma ordem democrática de direito constitucional, aspecto que não parece efetivamente estar no seu horizonte político, teórico, prático e ético. Tanto a base material financeira quanto a ideologia filantrópica estão coerentemente articuladas. Contudo, sempre temos que incluir as honrosas exceções de praxe, considerando as brechas instituintes disponíveis na atual conjuntura!

Perspectivas teóricas, técnicas, políticas e éticas detectadas nos documentos das entidades assistenciais

Um analisador potencial que merece problematizações seria a perspectiva "preventiva" que está presente em vários dos documentos das diversas entidades assistenciais, com as intenções de desenvolver a "promoção social". Há diferenças entre "perspectiva preventiva" e "promoção social" que precisam ser consideradas (Czeresnia, 2003; Nogueira, R. P., 2003; Costa; Misoczky; Abdala, 2018). Prevenir remete ao significado de preparar, de chegar antes de, de impedir que algo se realize, de ação antecipada, inclui um conhecimento prévio e uma solução já encontrada, que será aplicada. A estratégia da prevenção estaria mais focada, por exemplo, nos aspectos negativos que deveriam ser evitados, no problema pontual e mesmo na doença.

No campo do trabalho social, a prevenção pode incluir uma acepção repressiva, intimidadora, amedrontadora, empregando uma pedagogia do medo, apresentando acentos moralistas, preconceituosos e racistas. Pode conter traços e ressonâncias de higienismo

e eugenia (Gould, 1991; Boarini, 2003; Gondra, 2003, 2004; Silva, 2003; Stepan, 2005; Diwan, 2007; Zaniani, 2008; Cunha; Boarini, 2010) que, se realmente verificados, precisariam ser debatidos, criticados e superados.

Consideramos que há uma modalidade de "promoção social", outro analisador potencial, de forte viés conservador que visaria promover uma integração social dos indivíduos excluídos, mas por meio de uma inclusão excludente, cujas práticas visariam à inclusão dos membros da ralé (Souza, 2009a) e dos pobres na ordem social vigente. O objetivo consiste em inseri-los no mercado como trabalhadores braçais pouco qualificados e com baixa remuneração, elevando-os à condição de consumidores e também de pagadores de impostos sobre as mercadorias consumidas. Eles poderiam ser empregados úteis e baratos, dóceis e adaptados à dinâmica social capitalista, fazendo a roda da economia girar lucrativamente.

Mas promover também pode incluir o sentido de impulsionar, fomentar, desenvolver, originar, gerar, produzir. A estratégia de promoção transformadora – de viés politizado, crítico e cidadão – estaria ocupada com a produção social da saúde, da qualidade de vida, com a criação de condições dignas de vida social e de saúde, numa perspectiva positiva e criativa, inovadora, resistente. Não constatamos indícios de sua presença nos textos das entidades assistenciais que compulsamos.

A importância da formação moral e da educação em valores

Também percebemos, por meio desses documentos, uma preocupação em evitar que crianças e adolescentes pobres ingressem na criminalidade, no uso e no tráfico de drogas. Também haveria um grande interesse numa certa "formação moral", na "educação em valores", na "formação do caráter", que os trabalhadores sociais pretenderiam oferecer para as crianças e os adolescentes, configurando aspectos problemáticos.

As persistentes considerações sobre a importância da "orientação moral das crianças" permitem postular que a suposição implícita seria a de que as camadas populares seriam inferiores do ponto de vista moral. Famílias "desestruturadas", "negligentes" e violadoras de direitos seriam consideradas incapazes ou incompetentes para transmitir valores morais sólidos e consistentes para seus filhos. Seria tarefa da entidade assistencial e de seus educadores sociais corrigir essa falha na socialização primária de crianças e adolescentes pobres, ensinando-lhes valores, limites, fortalecendo seu caráter, de modo a que resistam ao mal e não façam más escolhas, nem derivem para a marginalidade ou descambem para a criminalidade.

Considerar que os indivíduos precisam de educação moral também pode indicar a presença subjacente de um discurso religioso conservador que, de acordo com um jargão próprio, remete à ideia de "queda" na violência e da consequente necessidade "resgate", de recuperação, de salvação, de reabilitação, que seriam obtidos por meio do trabalho social. Também permite supor que se pense que pessoas dotadas de vontade forte e de autocontrole racional não "cairiam" na violência, com base numa perspectiva voluntarista e moralista.

Se for esse o caso, o pensamento dos educadores sociais ainda estaria orientado por derivados das teorias sociologizantes e psicologizantes sobre a marginalidade social, o desvio social, a carência cultural, a periculosidade, a delinquência e a criminalidade. Tais ideias estão difundidas no contexto cultural e são tidas como características típicas e inerentes aos indivíduos pertencentes aos segmentos populares, considerados em seu conjunto como "classes perigosas" (Donzelot, 1986; Coimbra, 2001) que precisam ser observadas de perto, assistidas, acompanhadas, orientadas, visando à sua adequação social. Essas perspectivas teóricas e ideológicas permitem individualizar e patologizar processos tais como impasses, objeções, crises, contradições, movimentos de resistência, de mudanças e de transformações de ordem política e social. Mas, na literatura, também encontramos um importante contraponto e uma advertência quanto a tais perspectivas reacionárias: "Nada é mais próximo da patologia do que o culto da normalidade levada ao extremo. Como

bem sabemos, é nas famílias aparentemente mais normais, com efeito, que muitas vezes surgem os comportamentos mais loucos, mais criminosos e mais desviantes" (Roudinesco, 2000, p.123).

Notamos que o uso cotidiano de certas noções tais como "indivíduo" (Saes, 2012), "sociedade", "marginalização", "conduta", "comportamento", "violência" e outras estariam sendo utilizadas de modo abstrato e descontextualizado, o que lhes confere uma coloração ideológica acrítica específica. É preciso um trabalho de reflexão e de estudos para que, apropriando-se das teorias e as discutindo – normalmente implícitas –, se possa abordar concretamente a singularidade da experiência. Mas isso também não quer dizer que propomos a aplicação de tais teorias – mesmo daquelas que são críticas – na prática. A teoria não serve para isso, de acordo com Pereira (2017). Trata-se de se trabalhar com a teoria, buscando construir conceitos que sejam operatórios para orientar a práxis dos trabalhadores quanto à solução dos problemas com os quais eles lidam concretamente.

Do ponto de visa da sociologia, a marginalização consiste no processo social de se tornar ou ser tornado marginal, situação na qual o indivíduo ficaria relegado ou reduzido a uma condição social inferior, permanecendo à beira ou à margem da sociedade (Demo, 2002). Considera-se que alguém que está marginalizado estaria separado do resto da sociedade, sendo obrigado a ocupar as franjas, a beirada, as margens, sem estar no centro da vida social, não podendo participar plenamente dela, seja trabalhando ou consumindo/pagando impostos. É comum considerar que as pessoas marginalizadas não seriam parte da sociedade, estariam desintegradas dela.

Mas haveria outras possibilidades de orientar tais trabalhos assistenciais. Souza (2009a) e sua equipe de pesquisadores, ao caracterizarem os processos específicos por meio dos quais as famílias da ralé socializam seus filhos, que são distintos dos modos de socialização que a classe média imprime nas suas crianças, desvelam aspectos fundamentais que poderiam instrumentalizar a práxis dos trabalhadores sociais de modo crítico, tanto daqueles que atuam no âmbito da Pnas quanto no da PNCA.

Os processos de inclusão e de exclusão

O analisador potencial "inclusão" tem sido bastante estudado, e muitos problemas são levantados quanto aos modos de fazê-la. Os processos de "exclusão" e de "inclusão" constituem os pares dialéticos do problema. Sobre o processo e a dinâmica exclusão-inclusão social, podemos indicar a seguinte bibliografia crítica: Goffman (1975), Zaluar (1997), Demo (2002, 2003), Guhur (2003), Comaru (2006), Zion (2006), Caliman (2008), Frigotto (2010), Leal (2010, 2011), Jodelet (2014) e Sawaia (2014).

É preciso acrescentar que à condição social de marginalizado costuma se somar ainda o preconceito, o desprezo, quando não a indiferença e a raiva, por parte dos indivíduos supostamente incluídos. É possível ainda culpabilizar e patologizar o indivíduo marginalizado pela própria situação, estigmatizando-o (Goffman, 1975), sobretudo quando se adota uma perspectiva ingênua e liberal, concebendo o ser humano como indivíduo livre, racional, dotado de vontade e capaz de escolher, de modo abstrato e descontextualizado. A sociologia crítica revela que a marginalização é um processo social estrutural inerente ao modo de funcionamento do capitalismo que produz muita riqueza acumulada na mão de poucos e que empurra para a miséria grandes contingentes da população (Kowarick, 1975; Pichier, 1980; Saviani, 1982; Alves; Escorel, 2012; Simoi-Santos, 2017).

A noção de desvio social que parece estar implícita no discurso presente nos documentos dessas entidades também já foi fortemente criticada por diversos estudos sociológicos (Quijano, 1978; Becker, 2008; Velho, 2012). A noção de desvio exige a consideração de um padrão de normalidade graduada, estabelecendo uma "régua social" que compreenderia os polos extremos da normalidade social e da patologia social, sendo o "desvio" um indicador de que o indivíduo estaria descambando em direção ao polo da patologia. O grupo social constrói padrões de comportamento aceitos como adequados e "normais", que geram expectativas sociais a partir das quais se podem aferir os comportamentos individuais. Se o indivíduo não apresenta os comportamentos esperados, pode ser considerado como

desviante, "em razão de sua conduta", como se poderia pensar, com base no artigo 98 do ECA. Mas é preciso considerar, como escreveu Marx (1986, p.17), o seguinte: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado".

Não haveria, portanto, atos individuais descolados da história e sem contextualização social, institucional, de classe, de raça, de gênero e pulsional.

Há também uma bibliografia psicológica não crítica na qual se discute a delinquência juvenil como conceito e etiologia, abordando tanto os chamados fatores de risco como os fatores de proteção aos quais os adolescentes autores de ato infracional estão expostos (Nardi; Dell'Aglio, 2010; Zappe; Dias, 2010; Costa; Williams; Cia, 2012; Maruschi, 2014). Tais autores apresentam modelos teóricos psicologizantes sobre a suposta origem e o desenvolvimento do que definem como delinquência juvenil. Costumam considerar as MSE, a construção de projetos de vida por parte dos adolescentes, a frequência escolar e o trabalho como alguns fatores de proteção que poderiam promover uma maior integração social. Entre outros aspectos, postulam a necessidade e a importância de ações e programas voltados tanto à prevenção quanto ao tratamento desses adolescentes. A abordagem desenvolvimentista desses autores se revela funcionalista, a realidade social é apresentada de modo naturalizado, como um ambiente descontextualizado da história política e econômica capitalista brasileira concreta. Normalmente operam com constructos psicológicos abstratos tais como: personalidade individual, temperamento, comportamento antissocial, autoestima, transtorno de personalidade, problemas emocionais. Lendo tais textos, a impressão que temos é de que ato infracional, violência, crime, drogas, prisão, distúrbios mentais, fracasso escolar, desemprego, promiscuidade sexual, conflitos familiares, famílias autoritárias, desestruturadas, negligentes, violência doméstica e grupos de amigos marginais seriam todos problemas equivalentes, formando um conjunto problemático no qual se localizaria a delinquência. Essa

bibliografia desconsidera a produção social da pobreza e a luta de classes que predominam na formação social capitalista.

As categorias sociológicas "pobres" ou "pobreza" praticamente não aparecem em falas dos conselheiros nas reuniões de trabalho do CMDCA, nem nos documentos produzidos pelas entidades assistenciais. Provavelmente isso se deve, em parte, a que talvez não queiram parecer preconceituosos, pois enunciar que as pessoas são pobres não parece politicamente correto (Weinmann; Culau, 2014). Por sua vez, os documentos da PNCA e do Suas utilizam a expressão "situação de risco e de vulnerabilidade", recobrindo ideologicamente o conceito de pobreza (Benelli, 2020a). Há uma bibliografia importante sobre as condições de existência da população que vive em situação de pobreza que seria desconhecida ou ignorada pelos trabalhadores sociais em geral, mas que poderia lhes ser muito útil para qualificar sua escuta e orientar sua práxis de modo crítico (Lewis, 1964, 1969, 1973; Demo, 2003; Souza, 2009a).

Talentos, competências e empreendedorismo

Outros analisadores potenciais seriam ainda os temas do talento e das competências individuais das crianças e dos adolescentes, qualidades que deveriam ser desenvolvidas pelo trabalho social e educativo. Tais temas remetem às discussões sobre o inato e o adquirido, que estariam sendo repaginados por meio das ideologias da meritocracia e do empreendedorismo (Barbosa, 1996, 2006, 2014; Chaui, 2014).

O empreendedorismo consiste num discurso ideológico importante, intensamente divulgado e inculcado pelas agências estatais, sobretudo na área da educação, conforme se pode verificar por meio da literatura produzida por seus disseminadores (Sebrae, 1995; Delors, 1999; Dolabela, 1999, 2003; Caldas; Crestana, 2005; Malheiros; Ferla; Cunha, 2005; Wickert, 2006; Cordeiro, 2006; Desaulniers, 2007; Dantas, 2008; Pesce, 2012; Teixeira, 2012; Santos, C. A., 2013; Fagundes, 2016). Trata-se da perspectiva neoliberal

que pretende transformar os membros das classes trabalhadoras, que não dispõem de outra coisa senão sua força de trabalho física ou intelectual para vender, em "empresários de si mesmos". Esse fenômeno expressa-se por meio do processo de uberização da vida, e há diversas análises críticas sobre o tema que podem auxiliar nesse debate (Souza, 2006a, 2006b; Cêa; Luz, 2006; Dias, 2006; Lima, A., L. 2008; Ferreira; Curvello; Monteiro, 2009; Lima Júnior, 2011; Oliveira; Moita; Aquino, 2016). Numa época neoliberal de abolição de postos de trabalho e de direitos trabalhistas, a classe dominante precisa, por meio da ideologia, convencer os indivíduos da naturalidade e inevitabilidade dessa situação. A ideologia do empreendedorismo se presta adequadamente para isso.

Tal como indicado nesses documentos, os trabalhadores sociais desejam que os jovens "elaborem novas condutas", tenham "novas oportunidades de aprendizagem", "reflitam sobre seus próprios comportamentos, valores e possibilidade de desenvolvimento pessoal, social, educacional, esportivo, cultural". Tudo parece bastante focalizado no indivíduo, no plano racional e moral privado.

É importante considerar, porque não parece óbvio, que não existem "condutas" ou "adolescentes que cometeram ato infracional" sem contextualização histórica, social, institucional e científica (Donzelot, 1986). Não existem "condutas" *in vitro*. É apenas no contexto da escola que encontramos crianças com a queixa de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), por exemplo. É numa sociedade que determina legalmente o que é crime ou infração, que existem adolescentes que infracionam. O termo "conduta" também já foi um dos conceitos-chave para designar um suposto objeto da psicologia: "psicologia da conduta", de viés behaviorista, individualizado, descontextualizado da dimensão histórica da vida social, reduzida à noção assepsiada de "ambiente".

Considera-se ainda que a "camada popular [seria] caracterizada pela exclusão social, evasão escolar, marginalização, drogadição, prostituição e outros desdobramentos da questão social". Provavelmente, todos esses problemas e fenômenos afetam diversos membros das classes populares, causando-lhes grandes sofrimentos de

diversas ordens, mas não são propriamente criados por eles mesmos, que sofrem seus atravessamentos. A "questão social" é uma expressão que justamente indica que a produção social da pobreza e de todas as suas mazelas é estrutural numa sociedade capitalista: "a questão social – [pode ser] entendida como conjunto dos efeitos constitutivos da contradição capital-trabalho, expressos na produção massiva da desigualdade social, tal como postulada pela perspectiva marxista – ao longo da história brasileira" (Benelli, 2020a, p.177).

O senso comum costuma naturalizar e individualizar os "problemas" que crianças e adolescentes teriam com suas famílias, com a escola, com a sociedade, com a polícia, com a justiça, com o mercado capitalista. Muitas vezes, tais considerações não incluem sequer uma perspectiva minimamente dialética! É como se houvesse apenas indivíduos prontos, completos, livres e racionais, que estariam se relacionando com instituições que seriam exteriores a eles e com as quais interagiriam, entrando em conflito com elas!

O uso de drogas, a violência e a criminalidade

Os graves temas do tráfico e do uso de drogas envolvendo crianças e adolescentes também apareceram nos documentos das entidades assistenciais. Não dispomos de maiores informações sobre esses problemas na realidade do município, mas, por hipótese, não devem diferir da configuração mais ampla que possuem no país.

No Brasil há duas possibilidades paradigmáticas antagônicas quanto à produção de respostas para o chamado problema das drogas: 1. o proibicionismo como política pública de combate à dependência química, considerada como uma doença com base no discurso médico; consiste numa política de saúde pública que visa ao tratamento de indivíduos usuários de álcool e outras drogas, objetivando a abstinência, inclui um discurso policial, repressivo, criminalizante, psicologizante, psicopatologizante, culpabilizante, moralista do indivíduo (Burgierman, 2011; Rui, 2014; Alexander; Merhy; Silveira, 2018; Fiore, 2018; Gomes-Medeiros et al., 2019;

Lopes, 2019); e 2. a política de redução de danos (RD) como política pública de atenção psicossocial para atender os sujeitos que fazem uso de substâncias psicoativas (SPA), considerando que esse fenômeno envolve impasses subjetivos e sociais complexos, incluindo o sujeito, o inconsciente e o desejo, situados no campo social, na sociedade capitalista de classes, no neoliberalismo.

O tráfico de drogas, com o qual adolescentes e jovens podem se envolver, costuma estar incluído no âmbito do crime organizado conforme Zaluar (2004, p.13-4) apresenta em suas análises sobre a criminalidade no Brasil:

> Esses adolescentes, em plena fase de fortalecimento da identidade masculina, aprendiam rápido um novo jogo mortal para afirmá-la, devido à facilidade de obter essas armas. Havia, então, um fluxo de recursos – armas, drogas e até dinheiro – cuja fonte transcendia a prática mortal e criminosa dos adolescentes pobres. O escopo da análise teve que ser ampliado até incluir a organização internacional dos cartéis das drogas, além, é claro, das instituições locais – a polícia e a justiça – com as quais esses adolescentes e jovens adultos mantinham permanente contato e das quais estavam sempre fugindo.

Zaluar (2004, p.24) afirma que "a correlação entre pobreza e criminalidade ou entre pobreza e violência deve ser problematizada" e prossegue explicando a complexidade dessa assimilação indevida:

> [...] os efeitos da pobreza e da urbanização acelerada sobre o aumento espetacular da violência nos últimos anos não serão compreendidos se não se analisarem os mecanismos institucionais e societais do crime organizado. Este atravessa classes sociais, tem organização empresarial e não sobrevive sem o apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-lo. Ou seja, as próprias instituições encarregadas de manter a lei tornam-se implicadas com o crime organizado. Sem isso não seria possível compreender a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares do Rio de Janeiro. (ibidem, p.31)

Não pensamos que a expansão do crime organizado e do tráfico de drogas tenha ficado restrita ao Rio de Janeiro. Pelo contrário, ela vem se espalhando por todo o país.

> A droga hoje se associa a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo. Seu comércio, como alhures, tornou-se uma enorme fonte de lucros altos e rápidos (Fonseca, 1992; Salama, 1993) e de violência. A demanda que garante os altos lucros do empreendimento é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro. Depois da II Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas (Offe, 1989). O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens. O crime organizado desenvolveu-se nos atuais níveis porque tais práticas socialmente aceitáveis e valorizadas foram proibidas por força da lei, possibilitando níveis inigualáveis de lucros a quem se dispõe a negociar com esses bens. Os lucros não são gerados pela produtividade ou pela exploração maior do trabalho, mas pela própria ilegalidade do empreendimento (Salama, 1993; Fonseca, 1992). (ibidem, p.32)

Desmontando os argumentos psicologizantes e descontextualizados que localizam a origem da violência no indivíduo desviante e na sua família que estariam imersos na pobreza, Zaluar (2004, p.86) considera que

> A violência não surge nem na escola nem na família, mas em outro poder que se estabeleceu nos bairros populares: as quadrilhas do tráfico de drogas, consequência de um amplo processo de globalização do crime, localmente internalizada por seu apelo à virilidade e ao poder adquirido pela posse de armas (Zaluar, 2002a). Embora não seja o *locus* da violência, a escola acaba penetrada por ela no cotidiano escolar e pode enfrentá-la ou não de diversas maneiras, mais ou menos eficazes, mais ou menos adequadas às posições diferenciadas de meninos e meninas nesse novo polo de poder. Como veremos, a

> violência física é que está reintroduzindo ou reforçando valores viris de supremacia, muitas vezes impostos aos meninos como única saída de sobrevivência num ambiente dominado pelas predisposições e regras da violência num mundo globalizado também pelo crime (Zaluar, 1996). Desse modo, a análise não pode mais ficar adstrita às relações família/escola, nem à violência simbólica instituída na naturalidade da vida social no bairro e repetida inconscientemente nas práticas escolares.

É fácil naturalizar e essencializar "a questão da violência", como se ela não fosse um fenômeno complexo que inclui dimensões sociais, institucionais, estruturais, de classe, de gênero, étnicas e pulsionais. Como compreender e explicar a produção social da violência, que rebate nos adolescentes, sobretudo nos mais pobres (Zaluar, 1999; Coutinho, 2009; Souza, 2009a)? De acordo com uma visão liberal, os seres humanos seriam, sobretudo, indivíduos livres, independentes, racionais, capazes de fazer escolhas racionais. O indivíduo racional, livre, senhor de sua vontade e capaz de fazer escolhas deliberadas é também uma figura ideológica construída historicamente. É a figura social desse indivíduo moderno e liberal que permite a produção e a propagação dos mais variados discursos: policial, repressivo, criminalizante, psicologizante, psicopatologizante, culpabilizante e moralista. Com base na perspectiva dialética social crítica e também foucaultiana e lacaniana, os seres humanos se constituem de modo fundamentalmente histórico (social, político, econômico, cultural), subjetivo, inconsciente e estrutural (Benelli, 2020c).

Pobreza, violência, criminalidade são temas que precisam ser incluídos nos problemas complexos do narcotráfico e do crime organizado, merecem atenção, debate informado e crítico. Há uma importante bibliografia que problematiza de modo pertinente o tema da violência (Amaral, 1997; Odálio, 1991; Arendt, 2001; Barros; Benicio; Bicalho, 2019), do crime (Santos, 1979; Dornelles, 1989; Thompson, 2007) e do intenso processo de criminalização dos pobres, incluindo os adolescentes (Vicentin, 2002; Cabral; Chioquetta, 2017; Bartijotto; Tfouni; Scorsolini-Comin, 2016; Kuhn; Scheffel,

2016; Oliveira, L. F., 2019). Há um poderoso discurso criminalizador dirigido contra os pobres que se difunde pela sociedade brasileira, sobre o qual já existem estudos importantes como os de Martins (2008) e Rauter (2012).

Será que todas essas teorias implícitas, intenções subjacentes e práticas institucionais efetivas que compõem e permeiam os documentos das entidades assistenciais que compulsamos seriam coerentes com a noção de proteção integral prevista no ECA e de proteção social, tal como consignado na Pnas (Brasil, 2004) e no Suas (Brasil, 2005)? Consideramos que não, a partir das análises paradigmáticas que já elaboramos quanto ao campo da Pnas (Brasil, 2004) e aos modos de funcionamento das entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes (Benelli, 2014a).

A valorização da educação escolar e o binômio evasão/expulsão

A permanência das crianças e dos adolescente no estabelecimento escolar é uma meta muito valorizada pelos trabalhadores das entidades assistenciais, pelo que pode verificar por meio dos documentos compulsados. O problema chamado "evasão escolar" consiste num analisador potencial e, dada a sua relevância quanto ao caso de crianças e também dos adolescentes que cumprem MSE, merece algumas considerações críticas. O discurso oficial costuma enunciar com preocupação o tema da "evasão escolar", mas é importante problematizar essa suposta "evasão" e verificar se não é o caso de considerar que haveria, efetivamente, autênticos processos de "expulsão escolar" promovidos pela dinâmica da instituição da educação e dos seus estabelecimentos escolares. Talvez não seja fato que crianças e adolescentes pobres abandonem a escola "em razão da própria conduta", como também se poderia depreender do artigo 98 do ECA – simplesmente porque não gostam de estudar e sejam preguiçosos. Pode ser que eles sejam expulsos dela por meio de práticas institucionais nem sempre muito sutis. Na atualidade, os

problemas escolares típicos, tais como "evasão", "dificuldades de aprendizagem", "fracasso escolar", problemas de comportamento, agitação e falta de concentração, violência etc., estão sendo medicalizados e medicados com grande intensidade, sob a forma do assim denominado transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), por exemplo.

Há uma importante bibliografia – já clássica, mas que precisa ser conhecida, discutida e considerada – que desmistifica e despatologiza as supostas dificuldades psicológicas que acometeriam os alunos, caracterizando as autênticas práticas de expulsão que são promovidas pelos estabelecimentos institucionais escolares: Ceccon e Oliveira (1982), Patto (1984, 1990, 1997), Frigotto (1984, 2003), Harper et al. (1987), Enguita (1989, 1993), Moysés e Collares (1992), Collares e Moysés (1996), Flauzina (2006), Freitas (2009), Guimarães (2003), Charlot (1983, 2000), Paixão (2008), Paula e Tfouni (2009) etc. A escola poderia ser uma importante parceira dos trabalhadores sociais das entidades assistenciais e dos operadores do Sinase, por exemplo, mas não no caso de persistir produzindo a expulsão e, de modo desimplicado, denominá-la de "evasão", como indicam Cardoso e Fonseca (2019). De acordo com essa bibliografia, a escola, no contexto da sociedade capitalista, está implicada na produção desse fenômeno.

O mesmo podemos dizer quanto às denominações "dificuldades de aprendizagem" (Smith; Strick, 2007) e "problemas comportamentais". Além dessas duas denominações, há algumas outras no campo: "distúrbios de aprendizagem", "fracasso escolar" (Paula; Tfouni, 2009), "aluno problema" (Bernardes, 2008), "queixa escolar" (Souza, 2007), "transtornos de aprendizagem" (Moysés, 2001; Ramos, 2001; Bonadio; Mori, 2013). O que esses autores problematizam diz respeito às práticas de psicologização, psicopatologização, medicalização, psiquiatrização e farmacologização que estariam incidindo fortemente na vida social em geral e também das crianças e dos adolescentes pobres.

O protagonismo e a autoestima

O tema do assim chamado protagonismo social dos adolescentes (Costa, 2000, Souza, A. M., 2006a; Souza, R. M., 2009; Gonzales, 2007; Pereira, 2009; Síveres, 2015) também se destacou como analisador potencial nos documentos das entidades assistenciais. De acordo com A. M. Souza (2006b), desde meados da década de 1990, observa-se a presença do enunciado "protagonismo juvenil" nos textos dos organismos internacionais, das ONG, dos órgãos de governo e de educadores, em referência à promoção de uma certa forma de participação da juventude na sociedade. Analisando o discurso que dá suporte à proposta do protagonismo juvenil, Souza (2006a) identificou a matriz discursiva que o tornou possível: uma concepção de sociedade como um aglomerado de indivíduos – atores sociais – que estabelecem relações de negociação com os outros indivíduos enquanto realizam atividades que beneficiam a si próprios e a coletividade. A atuação social, característica dos atores sociais, que ocorre no cenário público constituiria a essência da "nova forma" de política prescrita por esse discurso. A tese de R. M. Souza (2006) é a de que essa "nova forma" de participação constitui, em última instância, mera encenação, implicando a anulação da política e funcionando como mecanismo de integração da juventude pobre. A anulação da política ocorre pela adoção do "fazer coisas", de um ativismo tarefeiro, ingênuo, voluntarista, como forma de participação e pela fabricação do consenso pelo discurso, o que impede a emergência da fala autônoma e transgressora. Os temas do protagonismo e do voluntariado proliferam na vertente do empreendedorismo.

A ocorrência do analisador potencial autoestima (Araujo, 2010; Assis; Avanci, 2004; Franco, 2009; Branden; Gouveia, 2009; Franco; Davis, 2011; Julio, 2011; Felicissimo et al., 2013; Schultheisz; Aprile, 2013; Quiles; Espada, 2014; Frada; Neves, 2017), termo típico da psicologia clínica mais tradicional (Benelli, 2020c), é frequente no campo da AS e a intenção de aumentá-la ou de fortalecê-la tende a aparecer como um dos objetivos a serem atingidos por políticas, programas, projetos e serviços implementados nos âmbitos

federal, estadual e municipal e também nas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos que compõem a rede de atendimento assistencial. No entanto, é preciso ser justo e considerar que o termo autoestima não ocorre na Pnas (Brasil, 2004) e no Suas (Brasil, 2005), mas aparece 65 vezes no documento da versão preliminar do Cras (Brasil, 2006a), enquanto no documento do Cras (Brasil, 2009a) não aparece nenhuma vez. Aparece sete vezes na TNSS (Brasil, 2009b), 15 vezes nas orientações técnicas para o serviço de Paif (Brasil, 2012b, v.1) e, nas orientações técnicas para o Paif (Brasil, 2012c, v.2), aparece sete vezes.

A autoestima poderia ser considerada como uma sensação psicológica que remete à interioridade do indivíduo, ligada à sua autoimagem. Já a cidadania seria uma categoria política que remete a uma situação específica do sujeito de direitos e de deveres garantidos por lei num Estado democrático de direito. Autoestima e cidadania não são conceitos sinônimos, nem se superpõem e não se recobrem ou sequer seriam intercambiáveis. Um indivíduo assujeitado e tutelado pode ter uma autoestima (sensação psicológica) considerada adequada – paradoxalmente – mesmo que esteja vivendo numa situação de exclusão dos direitos civis, políticos e sociais, dado o seu processo de alienação e de identificação imaginária com os valores e o ideário da elite dominante. Embora possa estar numa condição objetiva caracterizada como não cidadã, assim pode exibir autoestima elevada, mesmo que ilusória (Souza, J., 2009a).

Se a autoestima é um derivado do narcisismo, como propõe Araujo (2010), também entendemos que, do ponto de vista social e institucional, ela é efeito das condições de vida material do sujeito, mais do que sua causa. Esse significante é um analisador que revelaria o grau de psicologização que parece predominar no campo da AS (Benelli, 2020c). Não é aceitável, na perspectiva da atenção psicossocial, que as práticas da PNCA e da Pnas promovam formas de subjetividade alienada, pois esse é um aspecto fundamental que uma ética radicalmente cidadã deve questionar e buscar superar (Benelli, 2014b).

A substituição dos orfanatos pela Casa de Acolhimento Institucional

No município investigado, também existiram dois orfanatos, um masculino e outro feminino, cujas histórias mereceriam ser recuperadas. Com o advento do ECA (Brasil, 1990), esses antigos estabelecimentos foram extintos e substituídos, em parte, por creches que foram incluídas na educação infantil e também pela Casa de Acolhimento Institucional.[5] A prática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, como modalidade de proteção especial de alta complexidade em certas circunstâncias, em um estabelecimento assistencial específico criado a partir do ECA, compõe outra forma de substituição dos orfanatos. As casas de acolhimento institucional também consistem em tema altamente complexo, de acordo com a bibliografia (Rizzini; Rizzini, 2004; Lima, I., 2008; Negrão, 2010; Izar, 2011; Ricardo, 2011; Mendes, 2015; Furlan, 2020). O saber-fazer acolhimento institucional pautado no princípio da proteção integral deveria ser distinto das antigas práticas de contenção por meio da internação-reclusão em estabelecimentos totais e disciplinares (Merisse et al., 1997).

Temos operado com as categorias de instituição total (Goffman, 1987) e disciplinar (Foucault, 2013), considerando que a tecnologia social da internação é bastante antiga e, apesar de toda a crítica sólida já apresentada, de modo surpreendente, continua sendo uma ferramenta bastante utilizada na atualidade (Benelli, 2015). Apesar da sua evidente superação teórica, técnica, política e ética, a internação ainda é largamente empregada em diferentes áreas: na educação escolar (escolas confessionais, colégios agrícolas), na formação do clero

5 As poucas notícias que obtivemos sobre esses dois estabelecimentos assistenciais de internação para crianças e adolescentes pobres que funcionaram no período anterior ao ECA (Brasil, 1990) e do Suas (BRASIL, 2005) mereceriam maiores investigações. O mesmo se pode dizer quanto à história da Guarda Mirim que foi substituída pela entidade assistencial privada de clubes de serviço (Rotary Clube) de número 13, com o projeto de preparação dos adolescentes para o mercado de trabalho.

católico (seminários), na formação de religiosos e religiosas (casas de formação), na saúde (hospital geral), na psiquiatria (manicômios), na socioeducação (unidades de privação de liberdade para adolescentes que cometeram atos infracionais), na AS (casas de acolhimento institucional variadas), na segurança pública (presídios), no Exército (quartéis), entre outros. Dada sua persistência no campo social, é importante conhecer sua estrutura, lógica de funcionamento bem como os efeitos que podem produzir. A problematização dos impasses típicos da internação institucional que apresentamos (Benelli, 2015) também se aplica ao caso das unidades de internação para adolescentes que cometeram atos infracionais e aos estabelecimentos de internação para tratamento de usuários de álcool e outras drogas.

O trabalho social em rede

A importância e a necessidade do trabalho social realizado na modalidade de "rede" seria outro analisador potencial que representa um grande desafio para as entidades assistenciais, que precisariam se articular coletivamente no território municipal. Essa proposta tem sido investigada e problematizada por diversos trabalhadores: Aragão (2011), Benelli, (2016a, 2016b), Benelli e Costa-Rosa (2010), Benelli, Ferri e Ferreira Jr. (2015, 2016), Furini (2008), Lindo (2011), Penariol e Benelli (2015), Souza e Benelli (2017), Tschiedel (2006) e Varandas (2017, 2019).

Há um conjunto de mitos e de visões sobre o tema do trabalho social em rede presente entre os trabalhadores na área das políticas públicas sociais que precisam ser problematizados, de acordo com Benelli (2016a). Vejamos alguns mitos:

- *"Trabalho em rede" seria apenas um novo nome da moda!* Não seria preciso mudar nada quanto aos modos de ser, de se relacionar e de atuar profissionalmente! Isso seria apenas um modismo presente nos diversos textos de políticas públicas sociais das áreas da saúde, da AS e da educação para fazer trabalhar mais! Na prática a teoria é outra! Isso é bonito no

papel, mas na prática não funciona! O certo é ter chefes fortes no comando, mandando com determinação e vigiando o trabalho dos subordinados. *Qualquer um pode trabalhar em rede, basta ter boa vontade!* Trabalhar em rede dispensa qualquer esforço no sentido de estudar, ler, se apropriar criticamente das propostas oficiais da saúde, da AS e da educação. Não é preciso ter formação sólida e consistente, nem fazer levantamento diagnóstico da realidade, planejamento, execução, monitoramento, avaliação! Basta ser solidário e querer ajudar a fazer o bem!

- *Trabalhar em rede é mais barato! O trabalho em rede é a solução para os problemas das secretarias municipais!* Isso ocorre porque o trabalho de algumas pessoas, mesmo com poucos recursos, possui efeitos multiplicadores! Assim, com poucos investimentos, podemos fazer as pessoas trabalharem de modo que seu serviço renda por muitos profissionais e equipamentos que não existem! Como se costuma dizer que há pouco dinheiro público para fazer políticas públicas de saúde, de AS e de educação, é preciso pôr as pessoas para trabalhar em rede. Com muitos voluntários trabalhando gratuitamente e em rede, seria possível resolver diversos problemas, sem gastar dinheiro público!
- *Trabalhar em rede é simples e fácil, qualquer um pode fazer!* Basta fazer "encaminhamentos" e passar a "batata quente" para diante, transferindo a responsabilidade pelo atendimento e pela resolução do problema para outros serviços! "Não fui eu quem criou esse problema, então outros que o resolvam!".

Contrariando todos esses mitos, precisamos admitir que trabalhar em rede é muito mais do que um mero modismo. Essa modalidade de atuação, ao contrário do que pode pensar o senso comum mais desavisado, exige uma clara opção política, ideológica, técnica e ética, custa caro e exige muito dinheiro público, inclusive para pagar bons salários, de modo a atrair profissionais bem formados e preparados para trabalhar com políticas públicas. Exige profissionais de qualidade,

bem pagos, comprometidos com o atendimento da população nos mais diversos setores da saúde, da AS e da educação, entre outros. O trabalho na modalidade de rede, por exemplo, demanda tempo: tempo para que as pessoas circulem pelo território, tempo para fazer os contatos necessários, tempo para reuniões diversas, tempo de formação continuada, de supervisão e de estudos com vistas a se apropriar criticamente das propostas presentes nos documentos oficiais das políticas públicas sociais. Logo de partida, é preciso ter telefones, cadastros de contatos atualizados de todos os estabelecimentos das diversas áreas disponíveis no território, computadores com acesso à internet e efetivamente funcionando, pessoas com tempo dedicado a trocar informações, pois é fundamental fazer a informação circular por entre as pessoas: usuários, técnicos, trabalhadores em geral e os cidadão que são atendidos nos estabelecimentos.

O trabalho em rede pressupõe uma mudança radical no modo de organização, até então piramidal, imposta por uma cultura em que prevalecem a hierarquia e a concentração de poder. E, caso a opção seja pela atuação em rede, sua efetividade se dará por meio da ética profissional, da transparência e da seriedade de todos os envolvidos beneficiando as entidades, os gestores públicos, os trabalhadores e a população.

Os não ditos e lacunas discursivas

Encontramos nos documentos algumas lacunas dignas de nota, partes do não dito que tomamos como analisadores potenciais, sobre as quais teceremos algumas considerações.

Não aparece, por exemplo, a proposta da universidade como um caminho possível para os adolescentes e jovens atendidos. Como explicar essa lacuna? Como a defasagem escolar dos adolescentes pobres costuma ser bastante e grande, os educadores parecem considerar, mesmo que tacitamente, que, como esses indivíduos não poderão superá-la facilmente, não haveria qualquer chance de irem para a universidade. Daí insistirem e trabalharem com a

perspectiva da empregabilidade dos jovens pobres, que é buscada por meio de cursos profissionalizantes e de sua inserção precoce no mercado de trabalho. Os jovens são incitados a valorizar a escola, a educação, os estudos, mas a universidade não é algo previsto como possibilidade para eles. A perspectiva moralizante que se expressa na intenção declarada de transmitir valores e ensinar limites, mudar comportamentos, tudo sempre focalizado no plano individual, parece produzir principalmente efeitos de adaptação social, promovendo um reconhecimento do próprio lugar na ordem social estabelecida: lugar de subordinação, de objeto, de mão de obra, de força muscular disponível e submissa, voltada para o trabalho como condição de sobrevivência (Benelli; Ribeiro, 2014; Ribeiro; Benelli, 2015).

Nos documentos das quatro entidades assistenciais que atendem crianças com diferentes formas de deficiências, nada consta sobre o uso de medicamentos. A literatura permite detectar e criticar intensamente o intenso processo de medicalização que acomete as práticas de assistência, de cuidado e de atenção, particularmente da infância (Guarido; Voltolini, 2009; Luengo, 2010; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2011; Conselho Federal de Psicologia, 2012a; Machado; Lessa, 2012; Kamers, 2013; Silveira, 2015; Azevedo, 2018; Oliveira; Vicentin; Massari, 2018; Barbosa, 2019; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, 2010). De acordo com a bibliografia relativa às crianças com deficiências, haveria um predomínio da perspectiva médica e organicista e do lugar central que aí teriam os medicamentos[6] nas práticas de cuidados assistenciais institucionais (Garcia, 2008; Queiroz; Rizzini, 2012; Fonseca, 2013). Por hipótese,

6 Sobre a pujante e multimilionária indústria químico-farmacêutica, há vários trabalhos críticos que podem ser consultados (Barros, 2000, 2004; Palmeira Filho; Shi Koo Pan, 2003; Pignarre, 2005; Radaelli, 2006; St-Onge, 2006; Angell, 2007; Moysés; Collares, 2007; Blech, 2009; Garrafa; Lorenzo, 2009; Amarante; Torre, 2010; Nogueira, 2010; Conselho Federal de Psicologia, 2012a; Sanvito, 2012; Gotzsche, 2016; Roberts, 2017). A exploração do lucro e da mais valia por meio da venda crescente de medicamentos não pode passar despercebida aos trabalhadores sociais. Seu desconhecimento dessa situação complexa pode torná-los inocentes úteis e cúmplices inadvertidos.

isso não estaria ausente das práticas institucionais dessas entidades assistenciais, aspecto que mereceria maiores investigações.

Nos documentos das entidades assistenciais também não há qualquer menção aos temas de gênero, raça e classe social (Guimarães, 1999, 2006; Santos, 1980; Santos; Diogo; Shucman, 2014; Davis, 2016; Santos, 2018). São lacunas analisadoras importantes (Silva, 2006). Ainda não são numerosos os trabalhos nos quais se discutem os temas polêmicos envolvendo as questões de gênero e étnico-raciais na política social pública de AS (Fogari, 2016; Costa, 2017; Gasparotto; Grossi, 2017; Maia; Santos; Santos, 2018; Oliveira et al., 2019) e na PNCA (Del Priori, 2012; Nunes, 2016). Há também algumas publicações do Conselho Federal de Psicologia (2017), do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (s.d.), do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2007b, 2014b), bem como de psicólogos (Carone; Bento, 2002; Santos; Schucman, 2015; Santos; Schucman; Martins, 2012; Theodoro, 2014) sobre as questões raciais. É urgente e necessária a inclusão dos marcadores de gênero, raça e classe no trabalho social realizado com crianças e adolescentes, com vistas a qualificar a escuta e a práxis, tendo como horizonte a proteção integral e os direitos de cidadania.

Contextualização institucional e paradigmática das entidades assistenciais no cenário brasileiro

A partir de uma perspectiva institucional, como explicar a criação histórica das mais diversas instituições sociais e dos estabelecimentos nos quais elas se desdobram, constituindo dispositivos dotados de certas funções? Elas teriam sido criadas para resolver certos problemas. Poderíamos supor que o problema da ignorância das pessoas teria dado origem à necessidade da criação da instituição da educação e dos estabelecimentos escolares; o sofrimento causado pelas diversas doenças seria a razão da fundação da instituição da saúde e da medicina e do hospital; o fenômeno da loucura teria originado a instituição da psiquiatria e do estabelecimento manicomial;

a necessidade de promover um processo de formação profissional especializada teria redundado na criação do ensino superior; os problemas ocasionados pelo sofrimento e pelo mal-estar psíquicos estariam na base do processo histórico de institucionalização das versões da clínica psi (psiquiátrica, psicológica, psicanalítica); o assim denominado problema social (a pobreza em suas múltiplas formas, atingindo a pessoas de todas as idades) seria a causa da invenção da PNAS e da PNCA.

Em parte isso poderia ser considerado verdadeiro, mas essa concepção pode se revelar ingênua e abstrata. É preciso situar a emergência das instituições e dos seus dispositivos concretos na história, na política, na economia, na ciência e no contexto de uma sociedade que se organiza a partir do MCP, com tudo o que isso representa de produção, de possibilidades e de limitação. As instituições, como lógicas, são criadas para responder às pulsações instituintes da demanda social (necessidades sociais em termos amplos), recortadas pelo imaginário, pela ideologia e por interesses sociais diversos, contraditórios e conflitantes, configurando as encomendas/os mandatos sociais feitos aos trabalhadores. Delas derivam também as diferentes figuras dos sujeitos e uma multiplicidades de saberes, de discursos e de práticas não discursivas, bem como efeitos éticos.

Desconsiderar esse contexto institucional complexo pode levar facilmente a intensos processos de moralização dos comportamentos sociais individuais, de psicologização das causas sociais produtoras da pobreza, de psiquiatrização – num viés neurológico, patológico, medicalizador e medicamentoso –, das ações e reações dos pobres às situações insuportáveis de vida às quais estão submetidos, de sociologização funcionalista ou sistêmica das relações de poder, individualizando-as de modo simplificador.

O advento do ECA e do Suas (Brasil, 2004, 2005) e as alterações contínuas realizadas ao longo do tempo na PNCA e também na Pnas significaram e exigiram diversas alterações no modo de atuação das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos e públicas que operam no âmbito municipal. Pensamos que as políticas nacionais poderiam funcionar como indutoras de importantes inovações

institucionais no cenário municipal, que se manifesta tradicional e normalmente avesso às transformações estruturais. De acordo com a documentação compulsada, a lógica da cidadania e dos direitos que estão na base da proteção integral (ECA) (Brasil, 1990) e da proteção social (Suas) ainda pode ser considerada incipiente nos discursos e nas práticas das entidades assistenciais, registrados nos documentos analisados. Algumas palavras que remetem a esse ideário singular já aparecem neles, tais como "direitos", "cidadania", "protagonismo", "participação", mas a lógica dominante ainda parece ser a filantropia mais tradicional.

Constatamos a convivência de diversas orientações paradigmáticas (Benelli; Costa-Rosa, 2012; Benelli, 2014a) diferentes no campo social: o *paradigma da caridade*, típico das diversas organizações religiosas católicas, espíritas e evangélicas – que pretende ajudar os pobres e os desvalidos da sorte –; o *paradigma da promoção humana*, no qual as entidades de origem confessionais procuram incorporar o discurso dos direitos humanos; o *paradigma da filantropia*, próprio da elite benemerente, dos ricos empresários e dos seus clubes de serviço – no qual se busca amenizar a situação precária da infância desvalida por meio da educação para o trabalho, num esforço de profissionalizar adolescentes pobres e inseri-los no mercado de trabalho –; o *paradigma do clientelismo assistencialista*, tradicional nas práticas do poder público municipal – que busca capitalizar as promissoras possibilidades eleitorais que representa o atendimento às crianças e aos adolescentes pobres – tanto por meio de programas de execução direta quanto pelo financiamento parcial das entidades privadas sem fins lucrativos.

Independentemente da boa vontade pessoal dos dirigentes e das equipes profissionais que atuam nas entidades assistenciais – que podem ser compreendidas a partir de tais figuras paradigmáticas –, tanto crianças como adolescentes ainda são considerados como objetos de cuidado e tutela, sendo vistos como pobres, carentes, necessitados, em "situação de risco pessoal e social" e também como sendo potencialmente delinquentes e infratores que devem ser mantidos sob um cuidado e um olhar vigilante, procurando

evitar que descambem para a marginalidade e para a criminalidade (Benelli, 2014b).

Mas, no cenário brasileiro mais amplo, há também o *paradigma das políticas públicas oficiais para crianças e adolescentes*, no qual eles são considerados sujeitos de direitos, aos quais se deve oferecer proteção integral. Esse paradigma, que inclui o discurso oficial da PNCA e do Suas, aparece na documentação recolhida de modo superficial e mesclado com o jargão mais típico do terceiro setor, tendência que indica sua orientação preponderantemente filantrópica. Tanto as práticas quanto o discurso das entidades assistenciais poderiam ser subvertidos por meio da educação popular, como uma proposta potencialmente revolucionária e transformadora, num sentido dialético mais específico, como possibilidade concreta de institucionalização dessa perspectiva social cidadã (Benelli, 2014a). Não encontramos indícios de um maior alinhamento com os interesses da classe social constituída pelos pobres e oprimidos no conjunto dos documentos pesquisados, relativos às entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos.

Os parâmetros religiosos (Souza, 2013; Benelli, 2014a), filantrópicos (Uhle, 1991; Setton, 1996a, 1996b, 2004; Ferreira, 2010), empresariais (Barbosa, 2003; Beghin, 2005; Barbosa, L. P. 2006; Ribeiro, 2003, Chahine, 2006; Souza, R. M. 2006; Passone, 2007; França; Zanetti, 2011; Zanetti, 2012; Nora, 2016; Andrade, 2014) e clientelistas (Benelli, 2014a), predominantemente detectados na documentação analisada, também supõem uma posição política que costuma ser bastante tradicional e conservadora, interessada na manutenção da ordem social, à qual se procura adaptar e integrar os indivíduos – incluindo crianças e adolescentes – que são atendidos nos estabelecimentos assistenciais. Nesse caso, parece mesmo que é muito expressivo o ditado que diz que "quem paga a banda escolhe a música". Assim, poderíamos considerar que se trata de uma gestão da caridade, da filantropia empresarial e do clientelismo (Benelli; Costa-Rosa, 2012; Benelli, 2014a) no campo do atendimento assistencial para crianças e adolescentes nessa realidade municipal.

7
Modos de produção de atenção assistencial para crianças e adolescentes: atenção filantrópica e atenção socioeducativa

"A mais aberrante educação nunca teve outro motivo senão o bem do sujeito." (Lacan, 1998, p.625)

Tanto na prática cotidiana, frequentando os campos das instituições da PNCA e da Pnas e seus estabelecimentos e dispositivos institucionais que operam no âmbito municipal, quanto por meio da imersão na literatura, encontramos diversos analisadores potenciais relacionados com o tema da "socioeducação" que nos obrigaram a pensar, pois os consideramos altamente problemáticos.

Tais analisadores se constituem em impasses para a práxis, o que exige reflexão teórica e epistemológica e também produção de conhecimentos que possam permitir reposicionamentos e reorientação da práxis na atenção assistencial disponibilizada para crianças e adolescentes, tomando seus direitos como norteadores do agir.

Encontramos diversos exemplos de intervenções morais, socializadoras, educacionais e terapêuticas como modalidades de atendimentos assistenciais. Esses exemplos podem ser localizados num plano disciplinar, pois se visa governar, educar/ensinar, tratar por meio da psiquiatria, da psicanálise e da psicologia; cuidar, moralizar, socializar, por meio das diversas ciências humanas, tais como a sociologia, a pedagogia, a psicologia, o serviço social, o direito etc.

Consideramos que a superação e a subversão de tais perspectivas disciplinares poderiam ser produzidas por meio do que denominamos de intercessões, que buscam operar no plano simbólico.

Quais seriam os diferentes modos de produção de atenção assistencial ofertados para crianças e adolescentes na atualidade? Partimos de um estranhamento quanto à pregnância do termo "socioeducação" ou da sua variante "socioeducativo", fortemente presente tanto em documentos quanto no vocabulário cotidiano dos trabalhadores sociais que atuam no Suas e nas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos que atendem crianças e adolescentes. De acordo com Benelli e Costa-Rosa (2011), no seu artigo intitulado "Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais", o termo "socioeducação" tem sido muito recorrente nos discursos oficiais das políticas públicas para a infância e a adolescência. Benelli e Costa-Rosa (2011, p.539), consideram que,

> [...] no universo da Assistência Social, a constelação criança/adolescente orbita em torno do astro-rei "socioeducativo". Todas as atividades desenvolvidas nas entidades parecem recobertas por esse significante-mestre, que conota dimensões pedagógicas e terapêuticas, educativas e corretivas, de vigilância e de prevenção, promovendo controle e normalização.

Benelli e Costa-Rosa (2011, p.553) relatam ainda que,

> Em uma comunicação pessoal, uma assistente social explicou que o "socioeducativo" seria a união do "pedagógico" e do "terapêutico", expressando, com essa definição, mais do que imaginava. Ela confirmou com seu *insight* uma suspeita levantada diante desse termo tão comum nas entidades assistenciais, mas que sempre pareceu bastante enigmático e merecedor de análise e reflexão. Haveria uma certa ambiguidade no termo, que oscila entre componentes jurídicos, educacionais, socializadores, assistenciais e protetivos, como informa Costa (2006, p.69).

Haveria algo como uma socioeducação ou atenção socioeducativa (Benelli, 2014a) não formalizada na documentação que estaria sendo utilizada de modo tácito pelos trabalhadores sociais? Quais seriam as características dessa modalidade de pedagogia? Assim como se constata a existência de uma psicologia social, haveria também uma pedagogia social? O trabalho social realizado por trabalhadores da AS que atuam no atendimento a crianças e adolescentes se basearia numa pedagogia social "socioeducativa"? Parece que o termo "socioeducativo" inclui aspectos que seriam, sobretudo, de ordem pedagógica e psicológica (curativa/terapêutica).

> Poderíamos dizer que, assim como a Pedagogia poderia ser considerada a ciência da instituição Educação para os estabelecimentos escolares, talvez a socioeducação consistisse, embora não formalizada, na ciência da Assistência Social como instituição e também para seus estabelecimentos assistenciais: CRAS, CREAS, entidades, secretarias, conselhos etc. A socioeducação seria um saber híbrido, constituído na intersecção complexa entre Medicina e Psiquiatria, Direito e judiciário, Pedagogia e Educação, moral e normas sociais, Psicologia e Serviço Social. Os trabalhadores sociais, atualmente chamados de educadores sociais, seriam os atores sociais que emergem e são recortados no campo histórico do tempo presente como os agentes de sua implementação, sendo dotados de saberes e de poderes para promover a normalização social em nome do Estado, participando assim da gestão e da administração da população, no processo de consolidação da sociedade de controle. (Benelli, 2020a, p.106-7)

Dissonâncias terminológicas, conceituais e práticas recolhidas no cotidiano do atendimento assistencial

Não é incomum encontrar entre os trabalhadores sociais, embora isso não apareça de modo tão explícito nos documentos oficiais das entidades assistenciais, um discurso ideológico que poderíamos

designar como "discurso religioso, moralista e filantrópico". Inclusive, consideramos que talvez muitos deles pensem que esse seria o mesmo "discurso ideológico" que permeia o ECA e também o Sinase, e, propriamente, o lastro da proteção integral. Em diversas ocasiões, pudemos ouvir ideias que interpretamos desse modo, como em reuniões do CMDCA, em visitas a entidades assistenciais ou participando de reuniões e eventos diversos envolvendo trabalhadores sociais.

Eles parecem supor que estariam cumprindo os princípios e as normas da legislação oficial para crianças e adolescentes, que sua ação estaria pautada pelo ECA e pelo Sinase, atribuem o seu próprio viés ideológico ao discurso do ECA e do Sinase, mas realmente estão equivocados. Tanto o ECA quanto o Sinase, no plano discursivo, adotam princípios de caráter pedagógico, psicológico, desenvolvimentista, terapêutico e promocional que seriam bem diversos do que denominamos de "discurso filantrópico" mais tradicional, predominantemente preventivista, moralista, religioso e correcional (Benelli, 2014a).

Em que consistiriam a proteção integral contida no ECA (Brasil, 1990) e a proteção social do Suas (Brasil, 2005)? Como operacionalizá-las concretamente? Quais práticas não seriam compatíveis com essas perspectivas? Entendemos que isso também não parece ser nada claro para os trabalhadores sociais, para os dirigentes e para os mantenedores das entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos.

No "discurso filantrópico", aparecem termos e locuções típicos, tais como "reinserção social", "resgate", "construção de um cidadão", "formar pessoas de bem" etc. Esses seriam "preceitos" que não estão escritos no texto do ECA, não fazem parte da sua letra nem do seu sentido. O ECA não inclui nenhum termo com "re": re-inserir, re-cuperar, res-gatar, re-ssocializar, re-educar, tal como também afirma Batista (2008) de modo contundente. O ECA estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e cidadãos. Como seria a práxis de atenção socioeducativa desenvolvida por um trabalhador social que estaria à altura de pessoas que possuem o estatuto de cidadão, como são as crianças e os adolescentes brasileiros?

Nesse sentido, somos obrigados a reconhecer que o ECA se revela mais avançado do que a mentalidade caritativa, religiosa e filantrópica daqueles trabalhadores que ainda pensam, por exemplo, o crime ou a infração a partir da noção de "pecado" no qual o indivíduo cai "por sua própria culpa" e do qual precisaria ser salvo, "resgatado". O pensamento filantrópico tende ainda a associar crime com a noção de doença/pecado, da qual o indivíduo contagiado precisaria ser "recuperado" por meio de um tratamento adequado. Comportamento inadequado, ato infracional, doença, drogadição, criminalidade, parece que seriam todos termos mais ou menos semelhantes, formando uma série discursiva. No caso dos adolescentes que cumprem MSE, conseguir que eles não infracionem mais seria quase sinônimo de que eles estariam "curados", de que teriam "recuperado" a saúde, ao voltarem a seguir a lei e andar novamente dentro da ordem.

Outro problema enigmático é o seguinte: os adolescentes cometem um ato infracional ou um ato de violência? Esses termos seriam sinônimos? Designariam a mesma coisa? O que significa dizer que "os adolescentes estão envolvidos com situações de violência" ou mesmo considerar que eles "estariam à margem da sociedade"? Parece que tais trabalhadores sociais ainda pensam a partir de pseudoconceitos popularizados acriticamente a partir da teoria sociológica da marginalidade social (Kowarick, 1975; Pichier, 1980; Saviani, 1982; Alves; Escorel, 2012; Simoi-Santos, 2017). Com seus atendimentos, pretenderiam "integrá-los à sociedade", mas como poderiam fazê-lo sem considerar a teoria dialética da exclusão/inclusão social (Goffman, 1975; Zaluar, 1997; Demo, 2002, 2003; Guhur, 2003; Comaru, 2006; Zion, 2006; Caliman, 2008; Frigotto, 2010; Leal, 2010, 2011; Jodelet, 2014; Sawaia, 2014)? Talvez os trabalhadores desconheçam que não há exclusão sem inclusão e vice-versa. Desejariam "mostrar um novo caminho para os adolescentes", locução que parece própria do discurso religioso como aquele que aponta o caminho da salvação para redimir o pecador. O Sinase, tal como o ECA, não inclui as noções filantrópicas de "recuperar" e de "recuperação", termos que remetem a noções de sentido religioso:

"decaídos", "caídos no pecado", que precisam ser "redimidos" e "salvos". Ou então de sentido médico, patológico: cair na doença, na patologia social, precisando então ser "curado", "reabilitado", "reintegrado".

Sobre os problemas mal colocados ou o abuso dos princípios "problema-solução" e "doença-cura" quanto ao tema da violência

Que objeto teórico singular seria esse denominado "violência" com a qual estariam envolvidas as crianças e os adolescentes pobres? A (des)ordem social do MCP gera um conjunto de efeitos denominados pelo serviço social de "questão social" ou "problema social". As ciências humanas (psi) foram criadas e recebem a encomenda estatal de buscar equacionar os problemas sociais por meio de instrumentos psi (observação, descrição, intervenção no comportamento, anamnese, psicodiagnóstico, psicoterapia, aconselhamento, orientações, dinâmicas, grupos, oficinas, rodas de conversa etc.), visando tanto à prevenção, à intervenção e ao tratamento quanto à reabilitação psicológica.

Mas essa estratégia serviria essencialmente para escamotear ideologicamente os efeitos deletérios do MCP: processos de dominação, de exclusão/inclusão, de marginalização/reinserção, de adoecimento/recuperação etc. A medicina, a psiquiatria, a psicologia, o serviço social, a pedagogia etc., como ciências disciplinares, e a AS, como instituição e área das políticas públicas, não podem, com seus instrumentos (remédio, psicoterapia, práticas diversas de atenção assistencial), resolver o problema da "violência" de modo particular, já que tal fenômeno possui dimensões estruturais, institucionais e também interpessoais.

Poderíamos dizer que estamos assistindo – e talvez colaborando para? – à construção de mais um novo mito científico genérico denominado "violência". Parece que se trataria de um problema abstrato, descontextualizado da vida social e histórica concreta, que

pode ser reduzido à interioridade do indivíduo ou restrito aos planos grupal e interpessoal. Consideramos que esse seria um problema equivocado, um problema mal colocado, um pseudoproblema numa pseudopolítica pública. "Dividir para imperar" era um antigo lema do Império Romano que ainda é utilizado estrategicamente com intensidade no neoliberalismo estatal contemporâneo: segmentar, recortar, fragmentar e fatiar a "questão social" em "problemas simples" e focalizados, fomentando a crença ingênua de que seria possível resolvê-los com a invenção de novas tecnologias científicas sociais por parte dos técnicos especialistas: política pública para crianças vítimas de abuso sexual, do trabalho infantil, da violência doméstica, para as que cometeram ato infracional, para as que precisam de apoio socioeducativo etc.

Pode ser que esse "novo" problema constitua parte da nefasta tendência do "politicamente correto" (Gruda, 2014) que estaria produzindo um interessante leque de falsos problemas, tais como:

- o tema do *assédio moral no trabalho*, como recorte abstrato que poderia ignorar a violência própria da dominação, da exploração da mais-valia e dos processos dialéticos de exclusão--reinserção consentida e marginalidade-reabilitação social, próprios do MCP (Guarany, 2019);
- o tema da *baixa autoestima*, tomado como causa de um sem-número de situações problemáticas, num viés psicologizante da vida social, enquanto, normalmente, ela é efeito de condições insuportáveis na vida das pessoas (Araujo, 2010; Assis; Avanci, 2004; Franco, 2009; Branden; Gouveia, 2009; Franco; Davis, 2011; Julio, 2011; Felicissimo et al., 2013; Schultheisz; Aprile, 2013; Quiles; Espada, 2014; Frada; Neves, 2017);
- o tema dos *problemas de aprendizagem* (TDAH, dislexia, disgrafia, hipertividade, etc.), numa perspectiva patologizante, psicologizante, psiquiatrizante e, sobretudo, medicalizadora e medicamentosa (administrando remédios tais como ritalina, concerta etc.) dos problemas da educação numa sociedade de classes capitalista; nesse sentido, os trabalhos de Patto

(1990, 1997) continuam de grande atualidade diagnóstica, ética e política;

- o tema do *bullying*, que poderia representar uma "nova" leitura psicologizante e psiquatrizante dos velhos problemas da educação numa sociedade de classes que é intrinsecamente violenta, operando tanto por meio de ações, omissões, negligência e imperícia (Marafon; Scheinvar; Nascimento, 2014).

Não se podem discutir tais problemas sem fazer uma análise mais ampla da totalidade social e histórica, desconsiderando a violência com que o sistema capitalista explora, oprime, exclui e massacra, condenando a classe trabalhadora ao desemprego sem remédio, à precarização e à mercantilização da saúde, da educação, da assistência, da previdência e da segurança pública; negando-as como direitos constitucionais. O Estado, o mercado e o capital violentam os idosos com aposentadorias pífias, as crianças e os adolescentes empobrecidos com programas sociais paliativos, lotam as prisões com homens negros, pobres, sem escolaridade, massa sobrante para a qual não haveria mesmo futuro e lugar na sociedade.

A escola seria apenas um lugar que reflete a violência social institucionalizada (incorretamente denominada de *bullying* promovido pela figura do "valentão", reduzindo o problema a um caso de violência individual, pessoal, talvez devido a um desajuste de personalidade). Na empresa aconteceria o "assédio moral", como uma versão psicologizada e individualizada da exploração do capitalismo sobre o trabalhador, já bem mapeada por Karl Marx.

Essa psicologização individualizante e moralista dos problemas sociais que são coletivos, estruturais e essencialmente políticos pode ser considerada como uma estratégia diversionista e tergiversadora. Rende muitos congressos e rios de tinta são gastos em livros, mas nem de longe se pretende acertar o alvo e muito menos buscar soluções radicais para problemas que são radicais.[1] Curiosamente,

---

1 Marx (2010a, p.151) afirmou que "a arma da crítica não pode, de fato, substituir a crítica da arma; a força material tem que ser deposta por força material,

os temas *bullying* e "assédio moral" movem o mundo acadêmico e editorial, o que significa mais lucros exponenciais por meio da exploração da mais-valia, sobre a mesma violência social, por meio do mercado editorial.

Com base em todos esses problemas especializados, descontextualizados da totalidade histórica da vida social, muitas vezes pautados em perspectivas funcionalistas ou sistêmicas,[2] o Estado busca promover políticas de caráter e efeitos meramente simbólicos, sem que se lhe exija a transformação das estruturas sociais e produtivas que são as causas dos problemas sociais que afetam os membros das classes populares. O Brasil "investe" – muito mais em discursos do que em orçamento – em políticas públicas para a infância e a adolescência, fomenta o trabalho das entidades assistenciais, das ONG, mas não promove transformações estruturais na vida social. Tais políticas se apresentam então como uma cortina de fumaça de valor ideológico e legitimador das autoridades do momento.

Problemas complexos exigem abordagens complexas para seu equacionamento. Apenas técnicas preventivas, de tratamento, de atenção assistencial e de reabilitação social não são suficientes para seu enfrentamento. Faltam orçamento e também ação política orientada pelos interesses, pelas necessidades e pelos direitos do polo subordinado da sociedade.

Seria preciso utilizar a perspectiva dialética para investigar e desconstruir a noção de "violência" como um fenômeno social amplo que se encontra permeando os discursos, os saberes e as práticas dos diversos trabalhadores sociais, para também desconstruir,

---

mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem". É preciso se dirigir para o próprio ser humano (em sua relação genérico-singular) para atacar o problema em sua raiz. E, para isso, são necessárias forças materiais e teorias que se "apossem dos seres humanos".

2 Ver nota de rodapé 7 do capítulo 2.

desnaturalizar, estranhar e desmistificar, por exemplo, o tema do "ato infracional" cometido por adolescentes pobres.

Não podemos desconhecer que as prefeituras (Penariol, 2017) e o poder público, em geral, também tendem a funcionar de modo violento e intrusivo, pois agridem a população por meio de ações, omissões e negligência quanto à ética na administração e na política pública: faltam planejamentos estratégicos, profissionalismo, transparência, participação popular, execução técnica e competente por parte das secretarias municipais – e para cada direito do cidadão há uma secretaria responsável. Faltam ainda monitoramento e avaliação das atividades públicas: a educação, a saúde, a cultura, o esporte e o lazer, a AS, o trabalho, a habitação etc. As administrações municipais se sucedem, a vida da população continua impossível e ninguém parece ser responsável por nada: os processos institucionais de expulsão escolar são crônicos, os bairros permanecem abandonados por inúmeras administrações corruptas e irresponsáveis, a ausência de perspectivas de estudos, de formação profissional, de trabalho, de futuro não é revertida etc. Tudo isso tem responsáveis: os prefeitos, os vereadores, os secretários municipais, os eleitos pela população e os nomeados pelos governantes para construir uma cidade com qualidade de vida para todos. Aí temos que incluir também a polícia, o Judiciário, o empresariado, pois eles são responsáveis pela existência de "áreas de vulnerabilidade no município" nas quais devem ser instados os Cras, de acordo com o Suas. Trata-se da violência institucional, chamada por Souza (2009a) de má-fé das instituições com relação aos integrantes da ralé brasileira.

A máquina municipal normalmente está a serviço dos interesses dos mandantes de plantão, da vaidade, do prestígio e da ganância de poucas famílias ricas e dos empresários locais. Os interesses e as necessidades da população ficam relegados ao descaso e à negligência. Tudo isso também consiste numa grande violência social. Sabemos que o patrimonialismo, o coronelismo, o clientelismo assistencialista e eleitoreiro, um flagrante desrespeito ao Estado de direito, são predominantes na cultura institucional do poder público, que oprime, intimida e ameaça permanentemente os trabalhadores funcionários

públicos, denominados "servidores públicos", desrespeitando sua autonomia, seus direitos humanos, civis e sociais. Como então, nesse contexto institucional kafkiano, esses trabalhadores poderão atuar como "cidadãos mediadores de direitos para outros cidadãos" (Benelli, 2014a, p.187)?

Os funcionários públicos, também formatados nesse clima institucional persecutório e normalmente abaixo da crítica, em sua alienação e seu arrivismo, cultivados no preconceito cultural e na ojeriza com relação aos pobres – isso é bem caracterizado por Patto (1990, p.209) que, numa síntese magistral, explicou que "o protótipo das representações sociais do pobre na cultura brasileira inclui as seguintes características: sexualmente promíscuo, primitivo, anômico, vadio, pouco inteligente, violento e com vocação para a marginalidade e delinquência" –, marcados por um forte despreparo técnico, mas, sobretudo, político e ético, sempre com algumas honrosas exceções, também costumam reproduzir a violência no trato com os usuários/cidadãos.

Nessas circunstâncias e nessa conjuntura, suas intervenções dificilmente poderiam ultrapassar a advertência verbal, a orientação autoritária, por meio de um discurso moralista, preconceituoso e/ou ameaçador (Benelli, 2020a).

Alguns exemplos problemáticos presentes na literatura sobre as teorias e as técnicas socioeducativas orientadas por uma atenção filantrópica

Em que consistem as propostas socioeducativas desenvolvidas pelos educadores sociais nas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos que atendem crianças e adolescentes pobres no âmbito da AS?

Tais propostas socioeducativas são moralizadoras, socializadoras e pedagógicas? São psicológicas? São psicopedagógicas? Mas como funciona, de modo amplo, a educação de crianças, adolescentes e

jovens no Brasil? E o que é oferecido pelos estabelecimentos assistenciais para aqueles que são caracterizados pela pobreza? São as mesmas práticas e técnicas? Como explicitar a teoria e a técnica que subjazem às propostas socioeducativas desenvolvidas pelas mais diversas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos? Vejamos alguns casos da literatura que nos parecem bons analisadores potenciais quanto ao teor contraditório das propostas institucionais socioeducativas.

Encontramos em uma amostra de documentos oficiais do governo brasileiro, quanto à Pnas e à PNCA, indícios que nos permitem verificar uma ampliação genérica do uso do termo "socioeducação". Na Pnas (Brasil, 2004), o termo "socioeducativo" ocorre duas vezes: uma na página 34 – "Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos" – e outra na página 38 – "núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades". No Suas, as ocorrências também são duas e muito similares a essas. No documento sobre o Cras (Brasil, 2009a), há quatro ocorrências, referindo-se a "materiais socioeducativos". Na TNSS (Brasil, 2009b) ocorre seis vezes, referindo-se a serviços institucionais e a materiais formativos. Na cartilha do Creas (Brasil, 2011d), ocorre quatro vezes, referindo-se a materiais diversos e também ao Sinase. No ECA (Brasil, 1990), aparece 86 vezes; no Sinase (Brasil, 2006d), ocorre 240 vezes; e, no texto da lei federal do Suas (Brasil, 2011b), ocorre 82 vezes. No *SINASE – Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo* (Brasil, 2013d), aparece 80 vezes, e, no *Caderno de orientações técnicas: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto* (Brasil, 2016a), aparece 233 vezes. O termo "socioeducativo" parece estar servindo como adjetivo que qualificaria um conjunto de práticas pedagógicas, psicológicas, educativas e socializadoras diversas, bem como de materiais técnicos.

O termo "socioeducação" parece conotar sentidos sociológicos (socialização, ressocialização), pedagógicos (educação, reeducação, educação social, pedagogia social) e psicológicos (curativos/terapêuticos) (Benelli, 2014a, 2020a). Notamos uma lacuna quanto aos

sentidos políticos críticos do termo (que incluam acepções como direitos, cidadania, participação política, democracia popular). A partir de nossa práxis, fomos colecionando um conjunto de exemplos problemáticos sobre o tema na literatura, que nos exigiram formular algumas discussões. Tais exemplos representam algumas das possíveis variações problemáticas do tema da "socioeducação".

Consideramos que o termo "socioeducação" tem sido muito recorrente nos discursos oficiais das políticas públicas para a infância e a adolescência, sobretudo no âmbito da Pnas na sua interface com a PNCA. Aparentemente, ele tem sido utilizado para caracterizar um novo conjunto de ideias e práticas pedagógicas, educativas, psicológicas e assistenciais que estariam alicerçadas no ECA e que, por sua vez, seriam empregadas no atendimento "socioassistencial" oferecido ao público infantojuvenil por diversas entidades assistenciais, tanto públicas quanto privadas sem fins lucrativos.

A partir de uma análise crítica dos textos oficiais das PNCA e da AS (Pnas, Suas), sobre documentos, bibliografia, impressos e/ou disponíveis na internet, postulamos a hipótese de que a "socioeducação" poderia se desdobrar em três modalidades:

1) A modalidade de proteção integral, que seria destinada para todas as crianças e adolescentes, indistintamente, numa perspectiva de materialização de direitos pessoais e sociais que se expressariam por meio das políticas públicas básicas de educação, de saúde, de lazer, de segurança etc., de responsabilidade do Estado e de direito dos cidadãos (La Taille, 1998; Zagury, 2000, 2011; Custodio, 2008; Lima; Veronese, 2012; Souza, 2014).

2) A modalidade de MPS, que seria destinada ao público infantojuvenil que vivencia – de acordo com o discurso oficial – situações de "risco e vulnerabilidades sociais" (Benelli, 2020a). Sua finalidade seria proteger socialmente crianças e adolescentes pobres, garantir os direitos e buscar promover a cidadania dos usuários por meio dos estabelecimentos institucionais públicos e privados de AS que atuariam como mediadores na busca da superação das condições adversas que restringem as possibilidades do indivíduo e provocam estigma, exclusão e sofrimento. Sobre essa modalidade, há uma

bibliografia diversificada composta por propostas baseadas em perspectivas pautadas pelas ciências humanas disciplinares, tais como a pedagogia, a sociologia, a psicologia, o serviço social e a área da saúde: Bazon (1997, 2002), Rosemberg (1994), Waiselfisz (2003), Löhr (2007), Sposito (2008) e Batista e Marturano (2015).

3) A modalidade das MSE que podem ser aplicadas pela autoridade judicial ao adolescente que cometeu ato infracional, tal como formalizadas no Sinase (Brasil, 2006d, 2012a). O Sinase busca articular em todo o território nacional, por meio dos governos estaduais e municipais, do sistema de justiça e das políticas setoriais básicas (AS, saúde, educação, cultura etc.), a execução das MSE de meio aberto de LA e de PSC, que seriam implementadas pelos Creas. Já a restrição de liberdade, incluindo a semiliberdade e a internação, seria de responsabilidade dos sistemas de justiça e segurança estaduais. Há uma ampla bibliografia sobre essa modalidade de "socioeducação": Gallo (2006), Souza Neto e Centolanza (2010), Bartijotto, Tfouni e Scorsolini-Comin (2016), Cunha e Dazzani (2018), Cardoso e Fonseca (2019) e Marcon, Mella e Silva (2019).

A convivência e o fortalecimento de vínculos na assistência social: enfrentando vulnerabilidades materiais e relacionais

De acordo o Instituto da Criança e do Adolescente – ICA (2009), a socioeducação, na modalidade de MPS, deveria ser destinada às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e constitui uma política que precisaria não só defender e assegurar os direitos desse público-alvo, mas também empreender ações que as ajudassem na superação dos processos de exclusão social.

O artigo 98 do ECA estabelece que as MPS devem ser aplicadas sempre que houver ameaça ou violação dos direitos à vida, à saúde, à educação, ao lazer, ao convívio familiar, entre outros. Tal ameaça ou a violação dos direitos pode ocorrer devido à "ação ou omissão da sociedade ou do Estado", "por falta, omissão ou abuso dos pais ou

responsável" ou "em razão de sua conduta'. No artigo 101 do ECA, estão listadas oito medidas protetivas:

> I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – abrigo em entidade; VIII – colocação em família substituta.

Levando em consideração a configuração da AS que está organizada em PSB e PSE, podemos situar a modalidade de MPS da socioeducação no campo da PSB, pois, de acordo com a Pnas, esse nível de proteção social é destinado

> [...] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (Brasil, 2004, p.10)

Sendo assim, o documento intitulado "Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos" – SCFV (Brasil, 2013c) assinala que a PSB destina-se a dois grupos diferentes de vulnerabilidades sociais: o primeiro seria caracterizado pela dimensão material da vulnerabilidade e composto por pessoas que estão em condições precárias ou em privação de renda e sem acesso aos serviços públicos; já o segundo seria formado por aqueles que sofrem discriminação e preconceito devido ao fato de suas características sociais e culturais serem desvalorizadas, o que originaria a dimensão relacional da

vulnerabilidade. O texto ressalta que esses dois tipos de vulnerabilidade são desmembrados somente no plano didático, pois, na prática, eles ocorrem conjuntamente, já que a vulnerabilidade material também acarreta situações de discriminação e de preconceito.

Com o intuito de prevenir riscos e vulnerabilidades tanto materiais quanto relacionais, as ações da PSB estão alicerçadas em três eixos de seguranças: seguranças de sobrevivência, acolhida e convívio:

> A segurança de sobrevivência refere-se à garantia de uma renda monetária mínima que assegure a sobrevivência de populações que encontrem limitações de rendimento ou de autonomia. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados e famílias numerosas ou sem garantia de condições básicas de vida. A segurança de acolhida diz respeito à garantia de provisões básicas, em especial aquelas que se referem aos direitos de alimentação, vestuário e abrigo. Alguns indivíduos, em razão de idade, deficiência, situações de violência familiar ou social, abandono, alcoolismo, entre outras situações, podem demandar acolhida. A terceira segurança está relacionada à vivência ou ao convívio familiar. (Ipea, 2005 apud Brasil, 2013c, p.13)

Dessa forma, pode-se dizer que a segurança de sobrevivência e a de acolhida são estratégias para prevenir o agravamento da vulnerabilidade material, e a segurança de convívio teria como finalidade prevenir problemas de vulnerabilidade relacional.

Compreender a vulnerabilidade social dividida em duas partes, uma dimensão material e outra relacional, parece-nos, logo de saída, uma perspectiva algo funcionalista. Percebemos que não há uma definição unívoca que abranja os muitos sentidos que o termo vulnerabilidade adquiriu nas diferentes áreas do conhecimento, como na geografia, na demografia, na psicologia, na medicina, no urbanismo e em outras áreas, prestando-se a confusões (Benelli, 2020a). Entretanto, em linhas gerais, há um consenso "de que ela [vulnerabilidade] é o resultado da confluência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da inabilidade de adaptação" (Brasil, 2013c, p.27).

Nessa mesma perspectiva, a Pnas afirma que as situações de vulnerabilidades e risco são acentuadas em algumas etapas do ciclo de vida, sendo a infância, a adolescência e a velhice as mais afetadas. De acordo com o documento *Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos* (Brasil, 2010b, p.18), o contexto de vulnerabilidades e riscos atinge o núcleo familiar provocando consequências diretas para a infância e adolescência, tais como: "negligência; violência física, psíquica, sexual; abandono; situação de rua; exploração do trabalho infantil". Por isso, o trabalho com as famílias constitui uma estratégia fundamental nos serviços oferecidos pelo Estado para a superação das situações de vulnerabilidade. Note-se que se trata apenas de violências localizadas no plano interpessoal.

Para prevenir e superar as situações de vulnerabilidade, o documento da TNSS (Brasil, 2009b) determina que a PSB deve ser composta por três tipos de serviços: 1. Paif; 2. SCFV; 3. PSB no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Existem documentos oficiais que normatizam esses serviços (Brasil, 2009a, 2010b, 2011b). O Paif é o serviço central da PSB e, por isso, seria a partir desse trabalho com famílias que deveriam se organizar as demais atividades assistenciais oferecidas pelas entidades assistenciais públicas e privadas sem fins lucrativos (Benelli; Costa-Rosa, 2013).

De todos os serviços oferecidos na PSB, vamos nos ater apenas ao SCFV (Brasil, 2010b, 2010d, 2013c), já que os demais serviços não são destinados especificamente às crianças e aos adolescentes.

O SCFV é destinado a toda população vulnerável, e, para atender melhor à especificidade de cada faixa etária, foram elaboradas quatro modalidades desse serviço: SCFV para crianças de até 6 anos; SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; SCFV para jovens de 15 a 17 anos; e SCFV para idosos. Cabe destacar que nesta pesquisa não será abordada essa última modalidade.

Conforme a TNSS (Brasil, 2009b, p.14), de modo geral o SCFV pode ser caracterizado como:

> Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Ao compararmos as atividades realizadas no SCFV com aquelas previstas em documentos que orientam os estabelecimentos institucionais promotores da socioeducação na modalidade de MPS, verificamos que ambas possuem os mesmos objetivos.

Apresentaremos um interessante caso relatado no documento que fundamentaria teoricamente o SCFV (Brasil, 2013c, p.48-50):

> Um adolescente de uma família de 7 filhos, sendo ele o 3º, deixou a escola no 7º ano e começou a fazer bicos nas ruas do bairro e ganhar um dinheiro. Hoje ele tem 16 anos, frequenta um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que começou a ir porque tinha jogo na quarta-feira e depois, por causa do orientador social que organizava o jogo, passou a participar de um grupo de conversa que acontece toda quinta-feira. É um bate-papo sobre assuntos diversos, mas cada vez o orientador propõe um jeito diferente de conversar. Às vezes é uma dramatização, outras é um desenho ou a invenção de uma história e todo mundo faz alguma coisa. Na primeira vez que participou do jogo, o orientador social disse que gostaria de conversar com ele e agendou um horário. Nesta conversa, o profissional fez um desenho que mostrava ele, seus familiares e outras coisas que

ele fazia e falou que depois de 6 meses voltariam a conversar sobre esse desenho. No primeiro desenho o garoto dizia ter uma relação conflituosa com o pai e com os irmãos e não os diferenciava, tudo o que dizia era meus irmãos, não conseguia discriminar, dizia que todos eram chatos e não gostava deles. A relação com a mãe é boa, mas ela trabalha fora e não tem muito tempo. Havia deixado a escola depois de repetir duas vezes o 7º ano, a segunda vez por faltas. Faz bicos, trabalha na feira, ajuda na mecânica, faz um serviço de banco para o dono da padaria. Tem um amigo que já esteve internado na Febem por ter sido apreendido com produto de furto. Este amigo está em cumprimento de medida socioeducativa por meio da liberdade assistida e foi quem o convidou para ir jogar bola. Não tem namorada e nem outros amigos. Depois de 6 meses participando do jogo e da conversa de quinta-feira, ele procurou o orientador social e disse que queria fazer novamente aquele desenho sobre a vida dele. Marcou uma conversa com o orientador e a partir do que ia dizendo ele ia desenhando. O garoto foi contando que tinha descoberto que o irmão mais novo era muito bacana e o estava ajudando no retorno a escola (estava cursando EJA para terminar o ensino fundamental). Informou que a irmã e o irmão mais velhos é que não eram legais, realmente não se davam bem. Estava torcendo pra sua irmã casar logo e sair de casa. Os três mais novos não eram muito próximos, mas eram legais. Continuava fazendo bicos, mas todos que davam serviço para ele estavam dando gorjeta porque ele voltou a estudar. Está feliz porque está namorando há um mês e está apaixonado. Seu grande amigo havia conseguido um trabalho com carteira assinada. Outra coisa que havia acontecido é que ele estava participando de um grupo de teatro de uma ONG e estava adorando. Foi nesse grupo que conheceu sua namorada. O orientador social terminou o desenho e o garoto disse que estava faltando desenhar o grupo de conversa, pois era uma coisa importante para ele. Um diagrama mostra o campo relacional quando ele acessa o serviço, mostrando o quanto é restrito e indiscriminado em relação aos irmãos. A legenda permite identificar as pessoas e os tipos de relações estabelecidas. O diagrama evidencia um jovem com vínculos frágeis por um lado e

> conflituosos por outro. Apenas a relação com um amigo se mostra intensa e positiva. Já o diagrama evidenciando o antes e o depois permite notar a expansão do campo relacional, associada à diversificação e uma distinção entre os irmãos, cada um ganhando a sua relevância. Nota-se que o grupo de conversa (ou o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) é promotor da transição e está incluído no campo relacional do jovem. Esta história é inventada e parcial, tem a pretensão de motivar os trabalhadores do SUAS, por admiração e/ou crítica a também inventarem/narrarem histórias que expressem seus objetivos e estratégias de trabalho a partir do ponto de vista de um observador que detém seu olhar sobre as transformações na vida do usuário. Espera-se que os trabalhadores se sintam mobilizados.

Dada a redação ambígua do caso fictício, não é possível desvendar se quem fez o desenho da família teria sido o orientador ou o adolescente. Pensamos que esse poderia ser considerado um bom exemplo do que seria uma pedagogia terapêutica: trata-se de modificar suavemente o comportamento, os valores e os interesses do jovem, sem uso da repressão, da força e da punição, sem internação/privação de liberdade, no espaço social aberto do território comunitário, empregando o esporte e a dinâmica de grupo para exercitar e modular os comportamentos socialmente desejáveis (Benelli, 2014a). Inclusive não se precisa nem de psicologia nem serviço social como áreas de conhecimentos técnicos. A dinâmica institucional do estabelecimento assistencial seria, por si mesma, eficaz, ressocializadora e terapêutica, de modo a proporcionar possibilidades de elaboração psicológica de conflitos, superar dificuldades de relacionamentos, bloqueios afetivos etc., integrar um jovem emocionalmente apaziguado na ordem social vigente. Os pobres precisam adotar os mesmos valores e exibir as condutas típicas da classe média, só que sem disporem do dinheiro que ela possui para custear seu padrão de vida material, social e psicológico.

Encontramos em Donzelot (1986, p.191-2) a caracterização de uma prática parecida, visando à produção de normalização social numa vertente psicologizante:

> Por exemplo: o desenho de uma família nos C.M.P.P. Tome-se uma criança de oito a quinze anos e que sofra de desadaptação escolar. Dê-se-lhe uma folha de papel, lápis preto e de cor. Peça-se-lhe para desenhar uma família. Não há riscos de recusa nessa categoria de idade, aceitam sempre. É preciso saber, inicialmente, que no caso de uma família normal as personagens são geralmente distribuídas em duas fileiras horizontais, as superiores (os pais) e as inferiores (os filhos); que eles são desenhados com simetria, e as cores servem para marcar seus atributos distintivos, sua polaridade grave ou fraca. Mas, se a criança localiza todos os membros da família numa mesma fileira, já se pode supor que a família é pouco ou mal estruturada. Se ela esquece, de passagem, um ou outro membro da família, temos o indício de uma dificuldade de relação com a pessoa em questão, que a criança quis resolver apagando-a simbolicamente. A ordem na qual os personagens se sucedem também diz muito sobre a posição que a criança se vê atribuir na família. A dissimetria com que pode desenhar certas personagens, inclusive ela própria, as cores turvas ou claras, as mutilações de membros permitem ainda apurar a representação que a criança faz de sua família. Uma determinada personagem não tem mãos: não seria porque ela só se serve delas para bater? Outra não tem braços: não seria porque não expressa afeição, apesar do desejo da criança? Assim, o desenho de uma família permite acentuar todas as pequenas e grandes anomalias familiares. Uma criança mente, rouba, é agressiva, colérica, ou, ao contrário, inibida e passiva: esses são os muitos sinais de protesto contra o que há de falso na estrutura familiar, e que o desenho da família revelará. Ao expressar, através do desenho, o seu mal-estar, sua situação, a criança fornece, ao mesmo tempo, uma avaliação do meio familiar.

Por hipótese, tanto a PNCA quanto a Pnas seriam inovações do final do século XX no contexto brasileiro. Contudo, talvez o que estamos fazendo, em boa medida, seja trabalhar para a construção e consolidação do complexo tutelar no nosso país.

Promovendo o desenvolvimento pessoal e social de adolescentes e jovens: algumas propostas de modalidades socioeducativas não críticas

Também encontramos um conjunto de bibliografia e de documentos que constituem uma amostra bastante eclética, mas representativa das propostas socioeducativas presentes nos campos da PNCA, da Pnas, da educação e da saúde.

A partir de três experiências com grupos de adolescentes realizadas nas comunidades populares da cidade de Salvador, na Bahia, Serrão e Baleeiro (1999) publicaram o livro intitulado *Aprendendo a ser e a conviver*, que serviria como um instrumento para que educadores sociais pudessem trabalhar o desenvolvimento pessoal e social de adolescentes e jovens. No início do livro, as autoras apresentam uma caracterização geral dos adolescentes na sociedade atual e descrevem a função social do educador. Ao longo da publicação, apresentam alguns princípios básicos e diretrizes técnicas para a realização do trabalho grupal, com indicações sobre como conduzir a coordenação do grupo, critérios para a periodicidade e duração dos grupos, formas de composição deles e condições que podem facilitar o manejo grupal. Há também um item destinado a discutir o processo de planejamento, acompanhamento e avaliação de um projeto de desenvolvimento pessoal e social de adolescentes. Por meio de 140 dinâmicas sistematizadas e comentadas, o livro aborda temáticas consideradas típicas e básicas do desenvolvimento pessoal e social, tais como: integração, identidade, comunicação, grupo, sexualidade, cidadania, projeto de vida e jogos para formação de subgrupos.

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) publicou, em 2007, a coleção "Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens" composta por três volumes. Seu objetivo consiste em fomentar e orientar programas e serviços de proteção social destinados a crianças, adolescentes e jovens residentes em territórios vulnerabilizados do município de São Paulo. Todos os volumes são destinados a educadores e gestores de programas e políticas socioeducativas,

contudo tais atividades poderiam ser adaptadas para diferentes entidades assistenciais.

O primeiro volume (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 2007a) pode ser considerado o "caderno-síntese", pois apresenta um quadro geral dos aspectos primordiais que abarcam a socioeducação, que incluiríamos na modalidade de MPS. Está estruturado em três capítulos. O capítulo 1, nomeado "Ação socioeducativa em movimento", apresenta os pressupostos, os princípios das ações socioeducativas e os campos e as dimensões de aprendizagens que tais situações envolvem. No capítulo 2, "Parâmetros socioeducativos", retratam-se as metas de aprendizagem para os âmbitos atitudinal (exemplo: valorizar os modos de vida, saberes e fazeres da própria cultura), procedimental (exemplo: obter documentos e cuidar deles) e conceitual (conhecer os propósitos da leitura, da escrita, da comunicação oral e do cálculo) para as diferentes faixas etárias, além de referências metodológicas e didáticas que podem fomentar ou redirecionar as práticas assistenciais propostas. No último capítulo, "Estratégias metodológicas articuladas", são apresentadas algumas metodologias que podem ser utilizadas pelas entidades assistenciais, como a cartografia como instrumento de pesquisa-ação para conhecer o território no qual os jovens habitam.

O segundo volume (ibidem, 2007b) tem como subtítulo "Conceitos e políticas" e é centrado na explicação das concepções de infância, adolescência, juventude, educação integral, educadores e ações socioeducativas que devem orientar o funcionamento de uma entidade assistencial. Situa a socioeducação na conjuntura da política de assistência para a infância e juventude, abordando aspectos tais como a política de AS e diretrizes da política, da gestão e implementação referentes ao público infantojuvenil do município de São Paulo.

O terceiro volume, intitulado "Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: igualdade como direito e diferença como riqueza" (ibidem, 2007c), indica que as atividades mais frequentes nos estabelecimentos socioeducativos costumam ser as oficinas de arte, de literatura, oficinas que abordam

temáticas específicas para cada idade, atividades esportivas, execução de projetos diversos, capacitação profissional e rodas de conversa. Esse documento ainda evidencia os eixos estruturantes da socioeducação que seriam representados pela socialização, pela arte, pela cultura e pelo esporte. O brincar e as oficinas são considerados ferramentas-base para estimular a socialização que deve ser perpassada pela afetividade, pelo respeito e pela internalização de normas e valores. A arte teria como função potencializar a capacidade de criação, representação e intensificação da sensibilidade; dessa maneira, seria ampliada a participação dos sujeitos em sua realidade cultural. Por fim, as práticas esportivas visariam desenvolver a consciência do corpo e sua capacidade de agir sobre o ambiente, além de favorecer a convivência, o respeito mútuo e a cooperação.

Esse último volume (ibidem, 2007c), tem como subtítulo "Trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 18 anos". Nesse volume estão dispostas orientações sobre as metas de aprendizagem e as referências metodológicas que foram abordadas nos volumes anteriores, bem como questões relacionadas ao modo de funcionamento dos estabelecimentos assistenciais socioeducativos; ainda inclui um vasto repertório de sugestões de atividades que poderiam ser desenvolvidas. Há indicação de temas específicos para serem trabalhados com crianças e adolescentes de diversas faixas etárias. Para o grupo de 6-12 anos, sugerem-se dez temas, sendo eles: "Minha turma e eu", "Minha história", "Nossa história", "Meio ambiente", "Arte", "Arte do movimento", "Saúde", "Jogos e brincadeiras", "Jogos populares", "Jogos vinculados aos esportes". Os temas para o público entre 12 e 15 anos são: "Identidade", "Famílias", "Arte", "Manifestações populares", "Saúde", "Meio ambiente", "Jogos e brincadeiras". Para os adolescentes de 15-18 anos, os temas propostos são: "Cartografia dos territórios dos jovens", "Cartografias dos territórios da comunidade, da cidade" e "Saúde".

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) consistiu numa proposta socioeducativa que se desdobrava em quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes

da Terra. Há um conjunto de publicações oficiais referentes a tais práticas socioeducativas, publicado em 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), compondo cinco cadernos, os quais vamos sumarizar a seguir.

O caderno *Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos* (Brasil, 2009d) aborda as diferentes formas de vivenciar a juventude e a adolescência na atualidade, incluindo algumas esferas tais como a da inclusão produtiva/mundo do trabalho, a da criminalização e do estigma da violência. Apresentam-se os fundamentos, a concepção, os referenciais e princípios metodológicos estruturantes e norteadores das ações integrantes do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Versa também sobre políticas públicas destinadas a adolescências e juventudes, bem como estratégias para potencializar o serviço socioeducativo em questão.

No volume intitulado *Traçado metodológico* (Brasil, 2009e), há informações sobre a estrutura e o modo de funcionamento do Projovem Adolescente, incluindo o planejamento, a implementação, a sistematização e a avaliação das ações socioeducativas. Há ainda uma descrição de como seriam os espaços de socialização, a concepção metodológica e os eixos estruturantes do serviço socioeducativo; também discorre sobre as conquistas e aquisições que seriam resultados previstos pela execução do Projovem Adolescente.

Alguns dos objetivos publicados em *Caderno do orientador social: Ciclo I: Percurso socioeducativo I: "Criação do Coletivo"* (Brasil, 2009h) seriam os seguintes: o acolhimento dos jovens, a construção de um ambiente que possibilite a criação de vínculos com o orientador social, assim como o reconhecimento de identidades e identificações para desenvolver o sentimento de pertencimento ao Coletivo, nome dado ao grupo formado pelos jovens. Nesse momento inicial do trabalho social com os jovens, o principal desafio do orientador social consistiria em sensibilizar e conduzir o jovem para uma participação criativa, comprometida e transformadora, por meio de sua participação no serviço socioeducativo do Projovem Adolescente.

No livro intitulado *Caderno do orientador social: Ciclo I: Percurso socioeducativo II: "Consolidação do Coletivo"* (Brasil, 2009i), há um

direcionamento para o orientador social a fim de que ele possa estimular a produção e sistematização individual e coletiva de saberes e conhecimentos, visando a uma participação de melhor qualidade por parte dos jovens na vida social. As atividades estão estruturadas de modo a garantir, entre outras coisas, o fomento da socialização e o fortalecimento de vínculos, do companheirismo, do trabalho e da afetividade entre todos os sujeitos envolvidos no atendimento assistencial, promovendo a vinculação do jovem com o serviço socioeducativo e o seu meio social.

Contendo informações sobre metodologia de pesquisa e ação participativa, o volume sobre o "Percurso socioeducativo III" (Brasil, 2009j) visa alcançar sua principal meta que consistiria em criar condições para que os jovens e os coletivos se apropriem das informações sobre seus direitos e suas formas de acessá-los, além de conhecerem e explorarem seu território de maneira crítica e proativa. Por isso, algumas das práticas propostas destinam-se a estimular a curiosidade e o olhar pesquisador do jovem em relação ao bairro e à cidade, além de apresentar e desenvolver possibilidades para acesso a informações e a manipulação de instrumentais de pesquisa e de elaboração de diagnósticos.

O texto sobre o "Percurso socioeducativo IV" (Brasil, 2009k) contém perspectivas sobre o momento no qual os jovens são orientados a definir e escolher alguns dentre os diversos desafios que perpassam o território onde vivem, para, a partir disso, planejar ações coletivas que pudessem contribuir para a superação desses problemas. O propósito das atividades dispostas nesse ciclo visa desenvolver nos jovens competências comunicativas em múltiplas linguagens – jornal, fanzine, revista, vídeos, entre outros –, além de capacidades e habilidades gerais, envolvidas na realização das atividades produtivas, sociais e culturais.

A quinta fase do percurso socioeducativo (Brasil, 2009l, 2009m) seria aquela na qual os jovens desenvolveriam um planejamento participativo para a elaboração do Plano de Atuação Social (PAS) e construiriam o seu Projeto de Orientação Profissional (POP). Portanto, as ações socioeducativas visariam, nessa etapa, ampliar as

redes de sociabilidade dos jovens por meio de contatos e visitas, o que subsidiaria o processo de participação e promoveria exercício de cidadania, ao proporcionar um contato com o mercado de trabalho, por meio da participação em feiras de profissões, visitas a universidades, empresas e outras estratégias.

Apesar de certo arrojo quanto aos termos empregados nesses documentos que pretendem subsidiar as práticas de atendimento assistencial, eles não podem ser considerados críticos, politizados e orientados pela perspectiva da atenção aos direitos das crianças e dos adolescentes.

A perspectiva moralista atualizada no ensino de valores e das competências sociais

As tradicionais práticas do "ensino de valores", com base na valorização da educação do comportamento moral e do ensino de "limites" (Larroy; Puente, 2000; Serrano, 2002; Araújo; Puig; Arantes, 2007; Gomide, 2010; Hanns, 2015), ganharam nova roupagem na atualidade, com as propostas de desenvolvimento de "competências sociais", "habilidades sociais" e "socioemocionais" (Del Prette, Z.; Del Prette, A, 2001, 2003, 2005, 2010; 2017; Del Prette, A.; Del Prette, Z., 2009 2010; Santos; Primi, 2014; Del Prette et al., 2015; Batista; Marturano, 2015), tanto no âmbito educacional escolar quanto nos estabelecimentos assistenciais. Souza (2019) é médico psiquiatra, professor, autor de livros didáticos e fundador do Programa Semente, projeto que promove o desenvolvimento de competências socioemocionais em crianças e adolescentes. Vejamos sua perspectiva quanto ao tema:

> O futuro pede habilidades socioemocionais
>
> Autoconhecimento, regulação emocional, resiliência, empatia e julgamento para tomar decisões responsáveis podem ser aprendidos na escola e são importantes aliados para as mudanças trazidas pelo desenvolvimento tecnológico. Uma criança que está iniciando o

Ensino Fundamental hoje terá apenas 16 anos em 2035. Por essa época, o mundo como o conhecemos hoje terá mudado significativamente em algumas áreas – talvez até de forma imprevisível. A tecnologia que permitirá nos locomovermos em milhões de veículos autônomos nas grandes cidades provocará uma avalanche de mudanças em outras áreas. Isso deve alterar a nossa forma de interagir com o mundo, reformulando padrões e relações na sociedade. Um estudo do Fórum Econômico Mundial, publicado em 2016, estimou que 65% dos jovens que estão hoje na escola trabalharão em uma profissão que ainda não existe. Além disso, a previsão é de que essas pessoas não terão apenas uma carreira ao longo da vida. Talvez sejam duas, três, quatro ou mais. Isso ocorrerá porque a inteligência artificial, os robôs, as máquinas farão trabalhos que antes eram exclusivamente humanos, o que pode fazer com que carreiras sólidas deixem de fazer sentido. Ter que se reinventar aos 20 anos é uma história, mas ter que se reinventar sucessivamente aos 30, 40, 50, 60 anos pode ser muito desafiador. Esse cenário exigirá muita resiliência e grande capacidade de regulação emocional para lidar com o estresse inerente às mudanças. A pergunta é: teremos habilidade para navegar nesse novo mundo? Ou aumentarão os índices de alcoolismo, depressão e suicídio? Essa é uma das razões que contribuiu para o consenso entre os especialistas sobre importância de ensinarmos tais habilidades na escola. As habilidades socioemocionais – autoconhecimento, regulação emocional, resiliência, empatia e julgamento para decisões responsáveis – podem ser aprendidas da mesma forma que as crianças aprendem a ler, a escrever ou a contar. Um estudo conduzido em 2011, envolvendo cerca de 270 mil crianças e adolescentes, avaliou o impacto de programas estruturados de aprendizagem socioemocional nas escolas. Comparado com o grupo controle, os alunos melhoraram suas notas nas disciplinas tradicionais, em média, 11%. Resultados semelhantes foram encontrados em outro estudo de 2017, envolvendo cerca de 100 mil participantes. Só para se ter uma noção do tamanho desse impacto na nota, numa avaliação como o ENEM, o aumento de 11% na pontuação significa algumas centenas de posições na disputa por vagas nas carreiras

mais concorridas. Mas uma coisa que chamou muita atenção nesse estudo é que num seguimento de 20 a 30 anos, as crianças e adolescentes se tornaram adultos com uma prevalência de transtornos mentais muito menor do que o grupo controle. Esses dados apontam com clareza que a aprendizagem socioemocional pode impactar positivamente o desempenho acadêmico e a capacidade de lidar com os desafios que o século XXI já está exigindo. Ignorar essa realidade é omissão. Neste contexto, não há dúvidas sobre a urgência de olharmos o tema com a seriedade que ele merece. Se concordamos que, para um futuro melhor, é preciso investir nas crianças e adolescentes, concordaremos também que uma das formas de conseguir isso é investindo nos professores. Tão importante quanto estruturar as habilidades socioemocionais nos alunos é também desenvolver essas habilidades nos professores. Afinal de contas, eles também estão no meio dessa revolução e mais do que nunca precisarão de muita resiliência e capacidade de regulação emocional para enfrentá-la. Entre as incertezas sobre o futuro, é possível fazer uma previsão segura: nos próximos 20 anos, precisaremos de professores mentalmente saudáveis, pois nunca foi tão importante aprender e nunca foi tão importante ensinar. É hora de despertar. O futuro tem pressa, e ele não costuma esperar.

Os termos são vários: habilidades socioemocionais, competências socioemocionais, competência social e habilidades sociais, educação socioemocional, desenvolvimento socioemocional, aos quais podemos acrescentar os de psicoeducação e de socioeducação. As dez competências socioemocionais consistiriam num conjunto de habilidades que seriam as mais usadas pelos indivíduos: empatia, felicidade, autoestima, ética, paciência, autoconhecimento, confiança, responsabilidade, autonomia e criatividade.

A empatia consiste em tentar compreender sentimentos e emoções, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente o outro indivíduo. Ser feliz é estar pleno no aqui e no agora. Felicidade é estar bem com o seu espírito, a sua mente e o seu corpo.

> É estar em sintonia com seus valores, decisões e atitudes, com o que você pensa, fala e faz. A autoestima inclui o julgamento, a apreciação que cada um faz de si mesmo, é sua capacidade de gostar de si. A ética é a condição do ser humano de avaliar a sua conduta ou a de outro ser humano, com base nos valores de uma sociedade. Graças à ética sabemos diferenciar o que é bom e o que não é, se alguém é respeitável ou corrupto, leal ou indigno etc. É, enfim, a capacidade de decidir com base na valoração social. A paciência é uma virtude do ser humano baseada no autocontrole emocional. Ou seja, quando um indivíduo suporta situações desagradáveis, injúrias e o incômodo de terceiros, sem perder a calma e a concentração. O autoconhecimento implica em conhecer a própria essência e ter pleno domínio de si mesmo, em pensamentos, desejos, esperanças, frustrações e crenças. Esse conceito nos permite traçar um mapa pessoal com oportunidade de interpretar melhor quem somos e, principalmente, onde queremos chegar. Assim, teremos um foco maior e também uma certeza do real motivo de estarmos aqui. A confiança envolve a segurança de si e do próximo, pois significa que a crença de certos resultados ou consequências são alcançadas em determinadas situações. Está relacionada com a sensação de olhar para uma ação futura, que vai acontecer, e ainda não ter uma certeza empírica. A responsabilidade implica cumprir com o dever de assumir as consequências provenientes de nossos atos. Abrange uma amplitude de conceitos que têm relação com assumir as responsabilidades dos nossos atos praticados de forma consciente e intencionada. A autonomia refere-se à capacidade que os seres humanos apresentam de poder tomar decisões por si, sem ajuda do outro. É estar empoderado da capacidade de decidir de forma livre e espontânea. A criatividade é a capacidade de usar habilidades para criar ferramentas ou adaptar-se ao meio. É encontrar respostas ou descobrir maneiras de inventar algo novo para melhorar a vida cotidiana. (Tugas, 2021)

De nossa parte, gostaríamos de propor o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentalmente psicopolíticas, como as seguintes: 1. formação política, consciência crítica, consciência

de classe *versus* alienação na ideologia da classe dominante; 2. solidariedade de classe (no âmbito da classe trabalhadora) visando à emancipação humana (Krügner, 2009; Selli; Garrafa, 2006) *versus* solidariedade entre/interclasses antagônicas (solidariedade genérica, indiferenciada, filantrópica: "responsabilidade de todos") (Fagundes, 2006; Westphal, 2008); 3. luta e reivindicação de direitos humanos, políticos e sociais *versus* aceitação resignada e conformista da (des)ordem social vigente; 4. responsabilização do Estado quanto ao financiamento das políticas públicas sociais (saúde, educação, assistência, previdência) *versus* Estado social mínimo e subordinado aos interesses do capital; 5. participação dos movimentos populares *versus* solidarismo indiferenciado e voluntariado filantrópico; 6. participação em associações de moradores; 7. mobilizações sociais por meio de passeatas e manifestações *versus* canais institucionalizados de participação social; 8. instrumentalização política das mídias e redes sociais *versus* robôs midiáticos de direita; 9. análise de conjuntura e organização popular *versus* alienação; 10. engajamento político e militante.

Transtorno de conduta de criança: uma abordagem socioeducativa do cuidado em saúde mental?

Chiaverini (2011, p.142), numa cartilha sobre matriciamento em saúde mental, ao elencar os problemas comuns da saúde mental na atenção primária, quando aborda o que denomina de problemas da infância e da adolescência, afirma que "a criança é um indivíduo em formação e o meio ambiente é fundamental para ela ter uma boa qualidade na sua vida futura, complementando sua genética e sua vida intrauterina". Considera que

> Muitos são os transtornos na infância e adolescência e devemos estar atentos às etapas evolutivas da criança e do adolescente. Dessa forma, não corremos o risco de transformar em patológico algo que

é normal para aquela faixa etária, como, por exemplo, agressividade na adolescência ou enurese noturna e agitação numa criança de quatro anos. (Chiaverini, 2011, p.144)

Apesar de sua ressalva evolutiva, é possível notar a hegemonia da perspectiva organicista e desenvolvimentista, típica do discurso médico mais comum, sobre o tema da saúde. Isso se verifica pelo emprego do termo "transtorno", de tonalidade psiquiátrica, que pretende ser neutro e genérico. Transtorno é um substantivo masculino que significa o ato ou efeito de transtornar, sendo também sinônimo de alteração, contratempo, contrariedade e prejuízo. Os termos transtorno, distúrbio e doença combinam-se aos termos mental, psíquico e psiquiátrico para descrever qualquer anormalidade, sofrimento ou comprometimento de ordem psicológica e/ou mental. Um transtorno é algo que foge ao padrão de normalidade estabelecido, tanto no plano moral quanto social e também da saúde física, conforme a classificação:

Os transtornos mais comuns na infância e adolescência incluem: transtornos de conduta; transtorno depressivo; transtorno de ansiedade; transtorno de déficit de atenção e hiperatividade; transtorno global de desenvolvimento; violência e transtorno de estresse pós-traumático; transtornos alimentares; retardo mental; transtornos de aprendizagem; transtorno por uso de substâncias psicoativas; comportamento suicida. (ibidem)

Quanto ao tratamento, a primeira resposta apresentada é a medicamentosa:

A maioria desses transtornos, tais como depressão, ansiedade, comportamento suicida, transtornos alimentares e transtorno de estresse pós-traumático, pode apresentar clínica semelhante à dos adultos. Dessa forma, quando pensamos no tratamento, devemos saber que: os psicofármacos em muito se assemelham aos usados com adultos; a abordagem psicológica no matriciamento deve

> incluir uma abordagem familiar, além da possibilidade de encaminhamento para um grupo na comunidade e/ou atendimento e/ou psicoterapia no nível secundário (ibidem, p.145)

O caso de Jonatas é exemplar quanto à moralização, patologização, medicamentalização e psicologização de uma situação de pobreza complexa. Sua simplificação pela lógica médica permite seu encaminhamento prático e efetivo:

> Uma Agente Comunitária de Saúde começou a ficar preocupada com Jonatas, 11 anos, que está apresentando uma alteração de comportamento, não compatível com as exigências sociais e legais. Ele comete pequenos furtos, tornando difícil o convívio coletivo e correndo risco de vida, já que vive numa comunidade onde existe grande interferência do narcotráfico. A mãe está muito preocupada, pois desde que o pai morreu, há três anos, e também pelo fato de ela trabalhar o dia todo, o filho fica sozinho em casa. Ao comentar com a enfermeira, esta solicitou um matriciamento para melhor avaliar a situação. Transtorno de conduta foi a conclusão no matriciamento realizado pela equipe do ESF com a psicóloga e o psiquiatra na presença do menor e de sua mãe. Na interconsulta, a mãe estava muito preocupada, porém Jonatas estava cínico, demonstrando pouco caso, sem culpa pelas suas ações. Conversaram sobre a falta de limites, muito importante para a prevenção desse transtorno, e de como o menor não costuma ter crítica de seus atos, não sente culpa. Foram pontuados diagnóstico diferencial com manifestações encontradas em etapas do desenvolvimento específicas: teimosia e desobediência no pré-escolar, rebeldia na adolescência. No projeto terapêutico, foi proposto incluí-lo em grupos de crianças e adolescentes ou em outros grupos já existentes na ESF, na tentativa de criar vínculos. Deveriam procurar grupos para essa faixa etária nos recursos da comunidade, reintegrá-lo na escola. Após a interconsulta, o psiquiatra pontuou os psicofármacos que poderiam ser usados – neste caso, estabilizadores de humor, antidepressivos, antipsicóticos. (ibidem, p.146)

O que nos parece interessante nesse relato é que ele exemplifica uma das possibilidades atuais das práticas de cuidado em saúde em liberdade no território, por meio dos agentes comunitários de saúde da ESF. Tornou-se possível dispensar completamente a reclusão e a internação de uma criança como forma de promover seu tratamento: ela pôde ser medicada, inserida em grupos diversos na área da saúde, da educação ou da AS, tanto no SCFV executado pelo Cras quanto em uma entidade assistencial privada (Benelli, 2014a, 2016b) e assim ser devidamente supervisionada, acompanhada e orientada, de modo a desenvolver comportamentos normais.

A psicoeducação como proposta socioeducativa não crítica

A psicoeducação como teoria e técnica foi criada no Canadá, na segunda metade do século XX, e consistiria numa proposta educativa desenvolvida para ser aplicada em estabelecimentos de internação para crianças e adolescentes acolhidos ou privados de liberdade. Essa modalidade de intervenção se apoia em um modelo que priorizaria a pesquisa, tendo surgido como uma alternativa nesse contexto institucional específico, sendo dotada de princípios e de um método de atuação que lhe permitiria atingir os objetivos das chamadas intervenções psicoeducativas. Bazon (2002) descreveu os fundamentos da psicoeducação, bem como uma experiência vivenciada por ela, considerada rica e bem-sucedida na aplicação da psicoeducação em um estabelecimento em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. Considera-se que esse exemplo incluiria os elementos que possibilitariam a avaliação de um modelo de cuidado e de intervenção específico que foi desenvolvido em outro país, mas que poderia ser capaz de produzir resultados positivos, alterando uma realidade por vezes muito adversa, caso fosse bem adaptado para a realidade brasileira.

Bazon (2002) considera que as sociedades sempre tiveram parte das suas crianças separadas de seus pais por motivos os mais variados, incluindo morte e abandono, e por regras e padrões da cultura e

da própria comunidade. Seu cuidado, historicamente, já foi assumido pela Igreja, pelo Estado ou por pessoas e entidades guiadas pelo princípio da responsabilidade social. No Estado moderno, incluindo o Brasil, paralelamente a essas atuações, vem sendo produzida uma legislação visando garantir condições de guarda e desenvolvimento dessas crianças, compatíveis com seu direito de cidadãos plenos. Considera também que, na prática, no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, sobretudo na definição de embasamentos teóricos apropriados para uma ação efetiva e adequada, e a consequente formação de educadores capazes de levar a bom termo o cuidado dessa parcela da população em situação de risco psicossocial.

Bazon (2002), de modo sintético, apresenta uma história das instituições de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, focando particularmente aquelas de abrigamento, de acolhimento e de internação, já que as instituições asilares eram as únicas existentes no país como referências para o atendimento da infância pobre. Ela descreve as transformações pelas quais passaram os estabelecimentos assistenciais caritativos, filantrópicos e depois também explicitamente correcionais, a promulgação do Código de Menores de 1924 e a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e das unidades da Febem. O ECA de 1990 teria representado uma ruptura com essa história anterior de repressão correcional para crianças e adolescentes, instaurando a perspectiva da proteção integral. Podemos considerar que se trata de uma intensa luta paradigmática no campo da política pública para a infância e a adolescência, no contexto da história brasileira (Benelli; Costa-Rosa, 2012), embora Bazon (2002) não o perceba desse modo.

Bazon (2002), ao apresentar o modelo da psicoeducação como uma proposta de intervenção socioeducativa, expõe, explica e discute seus princípios e procedimentos. Ela parte dos trabalhos de Gilles Gendreau e Jannine Guindon, canadenses que criaram a psicoeducação, "compreendendo uma concepção e uma metodologia da intervenção educativa especializada, um programa de formação de Educadores e uma profissão" (ibidem, p.33). A psicoeducação desenvolveu-se a partir de uma matriz original e sistematizou-se como

teoria e metodologia de intervenção com adolescentes em situação de internação institucional naquele país.

Os fundamentos teórico-metodológicos da psicoeducação seriam encontrados na perspectiva humanista, na teoria do desenvolvimento de Piaget, constituindo uma teoria sistêmica que permite pensar "o desenvolvimento humano como fruto das interações entre o indivíduo e uma rede constituída por sistemas intercomunicáveis" (ibidem, p.40). Bazon (2002) parece desconhecer os trabalhos de Goffman (1987) e Foucault (1999), tal como apresentamos e discutimos quanto à lógica da internação, às suas possibilidades e aos seus impasses (Benelli, 2015).

Bazon (2002), em sua resenha, demostra ter lido autores críticos, tanto sócio-históricos dialéticos quanto genealógicos, mas eles não operam efeitos na sua perspectiva ética. Ela parece assumir, sem maiores questionamentos, o mandato social, público e estatal, que autoriza profissionais chamados de educadores a promover intervenções pedagógicas e socializadoras com adolescentes internados. Com a psicoeducação, pretende apresentar uma proposta de modo a qualificar e aprimorar o funcionamento dos estabelecimentos institucionais de internação para crianças e adolescentes da atualidade.

Entendemos que a psicoeducação é uma proposta de base educacional e pedagógica que pretende desenvolver habilidades psicológicas e cognitivas em crianças e adolescentes de modo que eles possam controlar conscientemente seu próprio comportamento pessoal e social. Vejamos como isso se evidencia no texto:

> De modo operacional, o Educador utiliza o *vivido-compartilhado* dando suporte necessário à *tomada de consciência* do sujeito em relação a certas dimensões das situações – concernido às distinções entre suas percepções subjetivas e a lógica da situação, suas intenções e os atos, os atos e suas consequências, seus sentimentos e os dos outros – propiciando-lhe *um olhar retroativo e antecipador* sobre a realidade interna e externa (Gendreau, 1965). Segundo Gendreau (1991), o primeiro nível de tomada de consciência consiste em estabelecer as diferenças, as distinções, as diferenciações. O segundo

> nível refere-se a uma certa individuação, ou seja, ao reconhecimento de si mesmo na situação em questão. O terceiro momento implica em poder utilizar as aprendizagens de uma experiência em outras situações. Nesse momento, espera-se que o sujeito vá se tornando capaz de reconhecer o que depende dele numa determinada situação e perceber que aí entram em jogo suas dificuldades, vulnerabilidade e forças (LeBlanc et al., 1998). A importância de utilizar um evento compartilhado com o sujeito parte do fato de que passar por uma experiência, geralmente, não é suficiente para que se tome consciência de tudo o que ela envolve, e também para que se consiga generalizar as aprendizagens de uma vivência para outra. Nessa perspectiva, consideram-se as inúmeras interações, no cotidiano, passíveis de influenciar o sujeito e de promover seu desenvolvimento, de modo que os profissionais, conscientes do potencial dessas vivências (por mais banais que elas pareçam), demonstram grande competência para aproveitar toda e qualquer situação para agir educativamente. Sob essa visão, o Educador é um agente de transformação NO e PELO evento cotidiano, sendo a operação de utilização o cerne da ação educativa. (Bazon, 2002, p.48)

Ao educador cabe, portanto, o manejo das experiências do cotidiano, de modo a instrumentalizá-las pedagogicamente, elevando-as ao estatuto de comportamento consciente, calculado, perspectivo, prospectivo e generalizável. O cerne da psicoeducação parece consistir nesse esforço de ajudar o sujeito a tornar-se consciente de seu comportamento, de suas escolhas, de seus sentimentos e dos efeitos disso em si, nos outros e no contexto do estabelecimento assistencial. Portanto, o jovem deve se tornar capaz de pensar, refletir e não agir impulsivamente. Seria tarefa do educador auxiliá-lo nessa tarefa.

Poderíamos perguntar por que essas crianças e esses adolescentes não desenvolveram e/ou não possuem tais habilidades psicológicas e sociais. Na resenha introdutória do livro de Bazon (2002), dedicada à história da institucionalização do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, falta, por exemplo, a consideração da luta de classes e dos seus efeitos na construção da sociedade brasileira. Está ausente

também uma consideração genealógica que permita problematizar as práticas sociais e históricas que deram origens a saberes que criaram e referendaram as figuras de diversos atores sociais, tanto de educadores quanto de educandos. Mas, para sermos justos, Bazon (2002, p.14) não se revela ingênua e afirma o seguinte:

> As observações da realidade atual, referentes ao atendimento à juventude em geral e também àquela que enfrenta dificuldades especiais, levam à conclusão que as condições mudaram muito pouco. Boa parte do problema ainda pode ser vinculado às dificuldades de acesso que grande parte da população tem aos direitos básicos, principalmente por viver em situação de pobreza.

Mesmo considerando essa importante ressalva, diferentemente de Bazon (2002), pensamos que as dificuldades de elevar os serviços especiais que atenderiam os jovens vítimas de violência – que têm seus direitos violados – e os assim chamados de infratores – que são considerados como violadores de direitos – ao estatuto de *promoção social*, pautando-os essencialmente numa função ou *dimensão educativa*, é um enigma que não se pode equacionar sem a consideração da sociedade disciplinar e de sua transição para a sociedade de controle (Foucault, 2013; Deleuze, 1992). Uma proposta pedagógica como a da psicoeducação não é capaz de um feito dessa ordem. No tratamento institucional para os jovens, particularmente no contexto das MSE previstas no Sinase (Brasil, 2012a), ainda persiste uma mescla de práticas assistencialistas e repressivo-correcionais que não podem simplesmente ser substituídas por outras que seriam baseadas em princípios educativos que teriam seu fundamento na noção de cidadania. Sem alterações nas estruturas sociais de dominação e violência, é ingenuidade supor que se poderiam manejar com grande sucesso as relações humanas subjetivas individuais e grupais no plano microfísico dos estabelecimentos institucionais. Essa nos parece ser a questão fundamental, e não a busca de aprimorar o que não tem remédio: as instituições totais e seus efeitos de normalização e de controle (Benelli, 2014), pois elas são essencialmente (des)educativas.

Uma perspectiva psicologizante sobre grupos e gangues

Zimerman (2000), ao discutir sobre os grupos espontâneos formados por adolescentes, distingue entre as turmas e as gangues. As primeiras, denominadas de "normais" (ibidem, p.62) e de grupos "sadios" (ibidem, p.63), são constituídas por adolescentes caracterizados por uma perspectiva tradicional, desenvolvimentista e psicologizante. As gangues, por sua vez, seriam consideradas "delinquentes" (ibidem, p.62) e formadas por grupos "destrutivos" (ibidem, p.63), nas quais predominam as "pulsões agressivo-destrutivas" (ibidem, p.64). Ele discorre sobre a complexidade dos fenômenos das gangues:

> [...] as causas determinantes não são únicas e nem simples, pelo contrário, são múltiplas, complexas e abrangem fatores tanto da natureza do psiquismo interno como aqueles que dizem respeito às circunstâncias da família, os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e também a influência da mídia. (Zimerman, 2000, p.64-5)

Zimerman (2000, p.65) pensa que as privações e as exigências de toda ordem tenderiam a tornar ainda mais angustiante a adolescência dos pobres:

> Assim, uma primeira e óbvia razão é a de que uma gangue agressiva representa um *grito de desespero e de protesto* contra uma sociedade que não só não os entende, como ainda os desampara, humilha, mente, corrompe e degrada [...]. Modelo de uma cúpula diretiva corrompida, seja no âmbito familiar, seja no nível governamental.

As dificuldades com as turmas compostas por adolescentes podem ser encaminhadas por meio de "grupos de reflexão coordenados por técnicos bem preparados" (ibidem, p.66), formados exclusivamente por adolescentes ou apenas por pais, com o objetivo de trocar experiências, de fazer esclarecimentos, de modificar percepções e sentimentos. No caso das gangues, seria preciso

> [...] efetivar uma real tomada de iniciativas que se dirijam não tanto unicamente à necessária ação repressiva dirigida isoladamente a indivíduos ou algumas gangues, mas sim ao investimento em processos educacionais, de tal sorte que, desde muito cedo, a criança marginalizada possa respeitar, admirar, e assim incorporar novos modelos de valores provindos de técnicos, educadores. (ibidem, p.67)

Educação e repressão seriam adequadas, pois "a melhor maneira de mostrar amor por uma criança ou adolescente é saber impor limites adequados à sua onipotência" (ibidem, p.67). Zimerman (2000, p.67) também apresenta algumas outras medidas – que classifica como utópicas – quanto ao caso das gangues:

> Uma mudança profunda na mentalidade das classes dirigentes e na elite econômica, de tal sorte que o modelo que vem de cima para baixo não viesse impregnado com os valores da hipocrisia e da corrupção. Uma profunda modificação na distribuição de renda, de maneira que se proporcionassem condições de vida, no mínimo dignas, principalmente para as crianças. Uma participação mais profunda do Estado junto às comunidades, de forma a propiciar a disseminação de grupos operativos educativos dirigidos a crianças, adolescentes, pais e educadores em geral.

Zimerman (2000, p.67) conclui psicologizando a luta de classes:

> Embora a já mencionada obviedade de que as duas primeiras cogitações são totalmente inalcançáveis em nosso meio, a terceira delas é bastante viável e talvez possibilitasse, mais precocemente, uma mudança de mentalidade nas classes sociais mais desfavorecidas, no sentido de substituir a idealização da violência por outros valores e por uma ética de convívio grupal e social.

Parece pouco provável que essa psicologização intimista dos conflitos sociais, que, em última instância, são de classes, possa produzir resultados éticos que estejam alinhados com os interesses do polo

social subordinado: a classe trabalhadora, os pobres e a ralé (Souza, 2009a; Hadler; Guareschi; Galeano, 2019).

A pedagogia da presença como exemplo de pedagogia terapêutica

Costa (1997) propõe uma técnica sistemática de manejo e instrumentação da relação bipessoal do educador com o educando em estabelecimentos que abrigam adolescentes que cometeram ato infracional e a decisão judicial determinou por sua internação e reclusão institucional, visando à sua socialização e educação. Ele a denomina de "pedagogia da presença". Costa (1997) não é propriamente desavisado quanto às dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas, legais e institucionais estruturais que produzem o fenômeno "adolescente que cometeu ato infracional". Contudo, ele concentra seus esforços em desenvolver um modelo pedagógico que deveria ser aprendido e utilizado pelos adultos educadores, os quais teriam um papel fundamental no processo de socialização e educação dos adolescentes internados no estabelecimento institucional de privação de liberdade. Ele pretende contribuir para melhorar o atendimento dos adolescentes pelos trabalhadores que atuam em programas governamentais e não governamentais.

Costa (1997) nomeia o adolescente internado em estabelecimento de privação de liberdade de várias formas: "adolescente/jovens em dificuldade", "adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional" e "jovens difíceis". O autor entende que o grande desafio do adolescente consiste no "encontro consigo mesmo", na autoaceitação, na construção de um autoconceito positivo de si e do outro, na construção de um projeto de vida. A "pedagogia da presença" consiste numa técnica pedagógica pautada no que se denomina de "relação de ajuda", que parece mesclar psicologia e pedagogia, para ser operacionalizada no âmbito da díade educador/educando: "A relação educador-educando oferece-se como espaço de desenvolvimento pessoal e social de seus protagonistas" (ibidem, p.17).

Consideramos que Costa (1997) elaborou uma proposta pedagógica que pretende humanizar o atendimento institucional ao adolescente recolhido em estabelecimentos pedagógicos de internação, propiciando que ele possa realizar adequadamente processos de aprendizagem social. Ele construiu uma técnica pedagógica na qual ressalta a dimensão da intervenção terapêutica e curativa do trabalho educativo: a "pedagogia da presença" como abordagem técnica do processo educativo institucional socioeducativo. Trata-se de uma pedagogia terapêutica ou de uma clínica pedagógica, centradas no tratamento curativo/educativo do indivíduo adolescente. De acordo com Raniere e Maraschin (2015, p.64), "apesar da incontestável influência de Makarenko sobre o pensamento de Antônio Carlos, torna-se evidente que o pedagogo brasileiro praticava, em última instância, uma pedagogia liberal".

O otimismo pedagógico de Costa e sua pedagogia terapêutica curativa são preferíveis ao caos e à violência massacrante no âmbito dos estabelecimentos de internação educativos. A "pedagogia da presença" poderia fazer algum bem, porém o problema consiste em que

> Supõe-se que a privação de liberdade ou que a semiliberdade possam ser utilizadas para implementação de procedimentos ressocializadores, preventivos, personalizados e promotores de integração e promoção social, além da inclusão no mercado de trabalho, por meio da escolarização e da profissionalização. É ingênuo supor que se pode confinar um grupo de indivíduos num estabelecimento por meio de uma decisão judicial e criar aí um ambiente saudável e potencialmente pedagógico no qual se possa oferecer um acompanhamento educativo pela equipe de educadores, promovendo uma rotina integradora e uma convivência saudável. Isso também se aplica no caso dos adultos encaminhados para o sistema prisional. (Benelli, 2015, p.235-6)

A literatura (Goffman, 1987; Foucault, 1999, Benelli, 2015, Cunha; Dazzani, 2018) demonstra que haveria impasses insuperáveis entre discursos altruístas e a organização concreta dos

estabelecimentos de enclaustramento, com suas práticas cotidianas contraditórias. As aporias pedagógicas, psicológicas e disciplinares tornam-se compreensíveis quando situamos esses estabelecimentos no contexto da sociedade disciplinar e dos seus paradoxais dispositivos. Educar, formar ou socializar em estabelecimentos de internação implica vigiar e punir (e educar e tratar), por mais difícil que seja admitir essa possibilidade.

O atendimento psicológico tradicional em estabelecimentos assistenciais

Por hipótese, como atuaria um psicólogo num estabelecimento institucional assistencial público ou privado, atendendo crianças e adolescentes, tanto na PSB quanto na proteção social especial (PSE)? Muito provavelmente ele se pautaria e buscaria aplicar os conhecimentos que adquiriu no seu curso de graduação sobre a infância e o período da adolescência, incluindo autores da psicologia do desenvolvimento e também da psicologia clínica, conhecendo teorias sobre o modo de funcionamento psicológico humano, bem como quanto às dificuldades de emocionais e afetivas, sexuais e relacionais implicadas no processo de amadurecer e de tornar-se adulto: psicologia da personalidade, teorias da identidade, teorias psicológicas da consciência, teorias sistêmicas, teorias humanistas e comportamentais, teorias da dinâmica de grupos (Zimerman, 2000), teorias derivadas de diversas modalidades de psicanálise, como a "psicologia do ego" norte-americana (Baratto; Aguiar, 2007) e a psicanálise do ego (Zimerman, 2004; Fenichel, 2005).

Nesse caso, atividades de recreação e de entretenimento são consideradas psicossociais e socioeducativas, visando à produção de ressocialização, reintegração, reinserção dos indivíduos, buscando integrá-los à sociedade. O conhecimento consiste no domínio pragmático de teorias e de técnicas psicológicas e pedagógicas, tanto individuais quanto grupais, para obter efeitos terapêuticos normalizadores (Benelli, 2014a).

Conhecer é "ser capaz de modificar as pessoas para melhor", na direção de parâmetros sociais ideais, tacitamente adotados. O trabalhador é o sujeito da ação, e o outro é tomado como objeto de sua intervenção. Nessa relação, o primeiro ocupa o lugar do saber e do poder, decidindo, planejando, executando, enquanto o segundo fica na posição daquele que não sabe, não decide, não planeja e consente em participar do que foi proposto. Algumas das suas ações consistem em fortalecer a vontade, clarificar a consciência racional, resgatar, melhorar e fortalecer a autoestima, facilitar a reflexão e o autocontrole, ensinar a refrear o comportamento impulsivo e não refletido, ensinar limites, promover processos de grupalização e de ressonâncias com o outro, de identificação e de espelhamento, fazer assinalamentos, perguntas e destaques nas falas dos participantes, favorecer a troca de opiniões, de sentimentos e da elaboração do momento existencial, trabalhar dificuldades de verbalização e de comunicação, manejar identificações, projeções, frustrações e idealizações grupais, fazer do grupo um espaço de continência do sofrimento, em que se podem conjunta e solidariamente abordar e expressar dores, alegrias, desesperança e esperança, raiva, amor, culpa e o desejo de reparação.

Sabendo disso ou não, para esse psicólogo, intervir significaria aplicar técnicas pedagógicas que produzem efeitos terapêuticos. Trata-se de pedagogizar os conhecimentos psi e de terapeutizar as práticas pedagógicas (Nascimento, 1990; Rauter, 2000; Kinker; Imbrizi, 2005). O que ele faz pode ser considerado como uma ampliação da clínica, numa direção pedagógica e terapêutica. Como ele pensa que o conhecimento científico já produziu a pedagogia e a psicologia, trata-se, portanto, apenas de sua aplicação prática. O que interessa nessa modalidade de intervenção é produzir efeitos "transformadores" ou, em outras palavras, "modificadores" dos comportamentos das pessoas, provavelmente na direção de parâmetros sociais e ideais estabelecidos pela classe dominante como sendo normais e adequados, de modo técnico, prático e efetivo. Os efeitos éticos desse dispositivo clínico tradicional estão alinhados com a ética da interlocução, na qual se estabelece um pretenso diálogo

entre indivíduos e/ou pessoas iguais, mas que se revela nitidamente normalizador (Benelli, 2014b).

Algumas possibilidades críticas quanto às possibilidades das práticas de atenção socioeducativas

Também encontramos alguns exemplos de outros trabalhos críticos que estão disponíveis na literatura e que permitiriam levar em conta os aspectos políticos e éticos que consideramos fundamentais para avançar quanto a possibilidades outras para orientar as práticas socioeducativas.

Os trabalhadores sociais precisam conhecer com clareza quem é a população que atendem, tanto nos estabelecimentos assistenciais públicos quanto nos privados. A população não é uma mera abstração, mas, de modo concreto, ela é marcada por particularidades de classe, raça, gênero, idade etc. Souza (2009a) e sua equipe realizaram entrevistas em profundidade com pessoas integrantes e as denominaram, intencional e provocativamente, de "ralé brasileira", composta por uma faixa grande e extremamente empobrecida da população, que está no limite da sobrevivência. As categorias de "risco" e de "vulnerabilidade" se tornam abstratas e assépticas diante dos relatos e das histórias de vida apresentadas: as mulheres e os homens da "ralé" são caracterizados por meio de depoimentos minuciosos, realistas e chocantes, desvelando condições de vida insuportáveis.

A situação das empregadas domésticas e das prostitutas, os dramas do amor, a religiosidade e a delinquência, a miséria do trabalho informal e as dificuldades baseadas na má-fé institucional praticamente insuperável que a "ralé" e seus filhos enfrentam no trabalho, na escola, na saúde e na justiça, incluindo a dor moral do racismo, são impiedosamente descritos. A leitura e discussão do trabalho de Souza (2009a) poderiam ser úteis para ajudar os trabalhadores sociais a rever suas posições éticas e também suas táticas de atuação com a população atendida.

Também seria preciso problematizar de modo crítico a forma como se pretende promover a formação para o trabalho e a dita preparação e inclusão de jovens no mercado de trabalho, buscando superar aspectos ingênuos, desavisados e também preconceituosos, se fosse o caso. Para tanto, há uma importante literatura crítica que poderia ser estudada, visando a possibilidades mais críticas de atuação.

Aguiar, Bock e Ozella (2002) apresentam uma discussão sobre a orientação profissional pautada pela perspectiva sócio-histórica; Albornoz (2012) discute criticamente em que consiste a categoria "trabalho", problematizando suas várias facetas ao longo da história; Maciel e Grillo (2009) explicam como o trabalho explorado e alienado pode ser produtor de indignidade para as pessoas; o Conselho Federal de Psicologia (2010a) propõe uma psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea. Há diversas outras investigações acadêmicas realizadas a partir de perspectivas críticas quanto ao tema da formação de jovens para o trabalho: dialéticas (Urt, 1992; Souza, 2001; Brito, 2006; Fonseca, 2006), cartográficas (Almeida, 2016) e institucionalistas (Cruzoletto, 2014).

A socialização de classe como elemento crítico

Souza (2009a) considera que a *classe social* constitui o plano ou âmbito socializador fundamental das novas gerações. Cada classe social socializa seus membros de modo específico, transmitindo-lhes um conjunto de valores, hábitos, comportamentos e habilidades sociais específicos. As classes média e alta transmitem aos seus filhos suas próprias qualidades. A classe trabalhadora e a ralé, por seu lado, legam aos seus suas próprias limitações. E são essas crianças, esses adolescentes e jovens que são os sujeitos usuários das entidades assistenciais e dos diversos projetos socioeducativos.

> O que o mercado, o Estado, uma "ciência" e um senso comum dominantes – mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa – nunca "dizem" é que existem precondições

> "sociais" para o sucesso supostamente "individual". O que todos escondem é que não existe o "talento inato", o mérito "individual" independentemente do "bilhete premiado" de ter nascido na família certa, ou melhor, na classe social certa. O indivíduo privilegiado por um aparente "talento inato" é, na verdade, produto de capacidades e habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismos de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando a reprodução de privilégios de classe indefinidamente no tempo. Disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer "racional") são capacidades e habilidades da classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho. O que vai ser chamado de "mérito individual" mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que "cai do céu", mas é produzido por heranças afetivas de "culturas de classe" distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la. (Souza, 2009a, p.22-3)

De acordo com Souza (2009a), os indivíduos possuem capacidades e habilidades que lhes foram transmitidas por suas vivências familiares cotidianas, no contexto de classe social específica. Quais seriam as características que os jovens pobres não possuiriam? Esses jovens seriam impulsivos, atuadores, com dificuldade de pensar, de raciocinar e de planejar suas ações, bem como de calcular os efeitos delas. Patto (1990, p.209) afirma que "o protótipo das representações sociais do pobre na cultura brasileira inclui as seguintes características: sexualmente promíscuo, primitivo, anômico, vadio, pouco inteligente, violento e com vocação para a marginalidade e delinquência".

Pode-se pensar que tais indivíduos possuem uma socialização defeituosa, deficiente, incompleta, inadequada, que precisa de correção, de recuperação, de reeducação, de reinserção, de ressocialização, de inclusão social. Nesse caso, o trabalho socioeducativo

pretenderia suprir de alguma maneira essa socialização de classe, objetivando desenvolver nos jovens pobres certas habilidades sociais por meio de técnicas pedagógicas, tanto em estabelecimentos assistenciais abertos quanto nos de internação institucional.

Bazon (2002) recolheu outros tantos adjetivos objetalizadores: os jovens pobres, ao longo da história, foram denominados de "carentes, abandonados e/ou perigoso" (ibidem, p.15), de "enjeitados", "potencialmente desviantes", "desvalidos", "desassistidos" (ibidem, p.16), "juventude desviante (abandonados e infratores)", "infância e juventude problemáticas" (ibidem, p.17). Seria preciso "assistir para prevenir problemas e, no caso dos menores infratores, quando a prevenção era insuficiente, investir na correção, associando-a à noção de reeducação" (ibidem, p.17). Que tipo de comportamento se pode esperar de jovens considerados "abandonados, infratores, antissociais e em situação de risco" (ibidem, p.20)?

Se os jovens pobres são socializados numa classe social denominada por Souza (2009) de "ralé", como esperar que eles possuíssem características psicológicas e comportamentais das classes média e alta? Outras perguntas relevantes seriam:

- Por que supor que eles deveriam apresentar tais comportamentos?
- Para que (e para quem) seria interessante que esses jovens apresentassem outro tipo de socialização?

Os educadores ficam preocupados com a conduta moral e com o comportamento individual desses jovens, pensam neles como indivíduos descolados de seu contexto social e político, não considerando sua socialização de classe. Assim, o trabalhador social que atua em entidades assistenciais pode facilmente terapeutizar e psicologizar a política, escamoteando essa importante dimensão da vida social.

José Pacheco e sua experiência pedagógica singular na Escola da Ponte

Os adultos se atribuem como sua tarefa o trabalho da educação das novas gerações. Mas como podem, afinal, trabalhar e ensinar valores para crianças e adolescentes? Pacheco (2012, p.10-1) pode ajudar a refletir sobre a questão por meio do verbete "autonomia" do seu *Dicionário de valores*:

> "A infância tem valor, não tanto como período de adestramento, mas como período em que se pode experimentar livremente aquela maravilhosa sensação de sermos nós próprios, que predispõe a aceitar melhor as inevitáveis limitações da vida adulta" (Biasutti).
>
> Publiquei dois dicionários: um deles, sobre absurdos da educação; outro, sobre utopias. Como soi dizer-se, não há dois sem três: farei um dicionário de valores. E, se todos os dicionários obedecem à ordem alfabética, comecemos pela letra A... de autonomia. Há quase quarenta anos, partimos para a reinvenção da Escola da Ponte. Não partimos de problemas, mas daquilo que nós éramos para aquilo que queríamos ser, porque nós éramos o problema... Bem cedo compreendemos que, se reelaborássemos a nossa cultura pessoal e profissional, também estaria em nós a solução, porque um professor não ensina aquilo que diz; o professor transmite aquilo que é. Nos primórdios do projeto, realizamos um exercício simples: escrevemos num papel os dez valores que orientavam as nossas vidas. Três valores surgiam em todos os papéis: liberdade, solidariedade, responsabilidade. Porém, quando quisemos operacionalizar o valor "liberdade", deparámo-nos com um obstáculo: não existe uma ciência da liberdade. Ela poderia ser ensinada, mas esse ensino não passaria por uma didática específica, mas por uma gramática que explicasse as transformações. O conceito que encontramos desenvolvido em termos ditos teóricos foi o de autonomia, conceito de vasto espectro semântico e com muitos apêndices: autoestima, autoconfiança, autocontrole, autodisciplina... Autonomia não é um conceito isolado, nem se define em referência ao seu oposto – define-se na

> contraditória complementaridade com a dependência, no quadro de uma relação social aberta. O conceito de singularidade é-lhe próximo, mas situa-se aquém da autonomia, porque o reconhecimento da singularidade consiste na aceitação das diferenças inter-individuais, enquanto autonomia é o primeiro elemento de compreensão do significado de "*sujeito*" como complexo individual. Ou, como diria Morin, a componente egocêntrica deste complexo é englobada numa subjetividade comunitária mais larga, porque ser sujeito é ser autónomo, sendo ao mesmo tempo dependente. Desde o início, prevaleceu uma matriz axiologia bem definida no projeto da Ponte. Tudo aquilo que fizemos decorreu de valores. Não se pense que tais valores foram mero ornamento de um PPP. Eles foram assumidos integral e praxeologicamente pela equipe. E levados às últimas consequências, nas mudanças, que, gradual e responsavelmente, introduzimos nas práticas, até à celebração do primeiro contrato de autonomia de que há memória no mundo da educação. A autonomia exprime-se como produto da relação. Não existe autonomia no isolamento, mas relação EU-TU, no sentido que Buber lhe outorga. É, essencialmente, com os pais e os professores que a criança encontra os limites de um controlo que lhe permite progredir numa autonomia, que é liberdade de experiência e de expressão dentro de um sistema de relações e de trocas sociais. Conclusão: a autonomia convive com a solidariedade. Certo dia, acolhemos na Ponte um jovem jogado fora de outra escola. Na primeira ida ao banheiro, o jovem urinou no cesto dos papéis. Na reunião da Assembleia de Escola, um aluno pediu a palavra e disse: *Eu faço parte da Responsabilidade do Recreio Bom, que também cuida dos banheiros. Quero dizer-vos que, nesta semana,* ***um de nós*** *urinou no cesto dos papéis. E quero pedir a ajuda de todos, para ajudarmos* ***um de nós*** *a não voltar a fazer isso.*

O relato apresenta um exemplo de solidariedade que não se reduz a um valor abstrato e enunciado como algo que deva fundamentar a conduta do sujeito. Trata-se não de uma solidariedade genérica, ampla, descontextualizada, mas de um movimento subjetivo socialmente construído por um coletivo de trabalho que organiza um

estabelecimento educacional que tem suas práticas efetivamente pautadas pelo ideário da autoanálise e autogestão.

Considerações críticas intercessoras para fundamentar a atenção socioeducativa

Apresentaremos alguns aspectos éticos sobre os usuários da Pnas e da PNCA e discutiremos algumas possibilidades de atenção assistencial que podem ser oferecidas pela equipe de trabalhadores dos equipamentos de AS, tais como os Cras, Creas e as entidades assistenciais em seus atendimentos. Partiremos de várias considerações preliminares sobre um conjunto de questões essenciais sobre o campo da AS que faz interface com a PNCA.

Não entendemos a pobreza como sendo um "problema" passível de solução simples, como se fosse uma mera questão individual qualquer. Também não a consideramos desde uma perspectiva sociológica funcionalista e/ou sistêmica que a interpreta como disfunção, como marginalidade ou periculosidade, passível de superação por meio de uma integração ou inclusão do indivíduo no sistema social vigente, pois a consistência da pobreza é de ordem política, econômica e social.

Apenas a inserção do indivíduo nos poucos e frágeis serviços assistenciais ofertados num município não tem, por si mesma, efeitos éticos emancipadores comprovados, às vezes, quando muito, é capaz de amenizar minimamente as dificuldades por meio de práticas pedagógicas de tonalidades terapêuticas. A pobreza é uma realidade social e socialmente produzida, há uma dinâmica e também processos estruturais e conjunturais específicos que a causam, e tais processos podem ser conhecidos e precisam ser coletivamente enfrentados. As práticas grupais, as dinâmicas grupais e os grupos terapêuticos e de autoajuda, e as oficinas, de per si, não são instrumentos adequados para o enfrentamento da pobreza como um fenômeno social que atinge a vida dos indivíduos e dos coletivos, sob pena de se promover uma terapeutização psicologizante dos problemas sociais.

Há processos históricos, sociais, políticos e econômicos que (re) produzem indefinidamente gerações de famílias que sobrevivem em condições crônicas de pobreza, impedindo-as de superar, sem acesso às condições adequadas, tal situação, que tende a se repetir de modo cíclico e indefinidamente. Apenas boa vontade individual, voluntarismo ingênuo, improvisação, amadorismo, ideologia empreendedora e psicologização não são suficientes para reverter os processos sociais produtores da pobreza.

Os indivíduos e grupos pobres são brasileiros e, como tais, são também sujeitos que possuem direitos, são cidadãos de direitos, conforme a CF brasileira. Seu estatuto de cidadania exige um atendimento/atenção assistencial correspondente. Pode-se fazer muito bem para "pessoas carentes" e, ao mesmo tempo, muito mal para a cidadania dos pobres. A condição de cidadão inclui de modo estruturante o direito a ter direitos, que devem ser exercitados concretamente na vida social. O "usuário", o público-alvo, os assistidos, a clientela e os atendidos são protagonistas da política pública de AS, de acordo com o discurso oficial do Suas. São, portanto, sujeitos.

O dito "usuário" é o protagonista, o ator institucional principal, é o agente da ação, é o sujeito, de acordo com os discursos oficiais das áreas da educação, da saúde e da AS. Sem sua participação indispensável, a ação institucional fica inviabilizada. O "usuário", que é na verdade o sujeito, não pode ser tratado como objeto, não pode ser coisificado, manipulado, modelado, conduzido, assujeitado, subordinado às ordens dos trabalhadores.

A psicanálise do campo de Freud e Lacan possui uma teoria e uma ética clínicas capazes de contribuir para orientar efetivamente os trabalhadores da AS no manejo e acompanhamento dos pobres atendidos, considerados rigorosamente como sujeitos. A pobreza não é o equivalente a uma doença curável, mas, por meio do trabalho avisado e precavido de uma equipe bem formada e eticamente situada, os sujeitos poderiam encontrar possibilidades de localização subjetiva e social, avançando em processos de implicação subjetiva e sociocultural.

Há uma forte tradição na psicologia quanto a formulações essencialistas da subjetividade. Trata-se de uma perspectiva que permite

conceber o ser humano como um sujeito dotado de uma interioridade psicológica, de um psiquismo que habitaria a interioridade do seu corpo, utilizando alguns conceitos que explicitariam esse objeto psicológico pretensamente natural, substancial e a-histórico, tais como: consciência racional, identidade ou personalidade una e indivisa, conduta, comportamento, psiquismo, vontade etc.

Já a psicanálise do campo de Freud e Lacan (Elia, 2004; Garcia-Roza, 2009) postula que o ser humano vivencia um complexo processo de subjetivação ou de constituição da subjetividade, processo que estrutura a subjetividade ou a realidade psíquica sob a forma de modalidades diversas (recalcamento, foraclusão, renegação), propensas a impasses variados (Lacan, 1979, 1998). Essa perspectiva é importante, pois, entre muitas outras questões relevantes, permite a superação de inúmeras dicotomias que pululam no campo psi: interno/externo; psíquico/orgânico; comportamento/vivências subjetivas; natural/social; autonomia/determinação; doença-cura etc.

Sujeito é o ser humano como ator social e indivíduo agente, pessoa autônoma e cidadão – na ordem da política, é ainda o ego cognoscente –, o "eu" centrado na consciência racional e reflexiva, no plano da epistemologia tradicional. Mas, fundamentalmente, inclui as noções lacanianas de "sujeito do inconsciente", de "sujeito dividido" e de "sujeito de desejo" (Olgivie, 1988; Fink, 1998; Cabas, 2009), segundo as quais "o ego ou o eu não cobre a totalidade do sujeito" (Vallejo; Magalhães, 1979, p.158).

Com tais reparos não estamos querendo dizer que a solução para os problemas dos sujeitos que buscam auxílio na AS estaria na oferta de atendimento psicanalítico. Mas, a partir do horizonte transdisciplinar no qual nos situamos, entendemos que o equacionamento de tais problemas não poderia prescindir também da contribuição essencial da ética da psicanálise do campo de Freud e Lacan.

A intercessão clínica: para além da socioeducação disciplinar

A psicanálise do campo de Freud e Lacan concebe um "objeto" que é, sobretudo, um sujeito que se constitui e se produz tanto no plano do desejo quanto no do carecimento.[3] Portanto, na atenção psicossocial, os "meios" de trabalho precisam estar à altura das demandas de subjetivação com as quais o sujeito, que inclui o indivíduo e sua realidade psíquica/social, apresenta-se (Rinaldi, 2006; Costa-Rosa, 2013; Périco, 2014).

Nesse caso, o psicólogo já recebe "escutando" e não respondendo com a oferta de objetos ou de explicações, nem despachando e encaminhando em seguida. Como na perspectiva psicanalítica não há separação entre diagnóstico e tratamento, a recepção já inclui uma escuta específica, partindo da exigência de superação radical do princípio objetalizador que se expressa no processo de atendimento típico queixa-solução/suprimento.

O psicólogo precavido pela psicanálise utiliza-se das "entrevistas preliminares", considerando suas três funções essenciais de acordo com Quinet (2000): sintomal, diagnóstica e transferencial. Acolher e receber escutando consiste numa oferta de escuta normalmente temporária, o que certamente demanda avanços teórico-técnicos fundamentais quanto ao manejo da transferência. A recepção pautada na escuta do sujeito já consiste, portanto, num ato clínico, pois não há separação entre diagnóstico e tratamento (Fink, 2017). Para que a recepção-escuta se caracterize como um "ato de intercessão clínica", é preciso que ela inclua pelo menos um início de alguma implicação

---

3 O carecimento é um conceito marxiano complexo que, de acordo com Costa-Rosa (2000, p.163), "abarca uma dimensão do homem que inclui o desejo (como se o propõe na psicanálise) e toda a abertura para os Ideais, possíveis ou não de imediato, e para o usufruto de todos os bens da produção social, muito além do preenchimento de necessidades, no contexto de determinada Formação Social. Pode-se considerar que aqui estão incluídas também as criações da Filosofia, da Arte, da Ciência, e da Religião, porém não sem passar pela aspiração pertinente ao usufruto das comodidades socialmente produzidas no mais alto grau da sua evolução histórica".

subjetiva do sujeito em suas próprias questões (Tenório, 2000). Esse é um fator essencial para o que se define como "encaminhamento *na* transferência" (Périco; Costa-Rosa, 2015).

A *clínica do sujeito* pautada pela psicanálise do campo de Freud e Lacan inclui um conjunto de conceituações fundamentais, tais como: o sujeito, o inconsciente, a transferência e a interpretação. Se o indivíduo é o ente sem divisão, o sujeito é própria e estruturalmente dividido. Costa-Rosa (2013, p.320) oferece uma síntese elucidativa sobre esse modo singular de atenção:

> Primeiro, é preciso reconhecer a posição do sujeito ($) como agente demandante e proprietário único de um saber capaz de dar conta de seu sofrimento e também da possibilidade de produzi-lo, mesmo que na ocasião do primeiro encontro ele o atribua ao outro situado como mestre (S1) e se fixe na exigência imediata de sentidos tautológicos para sua existência. Segundo, é preciso reconhecer a especificidade desse saber para além da consciência e vontade (embora seja preciso notar também que estas não estão excluídas), como saber inconsciente, determinando a posição do sujeito como protagonista nas condições dadas tanto da sua história sociocultural quanto da sua história subjetiva. Terceiro, é preciso reconhecer a posição do sujeito como produção de sentido, como corte no instituído, como sujeito que aparece em forma de significante no Outro (Lacan, 1982), ou seja, sujeito como enunciação de sentidos novos, concretizados em significantes novos, produzidos na própria intercessão significante, e que podem permitir ao indivíduo remanejar o sofrimento subjetivo e sua posição nos laços sociais que o atravessam e nos quais é atravessador. Por último, é preciso reconhecer a necessidade de suspensão radical do saber enciclopédico-pedagógico-cuidador, por parte do operador (suspensão no sentido dialético do termo).

Na literatura, encontramos um conjunto de trabalhos que seriam representativos dessa modalidade de clínica na atualidade: Lima e Altoé (2005), Rinaldi (2006), Campos (1996-1997), Campos, Minayo, Akerman, Drumond Júnior e Carvalho (2009), Costa-Rosa

(2013), Mariano (2011), Silva, (2012), Sathler (2013), Benelli (2012, 2014), Périco (2014), Périco e Costa-Rosa (2014-2015, 2015), Bueno (2016), Jardim (2016) e França e Costa (2017).

É possível encontrar na psicanálise de Freud e Lacan uma teoria que demonstra como a realidade subjetiva, denominada por Freud de realidade psíquica, constitui-se primariamente e se processa no bojo mesmo da realidade social e histórica e, concomitantemente, a constitui. Trata-se de uma singular, complexa e ampla teoria sobre a subjetivação. Entendendo como os fenômenos psíquicos se constituem na sua processualidade complexa e específica, em seus múltiplos movimentos e vicissitudes, impasses e modalizações, o psicólogo poderia situar-se ética e adequadamente na escuta, no trabalho clínico e social, buscando promover *processos de subjetivação e de singularização* que permitam o equacionamento tanto de impasses psíquicos quanto das emergências relacionadas com transformações individuais e sociais, a partir da implicação subjetiva e sociocultural (Costa-Rosa, 2000).

Na vertente clínica tradicional ou psicologizante, de acordo com as críticas aos limites teórico-técnicos, sociais, políticos e éticos da psicologia como ciência e como profissão, podemos afirmar que o terapêutico se baseia numa ordem que se impõe (governo do outro), num conselho que pretende persuadir ou num medicamento que oferta uma melhora mágica. Para isso se prestam os discursos do mestre (DM) desde o qual se exerce o poder enunciando uma ordem imperativa que visa governar o outro; o universitário (DU) que, pautado no arcabouço do conhecimento acumulado, pretende promover o ensino e a educação do outro; e o capitalista (DC) baseado na incitação imperativa a um gozo sem mediação (Lacan, 1992; Périco, 2014; Périco; Costa-Rosa, 2014-2015, 2015).

Entendemos que, quando se pretende promover um equacionamento dos impasses, tanto dos subjetivos – pois impasses psíquicos exigem trabalho psíquico para seu equacionamento – quanto dos denominados de "sociais", é preciso realizar uma suspensão dos saberes enciclopédicos, pedagógicos e tuteladores-cuidadores, passando a localizar-se no discurso da histeria (DH), baseado no questionamento

e na objeção ao poder/saber coisificador e objetalizante, ou do analista (DA), pautado no desejo e no fazer desejar, como modalidades discursivas que visam à ética da singularização desejante.

Podemos considerar que um psicólogo tradicional pode desenvolver práticas clínicas, psicossociais, de intervenção, de viés intromissor que teriam como objetivo um cuidado tutelador e controlador do outro, que é tratado como objeto de intervenção. Mas, caso se posicione de modo avisado e prevenido, também poderia visar operar práticas de *intercessão* pelo sujeito, cidadão e sujeito de desejo, visando ao *cuidar-se*. É a condição essencial de sujeito do outro que consiste na pauta ética que norteia as práticas de intercessão.

Alguns exemplos de tais práticas de intercessão clínicas que pretendem superar e subverter as práticas disciplinares pedagógicas, psicológicas, moralistas, tuteladoras e filantrópicas podem ser encontrados nos trabalhos de Rosa e colaboradores (Rosa, 1999, 2002, 2013; Rosa; Vicentin, 2010; Rosa; Estêvão; Braga, 2017). Trata-se de uma perspectiva pertinente, avisada e prevenida que pode ser muito inspiradora quanto aos horizontes transdisciplinares que poderiam orientar os trabalhadores sociais no esforço de superação paradigmática da modalidade filantrópica (Benelli, 2014a).

Rosa (2002) considera que a desproteção decorre da transgressão de normas elementares, dos diversos abusos, da corrupção. Constata, nessa etapa avançada da modernidade, a ruptura dos fundamentos do contrato social e a irrupção do traumático, tomado aqui como a desorganização subjetiva decorrente da emergência daquilo que está fora do sentido e da significação. A perda de um discurso de pertinência e de atribuição de um lugar social, e a falta de gratificação narcísica aliada à exclusão dos ideais e valores do grupo promovem um rompimento dos laços sociais e efeitos disruptivos na subjetividade. Com o objetivo de apontar algumas consequências da pobreza extrema e da exclusão social nos sujeitos do modelo econômico neoliberal, particularmente nos jovens da periferia de um grande centro urbano como São Paulo, Rosa (2002) parte da constatação de uma resistência à escuta desses sujeitos, indicando nesse ponto a apatia, a solidão e o emudecimento, assim

como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual, como encobridoras da possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático. Aponta, ainda, a possibilidade da escuta desse sujeito emudecido ante a exclusão.

Rosa (2013) buscou operar com o constructo que denominou de psicanálise implicada, procurando considerar criticamente as diversas vicissitudes do que nomeia como práticas clinico-políticas. Apresenta a prática psicanalítica clinico-política e seu campo epistemológico teórico-clínico, que inclui uma articulação entre psicanálise, sociedade e política. Considera que essa prática inclui desafios e exige estratégias em dois âmbitos: o do sujeito e o das práticas sociais. Foi a escuta de sujeitos em contextos sociais violentos que permitiu que ela traçasse as coordenadas da clínica do traumático, considerando suas estratégias e seus dispositivos. A direção de um tratamento possível e sua ética e política se baseiam em alguns manejos específicos: restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro; articular o privado ao singular buscando promover a articulação do sujeito ao laço social; romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico; e marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo.

Rosa e Vicentin (2010) discutem os modos hegemônicos de gestão social dos riscos que a juventude pobre coloca à ordem social. Ambas debatem, de modo especial, a estratégia da patologização na atualidade. Analisando a tensão presente entre posições teóricas e políticas e entre os discursos da saúde e do campo jurídico, pretendem propor a superação de uma abordagem da violência advinda do discurso da defesa social, em favor da promoção de uma prática interdisciplinar ético-política que propicie a escuta do jovem e sua possibilidade de fundar seu novo lugar no campo social. Fundamentadas pela psicanálise e precavidas pela AI, abordam criticamente os princípios norteadores das noções médicas e jurídicas contidas nos diagnósticos de distúrbio antissocial, que caracterizam os adolescentes como perigosos, intratáveis e irrecuperáveis, e que promovem seu exílio do laço social. Propõem outra perspectiva de análise e um

manejo que caracterizamos como intercessor quanto aos problemas que afetam a adolescência, o tema do ato e da violência.

Rosa, Estêvão e Braga (2017) abordam os dilemas dos avanços possíveis da psicanálise quando incluem certas problemáticas, tais como exclusão social, racismos e situações outras desse gênero. Tais questões emergem quando o psicanalista oferece sua escuta na *pólis*: nas instituições/estabelecimentos da saúde, de AS ou de educação, em grupos e organizações comunitárias. Tais práticas psicanalíticas que denominam de clínico-políticas são produzidas nos limites do campo psicanalítico e exigem o diálogo necessário com outros campos de conhecimento. Trata-se de superar os campos disciplinares tradicionais e adotar perspectivas transdisciplinares. Essas práticas, eticamente alinhadas, também convocam ao aprofundamento dos conceitos e à criação de dispositivos clínicos condizentes com a dimensão sociopolítica do sofrimento. Na primeira parte do artigo, abordam os avanços teóricos da psicanálise em relação à teoria da cultura. Na construção da psicanálise, Freud articulou clínica, teoria e questões sociais. A partir dele, no entanto, o avanço teórico da psicanálise na sua interface com a cultura aparentemente privilegiou os fatos artísticos e religiosos, em detrimento da dimensão política, econômica e social. Na segunda parte, apresentam sua concepção de psicanálise clínico-política ou a de psicanálise implicada.

Podemos considerar que as propostas socioeducativas em geral, tanto as que se pretendem promover no meio aberto para crianças e adolescentes, na PSB e na PSE, quanto as destinadas ao meio fechado da internação para adolescentes e jovens, parecem ter como objetivo oferecer uma espécie de educação compensatória, visando alinhar os jovens pobres, sem mais, aos moldes idealizados dos jovens das classes médias e altas. Mas isso seria feito por meio de técnicas pedagógicas que produziriam efeitos terapêuticos e ressocializadores, sem intervenções quaisquer de ordem política e econômica transformadoras da realidade social que se orientasse pela ampliação dos direitos e da cidadania para todos.

Ora, na contramão da psicologização – e da psicopatologização, da psiquiatrização, da medicalização e da medicamentalização – dos

problemas sociais mais amplos e dos que afetam crianças e adolescentes pobres em particular, uma análise problematizadora e política de tais questões implica certamente uma redução ou "estreitamento da faixa do 'tratável' (frequência dos problemas em relação à população)" (Costa-Rosa, 2000, p.157). Nesse sentido, o efeito mais "terapêutico" que os trabalhadores sociais poderiam produzir, e, entre eles, os psicólogos, seria a política. Consideramos que

> As intervenções meramente técnicas, denominadas de socioeducativas, de viés moralizante, pedagógico e psicológico que visam à reeducação das famílias e a recuperação dos adolescentes não consideram a complexidade exigente dos problemas sociais, políticos e econômicos que produzem a pobreza. Psicologizar, pedagogizar, patologizar, psiquiatrizar, medicalizar a pobreza não parece ser a solução. É preciso desvendar os mecanismos que transformam a pluralidade dos modos de ser, estar e pensar, de existir no mundo, em diagnósticos, sendo catalogados como comportamentos desviantes, e inadequados, como doenças morais ou sociais, passíveis de intervenção, tratamento e cura. Por isso é importante a estratégia de, partindo da escuta, promover processos de implicação subjetiva e sociocultural. Para lidar com a questão social, também é preciso politizar os problemas e os impasses nos quais vivem os pobres. Sobretudo, é fundamental que eles próprios os problematizem, de modo implicado. (Benelli, 2020a, p.109)

Conclusões

> *"[...] uma prática não precisa ser esclarecida para operar; é o que se pode deduzir."* (Lacan, 1993, p.20)

O Distrito Federal, os estados e os municípios, se quisessem, poderiam criar diversos estabelecimentos assistenciais públicos próprios para atender aos direitos de adultos e famílias, crianças e adolescentes. Isso não é proibido pelas leis, tampouco é incentivado ou induzido por elas. Para instituir tais estabelecimentos, são fundamentais investimento de dinheiro público e determinação política, técnica e ética pautada pelo ideário democrático e cidadão.

Um estabelecimento assistencial como formação social possui níveis complexos de atravessamentos em sua gênese e constituição, o que caracteriza de modo determinante suas possibilidades institucionais e organizacionais, teóricas e técnicas, culturais, políticas e éticas.

Um estabelecimento assistencial privado sem fins lucrativos pode ser localizado num dado campo a partir do qual foi instituído: 1. pode ter emergido a partir de um determinado grupo religioso (católico, espírita, evangélico); 2. uma organização da sociedade civil privada sem fins lucrativos pode ser fundada por uma associação de moradores ou por integrantes de clubes de serviços (Rotary, Lins,

Maçonaria) e/ou por empresários, podendo ser localizada no âmbito do terceiro setor; 3. o mesmo podemos afirmar dos estabelecimentos públicos criados no âmbito das diversas políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, que podem ser bastante marcados pelo clientelismo. No plano fenomênico, todos esses estabelecimentos exibem um conjunto de determinações próprias e particulares, além de se assemelharem uns com os outros em diversos aspectos. Também é certo que a lógica capitalista permeia todos eles, indistintamente, no plano da universalidade.

Embora possamos considerar que as práticas assistenciais empresariais e da assim chamada sociedade civil não configurem um campo organizacional específico, estruturado e formalmente constituído, permanecendo num estatuto de plano discursivo disperso, aparecendo como um fenômeno ideológico e social que não chegaria a fazer dispositivos próprios, a denominação terceiro setor parece oferecer uma densidade mínima para esse movimento social amplo.

Consideramos que, analogamente, o que a Loas (Brasil, 1993, 2011b) representa para a Pnas (Brasil, 2004) e o Suas (Brasil, 2005), e o que o ECA (Brasil, 1990) representa para a PNCA e o SGDCA, a lei do Mrosc (Brasil, 2014b) parece representar para o conjunto das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos: a legislação que formaliza as denominadas OSC, de direito privado, sem fins lucrativos e com finalidades públicas. Temos que admitir que essas organizações, como tais, rigorosamente, não precisam nem dependem, para existir e operar, das políticas públicas em geral, como as da educação, da AS, da saúde, da PNCA etc.

Tanto os estabelecimentos assistenciais de matiz religioso quanto as várias OSC podem – e normalmente precisam – estabelecer vínculos com a PNCA por meio do CMDCA e também com o Suas por meio do Cmas, ao adequarem seus estatutos à legislação vigente, fazendo sua inscrição em tais dispositivos institucionais e recebendo sua certificação. Tais vínculos são buscados e efetivados, sobretudo, por razões financeiras: as diversas entidades privadas sem fins lucrativos precisam captar recursos públicos e privados para que possam manter seu funcionamento e o desenvolvimento de suas atividades.

Sintomaticamente, não encontramos um documento específico da Pnas/Suas ou da PNCA/SGDCA dedicado a orientar ou tipificar as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos/OSC. Entendemos que a Pnas e o Suas, a PNCA e o SGDCA, operando nos limites de suas possibilidades numa sociedade capitalista neoliberal, nunca pretenderam revogar, abolir, substituir ou sequer financiar integralmente as entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos históricas anteriores ou contemporâneas ao advento dessas políticas públicas. Tais impasses não são isentos de importantes consequências quanto aos efeitos éticos desses estabelecimentos assistenciais.

De modo geral, por meio da documentação compulsada, notamos que o discurso e o ideário da proteção integral previstos no ECA e o da proteção social contido no Suas – que possuem aspectos notadamente progressistas, bem como limites e impasses, de acordo com Benelli e Costa-Rosa (2012) –, embora já apareçam nos enunciados formais de várias das entidades assistenciais, ainda não podem ser considerados como os norteadores fundamentais que orientam seus discursos e suas práticas assistenciais.

Constatamos mesmo uma resistência tanto das entidades assistenciais privadas sem fins lucrativos tradicionais – que são anteriores ao novo ordenamento institucional, lógico, técnico, administrativo e político trazido pelas inovações instituídas pelo ECA e pelo Suas – quanto em outras, privadas sem fins lucrativos e públicas, de fundação mais recente, em aderir a tais perspectivas e a adotá-las em seus discursos, textos institucionais e em práticas de atenção assistencial.

Poderíamos classificá-las como predominantemente de caráter filantrópico e assistencialista, pouco voltadas para a promoção humana e desatentas quanto às possibilidades de transformação social. Há muitas razões para essa situação, que se expressam nos planos teórico-técnicos, políticos, ideológicos, econômicos e éticos.

Seu modo de funcionamento predominante, do ponto de vista socioeducativo, seria focado numa pedagogia tradicional, com pinceladas renovadas, mas ainda bem distante de possibilidades dialéticas, críticas e politizadas (Benelli; Costa-Rosa, 2011). Por meio dos planos de trabalho das entidades, verificamos que há uma

grande preocupação com um conjunto de temas: o comportamento social, o conjunto de hábitos e de costumes, o plano da moral dos indivíduos, o ensino do comportamento adequado, do respeito às normas sociais vigentes, uma busca da superação do vício em drogas ilícitas e do uso abusivo do álcool, a valorização da profissionalização básica, do emprego e do trabalho como supostas práticas de inclusão social. Destacamos algumas locuções presentes em tais documentos: o "ensino de valores", o "aprendizado de limites", a "formação para o trabalho", a "inserção no mercado de trabalho". Esses são alguns dos objetivos que aparecem no discurso oficial das entidades assistenciais, presente na documentação que encontramos nos arquivos do CMDCA. Podemos considerar que elas visariam, sobretudo, implementar medidas de moralização da sociedade, operando propriamente num plano ideológico alienante.

Podemos considerar, ainda, que as entidades assistenciais enunciam um discurso geral tido como ainda sendo anterior à pedagogia como campo de conhecimento disciplinar especializado. Tal pedagogia é uma mescla de moral, de psicologização dissolvida no senso comum e de uma proposta de modelagem do comportamento, abordando o indivíduo num plano racional e consciente, visando não tanto reprimi-lo, mas persuadi-lo a aderir a outros repertórios de valores e de conduta considerados mais adequados ou a adotá-los.

As práticas discursivas são importantes produtoras de realidade social. É nisso que se assenta uma perspectiva institucionalista crítica. O discurso procura articular saberes e práticas. Há uma série de discursos sociais que pretendem promover práticas que visariam ao "bem" dos indivíduos, sem propor uma maior problematização crítica e dialética quanto à produção estrutural da "questão social" e dos diversos fenômenos que ela engloba (Pastorini, 2007).

Algumas entidades procuram transformar os indivíduos em membros produtivos da sociedade, querem fazer deles "cidadãos e pessoas de bem"; outras buscam trabalhar com a prevenção, procurando eliminar ou evitar certas tendências antissociais dos indivíduos, supostamente "delinquentes"; outras, ainda, promovem uma psicologização dos problemas sociais, trabalhando no plano

das "relações interpessoais", procurando tornar os indivíduos mais reflexivos, sensíveis e perceptivos, capazes de amar uma pessoa do sexo oposto e ser feliz com ela. Promover outras práticas discursivas seria um importante trabalho de contra-hegemonia, alinhado com os interesses do polo subordinado.

Quanto ao tipo de efeitos que tais entidades assistenciais estariam produzindo em sua clientela e na realidade social do município, podemos considerar, a partir da nossa imersão longitudinal no campo das práticas institucionais de atenção assistencial para crianças e adolescentes nessa localidade, que os projetos de atendimento das entidades mudam com frequência, dadas as condições e/ou dificuldades de orçamento. As mudanças na gestão municipal e nos próprios conselhos municipais também produzem efeitos diversos no funcionamento das entidades. Quando não há dinheiro, trabalhadores são demitidos e atividades simplesmente são encerradas. Não há maiores explicações, nem queixas, tudo reduzido ao plano do mundo privado. Parece mesmo não haver quaisquer direitos que poderiam ser legitimamente reivindicados.

Quando as coisas mudam e se obtém algum dinheiro, é possível retomar as atividades assistenciais, mesmo que de modo precário e sem muitas perspectivas quanto à duração do trabalho assistencial. Aos poucos, notamos que as entidades estão incorporando o jargão técnico da Pnas, pelo que se pode depreender dos seus documentos. Mas consideramos que essa incorporação discursiva da Pnas e da PNCA ainda permanece meramente cosmética e acessória, pois a lógica institucional predominante parece ser a filantrópica, mais alinhada com o ideário do terceiro setor.

Uma crítica comum é que o poder público municipal não investe adequadamente no atendimento de crianças e adolescentes nas áreas da criança e do adolescente e da AS. Para sermos justos com o poder público municipal, procurarmos investigar a temática orçamentária, para verificar quanto, onde e como a prefeitura gasta dinheiro público com o atendimento assistencial para crianças e adolescentes do município. A partir das informações disponíveis, foi possível obter uma certa visão sobre o financiamento público e privado das

diversas entidades assistenciais no município. Podemos considerar que o poder público municipal investe pouco na área, quando consideramos o valor total que as entidades captam e utilizam no desenvolvimento de suas atividades.

A realidade social e histórica, na sua dimensão fenomênica, mostra-se múltipla e cheia de conflitos e contradições, estando em constante movimento, entre avanços transformadores e retrocessos institucionais. É preciso considerar a dimensão processual da realidade como algo positivo, perdem-se ou ganham-se lutas aqui e ali, mas, no campo social mais amplo, a batalha prossegue com seu "ronco surdo", como caracterizou Foucault (2013, p.254). A radicalidade analítica, ao considerar os polos extremos da luta que se desenrola num campo de análise determinado, tal como pode ser recortado como políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, ao caracterizar duas perspectivas opostas e antagônicas configuradas pelo paradigma filantrópico e seu antípoda, o paradigma do sujeito cidadão (Benelli, 2014a), não confunde necessariamente o plano analítico e conceitual do pensamento com a pluralidade da realidade em movimento.

Mas a clareza paradigmática permite fazer uma análise sobre o sentido produtivo das forças e tendências presentes e atuantes no campo, procurando identificar sua orientação hegemônica. Permanecer apenas no plano da conjuntura mais emergente do fenômeno, considerando seus aspectos pontuais positivos, pode ser uma grande ingenuidade, quando se considera o plano estrutural e essencial do que está em debate. É forçoso admitir que mudanças e alterações podem ser implantadas, sem modificar essencialmente aquilo que realmente importa.

No município pesquisado, podemos dizer que a PNCA revela-se como um campo sitiado pelo terceiro setor, por empresas diversas, por ONG, OSC, Oscip, por clubes de serviço e por grupos de diferentes denominações religiosas. O poder público municipal, representado pela Smas, em grande parte, exime-se de suas responsabilidades, sobretudo orçamentárias, para a implantação de políticas públicas de qualidade para os cidadãos de direito que são as crianças e os adolescentes, tanto de acordo com a CF quanto com o ECA.

Consideramos que, em geral, tais estabelecimentos institucionais assistenciais públicos e privados se limitam a gerir os problemas sociais de modo muito incipiente, mas operativo. Parece muito pouco provável que empresas, clubes de serviço e grupos religiosos – que geralmente também são compostos por empresários – cada um estando situado nos campos da PNCA e da Pnas a partir de coordenadas paradigmáticas específicas e próprias, delineando figuras institucionais diversas – de viés francamente filantrópico – sejam capazes de promover direitos de cidadania para crianças e adolescentes no plano da política pública: "Nas empresas, os fins já estão dados – maximizar o lucro no mercado –, tudo se torna meio e instrumento para esse objetivo" (Souza, 2018, p.44).

Não adianta produzir respostas na tentativa de supostamente buscar resolver de modo pragmático problemas sociais os mais diversos, sem antes fazer as perguntas essenciais que permitam definir com clareza as causas efetivas das dificuldades a serem enfrentadas. É comum que, nas práticas da gestão pública, soluções sejam rapidamente inventadas e aplicadas, sem antes fazer a pergunta essencial: "Quais são as causas fundamentais produtoras dos problemas?". O modo como se caracteriza um dado problema está relacionado com a resposta que se lhe dá, pois a concepção de objeto condiciona os meios de trabalho para lidar com ele.

No movimento conflitivo das políticas públicas, na disputa entre os discursos arrojados e as práticas insuficientes, o que se desvela senão a luta de classes em permanente embate? Os impasses enigmáticos das políticas públicas não são disfunções ou desvios, "são o resultado dos conflitos reais entre os grupos, e os interesses sociais, representados nas instituições" (Costa-Rosa, 1987, p.45). Esse não sabido histórico representa uma falta de clareza paradigmática que, portanto, só faz repetir a inércia do instituído, a reprodução do mesmo sob novas roupagens.

Se realmente é muito difícil promover políticas públicas cidadãs alinhadas com os interesses do polo subordinado – constituído pelos pobres – no contexto mais comum da sociedade capitalista, considerando que essas instituições/estabelecimentos assistenciais de matiz

predominantemente filantrópico estão orientadas, em sua produção social, pelo horizonte hegemônico, vemos reforçada nossa hipótese. Podemos matizar que elas fazem algum "bem" aos pobres, mas sua ação não se pauta por uma ética cidadã e realmente transformadora. O grande desafio consiste em se orientar pela proposta das políticas públicas como garantidoras e propiciadoras de direitos de cidadania.

Uma análise política dos documentos das entidades assistenciais que atendem crianças e a adolescentes – que estão arquivados no CMDCA – nos permite entender que os problemas sociais estão sendo psicologizados, e, como resposta, foram criadas pedagogias terapêuticas de base moral e relacional, focalizadas nos comportamentos, nos valores, nas atitudes e nos hábitos dos indivíduos atendidos. Buscam assim "fazer o bem" aos pobres e incluí-los na sociedade como trabalhadores/consumidores, mas não há muito lugar para eles, massa sobrante que não interessa ao mercado: "A inclusão dos humilhados é sempre uma decisão política e moral, e nunca consequência apenas do desenvolvimento econômico, como se comprova no Brasil" (Souza, 2018, p.61). Quando consideramos a condição de cidadãos de crianças e adolescentes pobres, torna-se possível concluir que não há nada mais terapêutico em termos de produção de cidadania do que a política, numa perspectiva crítica, emancipadora e revolucionária.

É preciso considerar a Pnas e a PNCA como instituições sociais, tomá-las como objetos de discussão e buscar superar suas aporias disciplinares e tuteladoras, pedagógicas e cuidadoras, protetoras e terapêuticas, punitivas e vigilantes, adaptativas e normalizadoras. Os pobres, em geral, e crianças e adolescentes não são "menores", nem delinquentes ou marginais, não são "indivíduos em situação pessoal e social de risco", são cidadãos portadores de direitos humanos, civis, políticos e sociais constitucionais integrais e indivisíveis, e o seu usufruto efetivo e concreto gera seus deveres e obrigações. São também sujeitos portadores de marcas de classe, de gênero, étnico-raciais e desejantes, incluindo o plano pulsional. Eles não precisam de repressão, nem de intervenções preventivas, nem de administração ou de gerenciamento de "riscos" ou de "vulnerabilidades", mas

de práxis que visem à produção de cidadania e de qualidade de vida, de práticas sociais criativas e transformadoras pautadas por uma ética que seja promotora de subjetividade singularizada.

Em tempos sombrios como os atuais, nesses anos de 2016 a 2022, época de retrocessos e de desmonte das diversas políticas públicas e, particularmente, do Suas e da PNCA – abortando seu processo de implantação no Brasil –, apostamos na micropolítica do cotidiano institucional, na construção coletiva com os sujeitos e suas famílias, na produção e nos debates científico, político e acadêmico como possibilidade de construirmos discursos e práticas alinhadas com o horizonte do paradigma do sujeito de direitos. Buscamos insistir e resistir na defesa dos direitos humanos e sociais dos brasileiros, sobretudo dos mais pobres. Isso tudo é importante e necessário, embora constitua algo muito doloroso na conjuntura atual, sobretudo quando já vislumbramos um além do paradigma do discurso oficial do Suas e da PNCA, representado pela atenção socioeducativa (Benelli, 2014a).

A clareza paradigmática não nos permite retroceder nem renunciar ao paradigma do sujeito de direitos e à atenção socioassistencial. Certamente poderemos avançar, fazendo a crítica e superando os limites e problemas dessa perspectiva, mas não é possível nos contentarmos com menos.

Anexos

Anexo 1

Lei municipal

Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO:

Faço saber que a Câmara municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° – Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 1º – A criança e o adolescente serão aqui concebidos como sujeitos que gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e que se encontram em condições peculiares de desenvolvimento, o que justifica colocá-los como prioridade absoluta na política social do Poder Municipal, para assegurar-lhes a proteção e os serviços dos quais necessitam.

§ 2º – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 2º – O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no âmbito Municipal, far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, compreendendo a formulação, implementação e execução das seguintes políticas:

I. políticas básicas de educação, saúde, cultura, esportes, lazer, preparação para a profissionalização, alimentação e outras que assegurem liberdade, respeito e dignidade à convivência familiar e comunitária;

II. políticas de assistência social para a família, a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social, que permitam a melhoria das condições de vida, organização e participação social e política;

III. políticas de proteção especial para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, incluindo casos de desaparecimento, abandono, violência, exploração e abuso sexual, trabalho infantil, vida na rua, uso de drogas e envolvimento em atos infracionais;

IV. políticas de garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente visando à integração das ações governamentais e não governamentais relativas ao estabelecimento das políticas públicas, à integração do sistema de justiça, à divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e à mobilização da sociedade em geral.

Parágrafo único – O poder público municipal e a sociedade civil desenvolverão os esforços necessários junto à União, ao Estado e às organizações não governamentais com o objetivo de viabilizar as políticas mencionadas neste artigo, respeitadas as competências legais de cada ente federativo.

Art. 3º – As políticas mencionadas no artigo anterior desenvolver-se-ão através de programas, projetos e serviços de caráter preventivo, voltados à promoção e inclusão social de famílias, e de programas, projetos e serviços específicos de enfrentamento da violação de direitos e das situações de risco pessoal e social vividas por crianças e adolescentes.

§ 1º – Os programas, projetos e serviços de caráter preventivo, voltados à promoção da inclusão social de famílias compreendem:

I. orientação e apoio sociofamiliar;

II. apoio socioeducativo em meio aberto;

III. organização de informações e sistematização de dados, pesquisa, formação e divulgação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º – Os programas, projetos e serviços específicos de enfrentamento da violação de direitos e das situações de risco pessoal e social vividas por crianças e adolescentes compreendem:

I. acolhimento institucional, acolhimento familiar e colocação em família substituta;

II. medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade;

III. medidas socioeducativas de semiliberdade e internação;

IV. atendimento psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, violência, exploração e abuso sexual, e de uso de drogas.

Art. 4º – São mecanismos de formulação, deliberação, controle, financiamento e participação das políticas governamentais e não governamentais voltadas à criança e ao adolescente no Município:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

II. Conselho Tutelar;

III. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV. Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e as Conferências Livres.

Parágrafo único – O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e adolescência.

Art. 5º – O Município deverá criar os programas e serviços previstos nesta lei, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do CMDCA.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO, NATUREZA E ATRIBUIÇÕES

Art. 6º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, doravante designado CMDCA, foi incorporado à estrutura do Estado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n° 8.069/90. É um órgão público de natureza colegiada entre governo e a comunidade, de caráter deliberativo, que opera segundo os princípios de participação, paridade e controle.

Parágrafo único – A Prefeitura Municipal assegurará instalações e funcionários para permitir ao CMDCA manter uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

Art. 7º – São atribuições do CMDCA:

I – Fazer com que o Estatuto da Criança e do

Adolescente seja cumprido;

II – participar ativamente da construção de uma Política Municipal de Proteção Integral (promoção e defesa de direitos) para Crianças e Adolescentes, com atenção prioritária para a criação e manutenção de um Sistema Municipal de Atendimento que articule e integre os recursos municipais;

III – incentivar os órgãos municipais e as entidades da sociedade civil organizadas sem fins lucrativos, a tornarem efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

IV – incentivar ações que promovam a articulação e a integração das instâncias públicas governamentais e sociedade civil visando efetivar a garantia dos direitos da criança e adolescente através de uma rede de atendimento;

V – acompanhar e participar da elaboração, aprovação e execução do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), indicando as modificações necessárias ao alcance dos objetivos das políticas de atenção aos direitos da criança e do adolescente e zelando para que o orçamento público respeite o princípio constitucional da prioridade absoluta;

VI – acompanhar o processo de elaboração da legislação municipal relacionada à infância e à adolescência e participar dele, oferecendo apoio e colaborando com o Poder Legislativo;

VII – requisitar do poder público que as propostas orçamentárias destinadas à política de atendimento a crianças e adolescentes, sejam analisadas pelo CMDCA antes da aprovação pelo Poder Legislativo.

VIII – administrar o Fundo Municipal do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescente, através de Planos de Aplicação das doações;

IX – estabelecer normas, orientar e proceder o registro das entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes;

X – promover periodicamente a cada 02 (dois) anos, no máximo, o recadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada;

XI – conceder, negar e suspender o registro de funcionamento às entidades não governamentais, nos termos do artigo 91 da Lei Federal 8.069/90;

XII – propor a elaboração de estudos e pesquisas para promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas públicas;

XIII – divulgar os direitos das crianças e adolescentes e os mecanismos de exigibilidade desses direitos;

XIV – apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos;

XV – regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e nas diretrizes estabelecidas na Resolução CONANDA nº 139, de 17 de março de 2010.

XVI – informar, combinar ações conjuntas, orientar sobre questões de sua alçada e assessorar os Conselhos Tutelares;

XVII – aprovar o Regimento Interno do Conselho Tutelar e suas modificações posteriores;

XVIII – deliberar sobre o número de Conselhos Tutelares no Município e suas respectivas delimitações geográficas;

XIX – promover a substituição de Conselheiros Tutelares, em caso de licenças regulamentares, vacância ou afastamento;

XX – divulgar pelas mídias disponíveis, suas deliberações, relatórios e manifestações, desde que não estejam protegidos por segredo de justiça;

XXI – orientar e organizar a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seguindo orientações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) e CONANDA;

XXII – fomentar as participação das crianças e adolescentes nas conferências e nas reuniões do CMDCA;

XXIII – realizar a avaliação anual de suas atividades e elaborar o plano de ação para o ano subsequente;

XXIV – proceder à elaboração e revisão do seu Regimento Interno;

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO, DO MANDATO E PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 8º – O CMDCA é composto paritariamente de (16) dezesseis membros efetivos e mais (16) dezesseis suplentes conforme descrição abaixo, a saber:

I – Representantes do Governo:

a. Secretaria Municipal de Assistência Social;

b. Secretaria Municipal da Saúde;

c. Secretaria Municipal da Educação;

d. Diretoria de Ensino;

e. Fundação de Cultura;

f. Autarquia de esportes;

g. Ensino Superior;

h. Segurança Pública;

II- Representantes da Sociedade Civil:

a. Entidades Não Governamentais que prestam atendimento a crianças de até 12 anos;

b. Entidades Não Governamentais que prestam atendimento a crianças de 12 a 18 anos;

c. Entidades Não Governamentais que prestam serviços especializados a crianças e adolescentes;

d. Entidades Não Governamentais que prestam serviço às famílias;

e. Profissionais Liberais que prestam assistência a crianças e adolescentes;

f. Conselhos municipais;

g. Clubes de Serviços;

h. Associação de bairros;

§ 1º – A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 2º – Os membros titulares do CMDCA serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos seus respectivos suplentes.

§ 3º – Todos os membros suplentes do CMDCA poderão participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, das comissões, com direito a voz e, na ausência do titular, também a voto.

Art. 9º – Os representantes dos órgãos governamentais serão indicados pelo Chefe do Executivo e/ou por autoridades competentes.

Art. 10 – Os representantes das entidades da sociedade civil organizada, serão eleitos pelo voto das respectivas entidades e serviços, reunidos em assembleia específica.

§ 1º – O CMDCA providenciará o cadastramento destas entidades e serviços e procederá a convocação das assembleias, assegurando ampla informação e participação.

Art. 11– O processo de escolha dos representantes da sociedade Civil realizar-se-á em março dos anos pares, devendo ocorrer a posse na primeira reunião ordinária após a indicação.

Art. 12 – O processo de escolha dos representantes do Poder Público realizar-se-á em março dos anos ímpares, devendo ocorrer a posse na primeira reunião ordinária após a indicação.

Art. 13 – Para ser indicado como Conselheiro serão exigidos os seguintes requisitos:

I – Reconhecida idoneidade moral;

II – Idade superior a vinte e um anos;

III – Residir no município;

IV – Estar no gozo dos direitos políticos.

SEÇÃO III

DOS ÓRGÃOS DO CMDCA

Art. 14 – São órgãos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Plenário,

II – Diretoria,

III – Comissões Setoriais.

Art. 15 – O Plenário, órgão soberano do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, compõe-se de todos os seus membros.

§ 1º – As reuniões plenárias do CMDCA são abertas à ampla participação popular, com direito a voz, mediante inscrição e autorização.

Art. 16 – A Diretoria é a instância coordenadora das atividades do Conselho e executora das deliberações do Plenário, sendo composta de: Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário, 2° Secretário, 1° Tesoureiro e 2° Tesoureiro.

Art. 17 – O processo de eleição da diretoria realizar-se-á em maio dos anos pares, devendo ocorrer a posse na primeira reunião após a eleição.

Parágrafo único – O Regimento Interno do CMDCA disporá sobre as competências, atribuições, procedimentos de escolha e outras questões pertinentes aos cargos da Diretoria.

Art. 18 – Mediante aprovação do Plenário serão criadas comissões paritárias permanentes ou temporárias formadas por membros titulares, suplentes e convidados.

Parágrafo único – O Regimento Interno do CMDCA disporá sobre as competências, atribuições e procedimentos de escolhas dos membros das Comissões

CAPÍTULO III

DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 19 – O Conselho Tutelar do Município é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente previsto na Lei n° 8.069/90 e na Constituição Federal.

Art. 20 – Na Lei Orçamentária Municipal deverá constar dotação específica e previsão dos recursos necessários para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar e custeio de suas atividades, nos termos do parágrafo único do artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente e do artigo 4º da Resolução nº 139/2010 do CONANDA.

§ 1º – Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas:

a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax e outros;

b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

c) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;

d) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção; e segurança da sede e de todo o seu patrimônio.

§ 2º – O Conselho Tutelar estará vinculado administrativamente à Secretaria Municipal da Assistência Social, estando garantida a sua autonomia decisória.

§ 3º – Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos neste artigo, exceto para a formação e a qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

Art. 21 – Constará do quadro do funcionalismo público municipal o cargo de Conselheiro Tutelar em comissão, assegurado os direitos previstos na Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e ficará sujeito aos mesmos dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Parágrafo único – O provimento do cargo de Conselheiro Tutelar se fará por nomeação do Prefeito Municipal, obedecido o processo de escolha definido pelo CMDCA.

Art. 22 – Sendo o Conselho Tutelar um órgão subordinado às diretrizes da política municipal de atendimento às crianças e adolescentes, como agente público, o Conselheiro Tutelar tem a obrigação de respeitar e seguir com zelo as diretrizes emanadas da comunidade que o elegeu.

Art. 23 – O Conselho Tutelar deve funcionar com a cooperação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Justiça da Infância e da Juventude, do Ministério Público e de entidades civis que trabalham com a população infantojuvenil no desempenho de suas atribuições legais.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO, DOS MANDATOS E DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 24 – O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, por igual período, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo único – Com o objetivo de assegurar a participação do Município no primeiro processo unificado de escolha que será realizado em todo território nacional, conforme Resolução CONANDA nº 152/2012, os Conselheiros Tutelares empossados no ano de 2012 e seus suplentes terão excepcionalmente, o mandato prorrogado até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado.

Art. 25 – O exercício efetivo da função técnica de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 26 – O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido pelo CMDCA, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas no artigo 139 do ECA, e nas diretrizes estabelecidas nas Resoluções CONANDA nº 139 e 152 e alterações posteriores.

Parágrafo único – O processo de escolha será fiscalizado pelo Ministério Público, informado ao público através de publicação de Resoluções e Edital de Abertura, definidos e aprovados pelo CMDCA.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES, DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 27 – São atribuições do Conselho Tutelar:

I – Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts, 98 e 105, aplicando as medidas de proteção previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas na mesma Lei;

III – promover a execução de suas decisões;

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – tomar providências para que sejam cumpridas medidas protetivas aplicadas pela justiça a adolescentes infratores;

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3°, inciso 11, da Constituição Federal;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII – fiscalizar as entidades de atendimento governamentais e não governamentais, nos termos dos arts. 95 e 191 da Lei Federal nº 8.069/90;

XIII – representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

XIV – elaborar seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do CMDCA.

Art. 28 – As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 29 – O Conselho Tutelar funcionará diariamente, inclusive nos fins de semana e feriados, durante 24 horas do dia, da seguinte forma:

I – em atendimento ordinário, nas dependências de sua sede, das 08h00min às 18h00 min horas, de segunda à sexta-feira;

II – em atendimento de plantão, das 18h00 min às 08h00 min do dia seguinte, nos fins de semana e nos feriados, através do sistema de telefonia celular.

Art. 30 – A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I – pelo domicílio dos pais ou responsáveis;

II – pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

§ 1º – Nos casos de ato infracional praticado por criança ou adolescente, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º – A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Art. 31 – O Conselho Tutelar deverá eleger, entre seus membros, um Presidente e um Secretário.

Art. 32 – As sessões somente poderão ser instaladas com o quórum mínimo de três Conselheiros.

Art. 33 – O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

Parágrafo único – As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos.

SEÇÃO IV

DOS REQUISITOS DAS CANDIDATURAS E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 34 – A candidatura é individual, não sendo admitida a composição de chapas.

Art. 35 – Somente poderão concorrer á escolha os candidatos que preencherem até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I – reconhecida idoneidade moral;

Parágrafo único – A comprovação da idoneidade moral do candidato será feita mediante Certidão de Antecedentes Criminais obtido junto à Comarca, nos últimos 5 (cinco) anos.

II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III – residir e ser domiciliado no Município há, pelo menos, dois anos;

IV – estar no gozo dos direitos políticos;

V – curso universitário completo na área de ciências humanas;

VI – reconhecida experiência na área de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, pelo período mínimo de 1 (um) ano;

VII – não exercer cargo político;

VIII – declarar-se ciente das características do regime de trabalho, que inclui o exercício da função no período diurno, noturno e nos fins de semana e feriados.

Art. 36 – São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha direta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único – Estende o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à Autoridade Judicial e ao representante do Ministério

Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, exercido na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

Art. 37 – É vedada a participação de um mesmo Conselheiro ou Suplente, em mais de um Conselho Tutelar.

SEÇÃO V

DO REGIME DE TRABALHO, DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 38 – A organização do regime de trabalho ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, que terá plena autonomia para a sua elaboração devendo cada Conselheiro cumprir, no mínimo, uma jornada de 40 horas semanais de trabalho, prestadas durante os períodos de atendimento ordinário do Conselho e durante os períodos de plantões e sobreavisos.

Art. 39 – Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I – ausentar-se injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, no mesmo ano;

II – for condenado por sentença irrecorrível por crime doloso ou contravenção penal;

III – deixar de atender exigências do art. 35, incisos I, III, IV e VII;

IV – deixar de cumprir com zelo e responsabilidade as atribuições inerentes ao cargo de Conselheiro.

Parágrafo único – Compete ao CMDCA, após procedimento adequado, informar ao Poder Executivo a perda ou suspensão do mandato do Conselheiro Tutelar, para a nomeação e posse de novo Conselheiro Tutelar.

Art. 40 – Os cargos de Conselheiro Tutelar pertencem ao Quadro de Pessoal em Comissão do Município e classificados na referência 40-C.

Parágrafo único – Os cargos criados serão providos quando da posse do Conselho Tutelar subsequente, o que ocorrerá a cada 4 (quatro) anos, sempre no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha, conforme disposto no artigo 139 do ECA e nas diretrizes estabelecidas nas Resoluções CONANDA nº 139 e 152.

Art. 41 – O Conselheiro Tutelar fará jus a todos os direitos previstos para o funcionalismo público municipal, enquanto durar o seu mandato.

Parágrafo único – Sendo escolhido funcionário público municipal fica-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de

seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos, garantindo o seu vínculo empregatício anterior, bem como o direito de receber gratificações.

Art. 42 – Outros Conselhos Tutelares poderão ser criados no Município, de acordo com as necessidades constatadas pelo CMDCA.

Art. 43 – Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ouvido, quando necessário, o Ministério Público.

CAPITULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 44 – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do CMDCA, ao qual compete seu gerenciamento e terá vigência indeterminada.

Art. 45 – Compete ao Fundo Municipal:

I – receber e registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele destinados em benefício das crianças e dos adolescentes, pelo Estado ou pela União, por transferência, suplementação ou repasse;

II – receber e registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

III – receber, registrar e controlar as doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas, com renúncia fiscal da Receita Federal e consequente abatimento no Imposto de Renda, conforme art. 260 da Lei 8.069/90;

IV – manter o controle escriturário das aplicações levadas a efeito no Município, nos termos das Resoluções do CMDCA;

V – liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, de acordo com as deliberações do CMDCA.

Art. 46 – Sob nenhuma condição ou pretexto, qualquer responsável por função dentro do Fundo poderá executar ação, alterar procedimentos ou prioridades definidas, sem a deliberação do CMDCA.

Art. 47 – A procedência dos recursos do Fundo é assim constituída:

I – pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município, por transferência, suplementação ou repasse de verbas adicionais que a Lei estabelecer;

II – pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV – pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V – por transferências Inter-Fundos;

VI – pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras de capitais;

VII – pelos recursos provenientes de Convênios e de abatimentos do Imposto de Renda, conforme art. 260 da Lei nº 8.069/90;

VIII – por doações de entidades internacionais;

IX – por outros recursos e doações que lhe forem destinados.

§ 1º – Qualquer doação de bens móveis, imóveis, semoventes, joias ou outros que não sirvam diretamente à criança ou ao adolescente, será convertida em dinheiro mediante ações definidas pelo CMDCA, devidamente informadas ao Ministério Público.

§ 2º – O controle das entradas e saídas dos recursos do Fundo será semestralmente apresentado ao CMDCA.

Art. 48 – Os recursos do Fundo serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, em conta específica em nome da Prefeitura Municipal/ Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que somente poderá ser movimentada mediante as assinaturas do Tesoureiro Municipal ou Secretário Municipal da Fazenda e do Presidente do CMDCA e na sua ausência pelo Vice-Presidente.

§ 1º – As movimentações financeiras do Fundo, quando se tratar de verbas de repasse, de qualquer origem, deverão ser precedidas de deliberação do CMDCA em seu plenário.

§ 2º – Quando solicitado e conforme Plano de Aplicação, a Prefeitura Municipal repassará ao Fundo os recursos da dotação consignada no orçamento municipal.

CAPÍTULO V

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DAS CONFERÊNCIAS LÚDICAS

Art. 49 – A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o principal espaço público da Sociedade Civil, de participação direta na formulação de políticas de garantia dos direitos da criança e do adolescente, cujas deliberações norteiam as ações vinculadas à infância e adolescência no Município.

Art. 50 – A Conferência será realizada a cada 3 (três) anos, obedecendo a Lei nº 8.069/90 e Resoluções do CONANDA, em consonância com as Conferências Estadual e Nacional e terá como prioridade:

I – avaliar as ações desenvolvidas no Município;

II – realizar diagnóstico da situação da infância e adolescência, e

III – estabelecer diretrizes e prioridades para o planejamento das políticas da Infância e Adolescência no Município.

Art. 51 – Concomitantemente à realização da Conferência Municipal, serão realizadas as Conferências Lúdicas, obedecendo a resoluções do CONANDA, visando o protagonismo infanto-juvenil na formulação das políticas públicas de que se trata.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal. Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo e Administração

Publicada no Departamento de Administração.

Anexo 2

Resolução CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, criada pela Lei Municipal, dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Considerando a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do dia 07 de março de 2018.

Resolve:

Artigo nº 1 – Aprova na integra pelos conselheiros presentes a Relação de Documentos a serem entregues pelas Organizações da Sociedade Civil, para CERTIFICAÇÃO e participação nos Editais de Chamamento Público, conforme termos dos artigos 33 e 34 da lei 13.019/2014 e alterações da seção IV dos Termos de Colaboração ou de Fomento, das instruções nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Resolução CMDCA 005/15.

1. Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida Ativa da União e do Estado;

2. Estatuto registrado da organização da sociedade civil e de eventuais alterações observando-se em especial, os incisos I e V dos artigos 33 da lei 13.019/2014;

3. Cópia da ata de eleição do quadro de dirigentes;

4. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física-CPF da Secretária da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

5. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarada;

6. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona nos dias e nos horários declarado por uma autoridade ou órgão público;

7. Declaração de que possui instalações, condições materiais e capacidade técnica operacional para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

8. Declaração de que a organização da sociedade civil não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, portanto, não se submetendo as vedações previstas no artigo 39da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;

9. Inscrição da OSC e da entidade parceira no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10. Declaração atualizada de que o quadro diretivo da OSC não possui parentesco de até 2º grau inclusive por afinidade, com agentes do Poder Público ou Ministério Público, da Administração Púbica da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

11. Declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresas pertencente a parentesco de até 2º grau inclusive por afinidade, de dirigente da OSC ou de agentes do Poder Público ou Ministério Público, da Administração Púbica da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

12. Declaração quando a compatibilização e a adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos artigos 15,16, e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei da Responsabilidade Fiscal);

13. Declaração lavrada pelo contador responsável pela Organização da Sociedade Civil de que a escrituração da entidade é realizada de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

14. Declaração de que possui experiência prévia e com efetividade, na realização das atividades previstas no objeto de parceria;

15. Relação nominal da equipe técnica;

16. Lista dos atendidos atualizada;

17. Certificado do CMDCA atualizado;

18. Declaração que a entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo

objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

19. Poderão participar somente OSC com sede no Município;

20. Declaração de estar ciente da Prestação de Contas até dia 31/01/2018;

21. Plano de Trabalho.

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

07 de março de 2018.

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Anexo 3

Resolução CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, criado pela Lei Municipal, dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Considerando a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do dia 07 de março de 2018.

Resolve:

Artigo nº 1 – Aprova na integra pelos conselheiros presentes a Relação de Documentos a serem entregues pelas Organizações da Sociedade Civil, para INSCRIÇÃO, conforme Resolução do CMDCA 004/2015.

1. Estatuto registrado da organização da sociedade civil e de eventuais alterações observando-se em especial, os incisos I e V dos artigos 33 da lei 13.019/2014;

2. Cópia da ata de eleição do quadro de dirigentes;

3. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarada;

4. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona nos dias e nos horários declarado por uma autoridade ou órgão público;

5. Inscrição da OSC e da entidade parceira no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6. Relação nominal da equipe técnica;

7. Lista dos atendidos atualizada;

8. Declaração que a Entidade está em pleno funcionamento há mais de 03 anos;

9. Declaração que a entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

10. Plano de Trabalho;

11. Relatório.

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

07 de março de 2018.

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Anexo 4

Colabore com o fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente!

Veja como é fácil:

A doação do **Imposto de Renda da Pessoa Física** até o limite de **6% (seis por cento)** pode ser no ano calendário **de maio até 31 de dezembro** em depósito ou boleto.

A Doação do **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica** até o limite de **1% (um por cento)** sobre o lucro real também pode ser no ano calendário **de maio até 31 de dezembro** em depósito ou boleto.

A doação do Imposto de Renda de Pessoa Física também pode ser realizada no **limite de 3% (três por cento)** e entre **01 de janeiro e 30 de abril**, onde gera a DARF.

Existe um modelo de doação no site do Condeca para doações através das darfs e no Youtube: Destine – Faça parte desta História – CMDCA –, além do site http://www.fia.cnm.org.br/pagina/interna/confira-o-potencial-de-arrecadacao

Para que as doações sejam destinadas às entidades que atendem Criança e Adolescente no Município, é necessário apresentar o recibo/depósito/DARF do doador com NOME e CPF para apresentação na Receita Federal. O recibo pode ser encaminhado para a entidade, para a Casa dos Conselhos na rua... ou por e-mail.

C**olocamos à disposição nossos telefones.**

FAÇA PARTE DESTA HISTÓRIA!

Para doação do Imposto de Renda:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ XXXX

Conta Corrente para Depósito:

Banco do Brasil

Agência: XXXX

Conta Corrente: XXXXX

Anexo 5

Edital de chamamento público nº 01/2018 do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CNPJ do CMDCA: XXXX e CNPJ do FMDCA: XXXX LEI Nº XXXXX

Casa dos conselhos. Rua ..., nº XX CEP XXXX – Fone (XX) XXXX – XX/SP E-mail: XXXX

Edital de chamamento público

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA criada pela Lei XXXXX, dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, em Reunião Ordinária do dia 01/08/2018 e pelas considerações da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Estadual nº 61.981, de 20 de maio de 2016 e na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e Decreto Estadual nº 59.215, de 21.05.2013, torna-se público o presente Edital de Chamamento Público, visando à seleção de projetos a serem financiados integral ou parcialmente com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e apresentados por organizações da sociedade civil do Município, interessados em celebrar Termo de Fomento, respectivamente, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades ou ações que auxiliem na promoção, proteção e defesa de direitos da criança e do adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13.07.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1. PROPÓSITO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para celebração de parcerias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), mediante formalização de Termos de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, envolvendo a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Será analisando o Plano de Trabalho, bem como a aplicação do recurso, e as atividades ou ações a serem desenvolvidas, e que envolvam programas de promoção, proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes em conformidade com as Políticas Públicas da Criança e do Adolescente.

1.3. Os planos de trabalhos selecionados serão financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e conforme a Resolução do CMDCA 005/15 e demais dispositivos legais aplicáveis.

a) O valor disponível no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é de R$ 350.000,00 Trezentos e Cinquenta Mil Reais, que será dividido entre os planos de trabalho apresentado pelas organizações da sociedade civil e conforme análise da Comissão Técnica deste Conselho, observada sua ordem de classificação e disponibilidade orçamentária dos recursos do Fundo Municipal.

2. OBJETO

2.1. Poderão concorrer a este edital somente OSC do município, que estejam cadastradas/certificadas no CMDCA e que atendam a ação que atua intervindo diretamente junto à criança, adolescente, num dos regimes de atendimento previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e que atendam o artigo 15 da Resolução 137/2010 do Conanda.

3. JUSTIFICATIVA

Considerando a enorme relevância de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e defesa de direitos, é de suma importância a publicação do aludido edital, a fim de que sejam selecionados os projetos que serão objeto de parcerias, pois isso garantirá a proteção integral da criança e do adolescente.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

Relação de Documentos a serem entregues pelas Organizações da Sociedade Civil, conforme modelo em Anexo I.

Nos termos dos artigos 33 e 34 da lei 13.019/2014 e alterações da seção IV dos Termos de Colaboração ou de Fomento, das instruções nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Resolução CMDCA 005/15, as entidades deverão apresentar para serem consideradas habilitadas ao Edital do CMDCA/2018.

1. Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida Ativa da União e do Estado;

2. Estatuto registrado da organização da sociedade civil e de eventuais alterações observando-se em especial, os incisos I e V dos artigos 33 da Lei 13.019/2014;

3. Cópia da ata de eleição do quadro de dirigentes;

4. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física-CPF da Secretária da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

5. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarada;

6. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona nos dias e nos horários declarado por uma autoridade ou órgão público;

7. Declaração de que possui experiência previa e capacidade técnica para o desenvolvimento das atividades e projeto executados pela referida OSC;

8. Declaração de que a organização da sociedade civil não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, portanto, não se submetendo as vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;

9. Inscrição da OSC e da entidade parceira no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10. Declaração atualizada de que o quadro diretivo da OSC não possui parentesco de até 2º grau inclusive por afinidade, com agentes do Poder Público ou Ministério Público, da Administração Púbica, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

11. Declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresas pertencente a parentesco de até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigente da OSC ou de agentes do Poder Público ou Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Púbica da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

12. Declaração quando a compatibilização e a adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei da Responsabilidade Fiscal);

13. Declaração lavrada pelo contador responsável pela Organização da Sociedade Civil de que a escrituração da entidade é realizada de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

14. Declaração de que possui experiência prévia e com efetividade, na realização das atividades previstas no objeto de parceria adquirir equipamentos permanentes para a execução do objeto, declarar que no caso de dissolução ou extinção os equipamentos deverão ser entregues ao Conselho de Direitos/ou Prefeitura/ou a outra Entidade definida em reunião do CMDCA;

15. Relação nominal da equipe técnica;

16. Lista dos atendidos atualizada;

17. Certificado do CMDCA atualizado;

18. Declaração que a entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

19. Declaração de estar ciente da Prestação de Contas até dia 31/01/2019, conforme modelo de Prestação de Contas da Administração Pública;

20. Plano de Trabalho (conforme modelo em anexo II);

Além,

a) que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

b) que atende a todos os requisitos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e do Decreto nº 61.981, de 2016, para celebração do Termo de Fomento, e que não incorre em nenhuma das hipóteses previstas na legislação de regência impeditivas da formalização da aludida parceria;

c) Poderão participar somente OSC com sede no Município.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

5.1. Para a celebração do termo de fomento, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com

o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal n° 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, da Lei n° 13.019, de 2014);

c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

d) possuir, no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea "a", da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano (art. 33, inciso V, alínea "b", da Lei Federal n° 13.019, de 2014, e artigo 4º, § 3º, item 2, do Decreto nº 61.981, de 2016),

f) possuir condições materiais, abrangendo recursos humanos, para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação com recursos da parceria, tudo a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC;

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei Federal nº 13.019, de 2014);

h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista (art. 34, caput, inciso II, da Lei n° 13.019, de 2014, observada a previsão do § 4º do art. 4º do Decreto nº 61.981, de 2016);

i) cópia do estatuto registrado e eventuais alterações (art. 34, caput, inciso III, da Lei Federal nº 13.019, de 2014);

j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira

de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF de cada um deles (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

5.2. Ficará, ainda, impedida de celebrar o instrumento de parceria a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública estadual, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas;

d) não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5° e 6°, da Lei Federal n° 13.019, de 2014); tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se foi sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou foi reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, ou, ainda, com as sanções previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal n° 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei n° 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

h) estiver registrada no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados – CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 2008 (art. 6º, inciso I, do Decreto nº 61.981, de 2016);

i) Somente OSC com sede no Município.

5.3. Para a celebração do termo de convênio, o Município deverá atender aos requisitos previstos nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 59.215, de 2013.

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado eleito em Plenária do Conselho e destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, composta por 06 (seis) conselheiros, eleitos na reunião do CMDCA Resolução do CMDCA nº 016/2018.

6.2. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado, ou da Administração Pública.

6.3. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observadas, em qualquer situação, os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1. O processo de seleção observará as seguintes etapas:

1 Publicação do Edital de Chamamento Público, além do envio por e-mail para todas as entidades cadastradas neste CMDCA: 01/08/2018;

2 Envio do Plano de Trabalho e Relação de documento: 01/08/2018 a 27/08/2018;

4 Etapa de avaliação da Comissão de Seleção: 28/08/2018;

5 Reunião Extraordinária para divulgação do resultado preliminar: 31/08/2018;

6 Liberação do Recurso: 05/09/2018 e data de assinatura do Termo de Fomento.

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, bem assim a verificação da não ocorrência de impedimento para a formalização do termo de fomento (arts. 33, 34 e 39 da Lei Federal n° 13.019, de 2014), ocorre posteriormente à etapa de julgamento das propostas, e será exigível apenas das OSCs que tenham plano de trabalho aprovados e classificados, nos termos do sobredito diploma legal.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. Publicado o Edital no Diário Oficial do Município, o mesmo será divulgado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal e enviado por e-mail para todas as entidades cadastradas neste CMDCA.

7.4. As propostas poderão ser apresentadas a partir do dia 02/08/2018 a 27/08/2018, com oficio destinado a Comissão de Análise para ser protocoladas junto com o envelope com a relação de documentos solicitadas neste edital na sede do CMDCA, na Rua Cândido Mota, 48, Casa dos Conselhos, em envelope fechado, contendo os seguintes dizeres:

"Edital de Chamamento Público nº 001/2018 CMDCA"

Razão Social do Proponente e identificação do Município:

7.4.1 A proposta deverá ser encaminhada em uma única via, impressa em papel A4, com todas as folhas rubricadas e, ao final, ser assinada pelo representante legal do proponente.

7.4.2. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos.

7.4.3.1 O Plano de Trabalho deverá ser bem elaborado no item 17 o qual servirá de base para a comissão analisar o valor a ser repassado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Comissão de Seleção.

7.5. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas, juntamente com as relações de documentos solicitados neste edital.

A análise e julgamento de cada proposta será realizada pela Comissão de Seleção.

7.5.1. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido conforme consta neste edital para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.5.2. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos abaixo.

7.5.3. Divulgação do Resultado: será divulgado na página do sítio eletrônico da PMA;

8. DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

8.1. Celebrado o Termo de Fomento, em reunião Ordinária seria em 05/09/18 do CMDCA com todos os conselheiros do CMDCA convocados.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA

9.1 A parceria a ser celebrada terá vigência até dia 31/01/2019.

9.2. Assinado o Termo de Fomento, será providenciada a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, observando-se, de outra parte, o disposto no artigo 10 e no parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, quando couber.

9.3. Os recursos financeiros de responsabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão repassados aos proponentes selecionados na conformidade do estabelecido no cronograma de desembolso, que integra o Plano de Trabalho aprovado, obedecido o disposto no artigo 11, §2º, do Decreto nº 59.215, de2013, para os convênios celebrados com Municípios.

9.4. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação de regência, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42 e nos artigos. 45 e 46 da Lei n° 13.019, de 2014, bem como o disposto no artigo 10 do Decreto nº 61.981, de 2016.

9.5. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art.

52 da Lei Federal n° 13.019, de 2014, e do art. 116, § 6º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 02 (dias) dias da data-limite para envio da proposta por e-mail.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção no mesmo endereço eletrônico indicado acima, bem como entranhados nos autos do processo de Chamamento Público, onde estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

10.3. Eventual modificação no Edital, decorrente de pedido de esclarecimento, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, estendendo-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

10.4. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão decididos pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

10.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer etapa do processo de seleção. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. A par disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei n° 13.019, de 2014, às OSCs.

10.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade dos participantes do certame, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública.

Anexo I

Relação de Documentos a serem entregues pelas Organizações da Sociedade Civil

Nos termos dos artigos 33 e 34 da Lei 13.019/2014 e alterações da seção IV dos Termos de Colaboração ou de Fomento, das instruções nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Resolução CMDCA 005/15, as entidades deverão apresentar para serem consideradas habilitadas ao Edital do CMDCA/2018.

1. Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida Ativa da União e do Estado;

2. Estatuto registrado da organização da sociedade civil e de eventuais alterações observando-se em especial, os incisos I e V dos artigos 33 da lei L3.019/2014;

3. Cópia da ata de eleição do quadro de dirigentes;

4. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física-CPF da Secretária da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

5. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarada;

6. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona nos dias e nos horários declarado por uma autoridade ou órgão público;

7. Declaração de que possui experiência previa e capacidade técnica para o desenvolvimento das atividades e projeto executados pela referida OSC;

8. Declaração de que a organização da sociedade civil não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, portanto, não se submetendo as vedações previstas no artigo 39da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;

9. Inscrição da OSC e da entidade parceira no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10. Declaração atualizada de que o quadro diretivo da OSC não possui parentesco de até 2º grau inclusive por afinidade, com agentes do Poder Público ou Ministério Público, da Administração Púbica, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

11. Declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresas pertencente a parentesco de até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigente da

OSC ou de agentes do Poder Público ou Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Púbica da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

12. Declaração quando a compatibilização e a adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos artigos 15,16, e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei da Responsabilidade Fiscal);

13. Declaração lavrada pelo contador responsável pela Organização da Sociedade Civil de que a escrituração da entidade é realizada de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

14. Declaração de que possui experiência prévia e com efetividade, na realização das atividades previstas no objeto de parceria adquirir equipamentos permanentes para a execução do objeto, declarar que que no caso de dissolução ou extinção os equipamentos deverão ser entregues ao Conselho de Direitos/ou Prefeitura/ou a outra Entidade definida em reunião do CMDCA;

15. Relação nominal da equipe técnica;

16. Lista dos atendidos atualizada;

17. Certificado do CMDCA atualizado;

18. Declaração que a entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

19. Declaração de estar ciente da Prestação de Contas até dia 31/01/2019, conforme modelo da Prestação de Contas da Administração Pública;

20. Plano de Trabalho, conforme modelo em anexo II.

Anexo II

MODELO DE PLANO DE TRABALHO PORMENORIZADO

1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome:______________________________

CNPJ:__.___.___/____-__

Endereço completo: ____________________

Registros: *"informe a lei de utilidade pública e o registro nos conselhos da área de atuação da entidade".*

Telefone/Fax/e-mail: ( )____-____ – ______________

Dias e horário de funcionamento: _______________

2. DIRIGENTE DA ENTIDADE

Nome:____________________

Endereço residencial completo:____________________

Fone/e-mail: ( )____-____ – ______________

Mandado __/__/__ à __/__/__

3. TÉCNICO RESPONSÁVEL DA ENTIDADE

Nome: ______________________

Fone/e-mail: ( )____-____ – ______________

Formação Profissional: ______________________

Tipo de vínculo: ______*"informe se é celetista, liberal ou voluntário"*

4. FINALIDADE ESTATUTÁRIA

"Indique o que o estatuto da entidade estabelece como objetivos, descreva o que ele propõe como de interesse público e social"

5. ÁREA DE ATUAÇÃO

"Informe em quais áreas atua: se na educação, cultura, assistência, saúde, esporte, turismo, lazer, desenvolvimento, fomento e renda, turismo, segurança etc.

____

6. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA

6.1. Descrição: "descreva o objeto"

6.2. Vigência do objeto: __/__/__ à __/__/__

7. LOCAL DE ATENDIMENTO

"informe o endereço completo, e o telefone do local, se for diferente do telefone do Órgão"

8. PÚBLICO ALVO

"Informe o público que atende: crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais, público em geral, mulheres, etnia, raça, grupo vulnerável. Também destaque as condicionalidades desse público alvo, os riscos que os aproximam dessa condição, tais como: drogas, abandono, violência sexual, acesso a cultura, fomento e renda, limitação física, visual, mental, motora etc."

9. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

"Informe sua capacidade de atendimento. As realizadas em anos anteriores, a previsão para o ano proposto no plano de trabalho, e para os próximos anos. Segundo a legislação pública (LRF), isso é demonstrado expondo as informações dos dois anos anteriores, da previsão do presente ano, e os dois próximos."

10. JUSTIFICATIVA

"justificar equivale a denunciar ou fazer apelo, usar a arte do convencimento, demonstrar os motivos que coloca as pessoas em condições vulneráveis. No apelo manifesta o problema, e na denúncia demonstra possíveis responsáveis ou culpados." Exemplos:

a) De apelo: As crianças são vítimas das drogas. Por isso é preciso acolhê-las de forma eficaz e urgente. Apesar do estatuto da criança e do adolescente garantir proteção quanto a vícios a entorpecentes, o estado não tem sido capaz de sozinho, enfrentar e promover políticas sociais condizentes à saída das crianças dessa condição.

b) De denúncia: O corpo do estado brasileiro não possui recursos humanos suficientes para promover políticas sociais de inclusão. Em pesquisa realizada no ano passado por esta instituição, comprova que em nossa região houve vinte assassinatos, de variadas espécies, cometidas contra nossas crianças.

11. OBJETIVO GERAL

"Traça o panorama amplo do projeto e é descrito de forma sintética, de uma vez, sem tópicos"

Exemplo: Cuidar das crianças vítimas de todo tipo de violência.

12. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

"Os objetivos específicos detalham a intenção do objetivo geral, é analítico, e pode ser descrito em tópicos. Veja que no objetivo geral foi usado o verbo cuidar. Nos objetivos específicos vamos dar uma releitura para esse verbo"

Abrigar as crianças; *(assemelha a cuidar)*

b) Proteger as crianças; *(assemelha a cuidar)*

c) Acolher as crianças *(assemelha a cuidar)*

d) Ensinar as crianças; *(assemelha a cuidar)*

e) Brincar com as crianças; *(assemelha a cuidar)*

f) Conviver com as crianças; *(assemelha a cuidar)*

13. MÉTODOS

"Informe os métodos de intervenção que serão empregados, a maneira que as coisas vão acontecer. Exemplo: oficinas, encontros, reuniões, palestras, aulas etc. Após identificar cada atividade, faça o detalhamento de cada uma delas e propõe e o que se espera de resultado."

a) Descrição do método: oficina de ....:

Ex: intervenção da dança, aulas propiciadas às crianças do projeto, acima dos 7 anos de idade, monitorado ......

14. METAS

"Decreva a meta e a sua duração". Em seguida descreva as etapas, fases ou atividades que compreende a meta. Pode haver vários detalhamentos na mesma meta. Exemplo de descrição da meta:

a) Descrição da meta*: Oferecer atendimento às crianças*

Vigência ___/__/____ à __/__/____

.....

14.1. Etapa/atividade (vinculada à meta), *"descreva,* por exemplo":

14.1.1. Atividade 01

a) Descrição da etapa: oferta de aulas de ....

b) Vigência ___/__/____ à __/__/____

c) Quantidade física:____

d) Unidade de medida:____

e) Alcance de satisfação ano previsto: ___(%)

f) Alcance de satisfação ano anterior:___ (x%)

g) Detalhamento da etapa: __________*"informe dados como horário, dias da semana, dias, mês, período, carga horária, quantidade de turmas etc.*

14.1.2. Atividade 02

a) Descrição da etapa: ofertar de educação infantil

b) Vigência ___/__/____ a __/__/____

c) Quantidade física:____

d) Unidade de medida:____

e) Alcance de satisfação ano previsto: ___(%)

f) Alcance de satisfação ano anterior:___ (x%)

g) Detalhamento da etapa: ___________

15. RECURSOS HUMANOS

"Faça a relação completa da equipe dimensionada no plano de trabalho. Se não tiver os nomes, ao menos informe o perfil de cargos necessários, e a remuneração equivalente de cada um."

Nome ou cargo: _______

Função: _______

Carga horária ou jornada de trabalho: _____

Vínculo contratual: ___________

Quantidade existente no quadro: ___

Quantidade proposta:____

Remuneração por cargo:_____

16. ESTRUTURA FÍSICA

"Informe o que a entidade tem de patrimônio para ser colocado à disposição do objeto."

Item	Descrição	Existentes	Necessários
01	Imóvel	01	01
02	Sala	02	02
01	Carteiras	02	05
02	Computador 2gb 8mb Ram	05	07

17. PLANO DE APLICAÇÃO

DESCRIÇÃO	VERBA MUNICPAL	VERBA ESTADUAL	VERBA FEDERAL
Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	VERBA MUNICPAL	VERBA ESTADUAL	VERBA FEDERAL
Remuneração			
INSS			
FGTS			
Material de Consumo	0,00	0,00	0,00
Alimentos			
Higiene e Limpeza			
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
Água e Esgoto			
Luz			
Telefone e Internet			
Mecânica			
Profissional Liberal			
Locação PJ			
Manutenção e reparos			

18. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

FONTE	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
Municipal	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........
Estadual	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........
Federal	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........
FONTE	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
Municipal	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........
Estadual	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........
Federal	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........	R$..........

19. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

"descreva como as ações serão monitoradas de maneira permanente"

a) Ação 1: ____________________ *" aula de....."*

b) Indicadores: ______ *"use o detalhamento das etapas do plano de trabalho"*

c) Forma de coleta de dados: ________________ *"lista, pesquisa"*

d) Público alvo avaliado: ________________________

e) Responsável pela coleta de dados: _______________

____

20. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Entrega de contas	Mensal	Anual/Final	Modo de entrega
Proponente	Dia 10 do mês subsequente	31/01/____	web, impresso anualmente
Parecer			
Concedente	Monitorar	31/05/____	

21. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao (Órgão Público interessado), para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento.

Local e data.

Dirigente da Entidade

Responsável técnico da Entidade

Referências

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Org.) *Psicologia Sócio-histórica:* uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2002. p.163-78.

ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. 3.ed. São Paulo: Brasilense, 2012.

ALEXANDER; B. K.; MERHY, E. E.; SILVEIRA, P. (Org.). *Criminalização ou acolhimento?* Políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem o uso de drogas. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

ALMEIDA, B. G. de. Medo do crime e criminalização da juventude. Ministério Público do Paraná, 2008. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=294. Acesso em: 29 jun. 2022.

ALMEIDA, L. R. X. *Linhas de (re)produção*: um estudo sobre os processos de subjetivação envolvidos na inserção de jovens no trabalho. Belo Horizonte, 2016. 108f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ALMEIDA, S. S. et al. *Da avaliação de programas sociais à constituição de políticas públicas*: a área da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau*: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, H.; ESCOREL, S. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. *Physis Revista de Saúde Coletiva,* Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.99-115, 2012.

ALVES, J. M. *História da assistência social aos pobres em Londrina*: 1940-1980. Assis, 2002. 545f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103193. Acesso em: 20 set. 2018.

AMARAL, L. O. Violência e crime, sociedade e Estado. *Revista de Informação Legislativa,* v.34 n.136 p. 181-90, out./dez. 1997. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/304. Acesso em: 1 jul. 2018.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Medicalização e determinação social dos transtornos mentais: a questão da indústria de medicamentos na produção de saber e políticas. In: NOGUEIRA, R. P. (Org.). *Determinação social da saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. p.151-60.

AMBRÓZIO, A. *Empresariamento da vida*: discurso gerencialista e processos de subjetivação. São Paulo, 2011. 155f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; PEREIRA, J. R. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira? *Revista de Administração Pública,* v.46, n.1, p.177-90, 2012.

ANDRADE, L. M. *Neoliberalismo e hegemonia burguesa*: ação social empresarial através dos Institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas). Marília, 2014. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista.

ANGELL, M. *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*: como somos enganados e o que podemos fazer a respeito. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ANTIC, I.; SOLÉ, A. Quanto você vale?: sociedade para a avaliação dos humanos. *Cadernos EBAPE. BR*, v.4, n.4, p.1-8, 2006.

ARAGÃO, A. S. *Rede de proteção social e promoção de direitos*: contribuições do Conselho Tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG). Ribeirão Preto, 2011. 384f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

ARANTES, P. E. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: ARANTES, P. E. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Livros, 2004. p.165-90.

ARAUJO, M. G. Considerações sobre o narcisismo. *Estudos de Psicanálise,* Belo Horizonte, n.34, p. 79-82, dez. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 jun. 2020.

ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (Org.). *Educação e valores*: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

ARDOINO, J.; LOURAU, R. *As pedagogias institucionais*. São Carlos: Rima, 2003.

ARENDT, A. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

ASSIS, M. M. A.; JESUS, W. L. A. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.17, p.2865-75, 2012.

ASSIS, S. G. (Org.) *Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. *Labirinto de espelhos*: formação da autoestima na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

AZEVEDO, L. J. C. Medicalização das infâncias: entre os cuidados e os medicamentos. *Psicologia USP*, São Paulo, v.29, n.3, p. 451-8, dez. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 jun. 2020.

BACCA, A. M.; PEY, M. O.; SÁ, R. S. *Nas pegadas de Foucault*: apontamentos para a pesquisa de instituições. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.109, p.179-99, jan./mar. 2012.

BARATTO, G.; AGUIAR, F. A "psicologia do ego" e a psicanálise freudiana: das diferenças teóricas fundamentais. *Revista de Filosofia*, v.19, n.25, p.307-31, 2007.

BARBOSA, E. R. N. *A responsabilidade social das empresas e os projetos sociais*: filantropia ou emancipação social? 2003. 308f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/106115. Acesso em: 30 jul. 2018.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, v.120, n.3, p.58-103, set./dez. 1996.

______. *Igualdade e meritocracia*: a ética dos desempenhos nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

______. Meritocracia e sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.54, n.1, p.80-5, jan./fev. 2014.

BARBOSA, L. P. Significados do terceiro setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. *Sociedade e Cultura*, v.9, n.1, p.173-86, 2006.

BARBOSA, S. A. Mapeando as controvérsias que envolvem o processo de medicalização da infância. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v.31,

p.e213211, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100205&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 jun. 2020.

BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*: teoria e prática. 6.ed. Belo Horizonte, Instituto Félix Guattari, 2012.

BARROS, J. A. C. A (des)informação sobre medicamentos: o duplo padrão de conduta das empresas farmacêuticas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.421-7, 2000.

______. *Políticas farmacêuticas a serviço dos interesses da saúde?* Brasília: Unesco, Anvisa, 2004.

BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S.; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à psicologia? *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.39 (n.esp.2), p.33-44, 2019. DOI https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580.

BARTIJOTTO, J.; TFOUNI, L. V.; SCORSOLINI-COMIN, F. O ato infracional no discurso do Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v.14, n.2, p.913-24, 2016.

BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

BASAGLIA, F. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BATISTA, S. V.; MARTURANO, E. M. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em um núcleo social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v.10, n.2, p.313-26, 2015.

BATISTA, V. M. Adeus às ilusões "re". In: AYRES, L.; COIMBRA, C.; NASCIMENTO, L. *Pivetes*: encontros entre a psicologia e o Judiciário. Paraná: Juruá, 2008. p.195-9.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAZON, M. R. Psico-educação: um projeto visando aumentar a eficiência das intervenções sociais junto às crianças e adolescentes em situação de risco psico-social em Ribeirão Preto-SP. *Paidéia*, Ribeirão Preto, n.12-3, p.29-38, 1997.

______. *Psicoeducação*: teoria e prática para a intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

BECKER, H. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEGHIN, N. *A filantropia empresarial*: nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.

______. *Parcerias e pobreza no Brasil*: as contradições dos arranjos realizados entre entidades governamentais e empresas privadas para combater a pobreza no Brasil dos últimos 20 anos. Brasília, 2009. 309f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BENDASSOLLI, P. F. *Os fetiches da gestão*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

BENELLI, S. J. Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. *Psicologia em Estudo*, v.2, n.8, p.99-114, 2003.

______. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Estudos de Psicologia*, v.21, n.3, p.237-52, 2004.

______. *Pescadores de homens*: estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: Unesp, 2006.

______. Políticas públicas, instituições e práticas clínicas no campo da Assistência Social. In: DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Org.). *Políticas públicas e clínica crítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.63-84.

______. *Análise psicossocial da formação do clero católico*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2013.

______. *Entidades assistenciais socioeducativas*: a trama institucional. Petrópolis: Vozes, 2014a.

______. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.31, n.2, p.269-78, 2014b.

______. *A lógica da internação*: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Unesp Digital, 2015.

______. A lógica da rede na atenção socioeducativa para crianças e adolescentes na assistência social. In: XAVIER, A. L. P. et al. (Org.). *ECA, Suas e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: Publit, 2016a. p.40-77.

______. *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes*: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Unesp, 2016b.

______. A dimensão institucional da formação e da construção da identidade do clero. In: VEIGA, A. C. *Pedofilia entre o clero católico na visão de especialistas*. São Paulo: O Som das Palavras, 2018. p.62-116.

______. *Psicologia e assistência social*: interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CVR, 2020a.

______. A dimensão institucional na pesquisa e na intervenção. In: LEMOS, F. C. S. et al. (Org.). *Pesquisar com as Psicologias*: artesanias e artifícios. Curitiba: CVR, 2020b. p.405-23.

BENELLI, S. J. *Figuras da clínica "psi" na contemporaneidade*: o olhar, a escuta e a sensação. Assis, 2020c. Tese (Livre-Docência em Psicologia Clínica) – Universidade Estadual Paulista.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). *Psicologia, Estado e políticas públicas*. Assis: Unesp, 2010. p.25-85.

______. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia,* Campinas, v. 28, n. 4, p.539-63, 2011.

______. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, v.23, n.4, p.609-60, 2012.

______. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos de Psicologia,* Campinas, v.30, n.2, p.283-301, 2013.

BENELLI, S. J.; FERRI, G. G.; FERREIRA JR., N. Problematizando a noção de rede, suas origens e algumas de suas aplicações atuais. *Revista de Psicologia da Unesp*, v.14, n.2, p.54-73, 2015.

______. A modalidade de rede: discutindo suas origens e problematizando algumas de suas aplicações atuais. In: XAVIER, A. L. P. et al. (Org.). *ECA, Suas e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: Publit, 2016. p.152-97.

BENELLI, S. J.; RIBEIRO, I. G. S. Políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil: uma problematização do Sinase. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Org.). *Violência, direitos humanos e políticas públicas*: avanços e impasses. Curitiba: CRV, 2014. p. 9-32.

BENELLI, S. J.; SILVA, S. I. M. Subjetividade na Renovação Carismática Católica: mecanismos de funcionamento e de sua produção. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v.36, n.3, p.1-15, 2016. DOI 10.1590/1982-3703001432014.

______. Análise institucional "no papel" do movimento da Renovação Carismática Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.1, n.305, p.94-128, 2017.

BENTO, L. V. *Governança e governabilidade na reforma do estado*. Barueri: Manole, 2003.

BERNARDES, M. G. P. *Inventariando a produção do "aluno-problema"*: a queixa escolar em questão. São Paulo, 2008. 150f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

BIANCHI, V. A. *As práticas de assistência ao deficiente no município de Assis/SP*: delimitações históricas. Assis, 2011. 145f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/97555. Acesso em: 25 out. de 2018.

BILHIM, J. Política e administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v.28, p.11-31, 2014.

BLECH, J. *Os inventores de doenças*. Porto: Ambar, 2009.

BOARINI, M. L. (Org.). *Higiene e raça como projetos*: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003.

BOARINI, M. L. A higiene mental e o saber instituído. *Mnemosine*, v.3, n.1, 2007. Disponível em: http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/index. Acesso em: 1º jun. 2020.

BONADIO, R. A. A.; MORI, N. N. R. *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade*: diagnóstico da prática pedagógica. Maringá: Eduem, 2013.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDEN, N.; GOUVEIA, R. *Como aumentar sua autoestima.* Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistencia e protecção a menores. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

______. Decreto n° 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

______. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 jan. 2017.

______. Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 5 out.2017.

______. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742/93. Brasília, 1993.

______. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9608-18-fevereiro-1998-365398-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 5 jan. 2017.

______. *Política Nacional de Assistência Social.* Brasília: MDS, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis. Acesso em: 20 mar. 2019.

______. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.* Brasília: Snas, 2005.

______. *Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social*: versão preliminar. Brasília: MDS, 2006a.

______. *Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: MDS, 2006b.

______. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Conanda, 2006c.

______. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conanda, 2006d.

______. *Norma operacional básica de recursos humanos do Suas NOB-RH/Suas*. Brasília: MDS, Snas, 2006e.

______. *CapacitaSuas. Planos de Assistência Social*: diretrizes para elaboração. Brasília: MDS, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v.3.

BRASIL. *Orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS*. Brasília: MDS, 2009a.

______. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009b.

______. *SUAS – Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: MDS, Snas, 2009c.

______. *Adolescências, juventudes e socioeducativo*: concepções e fundamentos (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009d.

______. *Traçado metodológico (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo)*. Brasília: MDS, 2009e.

______. *Capacitação*: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil. Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009f.

______. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, v.11, p.1-100, 2009g.

______. *Caderno do orientador social*: Ciclo I: Percurso socioeducativo I: "Criação do Coletivo" (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009h.

______. *Caderno do orientador social*: Ciclo I: Percurso socioeducativo II: "Consolidação do Coletivo" (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009i.

______. *Caderno do orientador social*: Ciclo I: Percurso socioeducativo III: "Coletivo Pesquisador" (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009j.

______. *Caderno do orientador social*: Ciclo I: Percurso socioeducativo IV: "Coletivo Questionador" (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009k.

______. *Caderno do facilitador da FTG*: Ciclo II: Percurso socioeducativo V: "Coletivo Articulador-Realizador": Formação Técnica Geral (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009l.

______. *Caderno do orientador* social: Ciclo II: Percurso socioeducativo V: "Coletivo Articulador-Realizador": Participação cidadã (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo). Brasília: MDS, 2009m.

______. *Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, 2011-2020*. Brasília: Conanda, 2010a.

______. *Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos*. Brasília: MDS, 2010b.

______. *Direitos humanos de crianças e adolescentes*: 20 anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010c.

______. *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 06 anos e suas famílias*. Brasília: MDS, 2010d.

______. Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Brasília, 2011a. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/plano_decenal_conanda.pdf. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 12.435/2011. Brasília, 2011b.

______. *Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, 2011*. Brasília: Cnas, 2011c.

______. *Orientações técnicas para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Creas*. Brasília: MDS, 2011d.

______. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Lei n.12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília: Conanda, 2012a.

______. *O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2012b. v.1.

______. *Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif*: trabalho social com famílias. Brasília: MDS, 2012c. v.2.

______. *Assim caminha o ECA*: capacitação de profissionais da rede de atendimento para a promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013a.

______. *Microempreendedor individual (MEI)*: primeiro degrau da atividade empresarial legalizada. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2013b.

______. *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília: MDS, 2013c.

______. *Sinase – Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013d.

______. *Cartilha do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília: Secretaria de Governo, 2014a.

______. Lei n° 13.019, de 31 de junho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 5 jan. 2019.

______. *Caderno de orientações técnicas*: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016a.

______. Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e da outras providências Gastos Públicos. Brasília: Congresso Nacional, 2016b.

______. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Lei das Terceirizações. Brasília, 2017a.

______. Lei nº 1.467 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis Trabalhistas aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2017b.

BRETTAS, G. H. *O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil*: dilemas e tensões na provisão de serviços. São Paulo, 2016. 177f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo.

BRITO, M. M. L. *Juventude, pobreza e trabalho*: desafios para o mundo contemporâneo. Fortaleza, 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=41966. Acesso em: 29 nov. 2018.

BUENO, P. A. T. *Clínica ampliada*: interlocuções entre a psicanálise e atenção psicossocial. São Paulo, 2016. 117f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BURGIERMAN, D. R. *O fim da guerra*: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Leya, 2011.

CABAS, A. G. O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CABRAL, F. G.; CHIOQUETTA, R. D. Criminalização das crianças e dos adolescentes pobres: reflexo da omissão estatal de direitos fundamentais. *Revista LEVS/Unesp*, v.19, n.19, p.117-30, 2017.

CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. (Org.). *Novos contornos da gestão local*: conceitos em construção. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania, Eaesp, FGV, 2002.

CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. 13f. Notas

de aula. Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

CALDANA, A. C. F.; FIGUEIREDO, M. A. C. O voluntariado em questão: a subjetividade permitida. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v.28, n.3, p.466-79, 2008.

CALDAS, R. W; CRESTANA, S. (Org.). *Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas*. São Paulo: Sebrae, 2005.

CALEGARE, M. A.; SILVA JUNIOR, N. A "construção" do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional. *Psicologia Política*, v.9, n.17, p.129-148, 2009.

CALIMAN, G. *Paradigmas da exclusão social*. Brasília: Universa, Unesco, 2008.

CAMARGO, A. B.; SPERA JUNIOR, J. *Casa da Menina São Francisco de Assis 50 anos*: breve resgate histórico. São Paulo: Arte & Ciência, 2013.

CAMPOS, G. W. S. A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. 1996/1997. Disponível em: http://ead.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/3899/mod_folder/content/0/17-. Acesso em: 13 ago. 2018.

CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. (Orgs.). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

CAMARGO, J. A. S.; SILVA, M. M. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. *Revista Katálysis*, v.18, n.1, p.86-94, 2015.

CARDOSO, P. C.; FONSECA, D. C. Adolescentes autores de atos infracionais: dificuldades de acesso e permanência na escola. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.31, p.e190283, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100221&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jun. 2020.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. (Org.). *Antropologia das práticas de poder*: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014.

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CÊA, G. S. S.; LUZ, A. S. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. *Revista Espaço Acadêmico*, 63, 2006. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm. Acesso em: 24 fev. 2019.

CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D. *A vida na escola e a escola da vida*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Igualdade como direito, diferença como riqueza*. São Paulo: Smads, Cenpec, Fundação Itaú Social, 2007a. (Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens, v.1).

______. *Igualdade como direito, diferença como riqueza*. São Paulo: Smads, Cenpec, Fundação Itaú Social, 2007b. (Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens, v.2).

______. *Igualdade como direito, diferença como riqueza*. São Paulo: Smads, Cenpec, Fundação Itaú Social, 2007c. (Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens, v.3).

CHAHINE, M. A. *Instituições de educação infantil*: lugar onde filantropia e direitos se encontram? Assis, 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista.

CHANLAT, J.-F. O gerencialismo e a ética do bem comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. 2002. p.8-11.

CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

______. *Da relação com o saber*: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHAUI, M. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. (Escritos de Marilena Chaui, 3).

______. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAVES, H. L. A; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.135, p.290-307, maio/ago. 2019.

CHIAVERINI, D. H. (Org.). *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde, Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

COIMBRA, C. M. B. A divisão social do trabalho e os especialismos técnico-científicos. *Revista do Departamento de Psicologia UFF*, Niterói, v.2, n.2, p.9-15, 1990.

______. *Operação Rio*: o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto, 2001.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar*: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp-FE-FCM, 1996.

COMARU, C. M. *A dimensão dialética da inclusão/exclusão no encontro com a deficiência*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias*: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*. Brasília: CFP, 2010a.

______. *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação*. Brasília: CFP, 2010b.

______. *Campanha "Não à medicalização da vida"*. Brasília: CFP, 2012a.

______. *Referências técnicas para atuação do em medidas socioeducativas em meio aberto*. Brasília: CFP, 2012b.

______. *Redução da idade penal*: socioeducação não se faz com prisão. Brasília: CFP, 2013.

______. *Mitos e verdades sobre a justiça infantojuvenil brasileira*: por que somos contrários à redução da maioridade penal? Brasília: CFP, 2015.

______. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. Brasília: CFP, 2016.

______. *Relações raciais*: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

______. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos. CFP, 2018. Disponível em https://site.cfp.org.br/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-aos-28-anos/. Acesso em: 14 nov. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Orientações a trabalhadoras e trabalhadores do SUAS para ações contra o preconceito*. Minas Gerais: CRP-MG, [s.d.].

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *A psicologia promovendo o ECA*: reflexões sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. São Paulo: CRP 06, 2007a.

______. *Psicologia e preconceito racial*. São Paulo: CRP SP, 2007b.

______. *A gente tem a ver com isso*: a psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes. São Paulo: CRP 06, 2010.

______. (Org). *Políticas de saúde mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas*. São Paulo: CRP SP, 2011.

______. Carta pela não criminalização da infância e da adolescência. 2014a. Disponível em: www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/.../2014-carta_criminalizacao.pdf. Acesso em: 23 ago. 2017.

______. (Org.). *Caderno Temático v. 14 – Contra o genocídio da população negra*: subsídios técnicos e teóricos para psicologia. São Paulo: CRP SP, 2014b.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (Org.). *Medicalização de crianças e adolescentes*: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CONSTANTINO, E. P. *Meninos institucionalizados*: a construção de um caminho. São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

CORDEIRO, B. M. P. *Referenciais para o desenvolvimento do empreendedorismo no ensino médio*. Brasília: Sebrae, 2006.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". *Estudos de Psicologia,* Campinas, v.34, n.1, p.41-52, 2017.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *Unirevista,* Porto Alegre, v.1, n.1, p.32-46, 2006.

COSTA, A. C. G. *Pedagogia da presença*. Da solidão ao encontro. Introdução ao trabalho socioeducativo junto aos adolescentes em dificuldade. Belo Horizonte: Modus Fasciendi, 1997.

______. *Protagonismo juvenil*: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

______. *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas*: conceitos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

______. *As bases éticas da ação socioeducativa*: referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

______. *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente:* perspectivas e desafios. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c.

______. *Socioeducação*: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006d.

______. *Parâmetros para formação do socioeducador*: uma proposta inicial para reflexão e debate. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006e.

COSTA, C. S. L.; WILLIAMS, L. C. A.; CIA, F. Intervenção com monitores de organização não governamental: diminuindo problemas de comportamento em crianças. *Psicologia, Reflexão e Crítica,* v.25, n.3, p.411-21, 2012.

COSTA, G. Assistência social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. *O Social em Questão,* v.20, n.38, p.227-46, 2017.

COSTA, M. D. H. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998. p.97-113.

COSTA, R. P.; MISOCZKY, M. C.; ABDALA, P. R. Z. Do dilema preventivista ao dilema promocionista: retomando a contribuição de Sérgio Arouca. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v.42, n.119, p.990-1001, out./dez. 2018.

COSTA-ROSA, A. *Saúde mental comunitária*: análise dialética de um movimento alternativo. São Paulo, 1987. 546p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo.

______. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.) *Ensaios*: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-68.

COSTA-ROSA, A. *Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica*: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COUTINHO, P. A má-fé da justiça. In: SOUZA, J. *Ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.329-50.

COUTO, B. R. et al. Construindo parâmetros para o vínculo Suas: proteção básica e proteção especial, 2011. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – ESTADO, DESENVOLVIMENTO E CRISE DO CAPITAL, 5, 2011, São Luís. *Anais*... São Luís: 2011.

CRUZOLETTO, J. V. *Mapeando a aprendizagem profissional por meio da análise institucional*. Maringá, 2014. 264f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá.

CUNHA, C. C.; BOARINI, M. L. A infância sob a tutela do Estado: alguns apontamentos. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.12, n.1, p.208-24, 2010.

CUNHA, E. O.; DAZZANI, M. V. M. O que é socioeducação? Uma proposta de delimitação conceitual. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, n.17, p.71-81, 2018.

CUNHA, E. P.; FERRAZ, D. L. (Org.). *Crítica marxista da administração*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.

CUNHA, N. M. D. *O trabalho voluntário e a responsabilidade social empresarial*: a expropriação do tempo livre como uma estratégia de envolvimento cooptado do trabalhador. São Luís, 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

CUSTODIO, A. V. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, n.29, p.22-43, 2008.

CZERESNIA, D. F. C. M. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção*

da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-39.

DANTAS, E. B. *Empreendedorismo e intra-empreendedorismo*: é preciso aprender a voar com os pés no chão. 2008. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 24 fev. 2019.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. (Org.). *Psicologia das habilidades sociais*: diversidade teórica e suas implicações. Petrópolis: Vozes, 2009.

______. *Psicologia das relações interpessoais*: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2010.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del Prette)*: manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

______. (Org.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*: questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alínea, 2003.

______. *Psicologia das habilidades sociais na infância*: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, v.1, n.2, p.104-15, 2010.

______. *Competência social e habilidades sociais*: manual teórico-prático. Petrópolis: Vozes, 2017.

DEL PRETTE, Z. A. P. et al. (Org.). *Habilidades sociais*: diálogos e intercâmbios sobre pesquisa e prática. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Org.). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p.232-53.

DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p.223-30.

______. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. In: ______. *Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, Unesco, 1999.

DEMO, P. *Charme da exclusão social*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

______. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DESAULNIERS, J. B. R. *Gestão estratégica de competências*: a "mão visível" na formação do cidadão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DIAS, G. P. *Empreendedorismo e educação*: o Sebrae na escola. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

DICIONÁRIO de termos técnicos da assistência social. Belo Horizonte: Ascom, 2007. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip/pages/index.php?paginaAIncluir=dicivip. Acesso em: 6 jan. 2020.

DIGIÁCOMO, M. J. O sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente à luz da política de atendimento idealizada pela Lei nº 8.069/90. Disponível em: http://www.crianca.mppr.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1590. Acesso em: 26 jun. 2020.

DIWAN, P. *Raça pura*: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOLABELA, F. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Associados, 1999.

______. *Pedagogia empreendedora*: o ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DORNELLES, J. R. W. *O que é crime*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ELIA, L. *O conceito de sujeito lacaniano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ENGUITA, F. M. *A face oculta da escola*: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.

______. *Trabalho, escola e ideologia*: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FAGUNDES, F. M. *Educação e prática empreendedora*: uma coletânea de experiências e reflexões. Curitiba, 2016.

FAGUNDES, H. S. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. *Textos & Contextos,* Porto Alegre, v.5, n.2, p.1-19, 2006.

FALEIROS, V. P. Questões para o futuro. *Serviço Social & Sociedade,* v.17, n.50, p.9-39, 1996.

FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a proteção iIntegral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. *O Social em Questão,* v 19, n.35, p.63-86, 2016.

FELICISSIMO, F. B. et al. Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Teoria e Prática,* v.15, n.1, p.116-29, 2013.

FENICHEL, O. *Teoria psicanalítica das neuroses*: fundamentos e bases da doutrina psicanalítica. São Paulo: Atheneu, 2005.

FERREIRA, A. A. L.; CURVELLO, F. V.; MONTEIRO, G. G. Técnica de governo e práticas psicológicas: humanismo e empreendedorismo. *Temas em Psicologia,* v.17, n.1, p.261-74, 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA, H. M. *Rede social e capital social em um clube de serviço*: o caso do Rotary Club São Paulo Avenida Paulista. São Paulo, 2010. 137f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FERREIRA, S. S. *NOB-RH anotada e comentada*. Brasília: MDS, Snas, 2011.

FINK. B. *Fundamentos da técnica psicanalítica*. São Paulo: Blucher, 2017.

FINK, B. *O sujeito lacaniano*: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FIORE, M. Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre política de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n.18, p.47-52, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34474&Itemid=6. Acesso em: 5 nov. 2018.

FISCHER, R. M. *Retratos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil:* pesquisa de narrativas sobre a aplicação do ECA. São Paulo: Ceats, FIA, 2010.

FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Brasília, 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília.

FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. Política de saúde: uma política social. In: L. GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p.23-64.

FOGARI, M. L. C. *Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial*: produção e (re)produção da trama social dos negros. Franca, 2016. 326f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista.

FONSECA, L. S. *Trabalho infanto-juvenil*: concepções, contradições e práticas políticas. Niterói, 2006. 225f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/77972. Acesso em: 26 out. 2018.

FONSECA, T. M. A. A deficiência no interior da política de assistência social: um balanço sócio-histórico. *O Social em Questão*, v.17, n.30, p.327-52, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRADA, C.; NEVES, I. A promoção da autoestima na criança. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, v. extr., n.01, p.1-4, 2017. DOI https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.01.2843.

FRANÇA, S. M.; ZANETTI, F. A política empresarial: a responsabilidade social como mecanismo de segurança. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.23, n.2, p.317-36, 2011.

FRANÇA, V. N.; COSTA, I. I. Da clínica do olhar à clínica da escuta: uma passagem pela Clínica da Reforma no atendimento de crianças e adolescentes

com transtornos mentais. In: AMPARO, D. M.; LAZZARINI, E. R.; SILVA, I. M.; POLEJACK, L. (orgs.). *Psicologia clínica e cultura contemporânea*. v. 3. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 761-778.

FRANCO, A. F. O mito da autoestima na aprendizagem escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.13, n.2, p.325-32, 2009.

FRANCO, A. F.; DAVIS, C. Autoestima: gênese e constituição de um atributo construído socialmente. *Educação Temática Digital*, v.13, n.1, p.99-118, 2011.

FREITAS, L. A instituição do fracasso. A educação da ralé. In: SOUZA, J. *Ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.281-304.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

______. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

______. Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v.37, n.4, p.417-42, 2010.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Guia para ação passo a passo. São Paulo: Abrinq, 2017a. Disponível em: http://prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=857:guias-para-orientacao-dos-conselhos-municipais-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente&catid=84:fundo-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente&Itemid=173. Acesso em: 25 out. 2017.

______. *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Guia para mobilização de recursos. São Paulo: Abrinq, 2017b. Disponível em: http://prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=857:guias-para-orientacao-dos-conselhos-municipais-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente&catid=84:fundo-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente&Itemid=173. Acesso em: 12 dez. 2017.

______. *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.* Guia para gestão de parcerias com base no MROSC. São Paulo: Abrinq, 2019.

FURINI, L. A. *Redes sociais temáticas*: o caso das redes sociais de assistência à criança e ao adolescente em Presidente Prudente (SP) e suas representações sociais. Presidente Prudente, 2008. 255f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

FURLAN, V. *Infância institucionalizada*. Identidade e acolhimento institucional. Curitiba: Appris, 2020.

GALLO, A. E. *Adolescentes em conflito com a lei*: perfil e intervenção. São Carlos, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos.

GARCIA, G. Z. I. *Apontamentos genealógicos a respeito da noção de deficiência mental e de suas instituições de cuidado no Brasil*. Assis, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Universidade Estadual Paulista.

GARCIA, J. *O negócio do social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GARRAFA, V; LORENZO, C. Helsinque 2008: redução de proteção e maximização de interesses privados. *Revista da Associação Médica Brasileira,* São Paulo, v.55, n.5, p.514-8, 2009.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. *O Social em Questão*, v.20, n.38, p.207-26, 2017.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2014. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GIMENEZ GARCIA, A. G. S. C. *Questão jurídica e social para o terceiro setor*: associações sem fins lucrativos de atividades profissionais e clubes de serviços – Franca-SP. Franca, 2013. 214 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/123355. Acesso em: 15 dez. 2018.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

______. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

COSTA, A. C. G. *As bases éticas da ação socioeducativa referenciais normativos e princípios norteadores*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

______. *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

______. *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas*: conceitos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c.

______. *Parâmetros para formação do socioeducador*: uma proposta inicial para reflexão e debate. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006d.

______. *Socioeducação*: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006e.

GOMES-MEDEIROS, D. et al. Política de drogas e saúde coletiva: diálogos necessários. *Cadernos de Saúde Pública*, v.35, p.e00242618, 2019.

GOMIDE, P. I. C. (Org.). *Comportamento moral*. Uma proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá, 2010.

GONDRA, J. G. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos CEDES*, v.23, n.59, p.25-38, 2003. DOI http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622003000100003.

______. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUerj, 2004.

GONZALES, Z. K. *Protagonismo*: formas de governo da população juvenil. Porto Alegre, 2007. 91f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GOTZSCHE, P. *Medicamentos mortais e crime organizado*: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica. Porto Alegre: Bookman, 2016.

GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRUDA, M. P. P. O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos. *Revista Brasileira de Psicologia*, v.1, n.2, p.148-63, 2014.

GUARANY, A. M. B. (Org.). *Assédio moral*: o que é e como enfrentar. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico*, v.41, n.3, p.12, 2010.

GUARIDO, R.; VOLTOLINI, R. O que não tem remédio, remediado está? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.25, n.1, p.239-63, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 jun. 2020.

GUENTHER, Z. C. *Caminhos para desenvolver potencial e talento*. Lavras: Editora Ufla, 2011a.

______. Metodologia Cedet: caminhos para desenvolver potencial e talento. *Polyphonía*, v.22, n.1, p.83-107, 2011b.

GUHUR, M. L. P. Dialética inclusão-exclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.9, n.1, p.39-56, 2003.

GUIMARÃES, A. M. *Vigilância, punição e depredação escolar*. Campinas: Papirus, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

______. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HADLER, O. H.; GUARESCHI, N. M. F.; GALEANO, G. B. A produção da delinquência e sua objetificação pela psicologia. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social. Barcelona*, v.19, n.1, p.e2230, mar. 2019.

HANNS, L. *A arte de dar limites*: como mudar atitudes de crianças e adolescentes. São Paulo: Paralela, 2015.

HARPER, B. et al. *Cuidado, escola!* Desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HESS, R. *O diário de pesquisa*: o estudante universitário e seu processo formativo. Brasília: Liberlivro, 2004.

HOLANDA, C. C. *Voluntariado e terceiro setor*. Recife, 2003. 120f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco.

HYBELS, B. *A revolução no voluntariado*. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Saberes da gestão: o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

INSTITUTO FONTE; FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. *Manual de mobilização de recursos*. São Paulo: Instituto Fonte, Fundação Telefônica Vivo 2015. Disponível em: http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/2015/04/ManualMobilizacaoRecursos_FTV_IF.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

IZAR, J. G. *A práxis pedagógica em abrigos*. São Paulo, 2011. 134p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

JARDIM, L. L. El malestar en la psicopatología contemporánea. *Psicologia USP*, v. 27, n. 2, p. 326-331, 2016.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2014. p.53-66.

JULIO, A. L. Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras. *Protestantismo em Revista*, v.24, p.62-9, 2011.

KAMERS, M. A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v.18, n.1, p.153-65, abr. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 jun. 2020.

KAWATA, L. C. *Voluntariado e participação política*: o caso da ONG Teto. São Paulo, 2015, 104f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo.

KAYANO, J.; SÍCOLI, J. L. (Org.) *Desafios para o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente*: perspectiva dos Conselhos Tutelares e de Direitos. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

KINKER, F. S.; IMBRIZI, J. M. O mito das oficinas terapêuticas. *Polis e Psique*, v.5, n.3, p.61-79, 2005.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KUHN, C.; SCHEFFEL, R. S. Criminalização da pobreza: um estudo sobre a transformação do Estado social para o Estado penal. *Emancipação*, Ponta Grossa, v.16, n.2, p.255-72, 2016. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao. Acesso em: 18 abr. 2017.

KRÜGNER, C. A. *Solidariedade*: entre o desencanto e o reencanto. Campinas, 2009. 227f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

L'ABBATE, S. A análise institucional e a saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.8, n.1, p.265-74, 2002.

______. Análise institucional e intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na saúde coletiva. *Mnemosine*, v.8, n.1, p.194-219, 2012.

L'ABBATE, S.; MOURÃO, L. C; PEZZATO, L. M. (Org.). *Análise institucional e saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2014.

LA TAILLE, Y. *Limites*: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1998.

LACAN, J. *Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

______. *O seminário, livro 17*: o avesso da psicanálise (1969-70). Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

______. O Seminário (1964) livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise; Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

______. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: ______. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.591-652.

LANDIM, L. *A invenção das ONGs*: do serviço invisível à profissão sem nome. Rio de Janeiro,1993. 239f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

______. *Ações em sociedade*: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau, 1998a.

______. Experiência militante – histórias das assim chamadas ONG's. In: ______. *Ações em sociedade*: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau, 1998b. p.23-87.

LANDIM, L.; SCALON, M. C. *Doações e trabalho voluntário no Brasil*: uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LAPASSADE, G.; LOURAU, R. *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LARA, M. F. A.; CORDEIRO, M. P. A assistência social no Brasil: uma análise histórica das relações entre OSC e Estado. In: CORDEIRO, M. P. et al. *Pesquisas em psicologia e políticas públicas*. São Paulo: Ipusp, 2019. p.30-49.

LARROY, C.; PUENTE, M. L. *A criança desobediente*: estratégias de controle. São Paulo: Scipione, 2000.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEAL, G. F. Abordagens da exclusão social no Brasil na virada do milênio. *Estudos de Sociologia*, v.16, n.1, p.137-56, 2010.

______. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais*: análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis: UFSC, 2011.

LEMOS, F. C. S. *Crianças e adolescentes entre a norma e a lei*: uma análise foucaultiana. Assis, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista.

LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D.; NASCIMENTO, M. L. Considerações sobre o empresariamento da vida em políticas públicas para a educação. *Barbarói*, n.46, p. 6-21, 2016.

LEWIS, O. *Los Hijos de Sánchez:* autobiografía de una familia mexicana. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. p.XII-XIX.

______. *Antropología de la pobreza*: cinco familias. 6.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

______. A cultura da pobreza. In: SCIENTIFIC AMERICAN. *A ciência social num mundo em crise*: textos do Scientific American. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.146-53.

LIMA, A. L. *Os riscos do empreendedorismo*: a proposta de educação e formação empreendedora. São Paulo, 2008. 131p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo.

LIMA, C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, Florianópolis, v.10, n. esp., p.37-45, 2007.

LIMA, D. A.; RIANI, E. *Análise e intervenção institucional*. Belo Horizonte: [s.l.], 2004.

LIMA, F. J. B. S.; LIMA, K. N. B. S. A biopolítica como racionalidade do liberalismo: conexões foucaultianas. *Polymatheia: Revista de Filosofia*, v.6, n.9, p.35-45, 2013.

LIMA, F. S.; VERONESE, J. R. P. *Os direitos da criança e do adolescente*: a necessária efetivação dos direitos fundamentais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

LIMA, I. C. *Discursos e práticas de proteção à infância e adolescência*: o abrigo em questão. Rio de Janeiro, 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LIMA JÚNIOR, O. P. A. *O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo*: educação e ideologia. Belo Horizonte, 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

LIMA, M. M.; ALTOÉ, S. (Orgs). *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005.

LINDO, P. V. F. *Geografia política de assistência social*: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LÖHR, S. S. et al. Avaliação de programas preventivos: relato de experiência. *Psicologia em Estudo*, v.12, n.3, p.641-9, 2007.

LOPES, F. J. O. Proibicionismo e atenção em saúde a usuários de drogas: tensões e desafios às políticas públicas. *Psicologia e Sociedade*, v.31, p.e188088, 2019.

LOPES, L. F.; SANTOS, B.; BROCHARDT, V. *Entenda o MROSC*: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019/2014. Brasília: Secretaria de Governo da Presidência da República, 2016.

LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau*: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p.66-86.

______. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUENGO, F. C. *A vigilância punitiva*: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

LUZ, M. T. *As instituições médicas no Brasil*: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACHADO, L. V.; LESSA, P. S. Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica. *Psicologia & Sociedade*, v.24, n.3, p.741-3, 2012.

MACIEL, F.; GRILLO, A. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, J. *Ralé brasileira*: *quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.241-77.

MAIA, R. L. A.; SANTOS, A. O.; SANTOS, M. J. As relações étnico-raciais no cotidiano de psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo. In: LERNER, R. *Atualidades na investigação em psicologia e psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2018. p.33-49.

MALHEIROS, R. C. C.; FERLA, L. A.; CUNHA, C. J. C. A. (Org.). *Viagem ao mundo do empreendedorismo*. Florianópolis: Instituto de Estudos, 2005.

MARAFON, G.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. Conflitos enquadrados como *bullying*: categoria que aumenta tensões e impossibilita análises. *Psicologia Clínica*, v.26, n.2, p.87-104, 2014.

MARANHÃO, T. A. *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis, PUC-SP, 2003. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 15).

MARCON, T.; MELLA, L. L.; SILVA, M. T. Tensões entre as pedagogias sócio-emancipadora e tradicional: um estudo do sistema socioeducativo com adolescentes privados de liberdade. *EccoS – Revista Científica*, n.48, p. 95-114, 2019.

MARIANO, M. L. H. S. *Psicanálise e cidadania*: uma intervenção do praticante de Psicanálise no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e outras questões. Curitiba: CRV, 2011.

MARTINS, J. B. (Org.). *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

MARTINS, S. *Relações arqueológicas entre discursos criminológicos e psicológicos*: a legitimação de saberes e práticas. Florianópolis, 2008. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Universidade Federal de Santa Catarina.

MARUSCHI, M. C. Conduta infracional na adolescência: riscos e reincidência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.66, n.2, p.82-99, 2014.

MARX, K. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

______. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

______. *O Capital* (livro I, v.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

______. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p.45-50.

______. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

______. *Críticas marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviço. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.26, n.1, p.119-36, mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2020.

MENDES, M. C. T. *Impactos da ideia de pobre e de pobreza na institucionalização de crianças e adolescentes em regime de abrigamento*. Marília, 2015. 149f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/132201. Acesso em: 25 out. 2018.

MERISSE, A. et al. *Lugares da infância*: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MINTZBERG, H. et. al. *O processo da estratégia*: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOLLO, K. G. *Universalidade e particularidade de Campinas no atendimento socioassistencial às crianças e adolescentes em situação de rua*: entre assistência e repressão. Piracicaba, 2013. 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". *Jornal Lutas Sociais*, n.8, p.53-64, 2001. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

______. *Terceiro setor e questão social*: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

______. *O canto da sereia*: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor". São Paulo: Cortez, 2014.

MOREIRA, F. R. *Adolescentes*: (des)amparo e vida psíquica. Assis, 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista.

MOTA, A.; MARINHO, G. S. M. C. (Org.). *Eugenia e história:* ciência, educação e regionalidades. São Paulo: USP, UFABC, CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MOYSÉS, M. A. A. *A institucionalização invisível*: crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos CEDES*, Campinas, n.28, p.31-97, 1992.

______. Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos. In: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ (Org.). *Direitos humanos? O que temos a ver com isso?* Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, 2007. p.153-68.

MUNIZ, E. *Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: MDS, Snas, 2011.

NARDI, F. L.; DELL'AGLIO, D. D. Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicologia*, v.13, n.2, p.69-77, 2010.

NARDI, H. C. A naturalização do discurso liberal: riscos de privatização do público. In: Spink, M. J.; Spink, P. (Org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2006. p.165-88.

NASCIMENTO, B. A. O mito da atividade terapêutica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.1, n.1, p.17-21, 1990.

NEGRÃO, A. V. G. *Acolhimento institucional em tempos de mudança*: uma questão em análise. Assis, 2010. 232f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/97565. Acesso em: 14 maio 2017.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NÓBILE, C. S. R. *Os desafios das políticas públicas na garantia de direitos*: um estudo na Vara da Infância e Juventude. Franca, 2016. 242f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.52, p.185-202, 2003.

NOGUEIRA, R. P. (org.). *Determinação social da saúde e reforma sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

______. Da medicina preventiva à medicina promotora. In: AROUCA, A. S. S. *O dilema preventivista*: contribuição para a compreensão e crítica da medicina. São Paulo: Fiocruz, 2003. p.175-82.

NORA, L. F. Z. *Responsabilidade social empresarial*: estímulos legais e desafios nas relações com o Estado e o terceiro setor. Franca, 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista.

NUNES, M. D. F. Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu. *Latitude*, v.10, n.2, p.383-423, 2016. DOI https://doi.org/10.28998/2179-5428.20160209.

ODÁLIO, N. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLGIVIE, B. *Lacan*: a formação do conceito de sujeito. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. *Método histórico-social na psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p.25-51.

OLIVEIRA, A.; VICENTIN, M. C. G.; MASSARI, M. G. Entre medicalização e recusas: crianças e adolescentes nos circuitos socioassistenciais-sanitários. *Revista Polis e Psique*, v.8, n.3, p.225-45, 2018.

OLIVEIRA, E. C. S. et al. Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em psicologia social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.39, (n. esp. 2), p.141-52, 2019. DOI https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556.

OLIVEIRA, E. N. P.; MOITA, D. S.; AQUINO, C. A. B. O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. *Psicologia Política*, v.16, n.36, p.207-26, 2016.

OLIVEIRA, I. M.; MEDEIROS, A. A. A.; MOREIRA, M. R. A. (Org.). *Direitos da criança e do adolescente*: defesa, controle democrático, políticas de atendimento e formação de conselheiros em debate. Natal: EDUFRN, 2014.

OLIVEIRA, L. F. Questão social e criminalização da pobreza: o senso comum penal no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n.43, v.17, p.108-22, 2019.

OLIVEIRA, T. N. (Org.). *Política social e gestão de serviços sociais*. Ponta Grossa: Atena, 2019.

OURY, J. *O coletivo*. São Paulo: Hucitec, 2009.

PACHECO, J. *Dicionário de valores*. São Paulo: Edições SM, 2012.

PAIVA, C. H. A. Solidariedade, política e poder: o desafio às políticas sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.9-26, 2000.

PAIXÃO, M. *A dialética do bom aluno*: relações raciais e o sistema educacional brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PALHARINI, C. Investigando a pesquisa documental. 2010. Disponível em: http://cristianopalharini.files.wordpress.com/2010/01/pesquisa-documental.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

PALMEIRA FILHO, P. L.; SHI KOO PAN, S. Cadeia farmacêutica no Brasil: avaliação preliminar e perspectivas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.18, p.3-22, 2003.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v.27, n.2, p.362-371, 2015.

PASSONE, E. F. K. *Políticas sociais de atendimento a infância e juventude*: o caso da Fundação Abrinq. Campinas, 2007. 173f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

PASSOS, E.; ROSSI, A. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, v.5, n.1, p.156-81, jan./jun. 2014.

PASTORINI, A. *A categoria questão social em debate*. São Paulo: Cortez, 2007.

PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia*: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

______. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

______. Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, v.8, n.1, p.47-62, 1997.

PAULA, F. S.; TFOUNI, L. V. A persistência do fracasso escolar: desigualdade e ideologia. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Florianópolis, v.10, n.2, p.117-27, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.

php?script=sci_arttext&pid=S1679=33902009000200012-&lng=pt&nrm-iso. Acesso em: 16 ago. 2018.

PENARIOL, M. P. *Análise institucional da prefeitura municipal*: desvendando a lógica de funcionamento da administração pública. Assis, 2017. 321f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista.

PENARIOL, M. P.; BENELLI, S. J. Políticas públicas e psicologia: a prefeitura como intermediário institucional necessário no cenário municipal. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F. (Org.). *Saúde mental, violência e políticas públicas*: relatos de experiências e pesquisas. Curitiba: CRV, 2015. p.139-54.

PEREIRA, J. D.; SOUSA, S. S. S.; PATRIOTA, L. M. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte. *Qualitas Revista Eletrônica*, v.5, n.3, p.1-14, 2006.

PEREIRA, K. A. F. *Protagonismo juvenil e educação da juventude no ensino médio brasileiro*. Marília, 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista.

PEREIRA, O. *O que é teoria*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas*: subsídios à crítica dos mínimos. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, T. D. Rede socioassistencial e sociedade civil na PNAS – sobre as fragmentações do "público" e do "privado" na vida social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.17, n.2, p.446-57, ago./dez. 2018.

PEREZ, D. K. *As representações sociais da adolescência e do adolescente por profissionais de projeto socioambiental*. Assis, 2011. 116f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p.649-73, maio/ago. 2010.

PÉRICO, W. *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicotherapia outra*: a clínica do sujeito na saúde coletiva. Assis, 2014. 161f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

PÉRICO, W.; COSTA-ROSA, A. Do terapêutico alienante ao analítico singularizante. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.16-42, nov. 2014/abr. 2015.

______. *A "emergência" do sujeito em saúde mental coletiva*: das filas de espera à pronta recepção-escuta. Assim: Unesp, 2015. Mimeografado.

PESCE, B. *A menina do vale*. Como o empreendedorismo pode mudar sua vida. 2012. Disponível em: www.ameninadovale.com. Acesso em: 18 jul. 2017.

PICHIER, W. A. Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social. *Ensaios FEE*, v.1, n.1, p.109-12, 1980.

PIGNARRE, P. *El gran secreto de la industria farmacéutica*. Barcelona: Gedisa, 2005.

PINTO, E. L.; COSTA, B. L. C. Distinção entre público e privado e sua caracterização no âmbito do estado brasileiro. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v.2, n.1, p.311-23, 2015.

PRATTEIN – EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Manual do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo dos Direitos do Idoso*. São Paulo: Prattein – Educação e Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: www.prattein.com.br. Acesso em: 25 set. 2017.

PROENÇA, F. A. *Análise institucional da assistência social como política pública de direito social*: desafios e impasses discursivos. Assis, 2020. 128f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192446. Acesso em: 11 mar. 2020.

PROENÇA, F. A.; BENELLI, S. J. *Leis de proteção para crianças e jovens:* um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Relatório final de pesquisa de IC financiada pela Fapesp (Processo 2014/25509-6). Assis: FCL/Unesp, 2016. Mimeografado.

QUEIROZ, A. S. L. *Trabalho voluntário*: da caridade cristã ao exercício cidadão. Franca, 2019. 181f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista.

QUEIROZ, M.; RIZZINI, I. A infância com deficiência institucionalizada e os obstáculos históricos na defesa de seus direitos. *O Social em Questão*, v.15, n.28, p.199-220, 2012.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p.11-72.

QUILES, M. J.; ESPADA, J. P. *A autoestima na infância e na adolescência*. São Paulo: Bookout, 2014.

QUINET, A. *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Zahar; 2000.

RADAELLI, V. *A inovação na indústria farmacêutica*: forças centrípetas e forças centrífugas no processo de internacionalização. Campinas, 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade de Campinas.

RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências*: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RANIERE, É.; MARASCHIN, C. Sê um testemunho na escuridão dos arquivos – parte final. *Mnemosine*, v.11, n.1, p.52-77, 2015.

RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaios*: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.267-77.

RAUTER, C. M. B. *O medo à criminalidade como fenômeno da contemporaneidade brasileira*: controle social e rebelião. Tese apresentada à banca de Concurso Público para Professor Titular de Psicologia Social e Institucional do Departamento de Psicologia Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RIBAS JUNIOR, F. et al. (Org.). *Conhecer para transformar*: guia para diagnóstico e planejamento da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011.

RIBEIRO, I. G. S.; BENELLI, S. J. Tensões discursivas nas políticas públicas para crianças e adolescentes: da educação para o trabalho aos efeitos subjetivantes. In: LEMOS, F. C. S. et al. (Org.). *Crianças, adolescentes e jovens*: políticas inventivas transversalizantes. Curitiba: CRV, 2015. p.281-97.

RIBEIRO, R. P. *Terceiro setor: interesses públicos ou privados?* Um estudo de caso comparativo entre duas instituições com atuação na área social. Assis, 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista.

RICARDO, J. S. *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência em face ao direito à convivência familiar e comunitária*: uma análise do contexto do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. 112f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RINALDI, D. Entre o sujeito e o cidadão: psicanálise ou psicoterapia no campo da saúde mental? In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. C. (Orgs.). *Psicanálise e saúde mental*: uma aposta. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. p. 141-147.

RIZZINI, I. *O século perdido*: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROBERTS, R. J. Richard J. Roberts: "Interessa mais à indústria tentar conter o avanço do câncer do que eliminá-lo". Entrevista concedida a Kristin Suleng. *El País*, 5 jul. 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/04/ciencia/1499183349_915192.html. Acesso em: 10 jul. 2017.

RODRIGUES, H. B. C. "Sejamos realistas, tentemos o impossível." Descaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. *História da psicologia*: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 609-57.

RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. (Org.). *Análise institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004. (Coleção Saúde & Loucura).

RODRIGUES, H. B. C.; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. *Análise institucional no Brasil:* favela, hospício, escola, Funabem. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. p.27-46.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C.; DELLAGNELO, E. H. L. O processo de empresarização em organizações culturais brasileiras. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v.8, n.1, p.66-85, 2014.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. F. C. Empresarização e modernidade: a ideia de empresa no centro do mundo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v.6, n.1, p.40-76, 2019.

ROJAS, B. *Por uma política social pública*. A luta contra uma assistência social considerada como mero sistema gerencial. Entrevista especial com Berenice Rojas. *Revista ihu on-line*, 2015. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/547288-por-uma-politica-social-publica-a-luta-contra-uma-assistencia-social-considerada-como-mero-sistema-gerencial-entrevista-especial-com-berenice-rojas. Acesso em: 17 ago. 2018.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social nos meninos de rua. *Psicologia USP*, São Paulo, v.10, n.2, p. 205-17, 1999.

______. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista Textura*, São Paulo, ano 2, n.2, p.42-7, 2002.

______. Psicanálise implicada vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v.41, p.29-40, 2013.

ROSA, M. D.; ESTÊVÃO, I. R.; BRAGA, A. P. M. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.22, n.3, p.359-69, jul./set. 2017.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperalidade. *Revista de Psicologia Política*, v.10, n.19, p.107-24, 2010.

ROSEMBERG, F. Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. *Journal of Human Growth and Development*, v.4, n.1, p.34-9, 1994.

ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RUI, T. C. *Nas tramas do* crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SAES, D. A. M. O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, n.2, p.9-20, jul./dez. 2012.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e formação de psicólogo(as). *Revista EPOS*, v.6, n.2, p.117-40, 2015.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n.32, p.166-75, 2012.

SANTOS, C. A. *Pequenos negócios*: desafios e perspectivas. Educação empreendedora. Brasília: Sebrae, 2013.

SANTOS, D.; PRIMI, R. *Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar*: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2014.

SANTOS, E. F.; DIOGO, M. F.; SHUCMAN, L. V. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.17, n.1, p.17-32, 2014. DOI 10.11606/issn.1981-.0490.v17n1p17-32.

SANTOS, J. C. *A criminologia da repressão*: uma crítica ao positivismo em criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, J. R. O. *O adolescente em conflito com a lei na cidade de Assis-SP*. Assis, 2008. 103f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/97547. Acesso em: 20 dez. 2018.

SANTOS, R. *Resultados da metodologia CEDET*: um estudo com estudantes egressos. Araraquara, 2016. 224f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, R. E. A pobreza e as desigualdades étnico-raciais no Brasil: a questão racial como elemento de expressão da questão social no pós-abolição. *Universidade e Sociedade*, v.62, (ed. esp.), p.16-28, jun. 2018. Disponível em http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1788321707.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

SANTOS, R. F. P. Assistência social: direito público e reclamável. In: CRUS, J. F. et al. (Org.). *Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2013. p.88-99.

SANVITO, W. L. Indústria farmacêutica: uma abordagem crítica. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínicas Médicas*, v.10, n.4, p. 346-50, 2012.

SÃO PAULO (Estado). *Seminário OS Oscip*. Caracterização, legislação, leis federais, estaduais e municipais. São Paulo, 2007. Disponível em: https://issuu.com/cepam/docs/seminario1_os_oscip. Acesso em: 20 maio 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,* São Leopoldo, n.1, v.1, 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

SATHLER, C. N. A subjetividade na clínica psicológica: introdução temática e histórica. *Psicólogo inFormação*, v.17, n.17, p.107-121, 2013.

SAVIANI, D. As teorias educação e o problema da marginalidade na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.42, p.8-18, 1982.

SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: uma análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHIRATO, V. R. *A noção de serviço público em regime de competição*. São Paulo, 2011. 323f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

SCHULTHEISZ, T. S. V.; APRILE, M. R. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. *Revista Equilíbrio Corporal e Saúde*, v.5, n.1, p.36-48, 2013.

SEBRAE. *Criando seu próprio negócio*: como desenvolver o potencial empreendedor. São Paulo: USP e Edições Sebrae, 1995.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, v.43, n.2, p.347-69, 2009.

SELLI, L.; GARRAFA, V. Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.13, n.2, p.239-51, abr./jun. 2006.

SERON, P. C. Cultura solidária. *Revista de Psicologia da Unesp*, v.7, n.1, p.70-85, 2008.

SERRANO, G. P. *Educação em valores*: como educar para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: FTD, Fundação Odebrecht, 1999.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPESAS. *Guia completo do microempreendedor individual*: com alterações da Lei Geral. São Paulo: Sebrae, [s. d.]. Disponível em: www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/.../guia_do_microempreendedor_(2).pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

SETTON, M. G. J. *Rotary Club*: clubes de serviço ou "clubes de capital social e capital simbólico?". São Paulo, 1996a. 261f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

______. Clubes de serviço ou clubes de capital simbólico. *Cadernos CERU,* São Paulo, v.2, n.7, p.134-48, 1996b.

______. *Rotary Club*: *habitus*, estilo de vida e sociabilidade. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, L. B. *Conselho de Direitos e Conselho Tutelar*: mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças e adolescentes. Assis, 2008, 128f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Estadual Paulista.

SILVA, N. L. *Meninos e meninas de rua*: por que eles/as não têm raça? Goiânia, 2006. 217f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.

SILVA, P. P. Terceirização nos serviços públicos. *TST*, Brasília, v.77, n.1, p.95-130, 2011.

SILVA, R. *"Abandonados e delinqüentes":* a infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Rio de Janeiro, 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz.

SILVA, S. I. M.; BENELLI, S. J. *Processos institucionais de produção de subjetividade no movimento Renovação Carismática Católica.* Relatório final de pesquisa de iniciação científica financiada pela Fapesp (processo 2012/11270-6). Assis: FLC/Unesp, 2013. Mimeografado.

SILVA, V. J. C. *Institucionalização precoce e o controle subjetivo na infância*: cartografias de uma problemática contemporânea. Assis, 2012. 83f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

SILVA JR., J. T. et al. (Org.). *Gestão social*: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Ceará, 2008.

SILVEIRA, J. I. Gestão do trabalho: concepção e significado para o Suas. In: BRASIL. *Gestão do trabalho no âmbito do Suas*: uma contribuição necessária. Brasília: MDS, Snas, 2011. p.9-40.

SILVEIRA, T. C. *Da infância inventada à infância medicalizada*: considerações psicanalíticas. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado) –Universidade de São Paulo.

SIMOI-SANTOS, C. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. *Economía, Sociedad y Territorio*, v.17, n.55, p.619-46, 2017. DOI http://dx.doi.org/10.22136/est2017754.

SÍVERES, L. *Encontros e diálogos*: pedagogia da presença, proximidade e partida. Brasília: Liber Livro, 2015.

SMITH, C.; STRICK, L. *Dificuldades de aprendizagem de A a Z*: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOUSA, S. M. G. (Org.). *Adolescentes autores de atos infracionais*: estudos psicossociais. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.

SOUZA, A. R. Traços e embaraços do trabalho assistencial cristão. *Estudos de sociologia*, v.18, n.34, p.173-192, 2013.

SOUZA, A, C. F. M.; BENELLI, S. J. *O trabalho em rede na política nacional de atendimento à criança e ao adolescente e na assistência social*: uma análise dialética. Relatório de pesquisa de IC realizado com bolsa Fapesp, Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2017. (Processo 2014/15903-9). Assis: Curso de Psicologia – Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2017.

SOUZA, A. M. *Jovens e educação empreendedora*: que discurso é esse? Goiânia, 2006a. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás.

______. Educação empreendedora: que discurso é esse? *Revista Educativa,* Goiânia, v.9, n.2, p.217-29, 2006b.

SOUZA, B. P. (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, C. L. O futuro pede habilidades socioemocionais. Nova Escola, 2019. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/15449/o-futuro-pede-habilidades-socioemocionais?utm_source=facebook&utm_medium=-social&utm_campaign=Conte%C3%BAdo_Site_seguidores_ne&utm_content=habilidades-socioemocionais. Acesso em: 4 fev. 2019.

SOUZA, I. F. (Org.). *Direito da criança e do adolescente*. Curitiba: Íthala, 2014.

SOUZA, J. *Ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009a.

______. A tese do patrimonialismo: a demonização do Estado corrupto e a divinização do mercado como reino da virtude. In: ______. *Ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009b. p.73-88.

______. *A classe média no espelho*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J.; VALIM, R. *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SOUZA, M. I. F. P. *O trabalho juvenil em perspectiva.* Franca, 2001. 204p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista.

SOUZA, R. A. *Subjetivações e tecnologias da cidadania*: cartografias sobre uma rede social. Florianópolis, 2006. 143f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103139. Acesso em: 19 out. 2017.

SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo, 2006. 35f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

______. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade,* v.1, n.1, p.1-28, 2009.

SOUZA, W. J; PEREIRA, J. M. Trabalho voluntário: motivos para sua realização. *Revista de Ciências da Administração,* v.14, n.33, p.93-102, 2012.

SOUZA FILHO, R. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. *Serviço Social & Sociedade,* São Paulo, n.126, p.318-339, maio/ago. 2016.

SOUZA NETO, J. C.; CENTOLANZA, C. A. Da prática do desvio ao protagonismo. *Psico,* Porto Alegre, v.41, n.1, p.128-36, 2010.

SPINK, P. K.; RAMOS, A. M. F. Rede socioassistencial do Suas: configurações e desafios. *O Social em Questão,* v.19, n.36, p.258-310, 2016.

SPOSATI, A.; COSTA, R. C. S; LIMA, T. A. S. (Org.). *Virei serviço!* E agora? São Paulo: Educ, Capes, 2022.

SPOSITO, M. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não formal. *Educação & Realidade*, v.33, n.2, 2008.

STEPAN, N. L. *A hora da eugenia*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

ST-ONGE, J. C. *O outro lado da pílula ou os bastidores da indústria farmacêutica*. In: SEMINÁRIO LUSO-FRANCÓFONO SOBRE O ACESSO AOS MEDICAMENTOS E A PROTEÇÃO DO CIDADÃO, 11º CONGRESSO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA E 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/arq3257.doc. Acesso em: 30 nov. 2017.

TEIXEIRA, C. M. M. *Educação para o empreendedorismo*: um estudo sobre o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo. Coimbra, 2012. Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Faculdade de Economia.

TELLES, V. S. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.9, n.2, p. 45-7, 1994.

TENÓRIO, F. Desmedicalizar e subjetivar: a especificidade da clínica da recepção. *Cadernos IPUB. A clínica da recepção nos dispositivos de Saúde Mental*, Rio de Janeiro, v. 06, n. 17, p. 79-91. 2000.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, v.8, n.1, p.205-219, 2014.

THOMPSON, A. *Quem são os criminosos?* O crime e o criminoso: entes políticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

TSCHIEDEL, R. G. *Redes e políticas públicas*: tecendo uma perspectiva analítico-institucional. São Paulo, 2006. 188f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TUGAS, C. F. A escola e o seu papel no desenvolvimento das competências socioemocionais. *Diário Escola*. Disponível em: https://diarioescola.com.br/competencias-socioemocionais/. Acesso em: 3 mar. 2021.

UGLIONE, H. K. S. et al. Mercantilização de ações solidárias empresariais: uma discussão a partir da análise crítica do discurso. *GESTÃO.Org*, v.9, n.2, p.226-53, 2011.

UHLE, A. B. *Comunhão leiga*: o Rotary Club no Brasil. Campinas, 1991. 336f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

URT, S. C. *Uma análise psicossocial do significado do trabalho para os jovens*. Campinas, 1992. 334f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251640. Acesso em: 13 jul. 2018.

VALLE, K. F.; LEITE, J. L. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. *Serviço Social & Sociedade*, n.131, p.109-29, 2018.

VALLEJO, A.; MAGALHÃES, L. C. *Lacan*: operadores de leitura. São Paulo: Perspectiva, 1979.

VARANDAS, F. S. *Seguridade social brasileira*: a rede socioassistencial no município de Igaraçu do Tietê/SP. Franca, 2017. 191f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista.

______. *Rede socioassistencial*: o vazio de não fazer e não acontecer. Bauru: Spessotto, 2019.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: ______. (Org.). *Desvio e divergência*: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.11-27.

VERONESE, L. G.; SOUSA, E. L. A. Burocracia: a política da indiferença. *Revista Polis e Psique*, v.6, n.2, p.87-108, 2016.

VICENTIN, M. C. G. *A vida em rebelião*: jovens em conflito com a lei. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

WAISELFISZ, J. J. *Revertendo violências, semeando futuros*: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: Unesco, 2003.

WEINMANN, A. O.; CULAU, F. V. Notas sobre o politicamente correto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.628-45, 2014.

WESTPHAL, V. H. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Katálysis*, v.11, n.1, p.43-52, 2008.

WICKERT, M. L. S. *Referenciais educacionais do Sebrae*: versão 2006. Brasília: Sebrae, 2006.

XAVIER, A. L. P. et al. (Org.). *Retratos da infância e juventude*: práticas sociais e abordagens teóricas no município de Assis/SP. Marília: Fundepe, 2011.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, v.19, n.1, p.30-37, 2007.

______. (Org.). *Rede Ciranda*: desenhando novos caminhos para o trabalho social com crianças e adolescentes. São Carlos: Pedro & João, 2012.

ZAGURY, T. *Educar sem culpa*: a gênese da ética. Record, 2000.

______. *Limites sem trauma*: construindo cidadãos. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ZALUAR, A. Brasil na transição. Cidadãos não vão ao paraíso. *São Paulo em Perspectiva*, v.5, n.1, p.19-25, 1991.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*: juventude e política social. São Paulo: Escuta, 1994.

______. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, p.3-20, 1997.

______. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, v.13, n.3, p.3-17, 1999.

ZALUAR, A. *Integração perversa*: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZANETTI, F. L. *As práticas artísticas como um princípio de governo das condutas humanas*. Assis, 2012. 158f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/105603. Acesso em: 15 abr. 2017.

ZANIANI, E. J. M. *Sob os auspícios da proteção*: Moncorvo Filho e a higienização da infância. Maringá, 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. 2008.

ZAPATA, L. *La mano que acaricia la pobreza*: etnografía del voluntariado católico. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas. *Barbaroi*, n.33, p.82-103, 2010.

ZIMERMAN, D. E. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

______. *Manual de técnica psicanalítica*: uma revisão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZION, I. F. Exclusão social: noção ou conceito? *Revista Saúde & Sociedade*, v.15, n.3, p.15-29, 2006.

Neste livro, Silvio José Benelli examina nos arquivos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as entidades assistenciais cadastradas, identificando quais são e como funcionam esses estabelecimentos públicos e privados que atendem crianças e adolescentes em "situação de risco pessoal e social" em um município do interior do estado de São Paulo.

A partir de ampla literatura sobre política pública de atendimento à criança e ao adolescente na atualidade brasileira e por meio de uma análise crítica, tanto da documentação quanto da bibliografia, o autor aprofunda a compreensão sobre a estrutura, o modo de funcionamento, a efetividade, os não ditos e as lacunas discursivas, principais problemas e desafios que enfrentam essas instituições.

A produção da vida social é um dos determinantes fundamentais na orientação filantrópica das entidades assistenciais, que se encontram pautadas atualmente pela lógica mercadológica do terceiro setor, avessa às políticas públicas sociais e que lhes impõe dificuldades para pautarem discursos e práticas a partir do paradigma do sujeito cidadão.

Silvio José Benelli é livre-docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022). Atua como professor associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), da Unesp, *campus* de Assis. É autor dos livros *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico* (Editora Unesp, 2006); *Análise psicossocial da formação do clero católico* (Annablume; Fapesp, 2013); *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional* (Vozes, 2014); *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas* (Editora Unesp Digital, 2015); *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* (Editora Unesp Digital, 2016) e *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas* (CVR, 2020).